

Renato Dias Baptista  
Gilson Porto Jr.  
Ariane Taísa de Lima  
Fernando da Cruz Souza  
Lais de Carvalho Pechula  
(Orgs.)

# Povos Originários e Comunidades Tradicionais

VOLUME 2 | Trabalhos de Pesquisa e de Extensão Universitária



À organização da humanidade passa, necessariamente, pelas comunidades e por suas matrizes de afetividade e de tradicionalismo não nos restando nenhuma dúvida de que toda a sociedade contemporânea se sustenta sobre os saberes que compunham e que ainda compõem o conhecimento tradicional. Ao longo de milênios, o fenômeno do desenvolvimento das relações sociais humanas, ou de sua sociabilidade, para os padrões da sociedade contemporânea passou efetivamente pela construção de novos valores, pela urbanização (processo ao qual ainda vivemos e somos impactados) e pela política, enquanto seara da administração dos recursos escassos e da priorização de atendimentos de demandas. Integrada a esta caminhada humana, a universidade foi se estruturando, desde os tempos de sua matriz em Bolonha, sempre na busca da verdade científica para processos positivistas e fenômenos sociais, na trilha da resolução de problemas e da correta estruturação de métodos validadores para novas investigações.

Nelson Russo de Moraes



RedeCT - Rede Internacional de  
Pesquisadores sobre Povos Originários  
e Comunidades Tradicionais  
redeCT.pesquisa@gmail.com



# **Povos Originários e Comunidades Tradicionais**

**Native Peoples and Traditional Communities**

**Pueblos Originarios y Comunidades Tradicionales**

## Universidade Federal de Roraima - UFRR

### Reitor

Jefferson Fernandes do Nascimento

### Vice-Reitor

Américo Alves de Lyra Júnior

### Editora da UFRR

#### Diretor da EDUFRR

Cezário Paulino B. de Queiroz

#### Conselho Editorial

Alexander Sibajev

Cássio Sanguini Sérgio

Edlauva Oliveira dos Santos

Guido Nunes Lopes

Gustavo Vargas Cohen

Lourival Novais Néto

Luis Felipe Paes de Almeida

Madalena V. M. do C. Borges

Marisa Barbosa Araújo

Rileuda de Sena Rebouças

Silvana Túlio Fortes

Teresa Cristina E. dos Anjos

Wagner da Silva Dias



### Editora da Universidade Federal de Roraima

Campus Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413

Aeroporto – CEP 69310-000. Boa Vista – RR – Brasil

e-mail: [editora@ufr.br](mailto:editora@ufr.br) / [editoraufrr@gmail.com](mailto:editoraufrr@gmail.com)

Fone: +55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



Associação Brasileira de Editoras Universitárias



Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

# Povos Originários e Comunidades Tradicionais

Trabalhos de pesquisa e de extensão universitária

Volume 2

**Native Peoples and Traditional Communities:  
research and university extension work**

**Pueblos Originarios y Comunidades Tradicionales:  
trabajos de investigación y extensión universitaria**

**Organizadores:**

Renato Dias Baptista  
Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior  
Ariane Taísa de Lima  
Fernando da Cruz Souza  
Lais de Carvalho Pechula



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Estudos sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais - 2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

BAPTISTA, Renato Dias; et al (Orgs.)

Povos originários e comunidades tradicionais, Vol 2: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária [recurso eletrônico] / Renato Dias Baptista; et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, Boa Vista: EdUFRR, 2018.

246 p.

ISBN - 978-85-5696-502-8

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Povos Originários. 2. Comunidades Tradicionais. 3. Cultura. 4. Políticas Públicas. 5. Desenvolvimento Sustentável. I. Título. II. Série.

CDD: 301

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia e Antropologia

301



**SÉRIE Estudos sobre**  
**Povos Originários e**  
**Comunidades Tradicionais**

**DIRETORES DA SÉRIE:**

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Prof. Dr. Renato Dias Baptista  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Profa. Dra. Angélica Góis Morales  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

**COMITÊ EDITORIAL E CIENTÍFICO:**

Profa. Dra. Elvira Gomes dos Reis  
Universidade de Cabo Verde — Cabo Verde

Profa. Dra. Suzana Gilioli da Costa Nunes  
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior  
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Profa. Dra. Marta Pagán Martínez  
Universidade de Múrcia — Espanha

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes  
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Tocantins, CESA/Ministério Público

Prof. Dr. Lamounier Erthal Villela  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Profa. Dra. Leila Adriana Baptaglin  
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

**COMITÊ TÉCNICO**

Me. Anderson Rodolfo de Lima  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Me. Maria Laura Foradori  
Universidade Nacional de Córdoba — Argentina

Fernando da Cruz Souza  
Universidade Estadual Paulista (UNESP)



# Sumário

<b>Prefácio / Preface.....</b>	<b>5</b>
--------------------------------	----------

Geraldo da Silva Gomes

<b>Apresentação da Rede Internacional de Pesquisadores Sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais – REDECT.....</b>	<b>11</b>
---	-----------

*Presentation of the international researchers' network on native peoples and traditional communities*

Nelson Russo de Moraes

<b>Capítulo 1 .....</b>	<b>17</b>
-------------------------	-----------

**Povoação e territorialidade da aldeia de alto mira (Santo Antão – Cabo Verde)**

*Poverty and territoriality of the Altoia de Alto Mira (Cape Verde – Santo Antão)*

Elvira Gomes dos Reis

<b>Capítulo 2.....</b>	<b>51</b>
------------------------	-----------

**Cooperação para o desenvolvimento via terceiro setor: estudo da parceria entre a associação alemã Arabras e comunidades tradicionais amazônicas brasileiras**

*Cooperation for development way third sector: study of the partnership between the german association Arabras and traditional amazonian brazilian communities*

Debora de Oliveira Souza

Nelson Russo de Moraes

**Capítulo 3..... 85**

**Missão Amazônia - atividade de imersão acadêmica em comunidades tradicionais: debate sobre metodologias de ação e cooperação para o resgate da identidade e de pertencimento comunitário**

*Amazon mission - Academic immersion activity in traditional communities: debate on methodologies of action and cooperation for the rescue of identity and community belonging*

Alexandre de Castro Campos

Fábio Brega Gamba

Valdemir Garcia Neto Melo

Dorival Russo de Moraes

Fernando da Cruz Souza

Nelson Russo de Moraes

Anderson Rodolfo de Lima

**Capítulo 4..... 127**

**As comunidades tradicionais e a violência: aproximações de estudo**

*Traditional communities and violence: study approaches*

Neuza de Moraes Muller

Raquel Cabral

Alexandre de Castro Campos

**Capítulo 5..... 145**

**Os povos e comunidades tradicionais brasileiras: breve demarcação jurídica e apontamento de desafios**

*The traditional peoples and communities brazilians: brief legal declaration and challenge point*

Laís de Carvalho Pechula

Nelson Russo de Moraes

Sérgio Leal Mota

**Capítulo 6..... 159**

**Evolução histórica, direito e política pública territorial quilombola no Brasil**

*Historical evolution, right and public policy territorial descending african community in Brazil*

Bruno Ricardo Carvalho Pires

Nelson Russo de Moraes

Celenita Gualberto Pereira Bernieri

Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior

Jardilene Gualberto Pereira Fôlha

**Capítulo 7.....183**

**Cooperação para o desenvolvimento via responsabilidade social empresarial: estudo da parceria entre o banco HSBC e a comunidade tradicional de geraizeiros da matinha (Guaraí - Estado do Tocantins - Brasil)**

*Cooperation for development via corporate social responsibility: study of the partnership between the HSBC bank and the traditional community of Geraizeiros da Matinha (Guaraí - State of Tocantins - Brazil)*

Caroliny dos Santos Hamada	Stéphani Cetimia Mariotti Ruiz
João Augusto Rodrigues	Suzana Gilioli da Costa Nunes
Allan Rodrigues dos Santos Marques	Nelson Russo de Moraes

**Capítulo 8 ..... 215**

**Demarcação das terras Indígenas no oeste paulista: formação da Aldeia Índia Vanuíre (Arco-Íris / Estado de São Paulo / Brasil)**

*Demarcation of indigenous lands in the paulista west: formation of the Indian Vanuire Community (Arco-Íris / State of São Paulo / Brazil)*

João Augusto Rodrigues	Iara Maria Silva Souza
Ariane Taisa de Lima	Nelson Russo de Moraes
Maria Eduarda dos Santos Sanches	



## Prefácio

*Geraldo da Silva Gomes<sup>1</sup>*

A proposta da RedeCT (*Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais*) me causa muito contentamento e me surpreende quando percebo em suas entrelinhas a continuidade de um projeto de trabalho iniciado nos anos de 2007-2008 no Estado do Tocantins, que tragicamente naquele momento histórico havia sido abortado por diversos outros interesses e condições sociopolíticas interinstitucionais e ideológicas. Verificar que as reflexões e estudos sobre povos originários, comunidades tradicionais, *empowerment* (ainda prefiro a força inicial do conceito, fora dessa utilização midiática dos dias presentes), desenvolvimento, gestão social, identidades e identificação continuam em outras instituições universitárias, sob os mantos da pesquisa e da extensão, com a forte presença dos reais e principais atores envolvidos à estas temáticas, os seres humanos que constituíram e vivem nestas comunidades.

Ao mesmo tempo, o contentamento se amplia ao ver

## Preface

*Geraldo da Silva Gomes<sup>2</sup>*

The RedeCT (International Researchers' Network on Native Peoples and Traditional Communities) endeavor brings me much joy and surprise when I see between its lines the continuity of a project started in 2007-2008 in Tocantins state, Brazil, which was then tragically aborted due to a myriad of interests and interinstitutional, ideological and sociopolitical conditions. To find the knowledge and studies on native peoples, traditional communities, empowerment (I still prefer the initial meaning of the concept; other than the mediatized one used in the present days), development, social management, identities and identification are present in other universities, under research and extension, with the strong presence of the main, real actors around these themes, the human beings who live in such communities.

At the same time, the joy is amplified when seeing the materialization of the studies conducted in the Tocantins region, which attest that the theoretical and

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Tocantins – Brasil; Doutor em Ciência da Comunicação (UniSinos). Mestre em Educação (UFG). Graduado em Filosofia (UFG). Atua na Coordenação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Tocantins – Brasil.

<sup>2</sup> Center for Studies and Functional Improvement of the Public Prosecutor's Office the Tocantins – Brazil; Doctor of Communication Science (UniSinos). Master in Education (UFG). Bachelor of Philosophy (UFG). Works in the coordination of the Center for Studies and Functional Improvement of the Public Ministry of the State of Tocantins - Brazil

materializada parte dos estudos realizados na região tocantinense, isso atesta que as sinalizações e provocações teóricas e metodológicas a partir de chaves de leitura e práticas da Gestão Social estavam corretamente orientadas. O livro traz em seu título um chamamento de responsabilidade ao plano da academia e isso também é muito bom pois, para além de circunscrever a temática – a discussão dos desafios e dos métodos – ainda traz a ativação da proposta RedeCT. Neste segundo volume, o livro traz alguns recortes analíticos interessantes que evidenciam mais possibilidades de aprofundamento de estudos realizados por diferentes áreas de conhecimento e abertas às interfaces e trocas de conhecimento dentro das universidades.

O conteúdo apresentado nos textos, traz vozes e posicionamentos de estudantes de cursos técnicos e de graduação, profissionais graduados e engajados, também como aprendizes de pesquisadores, nos mestrados e doutorados, além dos professores pesquisadores que ora se fazem presentes como autores ora orientadores dos trabalhos.

Os textos possuem, além de sua lógica interna de suas narrativas contextuais e trajetórias de pesquisa, trazem uma sequência de trabalhos que traz complementaridade e chama a atenção. Logo ao princípio, o texto da *Dra. Elvira Gomes dos Reis*, da Universidade Cabo Verde, “*Povoação e territorialidade da Aldeia de Alto Mira*

methodological signs and challenges arisen from practices and readings in Social Management were correctly oriented. The book brings along with its title a calling about the academic responsibility, which is a good thing, since that apart from limiting the theme – the discussion about theories and methods – it also brings the activation of the endeavor established by RedeCT. In this second volume, it is presented on the book some very interesting analytical approaches that point to more possibilities for deepening of studies conducted in different fields of knowledge that are open to exchanges and interfaces within universities.

The content presented by the texts bring out voices and standpoints from technical and undergraduation students, graduated engaged professionals, as well as research apprentices in doctoral and master degrees, along with researchers/professors sometimes as a professor or as an advisor.

The texts have, in addition to their internal logic of their contextual narratives and research trajectories, a sequence of works that are complimentary to each other. Hence, the text from *Doctor Elvira Gomes dos Reis*, “*Alto Mira Village Populating Process and Territoriality (Santo Antão – Cape Verde)*” refreshes the memory about problems face by communities overseas, over the Atlantic line, also inviting to the thinking and acting on the community development of native

(*Santo Antão – Cabo Verde*)” refresca a memória sobre os problemas que enfrentam comunidades além-mar, no caso à linha do Atlântico, convidando também ao pensar-refletir e agir na dimensão do desenvolvimento comunitário de povos originários.

A importância das parcerias entre o público e o privado com vistas ao desenvolvimento de projetos em comunidades tradicionais, então perpassando por associações ligadas a estas comunidades, foi resgatada pelos textos “*Cooperação para o desenvolvimento via Terceiro Setor: estudo da parceria entre a associação alemã ARABRAS e comunidades tradicionais amazônicas brasileiras*” de *Débora de Oliveira Souza* e de seu orientador *Dr. Nelson Russo de Moraes*, enquanto outro texto “*Cooperação para o desenvolvimento via responsabilidade social empresarial: estudo da parceria entre o Banco HSBC e a comunidade tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí – Estado do Tocantins – Brasil)*”, onde a *Dra. Suzana Gilioli da Costa Nunes*, *Stéphani Cetimia Mariotti Ruiz*, *Caroliny dos Santos Hamada*, *João Augusto Rodrigues* e *Allan Rodrigues dos Santos Marques* analisam uma parceria entre o braço de investimentos sociais de um banco com sede em Londres e uma pequena comunidade amazônica. O número de pessoas envolvidas nos estudos, inclusive em nível de co-autoria, evidencia a relevância dada aos múltiplos olhares, bem como a

peoples.

The importance of public-private partnerships aiming at the development of projects in traditional communities via associations is showed through the texts *Cooperation for Development via Third Sector: The Arabras Case*, written by *Débora de Oliveira* and her advisor *Doctor Nelson Russo de Moraes*, while another text “*Cooperation for Development via Corporate Social Responsibility: Study of the Partnership between HSBC Bank and the Geraizeiros Traditional Community of Matinha*” (*Guaraí, Tocantins state, Brazil*) where *Doctor Suzana Gilioli da Costa Nunes*, *Stéphani Cetimia Mariotti Ruiz*, *Caroliny dos Santos Hamada*, *João Augusto Rodrigues* e *Allan dos Santos Marques* analyse the partnership between a branch of social investments from a bank based in London and a small Amazonian traditional community. The number of people involved in this study shows the importance of multiple perspectives as well as the seriousness of proposing dialogicity inside the academia and research groups.

The texts expand their communicative intentionality when didactically seeking to deal with themes having the authors in their respective disciplinary fields of knowledge. It is important the option made by *Laís de Carvalho Pechula* and *Sérgio Leal Mota* when, from the perspective of the Law, it is discussed “*The Traditional Peoples and*

seriedade em propor e oportunizar a dialogicidade dentro da academia e dos grupos de pesquisa.

Os textos ampliam sua intencionalidade comunicativa ao buscar, de forma didática, tratar de temáticas com autores em suas áreas de conhecimento disciplinar. É importante a opção realizada por *Lais de Carvalho Pechula* e *Sérgio Leal Mota*, a partir do Direito, refletirem sobre “*Os povos e comunidades tradicionais brasileiros: breve demarcação jurídica e apontamento de desafios*” e da mesma maneira o acercamento de *Bruno Ricardo Carvalho Pires*, *Celenita Gualberto Pereira Bernieri* e de *Jardilene Gualberto Pereira Fôlha* sob os argutos olhares de seus docentes de mestrado *Dr. Nelson Russo de Moraes* (líder do grupo de pesquisa GEDGS – Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social/UNESP) e *Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior* (líder do Grupo de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino/UFT) debatendo e apresentando a “*Evolução histórica, direito e política pública territorial quilombola no Brasil*”.

É de extremo valor a preocupação dos mestrandos *Neuza de Moraes Muller* e *Alexandre de Castro Campos*, que sob orientação da *Dra. Raquel Cabral*, trazem os processos históricos e contemporâneos de violência às quais são acometidas as comunidades tradicionais de modo geral e as brasileiras em específico, sob título “*As*

*Communities: Brief Legal Declaration and Challenge Points*”, followed by the approach of *Bruno Ricardo Carvalho Pires*, *Celenita Gualberto Pereira Bernieri* and *Jardilene Gualberto Pereira Fôlha*, under the keen eyes of their advisors Doctor Nelson Russo de Moraes (leader of the Study Group on Democracy and Social Management – GEDGS) and Doctor *Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior* (leader of the Research Observatory on Applied Journalism and Teaching – OPAJE/UFT), who debated “*Historical Evolution, Rights and Public Policy for Territorial Descending African Communities*”.

It is of extreme value the preoccupation of the matters students *Neuza de Moraes Muller* and *Alexandre de Castro Campos* who, under the advisement of Doctor *Raquel Cabral*, bring about the historical and contemporary processes of violence that are exerted on traditional communities in general and on Brazilian ones in specific. Under the title “*Traditional Communities and the Violence: Approximations*” attention is drawn to the problems that are invisible in a day to day of intentional neglect from society’s hegemonic groups. Another great surprise from the texts is the study about “*Demarcation of indigenous lands in the west of São Paulo: formation of the indigenous village of Vanuíre (Arco-Íris, São Paulo state, Brazil)*” written by *João Augusto Rodrigues*, *Ariane Taísa de Lima*, *Maria Eduarda dos Santos*

*comunidades tradicionais e a violência: aproximações de estudo*”, chamam a atenção para problemas que são invisibilizados no dia a dia dos esquecimentos intencionais dos grupos hegemônicos na sociedade. Outra grata surpresa dos textos é o estudo sobre a “*Demarcação das terras indígenas do oeste paulista: formação da aldeia indígena Vanuúre (Arco-Íris/ Estado de São Paulo- Brasil)*” de João Augusto Rodrigues, Ariane Taisa de Lima, Maria Eduarda dos Santos Sanches, Iara Maria Silva Souza no qual se observa como os autores entrelaçam ideias e conhecimentos para o entendimento de uma aldeia pluriétnica na busca da garantia de um espaço territorial legalmente protegido, especificamente no interior do Estado de São Paulo. Este trabalho fora totalmente desenvolvido dentro do GEDGS – Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social, sob orientação do seu líder.

Por fim, ao apreciar a produção coletiva “*Missão Amazônia – atividade de imersão acadêmica em comunidades tradicionais: debate sobre metodologias de ação e cooperação para o resgate da identidade e pertencimento comunitário*”, onde Alexandre de Castro Campos, Valdemir Garcia Neto Melo, Fernando da Cruz Souza e Fábio Brega Gamba, sob orientação do Me. Dorival Russo de Moraes, Me. Anderson Rodolfo de Lima e do Dr. Nelson Russo de Moraes, propõe a possibilidade e narra a experiência extensionista da universidade fora de seus muros (in)visíveis, contudo não buscando inventar ou criar uma “comunidade”

Sanches, Iara Maria Silva Souza in which it is observed how the authors intertwine ideas and knowledge for the comprehension of a pluriethnic village that searches for a legally protected territorial space, specifically in the interior of São Paulo state. This work was completely developed within the Study Group on Democracy and Social Management – GEDGS, under the guidance of its leader.

Lastly, appreciating the collective production of *Amazon Mission - Academic Immersion Activity in Traditional Communities: Debate on Methodologies of Action and Cooperation for the Rescue of Identity and Community Belonging* where Alexandre de Castro Campos, Valdemir Garcia Neto Melo, Fernando da Cruz Souza e Fábio Brega Gamba, under the guidance of Master Dorival Russo de Moraes, Master Anderson Rodolfo de Lima and Doctor Nelson Russo de Moraes, propose the possibility and narrate the university’s extensionist experience out of its (in)visible walls, although, not to invent or create a community for exclusive possession and property. This work shows a successful experience of respectful approximation and academic contribution for the identity and feeling of belonging of communities already very impacted by social structures.

A second reading of the texts reaffirms for me a certainty: the university will not understand

para posse e propriedade exclusivas. Este trabalho mostra uma experiência exitosa de aproximação respeitosa e da contribuição acadêmica para o resgate da identidade e do sentimento de pertença de comunidades já fortemente impactadas pelas estruturas da sociedade.

Uma segunda leitura dos textos reafirma em mim uma certeza: a universidade não entenderá os processos de formação, embates, consensos e dissensos existentes numa comunidade assumidamente tradicional ou, de povos originários ou pluriétnica, se ela não sair de seus muros e com real comprometimento com a vida cotidiana das pessoas e do compartilhamento de saberes.

Outubro, 2018

formation processes, clashes, consensus and dissent in a traditional community or in a native or pluriethnic one if it does not leave its walls with a commitment to people's everyday life and the sharing of their knowledge.

October, 2018

# **Apresentação da Rede Internacional de Pesquisadores Sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais – REDECT**

*Nelson Russo de Moraes<sup>1</sup>*

A organização da humanidade passa, necessariamente, pelas comunidades e por suas matrizes de afetividade e de tradicionalismo não nos restando nenhuma dúvida de que toda a sociedade contemporânea se sustenta sobre os saberes que compunham e que ainda compõem o conhecimento tradicional.

Ao longo de milênios, o fenômeno do desenvolvimento das relações sociais humanas, ou de sua sociabilidade, para os padrões da sociedade contemporânea passou efetivamente pela construção de novos valores, pela urbanização (processo ao qual ainda vivemos e somos impactados) e pela política, enquanto seara da administração dos recursos escassos e da priorização de atendimentos de demandas.

Integrada a esta caminhada

# **Presentation of the international researchers' network on native peoples and traditional communities**

*Nelson Russo de Moraes<sup>2</sup>*

The humankind organization goes necessarily through communities and its affection and traditional matrices in such a way that there is no doubt contemporary society is held up by knowledge from the traditional kind.

Over millennia, the phenomena of societal human relations' development, its sociability, for the standards of contemporary society, went effectively through the building of new values, of urbanization (a current process under which we are still living and being impacted by) as well as of politics, while a management field of scarce resources and prioritization of demands to be met.

Integrated to the human path, the university has been structured, since its origin in Bologna, in a search for scientific truth in positivist processes and social phenomenon to solve

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Brasil; Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Graduado em Administração (ITE). Professor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Articulador da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais – RedeCT, [www.redectpesquisa.wixsite.com/2018](http://www.redectpesquisa.wixsite.com/2018), [redect.pesquisa@gmail.com](mailto:redect.pesquisa@gmail.com)

<sup>2</sup> São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Brazil; Doctor in Communication (UFBA). Master in Social Work (UNESP). Bachelor's Degree in Business Administration (ITE). Teacher of the State University of São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Articulador of the Network of Researchers on Native Peoples and Traditional Communities – RedeCT, [www.redectpesquisa.wixsite.com/2018](http://www.redectpesquisa.wixsite.com/2018), [redect.pesquisa@gmail.com](mailto:redect.pesquisa@gmail.com)

humana, a universidade foi se estruturando, desde os tempos de sua matriz em Bolonha, sempre na busca da verdade científica para processos positivistas e fenômenos sociais, na trilha da resolução de problemas e da correta estruturação de métodos validadores para novas investigações.

Ao passo em que a sociedade planetária, ao longo dos séculos (mas especialmente ao século XX), alavancou o crescimento econômico de suas nações, muitos povos plenos de conhecimento, sustentáveis e autossuficientes em seu *modus vivendi* passaram a ser submetidos ao império de civilizações colonizadoras, ditas mais desenvolvidas. Assim, neste sentido, a humanidade promoveu muitos processos de expropriação de territórios, de escravização, de genocídio étnico dentre tantas outras formas bárbaras de violência contra minorias e por vezes contra maioria quantitativa não predisposta e preparada a combater em sua própria defesa.

A história narra, às vezes de maneira excessivamente resumida, os seus capítulos de chegada (do não nativo), da conquista de um novo território e de um processo extremamente violento de colonização, sendo que o extermínio indígena e o processo de escravização humana (com destaque aos africanos) ficam à cabeceira de uma extensa listagem de narrativas generalizadas e por vezes suprimidas dos estudos.

À contemporaneidade da civilização humana, a universidade (que ainda

problems with adequate structuralization of validating methods for new investigations.

While planetary society, has leveraged economic growth – along with centuries but particularly from the twentieth century forward – for its nations, many peoples, full of knowledge, sustainable and self-sufficient in their *modus vivendi*, have been submitted to the empire of civilizatory colonization by those who considered themselves to be more developed. Consequently, lots of processes of territory expropriation, slavery and ethnic genocide were perpetrated, among many other barbaric forms of violence against minorities, even against quantitative majorities who were not capable or predisposed to fight for their own preservation.

History narrates, sometimes in an excessive summarized manner, chapters of the non-native arrivals, the conquest of new territories and the extremely violent colonization process, in whose indigenous peoples extermination and enslavement, specially of the African population, are the head of an extensive list of generalized and suppressed narratives.

Presently the university, who is still in a path to universalism, pluralism and inclusiveness, seeks for its contributory space not only in a search for scientific truth but for answers on complex problems that are structured over the relationship among different cultures, peoples and interests; between white and black

trilha caminhos para ser universalista, plural e inclusiva) busca seu espaço de contribuição para que se chegue, para além das verdades científicas, às respostas para problemas complexos que se estruturam sobre o campo das relações entre diferentes culturas, povos e interesses; entre brancos e negros; entre sociedade e comunidade; entre o rural e o urbano, entre os que possuem melhor articulação e aqueles mais desprovidos de condições para o debate e a defesa de direitos nas arenas das políticas públicas de modo justo e equitativo.

Assim, deparamo-nos ao limiar do século XX e início do século XXI com o desafio gigantesco (para a sociedade de modo geral e para a universidade em específico) de pautar e conduzir trabalhos, em todos os países do mundo, sobre povos originários e comunidades tradicionais.

Quando se passa a compreensão de política e de políticas públicas, a partir de um olhar sócio-histórico que perpassa pela formação dos povos e das nações, sustentando-se (dentre outros) sobre conceitos filosóficos, sociológicos e antropológicos, percebe-se a clara urgência de se resgatar a identidade das pessoas e o seu pertencimento comunitário. Neste sentido, ao fazer acadêmico, assoberbado e impelido por interesses formativos mais compactos e voltados ao mercado, surgem questionamentos, dentre os quais: como fazer? Seria pesquisa ou extensão? Com quem iniciar? Quais outras experiências acadêmicas

people; between rural and urban areas; between those that possess better connections and those that lack conditions for debating and defending their rights in public policy arenas in a just and equitable way.

Thus, before the threshold of the twentieth century and the beginning of the twenty first century, we face a gigantic challenge, for society in its entirety and for the university specifically, in guiding and moderating works about native peoples and traditional communities in all countries of the world.

The comprehension of politics and public policy from a sociohistorical perspective drawn upon the formation of the nation and its peoples along with the comprehension of philosophical, sociological and anthropological concepts from whose stems the evident urgency of retrieving peoples' identities and their community belonging. In that matter, the academic activity, prideful and urged to attend more compacted formative interests for the market, raises some questions: how to retrieve it? Through research or extension? With which peoples to initiate? What other academic experiences can serve as a model? Is such context only present in my country? Am I alone in such quest?

It is a fact that several, hundreds, thousands of academic activities (focusing exclusively in those whose methodological rigor allow them to be called of research projects, university extension and even teaching

seriam balizadoras? Esse contexto é apenas do meu país? Estou sozinho?

O fato é que diversas, centenas, milhares de atividades acadêmicas (e circunscrevo apenas àquelas com rigor didático-metodológico e que podemos chamar de projetos de pesquisa, de extensão universitária e mesmo experiências de ensino) são desenvolvidas no Brasil e no mundo com vistas à melhor instrumentalização de povos originários e de comunidades tradicionais para a defesa de seus direitos, pela estruturação de políticas públicas e em prol do seu desenvolvimento sustentável em uma perspectiva de valorização cultural e étnica.

Com a finalidade de articular o diálogo entre pesquisadores (e por meio destes, entre universidades ou órgãos de governo), sobre suas experiências e trabalhos, o Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (grupo de pesquisa sediado na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, em seu Câmpus de Tupã – Estado de São Paulo – Brasil) desenhou a *Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais – RedeCT*, criando-a oficialmente em 22/05/2018, por ocasião do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS (na cidade de Juazeiro do Norte – Estado do Ceará – Brasil), encontro bianual da Rede Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – RGS. Pode-se dizer que a RedeCT é uma filha

(experiences) are developed in Brazil and in the world in order to better instrumentalize native peoples and traditional communities for the defense of their rights, for the structuring of public policy aiming at sustainable development in perspective of cultural and ethnical valorization.

For the purpose of articulating the dialog between researchers (and in doing so also universities and government agencies), about their works and experiences, the Study Group on Democracy and Social Management – GEDGS (research group located at São Paulo State University – UNESP – in the city of Tupã, São Paulo state, Brazil) designed the International Researchers Network on Native Peoples and Traditional Communities – RedeCT, established on 05/22/2018, at the X National Researchers Meeting on Social Management – ENAPEGS (in the city of Juazeiro do Norte, Ceará state, Brazil), during the biannual meeting of the National Network of Researchers on Social Management – RGS. It can be said RedeCT is the offspring of RGS due to the endeavors made by GEDGS/UNESP and their research group partners OPAJE/UFT and PGEA/UNESP.

Right after its creation, the RedeCT sought to connect and propose an articulation among researchers (via direct contact on its page, social networks

[www.redectpesquisa.wixsite.com/2018](http://www.redectpesquisa.wixsite.com/2018) and its e-mail

da RGS, pelo esforço do GEDGS/UNESP (e de seus parceiros de pesquisa como os grupos de pesquisa OPAJE/UFT e PGEA/UNESP).

Imediatamente à sua criação, a RedeCT buscou ligar e propor articulação entre os seus pesquisadores (por meio dos contatos diretos, por sua página na internet [www.reductpesquisa.wixsite.com/2018](http://www.reductpesquisa.wixsite.com/2018), pelas redes sociais ou por seu email [redect.pesquisa@gmail.com](mailto:redect.pesquisa@gmail.com)), chegando já nos meses seguintes a um chamamento de pesquisadores para a composição do livro *“Povos Originários e Comunidades Tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária desenvolvidos pela RedeCT”*. Assim, iniciou-se o diálogo entre pesquisadores das seguintes universidades e órgãos (articulados ao network da RedeCT e outros já participantes de seu primeiro trabalho concreto com a publicação de capítulo neste volume de livro): **(1)** Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP; **(2)** Universidade Federal do Tocantins – UFT; **(3)** Universidade de Cabo Verde – Cabo Verde; **(4)** Universidad Nacional de Córdoba – Argentina; **(5)** Instituto Federal do Tocantins – IFTO; **(6)** Universidade Luterana do Brasil – ULBRA; **(7)** Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ; **(8)** Universidade Paulista – UNIP; **(9)** Universidade do Sagrado Coração – USC; **(10)** Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA; **(11)** Universidade Federal do Cariri – UFC; **(12)** Faculdade Guarai – FAG; **(13)** Universidade de Barsília – UnB; **(14)**

[redect.pesquisa@gmail.com](mailto:redect.pesquisa@gmail.com)), achieving in the following months the call for editing the book “Native peoples and Traditional Communities: academic research and extension works conducted by RedeCT”. Hence, a dialog among researchers of the following universities and bodies (some were already RedeCT participants while other became participants by publishing chapters in one of the volumes of this book) was initiated: (1) São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP; (2) Federal University of Tocantins – UFT; (3) University of Cape Verde – Cape Verde; (4) National University of Cordoba – Argentina; (5) Federal Institute of Tocantins – IFTO; (6) Lutheran University of Brazil – ULBRA; (7) Federal University Rural of Rio de Janeiro – UFRRJ; (8) University of Paulista – UNIP; (9) University of Sacred Heart – USC; (10) West Federal University of Pará – UFOPA; (11) Cariri Federal University – UFC; (12) Guarai College – FAG; (13) University of Brasilia – UnB; (14) University Múrcia – Espanha; (15) Tocantins Satate Government; (16) City Hall of the Porto Nacional – TO; (17) University Center of Integrated Adamantine Colleges – UNIFAI; (18) Federal University of Roraima – UFRR; (19) Federal University of Rio Grande do Sul – UFRGS; (20) State University of Mato Grosso – UNEMAT; (21) State University of Goiás – UEG; (22) Institute Nature of Tocantins – NATURATINS; (23) Federal University of São Carlos – UFSCar; (24) Royal,

*Universidade Múrcia - Espanha; (15)* Governo do Estado do Tocantins; **(16)** Prefeitura Municipal de Porto Nacional - TO; **(17)** Centro Universitário das Faculdades Adamantinenses Integradas - UNIFAI; **(18)** Universidade Federal de Roraima - UFRR; **(19)** Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; **(20)** Universidade Estadual do Mato Grosso - UNEMAT; **(21)** Universidade Estadual de Goiás - UEG; **(22)** Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS; **(23)** Universidade Federal de São Carlos - UFSCar; **(24)** *Universidad Mayor, Real y Pontificia de San Francisco Xavier de Chuquisaca - Bolívia;* **(25)** Universidade de São Paulo (USP).

*Largest and Pontifical University of San Francisco Xavier de Chuquisaca - Bolívia;* (25) *São Paulo University (USP).*

Being aware of the challenge accompanied by this theme, although conscious the university must act in a vigorous way towards assuming the power of articulating knowledge in favor of its consolidation, truth and dialogicity that sustain and matures democracy. Also willing to work for the empowerment of native peoples and traditional communities in different countries and contexts, the RedeCT presents itself and invites everyone to participate in their works.

Ciente de que o desafio desta temática é imenso, contudo consciente de que a universidade deve atuar de forma vigorosa assumindo o poder que possui de articular saberes em prol da consolidação do conhecimento, da verdade e da dialogicidade que sustenta e amadurece a democracia. Também disposta a trabalhar pelo empoderamento dos povos originários e das comunidades tradicionais em diferentes países e contextos, a RedeCT se apresenta e convida a todos à participação em seus trabalhos.

November, 2018

Novembro, 2018

# Capítulo 1

## Povoação e territorialidade da aldeia de alto mira (Santo Antão – Cabo Verde)

Poverty and territoriality of the Altoia de Alto Mira  
(Cape Verde – Santo Antão)

*Elvira Gomes dos Reis<sup>1</sup>*

---

### RESUMO

Esta comunicação visa analisar o ciclo de vida de uma aldeia ribeirinha do interior de Santo Antão concelho do Porto Novo em Cabo Verde. Indaga sobre as estratégias de povoamento da ribeira, esclarece a origem do topónimo, e tenta perceber como é que a aldeia foi povoada e como as famílias evoluíram. Analisa o que se pode chamar de êxodo ribeirinho, e o impacto da agricultura e da emigração na mobilidade social. A metodologia é de enfoque qualitativo com base na entrevista semiestruturada e observação participante. Toma como sujeito de pesquisa uma família e a partir dela tenta entender o ciclo de cinco gerações, sendo uma anterior e três posteriores à geração da família nuclear, informante desta pesquisa. Esta recorre ao memorialismo autobiográfico para reviver o ciclo de vida da primeira geração. Dentro da família nuclear, considera-se como principal informante a matriarca octogenária que, utilizando como técnica discursiva a analepse, relatará o *modus vivendi* dos seus pais e da sua avó. As unidades de discurso assumem a forma de histórias de vida. Os resultados mostram que a exiguidade do meio aliada às dificuldades de realização pessoal determinaram que o processo de fixação e crescimento dos ribeirinhos fosse tímido, pois  $\frac{3}{4}$  dos originários emigrou e a maioria nasceu fora. A fim de evitar o envelhecimento da população e alavancar o processo de fixação, torna-se necessário encontrar novos caminhos de desenvolvimento comunitário, sendo que a formação técnico-profissional, a agricultura, o turismo rural e de montanha se apresentam como rumos mais seguros.

**Palavras-chave:** Ribeirinhos. Êxodo. Agricultura. Desenvolvimento e mobilidade.

### ABSTRACT

This paper aims at analyzing the cycle of life of a riverside in the interior of Santo Antão, municipality of Porto-Novo, in Cape Verde. It inquires the strategies of populating the riverside,

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação e Desenvolvimento Humano pela Universidade de Santiago de Compostela Galiza (Espanha). Mestre em Didática de Línguas pela Universidade de Aveiro (Portugal). Licenciada em Ensino de Estudos Portugueses pela Universidade Aberta de Lisboa (Portugal). Bacharel em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses pelo Instituto Superior de Educação da Praia (Cabo Verde). Professora Doutora da Universidade de Cabo Verde. Email: [elvira\\_freitas1@hotmail.com](mailto:elvira_freitas1@hotmail.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0809431183529379> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7497-0419>

clarifies the origin of its toponym, and tries to apprehend how the village was populated and how the families developed. It analyses what can be called riverside exodus and the impact of agriculture and emigrations on social mobility. The methodology used was the qualitative approach based on semi-structured interviews and participant observation. The subject of the research is a family throughout five generations: a previous generation and three posterior ones to the generation of the nuclear informant family. The research draws upon the autobiographic narratives to relive the cycle of life of the first generation. In the nuclear family, the main informant was the octogenarian matriarch, who used the discursive technique *analepse*, through which she retells the *modus vivendi* of her parents and grandmother. The units of speech undertake the form of life stories. The results show that the smallness of the environment allied to the difficulties of personal accomplishment determined the process of settlement and the shy growth of the riverside population, since  $\frac{3}{4}$  of the original population emigrated and the majority was born outside that area. In order to avoid the aging of the population and to leverage the settlement process, it is necessary to find new paths of community development, with technical and vocational training, agriculture, rural tourism and mountain tourism as safer alternatives.

**Keywords:** Riverside. Exodus. Agriculture. Development and mobility.

---

## 1 Introdução

Em jeito de contextualização, importa notar que Cabo Verde é um arquipélago formado por 10 ilhas vulcânicas situadas a 570 km da Costa Ocidental Africana. Ocupa uma área de 4000 km quadrados, sendo que a ilha de Santo Antão ocupa uma área de 779 km quadrados. Foi achado pelos portugueses em 1460 e em 1462 deu-se início ao processo de povoamento a partir da ilha de Santiago. Santo Antão é a ilha mais a Norte do país e onde se localiza a Ribeira de Alto Mira, objeto de estudo desta comunicação. A carta régia de doação que autorizaria o povoamento de Santo Antão, data-se de 13 de janeiro de 1554 e foi dirigida a D. Gonçalo de Sousa que, segundo a história nunca esteve em Cabo Verde. Antes constituiu funcionários para a exploração da Ilha. Alto Mira é uma aldeia ribeirinha, dona de uma paisagem natural singularmente bela, de um clima ameno e um ar puro que, hoje, se respira pouco no mundo, situado no Concelho do Porto Novo a 26 Km da cidade portuária, também, do Porto Novo.

Esse estudo visa destacar os principais constrangimentos que a comunidade ribeirinha tem enfrentado ao longo dos séculos no seu processo de desenvolvimento, analisar o ciclo de vida das famílias como um fluxo de informações que conduz à compreensão do ciclo de vida da própria comunidade, já que são marcadas por

rotinas que se repetem em cada núcleo familiar. A observação participante foi fundamental para nos ajudar a perceber que a compreensão do ciclo de vida de uma família poderia trazer-nos uma visão holística do fluxo de vida na comunidade.

Assim, a seleção da família que serviria como informante central do estudo teve como critérios o grau de influencia que a mesma exercia sobre a comunidade e a facilidade de contacto. Para compreender o percurso geracional e entender melhor os traços culturais e o *modus vivendi* da comunidade, foi necessário considerar a importância da anamnese enquanto técnica discursiva que permitiu conhecer superficialmente a primeira descendência da matriarca da família nuclear e a segunda descendência em alguns aspectos fundamentais, mais gerais, considerando o efeito nefasto do tempo sobre a memória. Pois, as informações sobre a avó e sobre os pais da informante principal são fundamentais para a concretização de alguns pressupostos fundamentais do estudo, a saber:

- As condições climáticas da região e a existência de nascentes de água bem distribuídos ao longo da fenda que entre cordilheiras montanhosas forma a ribeira foram determinantes para a fixação da povoação, porém não foram suficientes para, ao longo dos séculos, continuar a garantir o crescimento populacional;
- Hábitos coloniais, constituíram heranças e marcaram definitivamente a identidade de homens e mulheres da comunidade em termos de reprodução social e de estrutura familiar;
- A linguagem do quotidiano denuncia o *modus vivendi* da população e a sua visão do mundo.
- A emigração é tanto um fator de mobilidade social e de desenvolvimento humano e familiar, como um catalisador do êxodo ribeirinho;
- Uma aposta forte na modernização do setor da agricultura, com a prática da agricultura de precisão, e a institucionalização do turismo de montanha podem ser fatores de desenvolvimento comunitário;

Especificando os objetivos, esta comunicação pretende:

- Analisar as implicações das condições naturais da região no processo de fixação e desenvolvimento da população.
- Identificar práticas coloniais que se constituíram em hábitos e costumes e até em herança comunitária e familiar.
- Analisar a visão do mundo dos ribeirinhos através de algumas metáforas do seu quotidiano.
- Analisar o impacto da emigração no processo de desenvolvimento humano, familiar e comunitário.

Deste modo, os dados recolhidos junto da família nuclear deverão permitir uma descrição física da ribeira, inferindo sobre o que esteve na origem da sua morfologia; descrever o processo de mobilidade social dentro das cinco gerações em estudo; interpretar o impacto da emigração no processo de desenvolvimento da comunidade; descrever o *modus vivendi* da população em termos de evolução das condições habitacionais e de acesso a bens da primeira necessidade e à vida urbana; relacionar as condições sanitárias com a evolução da esperança de vida dos ribeirinhos; tentar entender até que ponto a melhoria das condições de vida das famílias está presente na história dos objetos e utensílios domésticos que marcaram o seu percurso.

Complementando os aspetos metodológicos, pode-se dizer que como de análise de dados, utilizou-se a análise qualitativo-interpretativa do discurso das entrevistas e a confrontação das unidades de discurso com a observação participante. A análise linguística recaiu sobre metáforas do quotidiano que, neste caso, exprimem não só os sentimentos e o pensamento do homem ribeirinho, como também a sua própria visão do mundo, conforme já antes notara Sapir e Worf.

Assim, os dados recolhidos e analisados constituem um ponto de partida para estudos mais profundos sobre comunidades que tendem a desaparecer, levando consigo todo um legado tradicional, cultural e linguística que merece ser preservado em nome do desenvolvimento comunitário sustentável, garantindo que as gerações vindouras possam conhecer melhor a história dos seus

ancestrais, enquanto coordenadas importantes na definição e afirmação de uma identidade cultura, histórica, linguística e nacional.

## **2. Alto mira: a fraca representação semântica do topónimo e as suas origens**

Alto Mira é uma bacia hidrográfica, uma extensa ribeira do interior do Concelho do Porto Novo que, em termos geográficos, começa no sopé de uma cadeia montanhosa e vai cortando as cordilheiras até o mar no extremo Noroeste da Ilha mais acidentada de Cabo Verde.

As mais de 50 nascentes de água potável fizeram com que o vale se apresentasse como viçoso e muito verdejante, propício à prática da agricultura. Os primeiros olhares terão vislumbrado uma ribeira que atraiu a atenção dos portugueses que na, 2ª fase de povoamento de Cabo Verde, procuravam regiões férteis para fixarem povoações e fazerem exploração agrícola na Ilha de Santo Antão.

Reza a história que o topónimo Alto Mira terá resultado de uma redução da expressão inicial “É do alto que se mira!”. Exploradores portugueses subiram ao Topo de Coroa (o vulcão mais alto de Santo Antão) olharam para baixo e viram uma ribeira verdejante. Emocionado e triunfante, como quem teria encontrado o que havia muito tempo procurava, um deles exclamou: *É do alto que se mira!* Esta exclamação terá sofrido uma espécie de erosão, tendo sobrevivido até aos nossos dias os dois núcleos da frase: o adjetivo espacial *alto* e o verbo *mira* na sua forma impessoal, originando o topónimo *Alto Mira*. Efetivamente, quem não conhece a Ribeira a idealiza como uma zona alta cujo caminho de acesso seja uma subida e não uma descida íngreme. As pessoas que chegam de longe ficam surpreendidas com o facto de ser um vale e não um monte.

Não existe registo histórico sobre a origem dessa comunidade ribeirinha, talvez, por causa da sua exiguidade e insignificância no contexto de desenvolvimento do país. Um dos sinais da importância das diferentes regiões no processo de

desenvolvimento é o interesse dos exploradores na construção de caminhos vicinais em um primeiro momento e de estradas num segundo, numa tentativa de aproximar essas povoações das zonas administrativas. Nessa lógica, Anicete António Ferreira, no seu despacho de 27 de março de 1813, “Principais objectos que se deve realizar para fazer prosperar a agricultura nas ilhas de Cabo Verde”, publicado em descrições oitocentistas das ilhas de Cabo Verde de Antonio Carreira, diz:

1.º - Ordenar daqui que os caminhos se façam bons com a maior brevidade nas ilhas de Santiago, S. Nicolau, Santo Antão e Brava, a fim de facilitar as conduções da produção da agricultura tanto para as povoações como para o embarque: suprindo-se as ferramentas necessárias para o completamento deste tão útil fim (CARREIRA, 1983, p.59)

Mas, essa ribeira está longe do primeiro centro administrativo, Ponta do Sol, o pico mais a norte de Cabo Verde dista mais de 50km da Ribeira de Alto Mira. É muito caminho para ser percorrido a pés, visto que os carros na época não existiam e em Alto Mira só tinham mulas ou cavalos os poucos homens de posses. Porém, mulheres chamadas de matreiras, negociantes, venciam as montanhas umas vezes com albecas nos pés e, na maioria das vezes, descalças, transportando na cabeça os frutos da terra dos três povoados da Ribeira de Alto Mira para à vila do Porto Novo. Dali a mercadoria era repassada a outras matreiras que, de bote ou palhaborde, as faziam chegar a São Vicente ou a Ponta do Sol, segundo a matriarca, informante dessa pesquisa.

Figura 1 – Primeiro Povoado



Infere-se que o processo de povoamento se tenha iniciado a partir do mar e que os descobridores tenham chegado na praia conhecida como Boca de Alto Mira de bote ou palhabote. Pois a comunidade está organizada em três povoados da orla marítima ao sopé da cadeia montanhosa que marca o fim do canal que se abre como uma grande fenda entre as montanhas.

Figura 2 – Segundo Povoado (foto de Joaquim Neves)



O Povoado mais perto do mar ganhou a designação de primeira zona, ou primeiro povoado, mais ao menos ao meio da fenda perto de um segundo grupo de nascentes organizou-se a 2-ª zona ou 2.º povoado.

E, mais perto do sopé da montanha que separa Alto Mira de Ribeira Fria, organizou-se o terceiro povoado ou 3.ª Zona.

### **3. O processo de fixação e as alterações na morfologia da ribeira**

As nascentes constituíram-se em pontos de atração dos moradores e à volta de cada nascente foram levantados regos, socalcos e banquetas pilares e barragens para reterem a terra para o cultivo. A inclinação da rampa de terreno acaba por determinar a largura dos regos isto é quando se tratava de uma rampa íngreme os regos eram muito estreitos, mas em espaços mais planos, menos inclinados os pilares são mais largos.

As nascentes foram determinantes no processo de fixação das famílias que timidamente começavam a despontar na região. A idade das construções denuncia o ritmo de crescimento da população residente, mas omite o ritmo do efetivo aumento populacional da região. Pois, os jovens eram estimulados a emigrarem-se a procura de uma vida melhor e o casamento era visto como empecilho ao alcance desse objetivo. As famílias eram todas voltadas para a terra. A agricultura é a atividade económica por excelência. Porém, os pais não desejavam o mesmo fim para seus filhos.

**Figura 3 – Terceiro Povoado (foto de Armindo Duarte)**

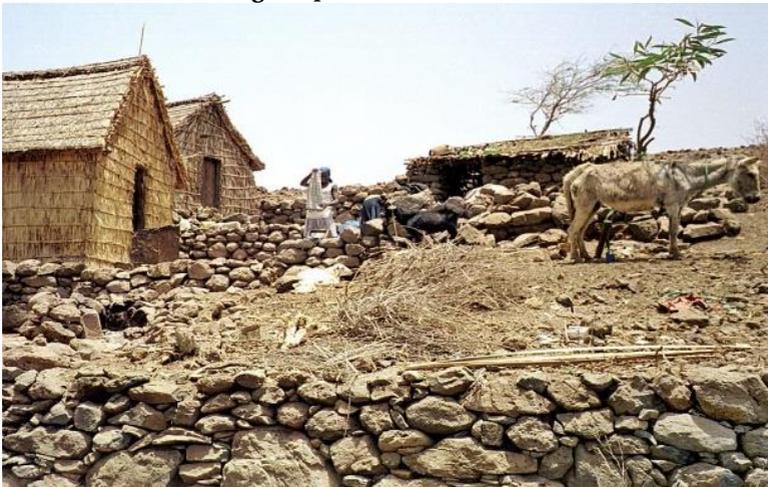


As marcas da presença humana nesta localidade eram, então as poucas residências, que como já vimos não cresceram muito desde então, a organização das parcelas de terreno cultiváveis a construção de diques tanques e levadas e de caminhos vicinais com cerca de 2 metros de largura. Muitos caminhos foram desbravados espontaneamente, sem nenhuma intervenção intencional em rochas escarpadas no processo de busca de lenha e pasto para as poucas cabeças de gado. Com o tempo, as chuvas escassearam-se, a vegetação espontânea que inicialmente era abundante foi

aproveitada para a construção dos parques mobiliários e utensílios imprescindíveis a sobrevivência (o pilão e os paus de pilão inserir imagens) da população, para a construção das casas (o sisal a laranjeira, a figueira e a mangueira).

Por isso a vegetação de grande porte, rapidamente desapareceu e o que era uma ribeira verdejante, nos meses secos, era um descampado inóspito, salpicada de verde apenas nos terrenos cultiváveis onde chegava a água da rega, como aliás se pode notar comparando a foto III com a foto IV.

**Figura 4 - foto de Carla Lima**



#### **4 A emigração e a mobilidade social**

Nos anos 60 e 70, jovens nascidos em 40 e 50 e 60 eram educados para rumarem a Europa e poucos casaram e se realizaram através da agricultura e subsistência. Nos finais dos anos setenta inícios de anos 80, o impacto das remessas dos emigrantes começa a ficar visível. As casas antes de pedra, terra abatida, barro e palha de cana ou do campo começaram a ganhar outro rosto. A primeira intervenção foi a substituição da Palha por telha, o reboque com barro pelo reboque com cimento e cal, o chão de terra por cimento. Porém,

a telha não aguentava as tempestades. As chuvas torrenciais de 1980 e 1984 deixaram muitas casas descobertas. O telhado foi levado pelo vento e as casas de palha serviram de refúgio para muita gente.

**Figura 5 - foto de Armindo Duarte**



**Figura 6 - foto de Juvenil Lima**



Por isso, no início dos anos 90 a preocupação era substituir o telhado por betão armado. As casas ganham novo rosto, como se pode ver nas imagens à esquerda. A constituição de novos núcleos familiares devia dar origem a novas construções. Porém, tal não

aconteceu. Antes, as já existentes tiveram que albergar de três a quatro gerações, pais, filhos, netos e bisnetos.

Esse facto mostra que o casamento enquanto instituição não era uma meta na vida dos jovens. As relações extraconjugais originaram várias gerações de filhos que foram educados pelos avôs. Rapazes e moços emigraram, deixando a cargo dos pais filhos menores. As famílias, rapidamente, se tornaram famílias alargadas e os avôs e muitas vezes bisavôs, assumiam a função de pais na vida dos netos e bisnetos.

Figura 7 – foto de Armindo Duarte



## **5. Remanescências de práticas coloniais na organização familiar**

Pode-se inferir que esta seja uma herança do colonialismo português. Pois, no século XV Portugal tinha os olhos fixos na empresa dos descobrimentos e muitos sonhavam com as riquezas do além-mar, na Índia, nas Américas e na África. O colonizado era coisificado e o homem só usava a mulher escrava para satisfazer as

suas necessidades sexuais. Daí que as relações sexuais fora do casamento e sem compromisso eram encaradas como uma prática neutra, visto que os homens daquela comunidade sempre procederam assim. A existência de filhos ilegítimos (de relacionamentos extraconjugais) ou de filho sem o nome de pai era frequente.

A informante desta pesquisa, relembra que conheceu a avó, uma mulher com características orientais, talvez de Timor, Goa ou Malaca, com a pele escura e os cabelos sedosos. Mas não sabe dizer como foi que ela chegou à ribeira, ou se terá nascido lá. Sabe apenas que a mãe era filha de um português que não a reconheceu como tal. Quando questionada sobre porque não terá reconhecido a filha, a informante disse que naquela época era costume os homens brancos abusarem sexualmente das mulheres e não registrarem os filhos, por um lado. Por outro, por causa da miséria, muitas mulheres viam numa relação com um homem branco uma ilusória saída para melhorar as suas condições de vida. Assim, pecado se torna quase geracional e a própria mãe também não se casou com o pai da sua primeira filha. Este também era branco e tinha muitas mulheres. A mãe, que já tinha traços fortes da raça branca por causa do pai ilegítimo, da relação com este homem, deu à luz a uma filha com características europeias que foi educada na vila, fora da ribeira, casou também com um branco e muito cedo esqueceu as origens.

Mais tarde a sua mãe veio a casar com um nativo que também tinha traços africanos e orientais. Pois, segundo ela, o cabelo do seu pai era forte e muito liso e o seu nariz muito fino, enquanto que os africanos puros tinham o cabelo crespíssimo e o nariz achatado. É de se notar que verdadeiramente essa miscigenação originou uma genética privilegiada, visto que, fisicamente, as pessoas dessa linha geracional são muito bonitas.

A representação social que se tem da família enquanto núcleo duro de uma tradicional instituição constituída por marido esposa e filhos perde sua força e importância na comunidade

ribeirinha de Alto Mira nas segundas e terceiras gerações. Pois, para os jovens o alvo é a emigração.

Esse fenómeno terá um impacto significativo nas relações familiares, pois segundo a nossa informante, muitos lares são marcados por conflitos de gerações entre avós netos e bisnetos e distância ou frieza emocional na relação entre pais e filhos e até algum ciúme dos filhos em relação ao país e avós, pois aqueles não recebem dos filhos o afeto que netos e bisnetos dão estes. Mas também, a animosidade surge do facto das segundas geração, quando regressam da emigração e numa atitude de comparação entre a educação ribeirinha e a educação do país de acolhimento, desaprovarem a primeira, acusarem os seus pais de não terem educado os filhos deles da melhor maneira, demonstrando assim frustração e emocionalmente feridos.

Nesta matéria, Priegue Caamaño (2008) defende,

La familia, además ser una estructura de importancia capital en el funcionamiento de toda sociedad, es el contexto natural en el que se transmiten los conocimientos y valores adquiridos en una cultura. Con la migración, el bagaje cultural de las familias se traslada a la sociedad de acogida y juega un papel determinante en las actitudes, las percepciones, y los modos de vida en el nuevo espacio social. A su vez, la carga cultural de las familias modula la vertebración de representaciones sociales y, en consecuencia, constituyen una manera particular de enfocar la construcción social de la realidad, en tanto en cuanto son formas de conocimiento socialmente elaborado y compartido (CAAMAÑO, 2008, p.20).

Depois de algum tempo, através de casamentos nos países de acolhimento, conseguiram nacionalizar-se e vieram buscar os filhos. Nessa dinâmica a ribeira foi esvaziando-se e em muitas casas, ficaram apenas os velhos, transformando-se em verdadeiros ninhos vazios.

Nos meados de 90, quando a Europa fechou as fronteiras para os cabo-verdianos, o fluxo migratório interno, dentro da mesma ilha ou para as ilhas mais desenvolvidas ganhou

intensidade. Com remessas vindas da Europa as terceiras e quartas gerações contruíram casas nas cidades de Porto Novo ou Mindelo (Ilha de São Vicente) e famílias inteiras foram desenraizadas da ribeira de Alto Mira. Por causa, também, do turismo nas ilhas planas de Boa Vista e Sal, muitos jovens foram viver para essas ilhas.

## 6. Os rendimentos e o *modus vivendi* da comunidade ribeirinha



Figura 8 – foto de Armindo Duarte

Nos primeiros anos de vida dessa comunidade, a agricultura era a única fonte de renda. Os homens aprendiam muito cedo a arte de lavrar a terra. Os caminhos vicinais foram construídos com trabalho escravo ou assalariados com mantimentos da primeira necessidade (milho, sal e banha de porco), por ordem do governador da Província, Anicete António Ferreira, no seu Despacho de 1813, como vimos, inicialmente.

Na agricultura, a rega através de levadas de terra consumia grande parte da água e irrigava poucos terrenos. Por isso, a modernização desse setor trouxe a construção de tanques e levadas de cimento e, conseqüentemente as frentes de alta intensidade da

mão de obra (FAIMO) para a ribeira de Alto Mira. Antes essas frentes ocupavam-se da construção de estradas e abertura de caminhos nos campos, ligando Porto Novo - Ribeira Grande - Paul - Ponta do Sol. Hoje as FAIMO já não existem. Os trabalhos de construção de barragens, tanques e diques continuam, mas, são desenvolvidos por empresas. A agricultura passou, também, a utilizar o tubo PVC e o sistema gota-a-gota para poupar a água e rentabilizar os investimentos nesse setor.

O cultivo do milho e da mandioca, inicialmente ordenado pelo governador da Província em pouco tempo deu lugar ao cultivo da cana-de-açúcar, batata inglesa e batata-doce, inhame, banana, cenoura, alho, cebola e tomate. Desses, eram destinados ao comércio grande parte do alho, quase toda a batata inglesa, a cebola, a cenoura e o tomate. O resto era a base da alimentação diária.

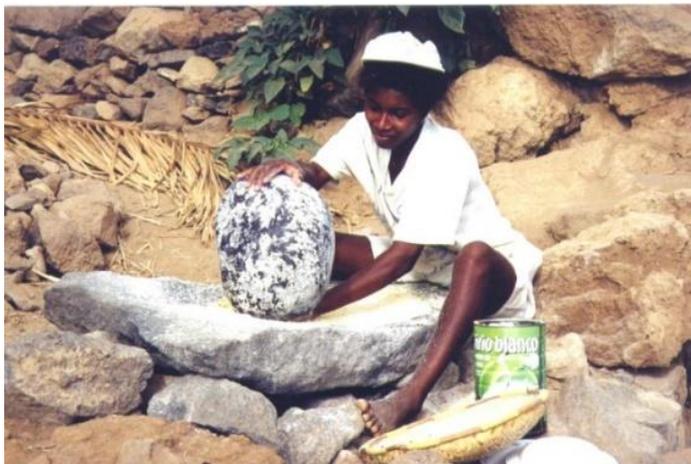
Convém notar que o gado era inexistente. O que se praticava era a criação de algumas cabeças de cabra, burro, galinhas e porcos, mais com a intenção de se conseguir algum fertilizante, ou estrume para a agricultura do que para a venda. Hoje, a existência de fertilizantes químicos enfraqueceu essa prática. Os ovos, e a carne são comprados nos centros urbanos.

Outra fonte de rendimento era a carga. Uma vez que não havia estrados tudo era transportado na cabeça das mulheres e algumas poucas limarias (burros ou mulas). Essas mulheres, como vimos no início desta comunicação, eram conhecidas como matreiras ou negociantes. Uma espécie de estafetas que faziam esse trabalho pesado, carregando dezenas de quilos na cabeça por salários de batata doce, mandioca, inhame ou feijão. Esses produtos tinham como destino à vila do Porto Novo ou a cidade do Mindelo. As mulheres saíam de Alto Mira 3Hoo ou 4Hoo de madrugada, com lampiões, e chegavam à vila por volta dos 10Hoo 11Hoo da manhã. Portanto, várias horas de percurso a pé. Conforme a nossa informante, essas mulheres destacavam-se pela sua agilidade, força e boa disposição para tocar a vida adiante. Essa força feminina, essa tenacidade foi, com certeza, uma grande alavanca de mobilidade

social. Pois os filhos criados debaixo desse sacrifício viram suas vidas melhoradas por causa dos esforços da mãe. Muitos emigraram contribuindo, de seguida, em definitivo para melhorar as condições de vida da mãe, quase sempre sozinha, dos irmãos mais novos e até dos filhos que nasciam das primeiras relações sexuais e ficavam sob a responsabilidade das suas avós, visto que a ignorância em matéria de educação sexual era total. Pois, os serviços de planeamento familiar chegaram ao vale em 1980. Antes disso, muitos dos primeiros relacionamentos sexuais resultavam nos primeiros filhos, não planeados, não desejados.

Na gestão dos recursos, todo o conforto é procurado nos elementos da natureza, a saber os animais e as plantas. Por isso no interior das casas no início do povoamento, segundo a nossa informante, tudo lembra a mãe natureza. Os bancos, banquetas, a mesa, a cama de madeira de laranjeira ou figueira; a esteira de tronco de bananeira, o esteirado, os balaios e as bandejas de cariço; os pratos, gamelas e talheres de figueira, o pilão e os paus de pilão de figueira mangueira ou laranjeira, a pedra de rala de basalto, o pote de barro eram os poucos utensílios.





As pedras de rala eram muitas vezes comunitárias. Lá onde havia uma pedra em cada casa era sinal da presença de homens fortes e diligentes, porque esculpir e lizar a pedra era um trabalho árduo que exigia muito esforço e muito trabalho, afim de se formatar o duro basalto. Às vezes eram trazidas de longe empurradas com ferro de alavanca e por muitos homens. Também a grande bola de basalto que se usava em cima da superfície plana era uma dura pedra basáltica de formato redondo ou cilíndrico. O pilão era um utensílio imprescindível e cada casa tem um com dois ou três paus usados para cochir, pilar ou quebrar o milho. Pois, a cachupa, às vezes com feijão, às vezes sem feijão é o alimento diária. Duas vezes ao dia se come cachupa: à noite e de manhã. O almoço com verdura ou papa, o lanche com batata doce assada, banana ou pão, manga, goiaba ou papaia, tomate com açúcar, um chá ou um suco de frutas fresco, o café nas casas mais abastadas com leite de cabra acabada de ordenhar, marcam toda a diferença. Formam o regime alimentar de homens e mulheres que se esforçam muito para levar o pão à mesa todos os dias.



Figura 9 ; foto de Ivone Fortes

Os fogões de lenha, com três pedras sobre as quais se colocava uma caldeira de três pernas de puro ferro, funcionam também como forno para assar espigas de milho, batata-doce e fongo de milho, batata-doce e banana madura.

Do ciclo do milho, ainda, se aproveita a palha da espiga para encher os colchoes. Esses, no processo de mobilidade social, são substituindo pela florzinha (flor de um arbusto, macia como o algodão que de tanto ser colhida estingue-se da ribeira e dos campos circundantes), mais tarde pela espuma ou esponja. Hoje muitas famílias têm colchões ortopédicos.

As roupas que inicialmente eram de um tecido áspera, chamado xita (uma espécie de saco); evoluiu para caqui, bombaza, bombazine, casca de ovo, algodão, linho, cetim, lycra etc. Na sua maioria, o vestuário vinha da Europa. Nos últimos anos, os chineses têm ajudado as famílias pobres. Mas, para quem estava

acostumado à qualidade das roupas europeias, o negócio dos chineses não acrescentou muito.

## **7. A educação no processo de desenvolvimento comunitário**

Inicialmente não havia escola. As primeiras escolas datam de 1910, quando, em Portugal, Marquês de Pombal ordenou a construção de escolas em todos os cantos e recantos da Metrópole e das Provinciais do Império Português. Ministravam o pré-primário e só depois a primeira classe. Normalmente os alunos estudavam até a 4ª classe e os exames de admissão eram feitas em Ribeira da Cruz, outra Ribeira paralela a de Alto Mira, na direção Nordeste Sudeste.

O nº de alunos era muito reduzido e o professor era um modelo, uma voz de autoridade digna de toda a honra, pois era sem duvida a pessoa mais bem formada da região, por quem a população nutria um carinho e uma consideração expressos nos presentes de ovos, galinhas e cabrito bem como das primícias da terra que os pais mandavam seus filhos irem deixar na casa do professor ou da professora.



Porem, as relações entre alunos e professores não era uma relação muito amistosa há relatos de torturas e maus tratos que traumatizavam as crianças e faziam disparar as taxas de abandonos escolar. O uso de milho e cascalho, o chicote de rabo ou couro de boi, a vara de marmeleiro, a palmatoria ou menina de cinco alhos, a orelha de burro são formas violentas de repressão usadas, como estratégias erróneas de motivação e de captação da atenção e do interesse dos estudantes que, como era de se esperar, pouco ou nada contribuíram para o sucesso dos alunos. Por isso, a nossa informante diz que os alunos não se atreviam a cumprimentar os professores.

Outro informante, comparando a educação daquele tempo com a dos finais do século XX, dizia “Naquele tempo, sim, é que se ensinava. Hoje a escola é uma brincadeira. Todos que por lá passam conseguem aprovação. Imagina que no meu tempo todos os alunos da freguesia de Santo André, cerca de 40 alunos, foram fazer o exame da 4ª classe em Ribeira da Cruz e só dois passaram, eu e mais um, tão difícil era a prova.” Para ele, a massificação do ensino tirava à educação a sua nobreza inicial, pois coisas nobres não podem ser do acesso de todos. Podemos notar nesta representação social vestígios de um pensamento do colono que se distanciava dos escravos que tratava como uma massa homogenia de incivilizados e se posicionava como um ser superior que tinha a missão dada por Deus de civilizar essas os colonizados.

Durante muitos anos só tinha uma escola que em dois períodos recebiam duas turmas compostas: uma com a 1ª e a 2ª classes de manhã das 8H00 às 13H00 e outra com a 3ª e 4ª classes à tarde das 13H00 as 18H00, com menos de trinta alunos cada turma.

Convém notar que a população cresce muito pouco nessa altura por duas razões fundamentais: as crenças em bruxas e as doenças por um lado e a emigração por outro. Os poucos jovens emigravam-se e muitas crianças morriam por causa do **tétano**. As parteiras curavam o umbigo do recém-nascido com terra da parede, cinza do fogão de lenha ou folha da planta de tabaco seca e moída.

Esta prática infeccionava o umbigo da criança e como não havia nem medicamentos nem vacina, muitas vezes a criança morria ao sétimo dia. Por causa dessas mortes desenvolveu-se a crença em que as bruxas, faixas de luzes que voavam durante a noite, vinham comer as crianças. Para combater a maldade das bruxas a criança era, muitas vezes, obrigada a ingerir, com poucos dias de vida, remédios feitos por curandeiros sob condições pouco ou nada higiénicas que acabavam por abreviar, ainda mais, os seus dias. Relembramos que, segundo a nossa informante, as bruxas eram pessoas que usavam os lampiões para, durante a noite se deslocarem para sítios distantes, evitando a caminhada debaixo do sol escaldante. Os serviços de Planeamento Materno e Infantil – Planeamento Familiar (PMI-PF), chegaram à ribeira em 1980, com a vacinação e os contraceptivos, acabando de vez com as bruxas. A eletricidade ajudou no processo de extinção das bruxas, porque, com a fixação de postes de luz por todos os cantos, deixou-se de ver as bruxas a voarem à noite.

A partir dos anos 80, começam a aparecer as primeiras pessoas que, saindo da ribeira rumaram em direção à ilha vizinha de São Vicente para fazer os estudos liceais, hoje, ensino secundário. A 1ª a terminar os estudos e uma mulher que se casa e vai viver para Angola. O segundo é um rapaz boémio, muito inteligente que morre atropelado em Portugal. Enquanto isso os emigrantes continuam enviando apoio à família que vai melhorando as condições habitacionais, alimentares e de vestuário. Mas a melhoria das condições de vida também atçou o êxodo ribeirinho, pois as famílias quiseram ficar mais perto dos centros urbanos, a fim de educar os seus filhos, já que não era mais fácil o caminho da emigração por causa das exigências para se conseguir um visto.



O desenvolvimento da comunidade deu-se do 3.º para o 1.º povoado, porque a estrada ligou o 3.º e o 2.º povoados à vila, cidade do Porto Novo desde 2011, ficando a 1.º encravada entre as montanhas. Assim, hoje, no 1.º povoado, na chamada Boca de Alto Mira, só tem uma escola com 3 aluno, sendo um do primeiro ano e três do 2.º ano. Porém, os esforços para desencravar esse povoado continuam, pois tem-se notícias de que a estrada já chegou em faial, conforma se pode ver na foto a baixo.



Figura - 10 foto de Joaquim Neves

Infelizmente, esse ganho terá fraco impacto no processo de desenvolvimento comunitário, visto que os ribeirinhos, na sua grande maioria, já se emigraram para a Europa e para os centros urbanos nacionais. É um investimento avultado, se se considerar o preço de cada metro de estrada aberto entre as cordilheiras de montanha, basalto puro, e os estragos que esta atividade provoca nos terrenos cultiváveis e no próprio desvio das veias de água, provocando a morte das nascentes, a fim de só beneficiar pouquíssima gente.

## **8. A visão do mundo dos ribeirinhos expressa nas metáforas do cotidiano**

Lakoff e Johnson (1985) criticam o ponto de vista a partir do qual a metáfora é entendida apenas como uma figura de linguagem, própria da poesia e da retórica. Defendem que a linguagem do dia-a-dia está imbuída de metáforas e que estas têm uma função quotidiana muito mais fundamental do que se imagina. Elas traduzem a maneira como, na experiência diária, se faz ou se constrói sentido. As metáforas estão presentes na vida de todos os dias, não somente na linguagem, mas no pensamento e na ação dos seres humanos. O sistema conceitual ordinário, que permite pensar e agir, é de natureza metafórica. Os conceitos que regem o pensamento não são de natureza puramente intelectual, pois estes regem também detalhes banais da atividade quotidiana. Os conceitos estruturam a percepção, o comportamento e o relacionamento humanos. O sistema conceitual desempenha uma função central na definição da realidade quotidiana. Se este sistema é de natureza puramente metafórica, então a maneira como pensamos, adquirimos experiências e desenvolvemos as atividades quotidianas depende, em larga medida, de metáforas.

O ser humano não é consciente do seu sistema conceitual. O pensar e o agir quotidianos são, na maior parte das vezes, automáticos, mas respeitam normas difíceis de se apreender por

outro meio que não seja a linguagem. Comunica-se o sistema conceitual que se utiliza em pensamento e em ação através da linguagem.

Lakoff e Johnson (1985) defendem que o sistema conceitual é estruturado e definido metaforicamente, querendo com isto dizer que os processos cognitivos são metafóricos. As metáforas na linguagem são possíveis porque existem metáforas no sistema conceitual de cada indivíduo.

Por isso anotamos algumas metáforas utilizadas na comunidade para. Através delas tentar perceber melhor a sua visão do mundo. Elas aparecem em crioulo cabo-verdiano com tradução para português dentro de parêntesis. Estão organizados nos seguintes campos semânticos:

### 8.1 Educação caseira

*Ken ten se menina fêma N txe-l be pa festa de Son Jon, ke el te be franga el te ben gelinha.* (Quem tem filha não a deixe ir à festa de São João, porque vai franga e vem galinha). A festa de São João atrai uma multidão que participa da peregrinação ao som de tambores e ao ritmo do *Kolá*. A movimentação facilita fugas para a prática de relações sexuais, envolvendo, inclusive, moças virgens, superprotegidas pelos pais. A metaforização acontece devido à analogia entre uma moça virgem e uma franga, galinha que ainda não se cruzou com o galo e, portanto, nunca desovou; entre uma galinha que já está a desovar e uma mulher ou jovem não virgem. Portanto, a palavra metaforizada é 'virgindade'.

### 8.2 Estereótipo de papéis sexuais

*Mdjer fêma te eri e sóbed de mei dia pa tarde e inda e se un katxor ladrá* (mulher fêmea só pode rir depois do meio dia, e se um cão ladrar) - Esta metáfora tem a sua origem na crença que o riso é a manifestação de sensações pecaminosas relacionadas com

os prazeres da carne, contrariando o mito da dor como meio de purificação da alma. No cristianismo, a mulher foi condenada ao sofrimento ao invés do riso por ter provocado a queda do homem no jardim do Éden (Gênesis 3:16). Aqui entra a componente avaliativa, como forma de regular o comportamento da mulher na sociedade. Deve ser submissa à autoridade do homem, segundo a Bíblia. Nesta sequência surgem outras metáforas como: (18) *Ondê ke ten gol galinha n de piá*. (Onde há galos galinhas não piam). *Galo* e *galinha* são metafóricos dos metaforizados homem e mulher, respectivamente, retratando o comando do homem sobre a mulher. Semelhante significado tem a metáfora: (19) *La na kasa ken te pesti kalsa e min*. (*Lá em casa quem veste calças sou eu*). Aqui as calças são o metafórico da masculinidade.

### 8.3 Estereótipos de valores sociais

A metáfora também veicula os valores sociais e orientam a vida de uma determinada comunidade. Na metáfora (20) *Respeite e nome d'un katxor ke merê diazá*. (*Respeito é o nome de um cachorro que morreu já faz muito tempo*); O cão, para além de ser considerado o mais fiel amigo do homem, é encarado como um animal sem grande utilidade, principalmente nos meios rurais onde o roubo não é uma prática corrente e, portanto, não há muita necessidade de se ter um cão a guardar a casa. Daí constatarmos que definir o respeito, um dos valores morais mais defendidos pelos cabo-verdianos, como o nome de um cachorro seja um insulto à memória coletiva. Os pais, a igreja e a escola ensinam às crianças o respeito como um valor a preservar. Portanto, ao produzir este enunciado, estereotipando a ideia de que o respeito não tem razão de existência, está-se a demonstrar uma revolta contra os princípios morais socialmente aceites. Esta metáfora é usada em contextos de desordem social ou de descontentamento entre membros de uma comunidade, quando um deles é chamado a atenção no sentido de respeitar o seu adversário e não reconhece

a obrigação de o fazer. O estereótipo utilizado na frase justifica-se pela ideia de que ninguém merece respeito, pois, se é nome de um cachorro que já morreu, torna-se desnecessário vivê-lo como princípio moral.

#### 8.4 As metáforas na agricultura

Em Cabo Verde, a prática da agricultura enraizou-se numa profunda fé e numa força telúrica que prende o homem ao chão e o torna resistente à prática de qualquer outra atividade.

Ao longo dos séculos, as secas provocaram fomes cíclicas que dizimavam quase metade da população. Mas o homem não desistia de trabalhar a terra, ciente de que se o fizesse estaria a demonstrar perda de confiança em Deus e Este, descontente, poderia amaldiçoá-lo. Por isso, o homem, no período de *azáguas* (chuva), gasta tudo o que tem com a sementeira, convicto de que está a fazer um investimento cujo retorno virá com as colheitas.

*Mi ma fejon já be p'aga boxe;* (O milho e o feijão já se foram água abaixo). A metáfora direcional de cima e baixo é uma das metáforas quotidianas mais exploradas por Lakoff e Johnson. Ela é tão frequentemente utilizada que não se tem a consciência de que com ela se está a produzir enunciados metafóricos. A esta metáfora associa-se a do caminho, a de ir e vir, já explorada. À palavra *ir* associam-se valores negativos, pois quem vai, vai para terra longe, vai para o céu ou para os anjinhos que são eufemismos da morte, o que provoca a separação e faz desencadear sentimentos como saudade, tristeza e infelicidade. Enquanto à palavra *vir* se associou o nascimento, o regresso à terra e ao seio familiar, arrastando consigo sentimentos como alegria, satisfação e felicidade. A metáfora de alto e de baixo tem que ver com a crença em que Deus está em cima e satanás em baixo.

Assim, tudo o que é positivo se encontra em cima e o negativo em baixo. A frase *mi ma fejon já bé pa aga boxe* é o metafórico da expressão portuguesa: *o milharal e o feijoal já*

*morreram*. A frase é uma metonímia onde o nome do cereal designa a plantação. Este enunciado é produzido com muita frequência, em Santo Antão, depois de uma sementeira infrutífera, mais precisamente nas épocas de outubro e novembro, quando, ou invés de chuva, cai a lestada (suão acompanhado de muito vento) que mata toda a plantação, deixando os agricultores em situação de extrema pobreza. Pois estes investiram toda a sua economia na sementeira de milho e feijão.

A utilização da expressão *ága a boxe* é motivada pela analogia entre a perda dos recursos investidos nesta plantação e a queda de água nas ribeiras depois de uma forte chuva que arrasta para o mar tudo o que encontra pela frente. As ribeiras, que antes das chuvas estavam cobertas de bananeiras e inhames, costumam ficar cinzentas, exibindo apenas as pedras lisas, a água branca, por causa da espuma provocada pela força da queda de água e grandes e profundos poços de mais de dois metros de profundidade. Este efeito destruidor é associado à perda da sementeira, mesmo quando se sabe que os agentes são diferentes. Enquanto no primeiro caso o agente destruidor são chuvas torrenciais, no segundo é o vento leste que, além de queimar toda a sementeira, impede a vinda de novas chuvas. Notemos que esse tema foi muito explorado na literatura cabo-verdiana. Basta citar Manuel Lopes com *Os Flagelados do Vento Leste, Chuva Braba* e *O Galo Cantou na Baía*, ou Baltazar Lopes com *Chiquinho*.

*Na brinka ke funda ki menine frá kabésa; (Foi brincando com a funda que a criança quebrou a cabeça)*. A funda é uma corda que facilita o arremessar das pedras para afugentar corvos, pardais e outras aves que destroem a plantação do milho e do feijão logo ao nascer. Às crianças dos 7 aos 13 anos cabia a responsabilidade de fazer a guarda aos corvos. Foi com esse instrumento que, no Velho Testamento, David matou Golias (I Samuel 17:49 e 50). Daí se pode notar que a história apresenta a funda como um instrumento útil, mas perigoso, que deve ser utilizado como instrumento de trabalho e não como brinquedo. Esta metáfora funciona na nossa sociedade

como uma chamada de atenção e transporta o significado de que não se deve brincar com coisas sérias, com aparência de simples, mas perigosas. O seu correspondente em português é a expressão: *Não brinques com fogo porque te podes queimar.*

### 8.5 Metáforas na organização familiar

*So osis txe-m korve kemê kes mi, kond osis txegê-m ei polpa te sirvi bezot de kender;* (Se deixarem os corvos comerem o milho, quando chegarem cá a casa o traseiro vos servirá de candeeiro). Esta frase é normalmente proferida no âmbito da educação familiar. As crianças e adolescentes, nos meios rurais, durante a época da sementeira, têm a seu cargo a responsabilidade de guardar a plantação da destruição de corvos e pardais. A metáfora está presente na última parte da frase: *polpa te sirvi bezote de kender*, em que *polpa* (nádegas) é metaforizada por meio da palavra *kender* (candeeiro). O candeeiro tem a utilidade de fornecer iluminação caseira, nos meios rurais. A utilização desta metáfora foi motivada pela analogia que existe entre a queimadura provocada pelo lume do candeeiro e as cicatrizes que ficam nas nádegas da criança quando esta é violentamente açoitada com vara de marmeleiro, muito utilizada na educação familiar. Se as nádegas lhe vão servir de candeeiro, quer dizer que a mãe as vai incendiar, o que conota o efeito das varadas de marmeleiro que levará ao regressar à casa. Neste caso, estamos perante a utilização de uma sinestesia, na medida em que há uma associação de sensações, pois o efeito de picar ou arder, produzido pelas varadas, é associado ao efeito de queimar, produzido pelo fogo.

*Koitóde e fidje de kevanhote ke n ten aza pa kubri-l kósta;* (Coitado é filho de gafanhoto que não tem asas para lhe cobrir as costas), significando que é coitado aquele que não tem proteção. As asas têm uma função protetora. A bíblia por exemplo retrata essa função no discurso de Jesus, chorando sobre Jerusalém, quando disse:

Jerusalém, Jerusalém, que mata os profetas, e apedrejas os que te são enviados! Quantas vezes quis eu ajuntar os teus filhos, como a galinha ajunta os seus pintos debaixo das suas asas e tu não quiseste?” (Mateus 23:37).

Porque o gafanhoto é um inseto daninho que destrói a agricultura não mereceu a mesma sorte, pois não conhece seus pais.

*Praga dun burru n de ba pa séu.* Neste enunciado, considera-se que aquele que pragueja é ignorante, não sabe o que está a fazer, pois se soubesse saberia também que não agrada a Deus a ideia de desejar mal ao semelhante, visto que o primeiro mandamento exorta o homem a amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo. Assim sendo, desejar mal a alguém é o mesmo que desejar o próprio mal e só por ignorância, metaforizada através da palavra *burru* (*burro*), se poderá fazê-lo. Pois Deus não ouvirá a prece que consiste em pedir-Lhe para amaldiçoar alguém, quando a Bíblia ensina que Ele é do bem e é justo. Por isso a existência de metáforas como:

## 8.6 Metáforas de ocultação do significado

*Pa un katxor ingordá un burre ten ke merrê.* (Para que um cão engorde um burro há-de morrer). Consideramos a hipótese deste enunciado ser de ocultação de significado por causa da mensagem que lhe está subjacente. Cada termo deste enunciado é o metaforizante de um outro termo e a sua descodificação só é possível se se conhece bem o contexto da sua produção ou se quem a usa com frequência compartilhar o seu significado com outras pessoas. Estamos perante uma situação de fábula invertida, visto que na fábula tradicional são os animais que adquirem características humanas e nesta metáfora são os homens que adquirem características de animais. O cachorro é um animal que na nossa cultura ganha conotações diferentes. É considerado o

melhor amigo do homem e o seu fiel companheiro, por um lado e, por outro, é considerado vadio, vagabundo, sujo, promíscuo, pouco honesto, que vive à custa dos outros. Pensamos que na produção desta metáfora, *katxor* ganhou a segunda conotação apresentada. O burro, enquanto animal de carga, força de trabalho, ganha a conotação de estúpido, ignorante, descapitalizado de conhecimento e informação e, por isso, sujeito a ser enganado por todos. O termo *ingordá* é o metafórico de prosperar. Assim, pensamos que *katxor* está a transportar o significado de senhor e *burru* o significado de escravo e que a mensagem que se encontra escondida na metáfora é: “para que o senhor prospere é necessário que o escravo se mate de tanto trabalhar”. Pode-se pensar, ainda, no cão vadio que se alimenta da carne de qualquer animal em estado de putrefação. Isto contribui para obscurecer mais o significado da metáfora porque, no sentido denotativo, a morte de um burro contribui para engordar o cão.

*Moko ke ka ta espia pa se robe* (O macaco não olha o seu rabo). Estamos de novo perante uma fábula invertida em que o homem ganha características de *macaco* - termo utilizado para dizer que alguém é aldrabão, enganador, desonesto. Um outro metafórico que encontramos na frase é a palavra *robe* (rabo) que transporta o significado de defeitos. A frase significa que este homem, carregado de defeitos, só reconhece e aponta os defeitos dos outros. Os dele não estão ao alcance da sua vista. Imaginemos um senhor corrupto que maltrata os seus escravos e que está constantemente a apontar os defeitos deste, como forma de o inferiorizar ainda mais, e este sem possibilidade de se defender, pois pode ser severamente castigado se o fizer. Esta metáfora serve perfeitamente para esconder o significado da resposta a essas agressões que o escravo bem gostaria de dar ao seu senhor.

## 9 Considerações finais

No final deste trabalho importa observar que o êxodo rural na ribeira de Alto Mira está em franco crescimento e que se não forem tomadas medidas de fundo para fazer do vale um sítio atrativo como alguma esperança de realização pessoal e comunitário através da modernização da agricultura ou da exploração do turismo de montanha de que falaremos mais a fundo numa próxima comunicação, a vida daquela comunidade caminha a passos largos para extinção, como alias já aconteceu com outras comunidades.

Porem, considerando a taxa de desemprego de Cabo Verde e a importância das ribeiras, no processo de conservação das gerações, nos anos de extrema seca e, conseqüentemente, a sua implicação na conservação das identidades ribeirinhas, na construção de uma visão própria do mundo que é circunscrito, muitas vezes, aos referenciais circundantes, que em Alto Mira é marcado por um discurso povoado de animais, plantas e outras realidades próprias da ribeira, importa a sua preservação.

A emigração permitiu alguma sobrevivência mas não garantiu o desenvolvimento comunitário dentro da ribeira, antes promoveu o êxodo

*Conclui-se, então, que a metáfora, enquanto constructo linguístico, prova que a língua não é apenas um instrumento de comunicação, mas um fator decisivo na formação da visão do mundo duma comunidade linguística. É também um instrumento de identidade e de construção do imago mundi. Esta era a opinião de Sapir e Whorf. O mundo real é construído de maneira inconsciente, através dos padrões linguísticos do grupo humano a que se pertence. Portanto, podemos afirmar que ela é o veículo de exteriorização de pensamento e, conseqüentemente, de cultura.*

As metáforas analisadas permitem, ao mesmo tempo, clarificar e obscurecer a língua cabo-verdiana, visto que na sua produção não se toma como base apenas a realidade circundante, mas também, a

forma como esta é percebida e compreendida. A polissemia construída está ligada à experiência do cabo-verdiano nos domínios: cultural, social, cognitivo e físico e a metáfora se realiza entre domínios, isto é, entre a visão e o conhecimento, entre o espaço e o tempo, de modo natural. Pois, o seu significado é perfeitamente compartilhado pelos membros da comunidade que dela faz uso.

Nota-se que a metáfora tem a dupla função de preservar e furar o tabu, visto que pode clarificar ou obscurecer o significado. Neste sentido se manifestam as duas posturas humanas que estão ligadas à sua educação, vivência, experiência, bem como ao contexto sociocultural de produção do seu discurso, utilizando o eufemismo ou o disfemismo e assumindo, assim, uma postura socialmente aceite como mais ou menos correta.

A ideia do sexo enquanto pecado faz desencadear nos adultos o desejo de superproteção que leva a proibição e, conseqüentemente, a conflitos entre gerações.

Os estereótipos de papéis sexuais regulamentam o comportamento humano e definem o lugar do homem e da mulher na sociedade, apelando para a submissão e o recato da mulher. O galo e as calças são vistos como símbolos da masculinidade e, por isso, traduzem os plenos poderes que o homem tem sobre a mulher. Na família, o homem é cabeça do lar. A ausência do pai é sinal de vulnerabilidade e o castigo físico é a principal estratégia de educação dos filhos.

No campo da religiosidade, o milho e o feijão são a base do sustento e a sua plantação é justificada pela fé em Deus. O ato de semear é, então, uma demonstração de fé em Deus, o homem crê num único Deus e a falta de fé é uma atitude que desagrade a Deus. O praguejar é fruto da ignorância e do desconhecimento da essência amorosa de Deus.

## Referências

- ALBUQUERQUE, L. SANTOS MADEIRA, M. E. (1991). **História geral de Cabo Verde**. Lisboa e Praia Instituto de Investigação Científica Tropical e Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde
- ARISTÓTELES (1992). **Poética**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda
- CARREIRA, A. (1987). **Descrições oitocentistas das ilhas de Cabo Verde**. Lisboa: Edição patrocinada pela República de Cabo Verde
- CONTENÇAS, P. (1999). **A eficácia da metáfora na produção da ciência: O Caso da Genética**. Lisboa: Instituto Piaget.
- ECO, U. (1984). **Semiótica e filosofia da linguagem**. Lisboa: Instituto Piaget.
- \_\_\_\_\_ (2004). **Os limites da interpretação**. Lisboa: Difusão Editorial S.A.
- \_\_\_\_\_ (2005). **Dizer quase a mesma coisa sobre a tradução**. Algés: Difusão Editorial S.A.
- FISKE, J. (1998). **Introdução ao estudo da comunicação**. Lisboa: Edições ASA.
- LAKOFF, G. e JOHNSON, M. (1985). **Les métaphores dans la vie quotidienne**. Paris: Les Editions de Minuit.
- LAMAS, E. (coord.) (2000). **Dicionário de metalinguagens da didáctica**. Porto: Porto Editora.
- PRIEGUE CAAMAÑO, D. (2008). **Familia, educación e inmigración. Un programa de intervención pedagógica**. (Tese de Doutoramento). Santiago de Compostela. Universidade de Santiago de Compostela.
- SAPIR, E. (2001). **Le langage: introduction à l'étude, de la parole**. Paris: Edition Payot et rivais.
- SFEZ, L. (1994). **Crítica da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget.
- SZYMANIAK, W. (coord.) (2000). **Dicionário de ciências da comunicação**. Porto: Porto Editora.

## Capítulo 2

# Cooperação para o desenvolvimento via terceiro setor: estudo da parceria entre a associação alemã Arabras e comunidades tradicionais amazônicas brasileiras

Cooperation for development way third sector: study of the partnership  
between the german association Arabras and traditional amazonian  
brazilian communities

*Debora de Oliveira Souza*<sup>1</sup>

*Nelson Russo de Moraes*<sup>2</sup>

---

### RESUMO

A cooperação internacional ganhou destaque acentuado com o fim da Guerra Fria, e veio se desenvolvendo a partir da década de 1960, impelida principalmente por países da Europa e da América do Norte. Essa cooperação realizada com países em desenvolvimento, objetivava auxiliar demandas que o Estado não era capaz de suprir sozinho. Embora essas ações tenham ocorrido, inicialmente, para sanar questões ligadas à subsistência, seu escopo se alterou ao longo dos anos, migrando para educação, tecnologia e meio ambiente. Houve um particular interesse das entidades alemãs em desenvolver projetos no Brasil na região Amazônica, sendo uma delas a ARABRÁS que desempenhou diversas atividades no município de Araguacema e em outras regiões dos Estados do Tocantins e do Pará. Foram feitas parcerias com outras instituições do terceiro setor, as quais atuaram na construção de escolas, investindo em sua infraestrutura, corpo docente e materiais de

---

<sup>1</sup> Graduada em Administração (Faculdade de Ciências e Engenharia /FCE - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP). Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social (GEDGS/UNESP). E-mail: souza\_o\_debora@yahoo.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0718174490325478>

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Graduado em Administração (ITE/Bauru/SP). Especialista em Gestão Pública (Faculdade Guarai/TO). Especialista em Gestão de Programas e Projetos Sociais (ITE/Bauru/SP). Pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor da Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE e do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (UNESP). Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (UFT). Líder do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social - GEDGS (UNESP). Líder da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Comunidades Tradicionais - RedeCT. E-mail: nelsonrusso.unesp@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6708471420702848> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0159-9433>

qualidade, tendo financiado muitas delas desde a criação, até o fim da atuação da associação, que ocorreu em 2015. Com base nisso, foi desenvolvida uma pesquisa, com o objetivo de analisar os reflexos dos investimentos voluntários de organizações sociais alemãs na promoção do desenvolvimento, com foco nas práticas do ensino, no Brasil. A pesquisa ocorreu de forma exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, fazendo uso do estudo de caso como estratégia de pesquisa. Os beneficiados apontam diversos ganhos em suas vidas pessoais, estudantis e profissionais, salientando que a ARABRAS lhes possibilitara novas perspectivas de vida. Muitos ingressaram em cursos superiores e retornaram como docentes para as escolas em que receberam auxílio.

**Palavras-chave:** Alemanha. ARABRAS. Comunidades Tradicionais. Cooperação Internacional. Terceiro Setor.

#### **ABSTRACT**

From the end of the Cold War, international cooperation has been highlighted with it was developing from the 1960's, stimulates primarily by countries in Europe and North America. The cooperation aimed at fulfilling demands that the state was not able to fulfil, working with developing countries in doing so. Although these actions occurred, initially, to cover issues regarding livelihood, its scope has changed over the years, migrating to education, technology and the environment. There was a particular interest of the German entities in developing projects in Brazil in the Amazon region, one of these entities, the ARABRAS, performed several activities in Araguacema and other regions of Tocantins and Pará, forming partnerships with other institutions of the third sector enabling the construction of schools, investment in its infrastructure, teachers and quality materials, of financial support to many of this third sector partner since their creation, until the end of the association's activities, which took place in 2015. Based on this, the objective of this research was to analyze the reflexes of the voluntary investments of German social organizations in the promotion of development, with a focus on teaching practices in Brazil. The research was conducted in an exploratory and descriptive way, with a qualitative approach and bibliographic character, making use of the case study. The beneficiaries point out several gains in their student and professionals lives in such manner that ARABRAS gave them new life prospects. Many have entered higher education and returned as teachers to the schools in which they received help.

**Keywords:** Germany. ARABRAS. Traditional Communities. International Cooperation. Third sector.

---

## **1. Introdução**

A cooperação internacional ganhou especial destaque ao final do século XX, a partir de 1950, momento em que os países mais desenvolvidos passaram a desempenhar ações em países emergentes, afim de auxiliar em seus setores econômicos e sociais. Essas iniciativas surgiram, principalmente, como efeito do final da Segunda Guerra Mundial, uma vez que era necessário reconstruir a Europa. Inicialmente a cooperação internacional pautou-se, principalmente, no Plano *Marshall*, restringindo-se em muito a área financeira, sendo que posteriormente, haveria uma reformulação (COSTA, 2004; NUNES, 2010; CERVO, 1994).

Com o início da Guerra Fria, esse contexto se alterou e a cooperação se deu como meio de criar alianças e exercer influência sobre países, sendo comumente ligada ao embate das potências Estados Unidos e União Soviética (COSTA, 2004; NUNES, 2010; CERVO, 1994). Com a prevalência dos ideais americanos sobre os soviéticos a cooperação internacional acentuou seu objetivo principal de prestar auxílio para o desenvolvimento. Muitas fundações importantes atuaram nesse campo, como *Ford* e *Rockefeller*, além da significância da cooperação internacional em países como França, Inglaterra, Espanha e Suécia. Enquanto intensificava-se a cooperação, surgia no Brasil a demanda por esse auxílio, sendo que ele era visto como uma forma de sanar as demandas nacionais em déficit quanto ao seu cumprimento por parte do estado (CERVO, 1994; COSTA, 2004).

De acordo com Costa (2004) no cenário mundial de cooperação são comuns as organizações do terceiro setor, comumente chamadas de ONGs também designadas como filantrópicas, destaca-se como estas organizações buscam, para além de relações com o poder público estruturado pelos governos, fortalecer prioritariamente as parcerias e a própria estrutura das organizações do terceiro setor destes países.

Em suma, essas organizações fazem parte do chamado Terceiro Setor, que utiliza recursos privados para finalidades de bem-estar coletivos, opondo-se ao mercado e auxiliando o estado, como por Fernandes (1994), cujo tratado, ao dialogar com outras obras, em especial sobre a origem do Estado, propicia a elaboração do quadro a seguir:

**Quadro 1** – Os setores da Sociedade, trazendo o Estado como primeiro setor:

ORIGEM DOS RECURSOS	FINALIDADE	SETOR DA SOCIEDADE
Recursos Públicos	Bem-estar coletivo	1º Setor (Estado)
Particulares	Lucro ou bem-estar individual	2º Setor (Mercado)
Particulares	Bem-estar Coletivo	3º Setor (Organizações sem fins lucrativos)

Fonte: Adaptado a partir de Fernandes (1994, p.32).

Quando se toma por objeto de análise os países da América Latina, em especial o Brasil, nota-se um significativo investimento da Alemanha para promover o desenvolvimento, principalmente nos aspectos ambientais, abrangendo desde energia renovável até a sobrevivência de comunidades tradicionais. Para o Brasil, é de extrema relevância trabalhos que valorizem seus povos tradicionais, uma vez que essas comunidades são parte expressiva da população, representando 5 milhões de brasileiros que ocupam 1/4 do território nacional (NUNES, 2010; BRASIL, 2017).

De acordo a legislação brasileira, concernente ao tema de comunidades tradicionais, segundo o Decreto nº 6040, esses povos se definem por:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

No que tange ao desenvolvimento de atividades nessas comunidades, muitas instituições atuantes na cooperação internacional eram por natureza OTS (Organizações do Terceiro Setor), sendo uma dessas a Associação Alemã ARABRAS, que atuou com povos e comunidades rurais, ribeirinhas e tradicionais do Estado do Tocantins (também do Pará) para promover, prioritariamente, o ensino e auxiliar de forma geral na vida dessas comunidades. Com base nisso, estruturou-se a pesquisa (financiada pelo CNPq, pelo Edital CNPq n.22/2014, Edital de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas) que se desdobrou em algumas produções científicas dentre elas este capítulo de livro, tendo como o objetivo de analisar os reflexos dos investimentos voluntários de organizações sociais alemãs na promoção do desenvolvimento, com foco nas práticas do ensino, no Brasil. O

título do projeto de pesquisa foi “*Análise da cooperação entre organizações sociais alemãs e brasileiras para a promoção do ensino em comunidades tradicionais amazônicas*”.

É possível, dessa forma, realizar uma aproximação com o fenômeno da cooperação internacional, observando melhor seu resultado e o impacto trazido às pessoas. Afim de que se realizasse o estudo, foi efetuada uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva sobre as ações desenvolvidas pela ARABRAS, assim como para composição do estado da arte acerca da evolução e caracterização da cooperação internacional (CONDURU; PEREIRA, 2010).

A abordagem utilizada para tal pesquisa foi a qualitativa, que se faz eficiente para compreensão do fenômeno da cooperação internacional e sua integração as comunidades tradicionais brasileiras, não havendo interpretação de informações numérico-quantitativas. A pesquisa também apresentou caráter bibliográfico, fundamentando-se em materiais já publicados sobre o assunto, tais como livros, artigo e demais obras consolidadas (CONDURU; PEREIRA, 2010; GIL, 2002). Há de se considerar a utilização de um livro que retrata a história da ARABRAS, intitulado “ARABRAS: Projeto escolar brasileiro-alemão na região do Rio Araguaia”, escrito por Stefan Wolff, e publicado em 1997 em *Frankfurt*, na Alemanha (WOLFF, 1997).

Para execução do presente trabalho, foi feito um estudo de caso, tendo como objeto de estudos a ARABRAS e os espaços nos quais atuou, sendo que as informações coletadas, o foram por meio de entrevistas de pauta aberta executada com amostragem não probabilística e intencional (MARTINS, THEÓPHILO, 2009). As entrevistas foram gravadas com autorização dos entrevistados, totalizando 10 entrevistas com 4 horas e 40 minutos de áudios que foram transcritos, sendo aqui apresentado somente as que melhor se adequam ao objetivo proposto. Afim de preservar a identidade dos entrevistados, ressalta-se que os mesmos não serão identificados

Deve-se considerar também que a pesquisa é telematizada, pois, em dados momentos, foram feitas consultas a internet com a finalidade de maior obtenção de dados, dentro do protocolo de pesquisa deste estudo de caso também foram realizadas observações sistematizadas dentro as escolas visitadas e a exploração documental dos arquivos disponibilizados pelas escolas, associações, prefeituras e a própria associação ARABRAS (YIN, 2002).

Para o êxito da estratégia de pesquisa estudo de caso e de suas técnicas, foram realizadas três viagens ao interior dos Estados do Tocantins e do Pará, por meio do projeto de extensão “Observatório em Democracia e Gestão Social” e uma de suas metas, intitulada “Missão Amazônia”. As viagens foram realizadas em setembro de 2015, outubro de 2016 e novembro de 2017, levando graduandos, mestrandos e docentes para ações de cooperação e extensão universitária (visitas domiciliares, palestras e orientações, bem como trabalhos de resgate da identidade dos integrantes das comunidades tradicionais) e também dar início a algumas pesquisas (como esta) junto às comunidades tradicionais do interior tocantinense. O projeto de pesquisa aqui apresentado, bem como os trabalhos de extensão integram ações do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (Câmpus de Tupã/SP), além de parceiros institucionais como a Universidade Federal do Tocantins – UFT, Instituto Federal de Tecnologia do Tocantins – IFTO, Governo do Estado do Tocantins, Diocese de Miracema do Tocantins e o CNPq.

A justificativa da pesquisa se apresenta no desenvolvimento de um estudo de caso que possibilite compreensão dos reflexos das ações de cooperação internacional, trazendo a luz os benefícios e possíveis adversidades atreladas a esse fenômeno. Além de possibilitar o feitura de um estudo que caracterize e pontue a evolução e as mudanças decorridas na cooperação internacional.

## 2. Desenvolvimento

### 2.1 Evolução histórica da cooperação alemã

A Alemanha foi moldando sua forma de cooperar internacionalmente entre 1952 e 1972, tendo por base a diplomacia, o comércio e o desenvolvimento. Foi na década de 1960 que o país ganhou um órgão oficial para o trato da cooperação internacional, sendo que em 1961 se estabeleceu o Ministério de Cooperação Econômica, que posteriormente seria chamado de Ministério Federal de Cooperação Econômica (BMZ, *Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung*), responsabilizando-se pelos programas de cooperação internacional, conduzindo desde o planejamento, coordenação e negócio, até o financiamento dos projetos. Vale ressaltar que embora orquestre, o BMZ não é um órgão de execução (MILANI; SUYAMA; LOPES, 2013).

Vale ressaltar que nessa época, a parte oriental da Alemanha só destinava recursos para a cooperação em países que não considerassem legítima a Alemanha Ocidental, esse comportamento era chamado de *Doutrina Hallstein*, e perdeu força em 1973 com o ingresso da Alemanha oriental nas Nações Unidas (MILANI; SUYAMA; LOPES, 2013).

Com o fim da Guerra Fria a cooperação internacional teve um momento de ascensão, sendo que a criação da ONU (Organização das Nações Unidas) impôs uma nova forma de administrar as relações internacionais, destinando a atenção dos países europeus e norte-americanos a questões ligadas a problemas universais (RACY; SILVA, 2017).

A partir de 1960, partindo das diretrizes da ONU, a cooperação internacional passou a ser mais institucionalizada, partindo de duas perspectivas: a de caráter assistencialista, que provia recursos às localidades pobres em atenção as demandas básicas de subsistência, e a que atuava com base nos resultados da perspectiva assistencialista, denominada de “Cooperação Técnica

Internacional”, sendo esta subordinada às diretrizes do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), um organismo da ONU que acabou imprimindo certo engessamento burocrático e financeiro para a cooperação (RACY; SILVA, 2017).

Levando em conta que a cooperação abrange e tem como foco o desenvolvimento, com o avanço dos anos, as ações ampliaram-se de atendimento de necessidades primitivas humanas para a incorporação de áreas relativas da ciência e tecnologias, dessa forma, quando analisada em específico, a Alemanha possui grande necessidade de inovação, uma vez que sua cooperação internacional estava diretamente ligada as indústrias, componentes cruciais da sustentação econômica do país. Dessa forma o país iniciou investimentos em conhecimento, tratando-o como uma tarefa coletiva, e contrapondo-se a uma competição individualista, levando investimentos em desenvolvimento (na área do conhecimento) para os países menos desenvolvidos que recebiam seu auxílio (RACY; SILVA, 2017).

A partir de 1970, as relações entre Brasil e Alemanha se estreitaram, com um ajuste na vertente da cooperação que passou a ser voltada as políticas públicas de educação, saúde e sustentabilidade. A despeito desse estreitamento, a cooperação internacional iria vivenciar uma nova fase entre 1980 e 1990, quando as nações desenvolvidas realocariam seus recursos, retirando-os de países da América Latina e transferindo-os para países do continente africano, pois o PIB (Produto Interno Bruto) dos países latinos cresceu, injustificado os investimentos internacionais (AFONSO e FERNANDES, 2005; MORAES, 2005).

Juntamente a diminuição dos investimentos internacionais em países latinos, em 1980, a cooperação internacional técnica se adensou, voltando-se a capacitação tecnológica fazendo a transmissão massiva do conhecimento, sendo que a Alemanha atuou de forma significativa na área. Concomitante a isso, houve uma conscientização coletiva de que auxiliar nas necessidades

básica a sobrevivência não era necessariamente a forma mais eficaz de auxiliar os países em desenvolvimento (MIRANDA, 2004).

Processos controlados por minorias ricas em prol de populações pobres não geravam resultados positivos, e eram facilmente embatidos por processos conjuntos de construção de instituições que atendessem as demandas da maioria, dessa forma, a cooperação passou a perder o sentido assistencialista e a ganhar força quanto a sua atuação técnica, oferecendo e recebendo conhecimento num processo bilateral de transmissão de informação e desenvolvimento (MIRANDA, 2004).

Com o início da década de 1990, a cooperação internacional adquiriu mais uma vez facetas diferentes, sendo influenciada pelo fim da “ameaça comunista”, tendo novos temas anexados as agendas das instituições para o desenvolvimento. Se antes pregou-se uma relação bilateral de conhecimento, agora apregoava-se a “Capacitação para o Desenvolvimento”, nesse contexto, encerrou-se a premissa de que os beneficiados pela cooperação internacional poderiam contribuir de alguma forma para a solução de suas próprias demandas, tanto em sua identificação quanto resolução (MIRANDA, 2004).

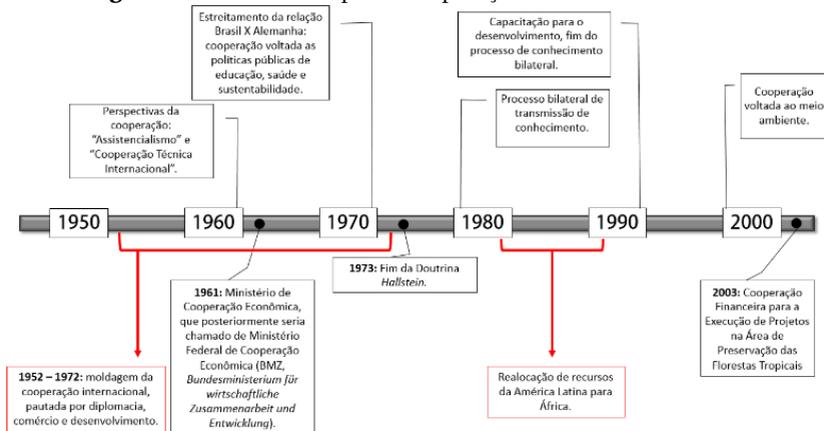
No que tange a quesitos geográficos, é possível notar ao longo do tempo que independente do foco vigente da cooperação internacional, a Alemanha costuma apresentar interesse especial no desenvolvimento de ações em território amazônico, especialmente com comunidades tradicionais, que representam grande parte da população dessas localidades. O início dos anos 2000 foi marcado por uma forte cooperação voltada ao meio ambiente, principalmente em pesquisas ambientais e de energias renováveis, bem como esforços na área de biotecnologia, tecnologias de informação e nanotecnologia. Devido ao fortalecimento de relações políticas entre os Governos do Brasil e Alemanha, a fluidez de cooperação se tornou mais intensa e fortalecida (MORAES, 2005; GASPAR, 2016).

É possível notar o fortalecimento das relações entre Brasil e Alemanha, na promoção de benefícios para o meio ambiente, por

meio do acordo firmado sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos na Área de Preservação das Florestas Tropicais, dado em 2003 pela república federativa do Brasil e Alemanha. Desde o início do século XXI é possível notar uma forte aproximação entre os países, que para além de relações de auxílio, estenderam-se a parceiros estratégicos (GASPAR, 2016).

Com base na bibliografia é possível, portanto, construir a seguinte linha temporal para caracterizar a cooperação internacional, em específico, sua execução por parte da Alemanha, e sua relação com o Brasil:

**Figura 1 – Linha do Tempo da Cooperação Internacional Alemã**



Fonte: Elaborado pelos autores com base na bibliografia<sup>3</sup>.

## 2.2 ARABRAS – Associação Alemã de Assistência Escolar

A formação do terceiro setor na Europa, se deu em muito com base nas paróquias que passaram a acolher as pessoas deixadas em estado de necessidade pela revolução industrial, essa

<sup>3</sup> MILANI; SUYAMA; LOPES, 2013; RACY; SILVA, 2017; AFONSO e FERNANDES, 2005; ALEMANHA apud MORAES, 2005; MIRANDA, 2004; MORAES, 2005; GASPAR, 2016.

matriz distingue-se em muito à Americana, na qual o terceiro setor surgiu como uma ramificação das empresas (MORAES, 2005).

A ARABRAS configurou-se como uma instituição do terceiro setor, cuja sede situava-se na cidade de *Leer*, no extremo-oeste da Alemanha, tendo sido fundada em 1971 pelo casal *Margrit e Erich Kupfer* que atuavam como professores de arte (WOLFF,1997).

A ideia de sua fundação surgiu pela iniciativa do casal *Kupfer* de “fazer algo” em prol da escolarização em regiões rurais da Amazônia. O nome ARABRAS foi dado a organização em 1974 com a primeira vinda do casal ao Brasil (WOLFF,1997).

A organização possuía *status* de Associação Registrada desde janeiro de 1996, época em que já havia arrecadado mais de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) em doações, seu final deu-se em 2015, deixando um legado de benfeitorias na área da educação (WOLFF,1997).

O casal *Kupfer*, motivou-se a fundar a associação, após reflexões apontadas por seu líder religioso, acerca dos investimentos no chamado “terceiro mundo” (termo muito utilizado naquela época para designar os países mais pobres) e como isso traria benefícios, mostrando uma clara característica da matriz europeia de terceiro setor, alinhada à ação humanitária e muito atrelada à Igreja. O marco fundamental para a decisão de implementação do projeto ARABRAS ocorreu por conta da inspiração em organizações holandesas que vendiam artesanatos de países de terceiro mundo, objetivando retornar os valores para as cooperativas produtoras. Mediante isso, o casal *Kupfer* mobilizou amigos e alunos afim de criar um grupo de trabalho, que inicialmente se chamava “Ação para o Comércio do Terceiro Mundo” (WOLFF,1997; MORAES, 2005).

O Objetivo inicial desse grupo era realizar uma venda significativa no período pré-natalino de 1971 e identificar projetos a serem desenvolvidos nos países do sul. Durante esses acontecimentos, uma diretora atuante na cidade de *Leer*, procurou o casal *Kupfer* para comunicar que seu primo, *Teodoro Penner* mantinha uma escola no Brasil (na região rural de

Araguacema/TO, naquele tempo o município tinha imenso território) com recursos exclusivamente advindos da Alemanha e que nos últimos meses enfrentava dificuldades, a coincidência motivou o casal, que se decidiu por fim, a atuar na região em que *Teodoro Penner* mantinha a escola (WOLFF,1997).

Em 1974 o casal veio ao Brasil afim de conhecer de perto os projetos que financiavam, a fundo perdido, e que até então só administravam a distância, na Alemanha. Conheceram, portanto, a cidade de Araguacema/TO, essa viagem desencadeou outras quatro que ocorreram em 1978, 1984, 1988 e 1992 e firmaram a atuação da ARABRAS naquela região tocantinense (WOLFF,1997).

A associação trabalhou em parceria com prefeituras, Igreja, diversas escolas, associações e comunidades, com destaque para suas ações de ajuda às escolas por meio de auxílio com infraestrutura, material e docentes qualificados, além de fornecer bolsas de estudos e apadrinhar alunos acompanhando seu desenvolvimento escolar. A ARABRAS apoiou também a cultura dos municípios e a subsistência agrícola das comunidades (WOLFF,1997).

As escolas que receberam auxílio da ARABRAS foram a *Escola Menno Simons* (Araguacema/TO), *Escola Cidade Leer*, posteriormente chamada de *Escola Esperança Bendita*, devido sua localização na Fazenda Esperança Bendita (Goianorte/TO), *Escola Comunidade Loga* (Conceição do Araguaia/PA), Escola de Agroecologia “Vale do Araguaia” (Pequizeiro/TO), Escola Nova Esperança, situada entre os assentamentos Nova Esperança e Tarumã (Araguacema/TO) e a *Escola Agrícola de Araguacema* (Araguacema/TO). Além de auxiliar essas escolas há relatos de que a ARABRAS também auxiliou o hospital de Araguacema, e construiu casas e banheiros externos para os moradores afim de melhorar a higiene local e recuperar a moradia de vítimas de uma enchente (WOLFF,1997). Segundo fontes orais identificaram-se doações de bicicletas aos alunos (para facilitar o acesso à escola), um caminhão e um trator à uma associação de moradores de assentamento, dentre outros.

### 2.3 Escola Menno Simons – Araguacema/TO

A *Escola Menno Simons* (EMS), situada em Araguacema/TO, foi uma das instituições auxiliadas pela ARABRAS, sua infraestrutura atual foi possível por conta de recursos vindos da associação alemã, ela foi fundada em 1956, quando integrantes da Igreja Menonita vindos dos Estados Unidos alugaram uma casa para dar aulas, inicialmente a escola se chamava *Escola Evangélica Ruy Barbosa* e foi mantida exclusivamente com recursos dos menonitas até 1968 (WOLFF,1997).

Quando os menonitas se ausentaram do projeto, a escola perdeu seus recursos financeiros e o diretor que apresentava vigência desde 1967, *Teodoro Penner*, assumiu sua liderança, disponibilizando o salário que ganhava em outra instituição (por lecionar inglês) a dois professores atuantes. Em 1971 a escola recebeu o atual nome (*Menno Simons*) e em 1972 passou a ser mantida por recursos provenientes da ARABRAS (WOLFF,1997).

Com a saída de *Teodoro Penner* da direção da escola, os membros da ARABRAS assumiram uma postura de preocupação com a manutenção da comunicação entre a escola e a instituição na Alemanha, temendo que com o tempo a escola perdesse o vínculo com a ARABRAS e passasse por problemas, entretanto, em 1988, o casal *Kupfer* junto a *Teodor Penner*, propuseram a senhora *Leila Alvez de Brito Paiva* (conhecida na cidade como “Dona Leila” e que já atuava como diretora em uma escola estadual), que assumisse a coordenação da escola (WOLFF,1997).

A nova diretora foi, portanto, responsável por grandes avanços na escola, sendo alguns deles a inclusão de cursos de quinta a oitava série em 1989, e a partir de 1995 a introdução de uma classe com alunos do primeiro ano. Assim, Dona Leila também foi mediadora de um contrato de cooperação entre a escola (e por meio dela a ARABRAS) e a Secretaria Estadual de Educação (WOLFF,1997).

A *Escola Menno Simons* passou a ser pública em 1989, embora seja importante ressaltar que sua origem é privada,

totalmente financiada pela ARABRAS. A Secretaria Estadual da Educação do Tocantins passou a arcar com despesas e salários de professores. A despeito disso a associação nunca deixou de amparar a escola, assumindo custos recorrentes com infraestrutura e salários de alguns docentes (WOLFF,1997).

A alta demanda por vagas na *Escola Menno Simons* ocasionou a construção de um outro prédio e em 1997 deu-se a primeira formatura de alunos do então chamado “segundo grau”, sendo esta a primeira vez que a escola qualificava alunos até estarem aptos para o ingresso na faculdade. Posteriormente, a secretaria também desenvolveu na escola, com mediação da diretora, Sr. Leila, o “Projeto Palmas”, que visava recuperar déficits escolares de adultos por meio de aulas gratuitas no período da noite (WOLFF,1997).

Nas visitas realizadas para a pesquisa (2015, 2016 e 2017), para falar sobre a ARABRAS se reuniram muitos ex-alunos, ex-professores e ex-dirigentes que em uníssono dedicaram parte estrutural de suas caminhadas aos ideais e à cooperação do casal *Erich e Margrit Kupfer*. A Escola mantém suas atividades formativas, sendo administrada e mantida pela Secretaria da Educação do Estado em cooperação com a Prefeitura Municipal de Araguacema.

#### **2.4 Escola Cidade Leer (Esperança Bendita) – Goianorte/TO**

A *Escola Esperança Bendita* (antiga *Escola Cidade Leer*) foi fundada em 1973 na propriedade da missionária americana *Mildred Eichlberger*, na fazenda “Esperança Bendita” em Goianorte/TO, sua criação também ocorreu mediante investimentos da ARABRAS e teve como um dos nomes de destaque o do diretor, Sr. João Dirceu da Luz que começou a atuar em 1980 (WOLFF,1997).

Até 1994 a escola era exclusivamente privada e mantida com os recursos da ARABRAS. Em 1993 a escola foi oficializada como escola primária e a partir de 1995 possuía autorização para cursos de segundo grau (WOLFF,1997). Foi nesta época que oficializou-se

o nome “Esperança Bendita” para a escola, devido ao nome da fazenda em que se situavam e situam-se suas dependências.

Na visita realizada por ocasião da pesquisa, no ano de 2015, pode-se observar um grande número de crianças que estudam na escola, inclusive sendo transportadas de outras localidades rurais próximas. Os professores e funcionários lembraram-se com carinho de como o casal alemão cuidava dos detalhes e se preocupava com as pessoas e não apenas com a efetividade dos recursos investidos.

## **2.5 Escola Comunidade Loga – Conceição do Araguaia/PA**

Além das escolas *Menno Simons* e *Cidade Leer (Esperança Bendita)*, a ARABRAS também criou, financiou e monitorou vários outros projetos, como as Escola Comunidade Loga. A escola Comunidade Loga se situa em Conceição do Araguaia, no estado do Pará, a construção da escola se deu em um terreno pertencente a Igreja Menonita e o início das aulas se deu em 18 de março de 1991 (WOLFF,1997).

## **2.6 Escola Agrícola de Araguacema**

Em Araguacema/TO centraram-se boa parte dos esforços e recursos investidos pela ARABRAS, assim foram erguidos os projetos da *Escola Agrícola “São Francisco de Assis”*, posteriormente chamada de *Escola Agrícola Municipal de Araguacema* e a *Escola Nova Esperança*, também chamada de *Escola Arabras*.

Nos anos de 1996 a 2003 houve em Araguacema/TO uma ação muito forte e intensa promovida pela *Universidade do Sagrado Coração (USC)*, de Bauru/SP, instituição mantida pelo *Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus – IASCJ*. A universidade operacionalizava ações práticas de promoção humana por meio do Projeto Igrejas Irmãs (da *Conferência Nacional dos*

*Bispos do Brasil – CNBB*) que uniu a Diocese de Bauru à *Prelazia de Cristalândia do Tocantins*, que naquele tempo tinha em seu território o município de Araguacema (USC, 1997).

As missões da universidade ocorriam nos meses de julho e de dezembro de cada ano, trazendo equipes de diversas áreas (nutrição, enfermagem, farmácia, biologia, pedagogia, além de uma forte equipe evangelizadora) e contando com estudantes, professores e outros profissionais voluntários. Da aproximação entre a universidade, a ARABRAS e a Prefeitura Municipal de Araguacema, com o apoio do Governo do Estado do Tocantins e da Igreja Católica (mantida naquela localidade pelos irmãos franciscanos e pelas irmãs da ordem Franciscana de Allegany) foram desenvolvidas muitas ações humanitárias pontuais e planejadas ações de maior estrutura. No contexto desta cooperação intersetorial e internacional, destacaram-se ações como a acolhida e a organização das famílias que chegavam para os inúmeros assentamentos rurais em instalação, mutirões de visita domiciliar levando projetos e ações da Pastoral da Criança (como o soro caseiro), a organização de mutirões de reforma das casas dos sertanejos, a estruturação de atividades agrícolas comunitárias, mutirões de exames laboratoriais e cursos de formação de professores e líderes comunitários (USC, 1997).

Não obstante, a partir de 1989 pelo trabalho conjunto de diversos profissionais e gestores iniciou-se o planejamento e a construção de uma escola agrícola que pudesse formar uma geração de jovens mais ligada ao meio ambiente e à prática sustentável da produção de alimentos. A Escola Agrícola de Araguacema foi construída com recursos da ARABRAS, da Universidade do Sagrado Coração – USC, da Prefeitura Municipal de Araguacema e do Governo do Estado do Tocantins. Sua primeira administração foi da Prefeitura Municipal, passando às mãos da associação Social Desenvolvimento Humano e Comunitário (no ano de 2004), sendo no ano seguinte administrada pelas irmãs franciscanas, retornando posteriormente à administração municipal.

Vários entrevistados destacaram a presença de uma forte amizade entre missionários da ARABRAS, em especial o Sr. *Arnold (da Alemanha)*, o Prof. *Joani Lima Gomes* (de Araguacema/TO) e o Prof. *Nelson Russo de Moraes* (Bauru/SP) e que esta amizade teria trazido importantes níveis de credibilidade para novas ações da ARABRAS, que voltou a investir na Escola Agrícola de Araguacema no período de gestão da associação *Social Desenvolvimento Humano e Comunitário* (época em que o Diretor da Escola Agrícola era o Prof. *Alexandre de Castro Campos*), bem como contribuído para a estruturação do projeto *Escola de Agroecologia “Vale do Araguaia”* em Pequizeiro/TO (SOCIALDHC, 2018).

## **2.7 Escola Nova Esperança – Araguacema/TO**

Por sua vez, a *Escola Nova Esperança* (que também é chamada de *Escola Arabras* em alguns documentos e relatórios consultados) situa-se entre os assentamentos Nova Esperança e Tarumã, ambos em Araguacema/TO, atendendo crianças destas duas regiões e ainda do Povoado Senhor do Bonfim (uma comunidade tradicional de ribeirinhos situada às margens do rio Piranhas, afluente do rio Araguaia).

A *Escola Nova Esperança (Escola Arabras)* atende até o nono ano (ensino fundamental completo) e ainda numa “extensão” da escola da cidade oferece o ensino médio. Atualmente a escola vive momentos de inconstância financeira, principalmente com o fim dos auxílios da ARABRAS, segundo informações fornecidos pelo secretário da Educação de Araguacema em 2016, suas dependências físicas mesclam-se a mata, com a qual a escola não possui fronteira física delimitada.

A ARABRAS também desenvolveu outros projetos afim de auxiliar a população da região, eram oferecidas oficinas de horticultura objetivando ensinar as famílias uma forma de subsistência, a associação também cedia material para as estufas e ia na casa dos moradores para auxiliar na implementação. As

escolas possuíam, de forma geral hortas, pomares e até poços para feitiço da merenda, uma vez que muitos alunos tinham como principal fonte segura de alimento a escola (WOLFF,1997).

A organização auxiliou o hospital de Araguacema com recursos e afim de tornar seus projetos autossustentáveis, fundou em 30 de novembro de 1983 uma cooperativa mista que iniciou suas atividades em 1984 por meio do aluguel de um trator e da construção de um depósito, seu início financeiro foi saudável, recebendo doações da *Organização Menonita Internacional* e um investimento da ARABRAS, entretanto, devido problemas de gestão, a cooperativa veio a falir dois anos após seu início (WOLFF,1997).

## **2.8 Escola de Agroecologia “Vale do Araguaia” – Pequizeiro/TO**

Em outubro de 2002 foi criada a associação *Social Desenvolvimento Humano e Comunitário (SocialDHC)*, com sede em Araguacema/TO, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável de pequenas comunidades amazônicas. Em 2003, seus associados decidiram assumir e mantiveram a Escola Agrícola de Araguacema por um ano (com recursos próprios e também da Prefeitura Municipal de Araguacema). Neste período, o Ministério do Meio Ambiente publicou o mapa de desmatamento da Amazônia, sendo que o município de Pequizeiro/TO figurava entre aqueles de mais elevado percentil de área desmatada. Neste sentido a associação SocialDHC propôs à ARABRAS projeto de implantação de uma escola de agroecologia naquele município. (SOCIALDHC, 2018)

A ARABRAS, no dia 03/08/2004, anunciou parceria com a SocialDHC para a implantação da *Escola de Agroecologia “Vale do Araguaia”* no município de Pequizeiro/TO. A escola teve sua primeira aula em 15 de março de 2005 e manteve pleno atendimento com 125 alunos diariamente em atividades no contraturno escolar, dentre elas educação ambiental, agroecologia, apicultura, xadrez, esportes, artesanato e educação para a saúde. (SOCIALDHC, 2018)

Os entrevistados envolvidos no Projeto Escola de Agroecologia destacaram que nos anos de 2006 e 2007 houveram esforços da ARABRAS para ajudar a SocialDHC a resolver problemas com espaço físico para as atividades socioeducativas (especialmente horta e viveiro de mudas) após rompimento de parceria com uma outra associação local daquele município. Também houveram últimos investimentos da ARABRAS para ajudar na proposta de ampliação das atividades socioeducativas em 2011, chegando à Araguacema/TO (Povoado Senhor do Bonfim) e Guaraí/TO (Bairro Serrinha e Povoado Matinha).

Em 2011, com apoio da ARABRAS, da *Faculdade Guaraí* (FAG), da *Universidade do Tocantins* (UNITINS) e contando com recursos do CNPq (*Projeto sobre Segurança Alimentar em Comunidades Tradicionais*) e do *Instituto HSBC Solidariedade*, o projeto Escola de Agroecologia passou a atender, além de Pequizeiro/TO, as comunidades: 1) Bairro Serrinha (Guaraí/TO), 2) Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO) e 3) Comunidade Tradicional de Ribeirinhos do Povoado Senhor do Bonfim (Araguacema/TO).

Os atendimentos da ARABRAS em parceria com a SocialDHC e os demais parceiros alinhados pela associação brasileira chegaram ao fomento para a produção de mel para um grupo de mais de 50 famílias das comunidades onde a Escola de Agroecologia operava atendimentos, este trabalho de incentivo à produção de mel foi desenvolvido nos anos de 2006 a 2012 (SOCIALDHC, 2018).

### **3 Discussão e resultados da pesquisa sobre a arabras**

Quando analisado o setor educacional brasileiro, nota-se a importância dos avanços estudantis para a ascensão do país em seus âmbitos econômicos e social de forma geral. Uma vez considerada a importância da educação, é necessário que também se leve em conta a diferença cultural que existe na população

brasileira, com acentuadas divergências a níveis estatais, é importante preservar a cultura local e posicionar bem as formas de ensinar, quando essas são regidas por parâmetros internacionais.

Foi em um cenário com notáveis déficits na educação pública que se inseriu a ARABRAS, sendo que na época de sua inserção (início da década de 1970) cerca de 62,3% dos habitantes do Tocantins (então norte do Estado de Goiás) não eram alfabetizados (segundo dados da Secretaria de Educação e Cultura – SEC, em 1990). Os próprios habitantes não viam motivos para enviar seus filhos à escola dada a importância e necessidade dos trabalhos no campo, indispensáveis para a sobrevivência. Além da resistência da própria população, haviam três outros fatores determinantes para a problemática da educação na região: a falta de docentes qualificados, a falta de material de ensino e a insuficiência de prédios escolares (WOLFF,1997).

Devido ao fatos históricos pontuados por problemas de urbanização, colonização e danos ecológicos, Araguacema foi marcada, desde sua fundação, por bases pouco sólidas em relação a sua estrutura educacional, nesse contexto, a ARABRAS atuou para combater os principais problemas relacionados a educação pública. (WOLF, 1997)

A aproximação da associação com as escolas sempre foi facilitada pelo fato de a organização se envolver com a fundação dos colégios, a atuação da ARABRAS e regulação de direcionamento de recursos se dava, normalmente, por intermédio dos diretores.

Nas entrevistas realizadas foi possível perceber que a escola *Menno Simons*, após ser absorvida pelo Estado em sua rede pública de ensino, ainda foi auxiliada pela ARABRAS em uma atuação clara de complementação as ações estatais por parte do terceiro setor, um nome marcante das relações “ARABRAS & Menno Simons”, nessa época, foi o já citado nessa pesquisa, da *Sra. Leila de Brito Paiva*, diretora da escola, que anteriormente fora contatada pelo *Frei Pedro Afonso*, a essa diretora também se atribui ajuda para intermediação

de ralação com outras escolas possibilitando novas parcerias entre a ARABRAS e comunidades de Araguacema e região. Já em relação a *Escola Cidade Leer*, menciona-se com mais frequência o nome do diretor *Sr. João Dirceu*, quanto a *Escola Nova Esperança*, tem-se o diretor *Claudio Santos de Moraes*, a Escola Municipal de Araguacema contava com a gestão direta do secretário da Educação, *Prof. Waldir Souza Araújo*. Já na Escola de Agroecologia “Vale do Araguaia” (Pequizeiro/TO) e suas extensões os contatos eram os professores *Joani Lima Gomes* e *Nelson Russo de Moraes*.

Quando questionados sobre a forma como se desenvolveu a parceria entre a ARABRAS e as instituições de Araguacema/TO, os entrevistados responderam conforme apresentado nos quadros que se seguem.

-----  
**Quadro 1: Trecho de Transcrição de Entrevista A**

**Entrevistado A – Diretor de Escola Beneficiada pela ARABRAS**

*PERGUNTA:* Como começou e como se desenvolveu a parceria com a ARABRAS no município de Araguacema?

*RESPOSTA:* A ARABRAS surgiu no município de Araguacema através da Escola Menno Simons, a Dona Leila, e também teve ajuda nos hospitais, o primeiro hospital de Araguacema, e daí se expandiu. E isso trouxe pra nós muito crescimento na educação, com a escola agrícola e o colégio Nova Esperança, além de ajudar as pessoas, aqui era uma comunidade carente, e no início uns professores deram início a uma faculdade, sem condições, e eles ajudavam dando bolsa. E além disso, recentemente ajudaram a escola agrícola, além do polo da OAB. Na época o contato com eles era através da Dona Leila. Ajudaram também na “Nova Esperança”

**Fonte: Transcrição de entrevista efetuada e gravada pelos autores**

-----  
**Quadro 2: Trecho de Transcrição de Entrevista B**

**ENTREVISTADO B – Ex Aluno e atual professor na Escola Menno Simons**

*PERGUNTA:* Como você via a Sra. Leila na relação com a ARABRAS?

*RESPOSTA:* Ela era diretoria da escola Menno Simons e articulava nesse meio. Era ela que acolhia, tanto os membros da ARABRÁS, quanto os que vinham como voluntários, ficavam na casa dela.

**Fonte: Transcrição de entrevista efetuada e gravada pelos autores**

-----  
**Quadro 3: Trecho de Transcrição de entrevista C**

### **ENTREVISTADO C – Professora na escola Menno Simons**

**PERGUNTA:** A senhora viveu a parceria entre ARABRAS e Araguacema, como foi esse início de contato?

**RESPOSTA:** Quando eu comecei a trabalhar, em 1983, eles já possuíam essa parceria, e o trabalho acontecia de forma interessante, eles vinham da Alemanha fazer atividades com os alunos. Na época a Menno Simons era particular, não tinha ligação com a prefeitura, e era sustentada pela ARABRAS e a igreja Menonita. E havia também um apadrinhamento, tanto por parte da Alemanha, como dos Estados Unidos. Eles auxiliavam em tudo, tratamento dentário, saúde, cirurgia, cesta básica, roupas e incentivavam os alunos a trabalhar para ter renda. Eles também tiravam fotos da vida simples dos moradores, faziam cartões para vender em exposições na Alemanha, e o dinheiro arrecadado voltava para sustento da escola.

A Dona Leila era diretora da escola, enviava relatórios de todas as atividades que desempenhava e fazia pedidos de acordo a necessidade.

**Fonte: Transcrição de entrevista efetuada e gravada pelos autores**

-----

#### **Quadro 4: Trecho de Transcrição da entrevista E**

### **ENTREVISTADO E – Freira que atuou durante a vigência dos projetos ARABRAS**

**PERGUNTA:** A senhora sabe, acompanhou, como começou esse processo de amizade entre Araguacema e o povo da Arabras?

**RESPOSTA:** Quando eu cheguei aqui há muito tempo atrás a Arabrás já estava *né?* E o que a gente tem notícia é que todo esse pessoal da... Principalmente os americanos que estavam ligados a essa instituição, eles vieram pra cá, se instalaram, conheceram as demandas, as necessidades do povo, todas a “situação” daqui, e foram, começaram a trabalhar, ver como que eles poderiam estar contribuindo e solucionando certos problemas. Eu não tenho conhecimento da Arabrás assim como tal, da organização e tal, eu só tenho conhecimento é daquilo que eles faziam, como eles ajudavam, se preocupavam das questões que eram emergentes, das questões que precisavam ser atendidas. E como a ARABRÁS normalmente estava aqui em Araguacema, e acho que nos outros lugares, está muito ligado à igreja “Menonita”, e aí eles também se organizavam nesse campo da saúde, nesse campo de atendimento as pessoas, das necessidades, por exemplo, naquele tempo Araguacema tinha muitas questões ligadas a muita dificuldade até de alimentação, eu sei que esse povo socorreu muita gente, nós mesmo quando começamos a trabalhar no assentamento, nos compor nos acampamentos, vieram gente da Arabrás aqui e nos ajudaram, por exemplo, na organização, com mulheres. Eu mesma recebi algumas doações pra comparar maquinas pra essas mulheres fazerem seus trabalhos.

**Fonte: Transcrição de entrevista efetuada e gravada pelos autores**

---

**Quadro 5: Trecho de Transcrição da Entrevista F**

**ENTREVISTADO F: Professora na Escola Nova Esperança**

**PERGUNTA 1:** Como começou a parceria?

**RESPOSTA 1:** Sim, através de um padre, por nome “Padre Afonso”, ele que entrou em conversa com a Dona Leila que era diretora da época do Menon Simon, que também já tinha essa parceria lá também. Ele entrou em contato com a Dona Leila e através dele e da Dona Leila foi que a Arabras chegou até nós.

**PERGUNTA 2:** Sempre a Dona Leila Intermediando a parceria?

**RESPOSTA 2:** É, por que a única escola que era beneficiada pela Arabras em Araguacema era Menon Simon, na época, a Dona Leila que estava sempre com eles, vinham as regras, muita coisa pra eles lá, aí, como a gente aqui estava começando no assentamento, a gente não tinha assim, uma parceria com uma outra pessoa, foi através da gente mesmo, a necessidade que estava tendo com os alunos que estavam aí, todo mundo sem estudar, a gente vai ver aí. Entrei em contato com frei Afonso e frei Afonso foi e entrou em contato com Dona Leila, e Dona Leila chegou até eles e eles mandaram algumas coisas pra gente aqui começar o nosso trabalho.

**Fonte: Transcrição de entrevista efetuada e gravada pelos autores**

---

Por meio das entrevistas, é possível notar que as parcerias da associação com as escolas e demais projeto, se dava principalmente por intermédio da direção das escolas, sobretudo da Sr. Leila uma vez que ela aproximava as entidades. As entrevistas também destacaram outros dois pontos relevantes, a parceria entre a ARABRAS e a Igreja Menonita e a forma como os recursos necessários eram solicitados. É possível notar que a ARABRAS instituiu parceria com a igreja Menonita por conta da necessidade de aproximação com as demandas da região Tocantinense na qual atuava. No período de aproximação da associação, a Igreja Menonita já possuía raízes firmadas no Brasil, e foi intermédio para a ARABRAS.

Também é possível notar, quando em pauta a forma como os recursos eram solicitados, que isso se dava por meio da direção das escolas, que recolhiam as demandas e repassavam a

associação. Esses fatos podem ser melhor observados na transcrição que segue.

-----  
**Quadro 6: Trecho de Transcrição de Entrevista B**

**ENTREVISTADO B – Ex Aluno e atual professor na Escola Menno Simons**

PERGUNTA 1: Como funcionava a solicitação de recursos pela ARABRAS e em contrapartida a prestação de contas?

RESPOSTA 1: Com relação aos funcionários, a associação repassava a escola para pagamento dos funcionários. Com relação a auxílio, eu por proximidade com a diretoria sabia que a associação tinha dificuldades na captação de recursos, e o adquiria através da promoção de feiras e venda de bolachas feitas pelas crianças alemãs. A prestação de contas era feita através da entrega de relatórios a escola.

PERGUNTA 2: Havia uma relação forte da ARABRAS com a igreja Menonita, como era essa relação na sua concepção? Eles impunham a religião? De onde surgiu a parceria entre Menonita e ARABRAS?

RESPOSTA 2: Eles não impunham religião e eram aparentemente católicos, a relação deles deu-se, pois, a igreja Menonita possuía uma associação no Paraná, e em 1971 a ARABRAS precisava de uma entidade no Brasil para fazer esse canal, e eles conseguiram isso através dessa associação dos menonitas, que tinham por presidente o pastor Teodoro.

**Fonte: Transcrição de entrevista efetuada e gravada pelos autores**

-----

Há de se considerar também, que a ARABRAS atuou em muitos projetos diferentes na vida dos beneficiados, por meio das transcrições já apresentadas, é possível notar que contribuíram com auxílio a hospitais, ao ensino superior, com procedimentos médicos, alimentação e até com vestuário, além do relacionamento profundo e afincado com as instituições escolares.

### **3.1 Percepção dos beneficiados sobre as ações da ARABRAS**

As atividades desenvolvidas pela ARABRAS surtiram efeitos benéficos que se perpetuaram pela vida dos beneficiados. Alguns optaram por permanecer em suas cidades origem dedicando-se a trabalhos braçais e já praticados pelas famílias, mas também houve

um número expressivo de pessoas que optou por aprimorar seu conhecimento intensificando os estudos.

Incentivados pela iniciativa da associação, alguns alunos cursaram ensino superior e dedicaram-se à docência, até mesmo retornando as escolas em que receberam auxílio, mas como professores. Quando questionados sobre os impactos das ações da ARABRÁS em suas vidas, e na vida de terceiros que receberam auxílio da instituição, os entrevistados apresentaram as respostas que seguem:

-----  
**Quadro 7: Trecho de Transcrição de Entrevista A**

**Entrevistado A – Diretor de Escola Beneficiada pela ARABRAS**

*PERGUNTA 1:* Na sua percepção, existe um legado deixado pela ARABRAS? Ela foi importante na vida das pessoas que passaram por seus projetos?

*RESPOSTA 1:* Foi importante, na época existia apadrinhamento das crianças carentes, eles ajudavam, havia uniforme, era bem organizado.

*PERGUNTA 2:* Você nota diferença entre as pessoas que passaram pelas escolas ajudadas pela ARABRAS, os estudantes, e os que frequentaram outras escolas?

*RESPOSTA 2:* Com certeza existe a diferença, a partir do momento em que a parte pública tem ajuda, elas eram mais amplas, hoje a escola Menno Simons, por exemplo, é mantida pelo estado, é uma escola tradicional muito boa, mas nota-se a diferença.

**Fonte: Transcrição de entrevista efetuada e gravada pelos autores**

-----

**Quadro 8: Trecho de Transcrição de Entrevista B**

**ENTREVISTADO B – Ex Aluno e atual professor na Escola Menno Simons**

*PERGUNTA 1:* Como foi o seu contato com a ARABRAS?

*RESPOSTA 1:* Quando eu comecei a estudar em 1981, eu já comecei a estudar na escola Menno Simons, daí, nessa escola eles faziam uma seleção de apadrinhamento, aqueles alunos de família mais carente, “que” também sou filho de pessoas, de lavrador, de família carente, e ainda em especial, meu pai era deficiente, ele tinha o braço direito, perdeu os movimentos do braço. E então quando eu comecei a estudar, e pelo cadastro que eles faziam na escola eles escolhiam, de acordo o número da família, eles escolhiam para fazer esse apadrinhamento, então eu fui um dos apadrinhados, logo de início quando entrei na escola, isso foi até a data dos meus 15 ou 16 anos, já era apadrinhado.

Quando fazia o primário, que era o que a escola oferecia, os anos iniciais, a pessoa era apadrinhada, aí quando mudava pra rede estadual, aí desvinculava esse apadrinhamento.

Quando foi em 1989, depois que eu perdi esse apadrinhamento, eu comecei a trabalhar na escola, já davam serviço de atividade, tinha o pátio para cuidar, tinha algumas obras... então eu já trabalhava na própria escola. Quando conclui o ensino fundamental, a segunda fase, eu consegui uma bolsa da ARABRAS, fui contemplado com uma ajuda de 75% do salário mínimo pra fazer um curso fora, que era aqui na idade próxima, de Pedro Afonso, daí eu fui fazer esse curso fora.

*PERGUNTA 2:* Haviam outras pessoas financiadas pela bolsa?

*RESPOSTA 2:* Que eu saiba, só de Araguacema, foram três. Desses três eu fui o único que voltou a prestar serviços após ter concluído o curso (...). Voltei com carteira assinada como funcionário da escola Menno Simons.

*PERGUNTA 3:* Como você imagina sua vida se não tivesse a ARABRAS?

*RESPOSTA 3:* Acredito que não estaria aqui, meus pais não tinham condição de me manter fora; eu ainda estaria em Araguacema e não teria feito meu curso técnico; quando fui estudar fora, só voltava para casa duas ou uma vez ao ano, o dinheiro da bolsa me mantinha lá, mas para a passagem de volta eu tinha que ir juntando dinheiro e trabalhando nas férias.

**Fonte: Transcrição de entrevista efetuada e gravada pelos autores**

-----

#### **Quadro 9: Trecho de Transcrição de Entrevista C**

##### **ENTREVISTADO C – Professora na escola Menno Simons**

*PERGUNTA:* A ARABRAS ajudou na vida das pessoas?

*RESPOSTA:* Sim, ajudou e motivou. Eu não via interesse na ARABRAS além de ajudar.

**Fonte: Transcrição de entrevista efetuada e gravada pelos autores**

-----

#### **Quadro 10: Trecho de Transcrição de Entrevista D**

##### **ENTREVISTADO D – Atuou na implementação da Escola de Agroecologia**

*PERGUNTA 1:* Como você analisa, tendo em vista sua formação acadêmica a participação do projeto, na transformação da vida das crianças que passaram por lá? De forma individual, houve benefícios?

*RESPOSTA 1:* Acredito que o projeto foi de suma importância, os alunos desenvolveram na escola objetivos para a vida que tentaram seguir, principalmente com relação a continuidade dos estudos.

*PERGUNTA 2:* Você acha que sua vida seria diferente se não tivesse feito aquela escola de agroecologia?

*RESPOSTA 2:* Com certeza, pois influenciou minha vida profissional por meio do contato com a educação. Acredito que me influenciou também por optar pelo caminho da educação, desenvolvendo uma profissão relacionada a isso.

*PERGUNTA 3:* Você acha que essa escola em parceria com a ARABRAS, mudou a noção de desenvolvimento pela comunidade? Você acha que surgiu uma noção de conhecimento, pela comunidade?

*RESPOSTA 3:* Sim, houve pontos negativos e positivos, mas para as pessoas da comunidade, foi bastante positivo.

***Fonte: Transcrição de entrevista efetuada e gravada pelos autores***

-----

#### **Quadro 11: Trecho de Transcrição de Entrevista F**

##### **ENTREVISTADO F: Professora na Escola Nova Esperança**

*PERGUNTA:* como a senhora vê o papel da Arabras para o desenvolvimento dessa região, qual a importância? O trabalho desempenhado?

*RESPOSTA:* Arabras pra nós aqui foi muito útil, muito importante. Porque ela nos ajudou bastante, a gente começou com um assentamento precário, então aconteceu que a gente entrou em parceria com a Arabras, e a Arabras nos ajudou muito. Então, foi muito importante a vinda da Arabras pra nós aqui.

***Fonte: Transcrição de entrevista efetuada e gravada pelos autores***

-----

Com base nas entrevistas apresentadas, convém salientar que os principais impactos na vida dos beneficiados pelos projetos ARABRAS, ocorreram na área de educação, que consiste no principal objetivo de atuação da organização. Muitos foram auxiliados ainda no período estudantil, e outros durante o desenvolvimento da vida profissional, embrenhando-se nas áreas educacionais.

É importante pontuar, que além dos incentivos diretos, é possível notar a motivação que a ARABRAS despertou nas pessoas ao seu redor, para que firmassem objetivos profissionais e desenvolvessem novas perspectivas de vida, ampliando suas possibilidades de atuação.

### **3.2 Percepção sobre o fim da atuação da ARABRAS**

No ano de 2015 a ARABRAS encerrou suas atividades no Tocantins, deixando marcas das benfeitorias que a cooperação

internacional pode trazer. Muitos dos beneficiados presumem cenários deficitários com a saída da associação, embora reconheçam que o trabalho desempenhado tenha sido de extrema valia e causando avanços que possivelmente não aconteceriam naturalmente.

Quando questionados acerca do fim da atuação da ARABRAS, os entrevistados mencionaram tristeza, mas frisaram que com a “semente” que a ARABRAS deixou, a cidade possui todos os subsídios para desenvolver profissionais aptos a liderança, uma vez que foram influenciados pela instituição.

Os entrevistados também mencionaram que se sentem gratos pela atuação da organização na comunidade, uma vez que isso possibilitou a mudança de vida para muitos deles, advindos de famílias carentes e com pouca perspectiva de vida. Segundo eles, não havia objetivos secundários na atuação da ARABRAS, e que eles nunca observaram atitudes de interesse próprio, sendo que todas as atenções e recursos eram destinados as demandas locais.

O Legado que a ARABRAS deixou também se mantém firma para as crianças que atualmente frequentam as escolas financiadas pela OTS (Organização do Terceiro Setor). Sendo que a história é transmitida em aula, e também por meio de um livro que conta a importância da associação alemã na história de Araguacema, sendo que as crianças acabam por sentir-se também, diretamente beneficiadas. Esse fato pode ser constatado no seguinte trecho de entrevista:

-----  
**Quadro 12: Trecho de Transcrição de Entrevista F**

**ENTREVISTADO F: Professora na Escola Nova Esperança**

*PERGUNTA 1:* Na opinião da senhora, o que os alunos sabem da Arabras hoje?

*RESPOSTA 1:* Sabem, não tudo, mas pelo menos um pouco eles tem um conhecimento.

*PERGUNTA 2:* Como vocês repassam esse conhecimento para eles?

*RESPOSTA 2:* A gente repassa através das aulas de conhecimento gerais, a gente entra nesses assuntos que o que eles tem hoje é através da Arabras.

*PERGUNTA 3:* Todos os professores fazem isso?

*RESPOSTA 3:* Fazem.

*PERGUNTA 4:* Mesmo os que não são daqui, e não conheciam?

*RESPOSTA 4:* Mesmo os que não são daqui e que não conheciam, mas a gente tem livro contando a nossa história.

*PERGUNTA 5:* E a resposta deles frente a isso é como? Como eles veem a Arabras nesse sentido?

*RESPOSTA 5:* Eles veem a Arabras assim como se fosse, assim, um padrinho que eles têm e que assumiram eles, e estão sempre ajudando. Os presentes que eles dão pra eles através de estudo, isso é um grande presente.

*Fonte: Transcrição de entrevista efetuada e gravada pelos autores*

-----

É possível notar, que as pessoas envolvidas no projeto, também empenham esforços em manter viva a memória da atuação da ARABRAS, perpetuando o benefício que alcançaram.

#### **4. Conclusões**

Mediante o objetivo proposto, é possível concluir que a cooperação internacional surgiu em decorrência do pós-guerra, num período em que era necessário reconstruir a Europa, para tanto, países externos empregavam esforços. Com o início da Guerra-Fria, a cooperação adotou um caráter de dominação de território e influência, sendo executada para manutenção de antigas alianças e criação de novas, sendo que essa ambiguidade de escopo perdeu força com o fim da guerra. Houve também pressões internacionais com a divisão da Alemanha entre Ocidental e Oriental, fator que viria a sanar-se em 1973, com a entrada da Alemanha Ocidental nas Nações Unidas.

Na década de 1960 o mundo presenciou uma maior intensificação e institucionalização da cooperação internacional, sendo que esta buscava atender a demandas de países menos desenvolvidos (os chamados “Terceiro Mundo”) em questões atreladas a subsistência, como alimentação e moradia. Com o início de 1970, houve uma intensificação entre as relações Brasil e Alemanha, sendo que os alemães se configuravam como agentes de auxílio, e no Brasil, enxergava-se na cooperação internacional uma oportunidade para o

desenvolvimento, dessa forma os dois países desenvolveram ações importante no que tange a políticas públicas de educação.

A partir de 1980, até o início de 2000, a cooperação internacional variou quanto ao seu escopo, deslocando e realocando-se na América latina, até que por fim, a Alemanha e o Brasil, por alinhamento governamental, aprofundaram-se em sua parceria, tornando-a estratégica.

Faz-se mister ressaltar que a Alemanha sempre demonstrou interesse nos territórios tradicionais brasileiros, e devido à forte atuação do país nas demandas nacionais, tomou-se como objeto de estudos a ARABRAS, uma associação alemã fundada em 1971 pelo casal *Margrit e Erich Kupfer*, que motivaram-se a atuar no Brasil por questões ideológicas e inspirados pela atuação de uma associação holandesa que vendia artesanato retornando os lucros para as cooperativas produtoras, iniciaram suas atividades com um pequeno grupo, que evoluiria, tornando-se a ARABRAS.

Ao saber de uma demanda específica em Araguacema/TO, os *Kupfer* decidiram iniciar suas atuações no Brasil. A associação desenvolveu diversos projetos ligados a sobrevivência, cultura e desenvolvimento dessas populações, atuando principalmente na área da educação, na qual veio atuar na construção, manutenção e financiamento de escolas, auxiliando infraestrutura, docência e alunos, por meio de apadrinhamentos, bolsas e projetos variados.

Em 2015 a ARABRAS encerrou suas atividades no Tocantins, deixando um legado de benfeitorias que é salientado nas entrevistas fornecidas por pessoas que de alguma forma relacionaram-se a instituição.

É possível notar que muitas ganharam novas perspectivas de vida, aprofundaram seus estudos e ingressaram no ensino superior, sendo que alguns retornaram as escolas auxiliadas como docentes. Com o fim da atuação alemã na região do Araguaia, é possível notar que para além das benfeitorias, diretas ou indiretas causadas, a memória das ações da organização se perpetuam, sendo transmitidas as novas gerações de alunos, que compreendem as ações da

ARABRAS como cruciais para a sua vida estudantil, mesmo que não tenham presenciado a vigência dos projetos.

Com a presente pesquisa foi possível compreender como se deu a atuação de uma associação alemã que se situava na cooperação internacional, os benefícios desse fenômeno são de extrema valia para quem recebe os benefícios, gerando impactos que podem perpetuar-se por diversas gerações. É necessário que essas relações sejam bem administrada, para que resultados positivos, como os aferidos na presente pesquisa, possam tornar-se recorrentes, trazendo reflexos positivos a cooperação internacional, independentemente de sua forma de atuação.

## Referências

AFONSO, M. A.; FERNANDES, A. P. **ABCD introdução à cooperação para desenvolvimento**. Fórum DC, 2005. Disponível em: <[http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositorio/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Introducao\\_CooperacaoDesenvolvimento.pdf#page=23](http://backoffice.plataformaongd.pt/documentacao/site/Repositorio/Documentos/Publica%C3%A7%C3%B5es/Introducao_CooperacaoDesenvolvimento.pdf#page=23)> Acesso em 24 de agosto de 2017.

BRASIL. **Decreto 6040** (07/02/2007). Brasília, Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)> . Acesso em 22 de jul. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Comunidades tradicionais: o que são?** Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-saocomunidades-tradicionais>> Acesso em 27 de dez. de 2017.

CERVO, A.L. **Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil**. Bras. Polít. Int.p. 37-63, 1994. Disponível em: <[https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/851893/mod\\_folder/content/o/CERVO.%20Socializando%20o%20desenvolvimento%20uma%20hist%C3%B3ria%20da%20cooperac%C3%A7%C3%A3o%20internacional%20em%20CT%20no%20Brasil.pdf?forcedownload=1](https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/851893/mod_folder/content/o/CERVO.%20Socializando%20o%20desenvolvimento%20uma%20hist%C3%B3ria%20da%20cooperac%C3%A7%C3%A3o%20internacional%20em%20CT%20no%20Brasil.pdf?forcedownload=1)> . Acesso em 22 de mar. 2017.

CONDURÚ, M.T. e PEREIRA, J.A.R. **Elaboração de trabalhos acadêmicos**. Belém: UFPA, 2010.

COSTA, M. C. **Cooperação internacional, desenvolvimento e ciência na periferia.** Horizontes, Bragança Paulista, v.22, n.2, p. 191-204, jul/dez. 2004.

FERNANDES, R.C. **Privado, porém público.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GASPAR, I. R. C. **Política externa e cooperação internacional:** análise de contexto da emergência do meio ambiente nas relações Brasil-Alemanha. Dissertação de Mestrado. U.F Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/168535/Monografia%20da%20Isabela%20Ribeiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 28 de ago. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002

HALL, J.A.; YKENBERRY, G.J. **O Estado.** Lisboa/Portugal: Estampa, 1990.

MARTINS, G.A. e THEÓFILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2009.

MILANO, C. R. D, SUYAMA, B. LOPES, L.L. **Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul:** que lições e desafios para o Brasil? **Articulação Sul.** São Paulo, Nov. 2013. Disponível em: < <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10532-20140207.pdf>> Acesso em: 28 de ago. 2017,

MIRANDA, C. L. L. **Relações Internacionais e Desenvolvimento Local:** Uma Análise da Cooperação Técnica Brasil-Alemanha (1987-2003). Dissertação de Mestrado: Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. 2004. 211p.

MORAES, N. R. **As empresas e a responsabilidade social.** Dissertação de mestrado: Faculdade de História Direito e Serviço Social da UNESP/Franca. 2005. 255p

NUNES, I. S. de A. **A cooperação internacional de política e desenvolvimento do governo alemão em parceria com os países da América Latina.** Como exemplo: O desempenho da Iniciativa Somos Mercosul. Disponível

em:<[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1081/1/2010\\_IsabelaSantosAlbuquerqueNunes.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1081/1/2010_IsabelaSantosAlbuquerqueNunes.pdf)> Acesso em 22 de mar. De 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUACEMA. **História**. Disponível em <<<http://www.araguacema.to.gov.br/historia/>>>. Acessado em 22/07/2016.

RACY, J. C. SILVA, E. A. Indústria e Universidade: A cooperação internacional e institucional e o protagonismo da mobilidade estudantil nos sistemas de inovação da Alemanha. **Educação Pesquisa**, São Paulo, v .43, n.2, p.569-584, abr/jun, 2017.

SOCIALDHC. **Social Desenvolvimento Humano e Comunitário**: parceria Arabras. Disponível em <<<http://www.socialdhc.org.br>>>. Acesso em 10/12/2017.

UNESP. Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS. Disponível em <[www.unesp.tupa.br](http://www.unesp.tupa.br)> . Acesso em 10/06/2018.

USC – Universidade do Sagrado Coração. **Relatório Técnico**. Projeto Tocantins 1997. Bauru/SP: USC, 1997.

WOLFF, S. **ARABRAS**: Projeto escolar brasileiro-alemão na região do Rio Araguaia. Frankfurt : Alemanha, 1997. 276p.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.



## Capítulo 3

# Missão Amazônia - atividade de imersão acadêmica em comunidades tradicionais: debate sobre metodologias de ação e cooperação para o resgate da identidade e de pertencimento comunitário

Amazon mission - Academic immersion activity in traditional communities: debate on methodologies of action and cooperation for the rescue of identity and community belonging

*Alexandre de Castro Campos*<sup>1</sup>

*Valdemir Garcia Neto Melo*<sup>2</sup>

*Fernando da Cruz Souza*<sup>3</sup>

*Anderson Rodolfo de Lima*<sup>4</sup>

*Fábio Brega Gamba*<sup>5</sup>

*Dorival Russo de Moraes*<sup>6</sup>

*Nelson Russo de Moraes*<sup>7</sup>

---

<sup>1</sup> Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP/Tupã). Graduado em Geografia (Universidade do Sagrado Coração/Bauru/SP). Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social - GEDGS/UNESP. E-mail: alexandregeo@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1791424298760125> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5663-8757>

<sup>2</sup> Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP/Tupã). Tecnólogo em Agronegócios (FATEC/Ourinhos). Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social - GEDGS/UNESP. E-mail: v.garcianeto@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4373492836400672> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4942-1696>

<sup>3</sup> Graduando em Administração (FCE/UNESP). Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social - GEDGS/FCE/UNESP. E-mail: fernandotraduz@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1620787503202142> ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7346-4776>

<sup>4</sup> Doutorando em Engenharia de Produção (UFSCar). Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento (UNESP). Graduado em Administração (FCE/UNESP). Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social - GEDGS/UNESP. E-mail: anderson.hbo@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2858832866547329> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3559-7444>

<sup>5</sup> Mestrando em Agroenergia (UFT). Especialista em Gestão e Conservação de Espaços Naturais (Centro Universitário Leonardo Da Vinci/SC). Graduado em Biologia (Universidade do Sagrado Coração/Bauru/SP). Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social - GEDGS/UNESP. E-mail: fabregam.fbg@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0299985487544204> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9825-5367>

<sup>6</sup> Mestre em Engenharia da Produção (UNESP/Bauru/SP). Graduado em Administração (ITE/Bauru/SP). Professor da UNIP Bauru/SP. E-mail: dorivalmetodo@terra.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3172910425175351>

---

**RESUMO**

O desafio da universidade, para além de formar profissionais competitivos, se transborda na perspectiva de formar cidadãos plenos de suas responsabilidades diante da crescente complexidade das relações sociais que sustentam a sociedade contemporânea. Assim, o ensino, a pesquisa e a extensão assumem novos e dinâmicos contornos de ação, em que cada um dos eixos se estrutura de modo integrado aos outros dois e conexo às pautas estabelecidas pela sociedade onde a universidade se insere. Nesta arena de debates, concebe-se o perfil do gestor social ou gestor do desenvolvimento social, segundo Fischer e Melo (2006, p. 22) “[...] o gestor do desenvolvimento social é um mediador multiquificado, situando-se em um contínuo que vai da capacidade de dar respostas eficazes e eficientes às situações cotidianas à capacidade de enfrentar problemas de alta complexidade”. É no sentido da multiquificação necessária à composição das competências que o Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (FCE/UNESP), estruturou e desenvolveu a Missão Amazônia que nos anos de 2015, 2016 e 2017 desenvolveu ações de imersão de equipes (de graduandos, mestrandos e doutorandos) em comunidades tradicionais amazônicas. Esta comunicação científica traz um relato documental e sistematizado das ações realizadas, bem como aquelas que foram iniciadas para conclusão nas próximas ações da Missão Amazônia.

**Palavras-chave:** Comunidades Tradicionais. Ribeirinhos. Geraizeiros. Extensão Universitária. Grupo de Pesquisa.

**ABSTRACT**

The university's challenge, besides forming competitive professionals, is the training of citizens who are in responsible in the face of the increasing complexity of social relations in contemporary society. Thus, teaching, research and extension assume new and dynamic contours of action, where each axis is structured in an integrated way to the other two and connected to the guidelines established by the society where the university is inserted. In this arena of debate, the profile of the social manager or manager of social development is conceived, according to Fischer and Melo (2006: 22) "... the manager of social development is a multiquified mediator, whose role could be understood in a continuum that goes from the capacity to give effective and efficient answers to everyday situations to the capacity to face problems of high complexity". It is in the sense of the multiquification necessary to the composition of the competences that the Group of Studies in Democracy and Social Management (FCE / UNESP), structured and developed the Amazon Mission that in the years 2015, 2016 and 2017 developed team immersion actions of undergraduates, masters and doctoral students in traditional Amazonian communities. This scientific communication brings a documental and systematized account of the actions carried out, as well as those that were started and are to be concluded in the next actions of the Amazon Mission.

**Keywords:** Traditional Communities. Ribeirinhos. Geraizeiros. University Extension. Research group.

---

## 1 Introdução

Com a crescente complexidade da vida em sociedade, a humanidade traz – contemporaneamente – gigantescos desafios

---

<sup>7</sup> Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA/Salvador/BA), Mestre em Serviço Social (UNESP/Franca/SP). Graduado em Administração (ITE/Bauru/SP). Docente do Curso de Administração (FCE/UNESP/Tupã/SP). Docente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (FCE/UNESP/Tupã/SP). Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UFT). E-mail: nelsonrusso.unesp@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6708471420702848> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0159-9433>

formativos, exigindo-se para além da formação escolar uma rígida estrutura de competências que evidenciem a multiqualificação, neste interim, o conhecimento exigido é mais amplo e interdisciplinar. Aparecem, então diversos novos padrões de relações sociais e mesmo de modelos organizacionais como conseqüências diretas ou indiretas da globalização, diversas vezes alavancados pelo fenômeno da rede mundial de computadores - internet, trazendo assim algumas possibilidades de entendimento à busca da sustentabilidade e da resolução dos diversos problemas sociais, na tentativa de harmonização entre a sociedade e a natureza (MORAES *et al*, 2015a).

Tal apelo da sociedade para uma formação mais completa e profunda, e por que não dizer mais crítica, se alinha às perspectivas da *teoria crítica frankfurtiana*, afinal através da dialogicidade, ocorre uma trajetória primordial ao desenvolvimento do pensamento complexo, a começar das relações sociais estabelecidas dentro de pequenos grupos até a envergadura dos debates sobre a tessitura de classes sociais e dos interesses estabelecidos por macro-estruturas como a do capital e dos demais poderes fortemente arraigados na contemporaneidade. Sobre isso resgatando em Jürgen Habermas os conceitos acerca da dialogicidade, é bem possível a construção de uma trilha para o entendimento da formação humana, a partir da compreensão de seus interesses e das perspectivas da interdisciplinaridade e dos fios condutores do pensamento sociológico (TENÓRIO, 1998).

Neste cenário, as mais diversas áreas e níveis da formação profissional teve de se ajustar aos interesses postos pelas citadas macro-estruturas, sofrendo diversas alterações através das necessidades do mundo moderno, se moldando a atuais tecnologias e os novos mercados globalizados e profundamente competitivos, quando correlacionada a outras áreas profissionais (PORTO JÚNIOR *et al*, 2015). Não obstante, as necessidades e desafios da humanidade se alargaram e aprofundaram, mantendo-se crescentemente exigente à amplitude formativa do profissional e do cidadão.

Diversos segmentos da universidade, em especial (alguns núcleos de) colegiados de cursos de graduação, pesquisadores de programas de pós-graduação e grupos de pesquisa têm buscado meios para fugir do tecnicismo formativo, que por vezes engendra a formação apenas na perspectiva de habilidades, buscando propostas paralelas para o maior enriquecimento formativo no que tangencia às competências humanas. Assim, o Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS, um grupo de pesquisa da FCE/UNESP, desenvolve desde 2015 a *Missão Amazônia*, estruturada como atividade de extensão, mas que transborda desta seara se constituindo em ação articuladora de parcerias, fomentadora de pesquisa e promotora do desenvolvimento humano.

Esta comunicação científica assenta, como capítulo de livro, os trabalhos desenvolvidos em três etapas da *Missão Amazônia* (2015, 2016 e 2017), trazendo para este plano editorial as atualizações e indicativos das bancas de congressos em que essa experiência acadêmica fora apresentada e debatida, a saber:

- 1) II SIPPEDES – Simpósio Internacional de Políticas Públicas e Desenvolvimento, que foi desenvolvido em Franca/SP, pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (Câmpus de Franca), de 20 a 22 de setembro de 2016. Título do trabalho apresentado: “*Faculdade de Administração da UNESP/Tupã e Comunidades Tradicionais Amazônicas: relato de ação pela Missão Amazônia 2015 e seus Desdobramentos*”. O trabalho foi elaborado por: Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes (FCE/UNESP); mestrando Anderson Rodolfo de Lima (PGAD/FCE/UNESP) e pelo biólogo Fábio Brega Gamba (Governo do Estado do Tocantins).
- 2) X ENAPEGS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, que foi desenvolvido em Juazeiro do Norte/CE, pela Universidade Federal do Cariri – UFCA, de

20 a 24 de maio de 2018. Título do trabalho apresentado: “*Missão Amazônia/UNESP: Imersão em Comunidades Tradicionais Amazônico-tocantinenses*”. O trabalho foi elaborado por: *Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes* (FCE/UNESP); *Prof. Me. Dorival Russo de Moraes*; mestrando *Alexandre de Castro Campos* (PGAD/FCE/UNESP) e pelo graduando *Fernando da Cruz Souza* (FCE/UNESP).

## **2 A universidade e seu papel formativo**

Historicamente a universidade está centrada na formação de profissionais para o atendimento de uma seara de mão dupla, onde por um lado a sociedade (por meio de suas organizações) demanda profissionais prontos à produção de respostas de alta complexidade para processos produtivos das mais variadas naturezas e por outro as famílias e as pessoas em particular buscam maior nível de competitividade para inserção ao mercado de trabalho (PORTO JÚNIOR, 2017).

Contudo a sociedade viu crescer, em volume e complexidade, seus problemas de organização social e outros próprios da relação entre a humanidade e o plano da sustentabilidade ambiental (ou entre o homem e a natureza), o que culminou na entrada de novos conceitos ao processo formativo das universidades, estando – neste sentido – de acordo com as perspectivas da gestão social (MORAES et al., 2014)

Importante destacar que a universidade se concretiza como o centro de criação e de difusão do conhecimento, promovendo a formação profissional e ainda resolvendo demandas postas pelo ser humano pela sociedade, assim à ela é impelida a responsabilidade de fortalecer o espírito crítico que possa conduzir o universitário a melhor compreensão das múltiplas conexões entre sua profissão e a sociedade de modo geral. Diante deste contexto é importante destacar que a universidade se constitui como espaço privilegiado

da ação intelectual e que nela então repousa a necessidade de conduzir o diálogo entre a cientificidade e a criticidade. Este pensamento alinha-se aos estudos de Calderón (2004):

A universidade seria determinada não por fatores endógenos, mas principalmente por fatores exógenos. Ela seria pautada por seu caráter pragmático e utilitário com relação às demandas externas. A universidade somente redefine sua missão quando atua em favor da sociedade; mais especificamente, quando atua em função do mercado. Agindo dessa forma, ela passa por um processo de renovação permanente, oxigenando sua existência e função. (CALDERÓN, 2004, p.104)

Ora, quando Calderón (2004) trata sobre mercado não defende que seja a universidade uma agência de prestação de serviços deste setor da sociedade, inclusive adentrando a defesa da universidade pública ressalta que:

Aceitar a mercantilização do ensino superior equivale a aceitar a destruição da universidade e de sua autonomia, o que representaria seu fim como espaço crítico de produção livre, desinteressado e autônomo de conhecimentos. Segundo esta perspectiva, a autonomia universitária confere à universidade autoridade para definir seus próprios caminhos e a coloca acima do mercado e da sociedade civil, sem nenhum tipo de compromisso e responsabilidade com seus financiadores. (CALDERÓN, 2004, p.105)

Neste sentido, a universidade de modo geral e a universidade pública em específico detém a responsabilidade da construção e do estabelecimento de novas conexões para o fomento ao conhecimento pautado nas complexas relações sociais, que estão muito para além dos limites de cada área de formação, transbordando pelas possibilidades interdisciplinares postas pelas mais diversas demandas da humem contemporâneo.

Boaventura (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008), ao tratar das responsabilidades universitárias quanto à formação da prática

interdisciplinar, critica o distanciamento (por vezes observado) entre a teoria e a sua aplicação prática, apontando com criticidade a desarticulação dos saberes como estrutura de enfraquecimento do ensino superior, assim, destaca que “o conhecimento pluri-universitário é um conhecimento contextual na medida em que o princípio organizador da sua produção é a aplicação que lhe pode ser dada” (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p.41), e neste sentido Boaventura (2008) continua:

É um conhecimento transdisciplinar que, pela sua própria contextualização, obriga a um diálogo ou confronto com outros tipos de conhecimento, o que o torna internamente mais heterogêneo e mais adequado a ser produzido em sistemas abertos menos perenes e de organização menos rígida e hierárquica. (SANTOS; ALMEIDA FILHO, 2008, p.41)

Ao privilegiar a importância da dialogicidade entre diferentes disciplinas, Santos e Almeida Filho (2008) falam do fortalecimento gerado à sociedade pela rede de contatos que a universidade pode estabelecer e servir como elo de contato e de cooperação, rede formada por diferentes atores como o setor produtivo (agricultura, indústria, comércio e serviços), os movimentos sociais e suas organizações, o próprio Estado, segmentos da sociedade e suas comunidades e mesmo entre diferentes universidades.

Existem outros estudiosos que pesquisam sobre o diálogo interdisciplinar na academia e que estabelecem a interdisciplinaridade como substrato para o planejamento, a estruturação, e a implantação de ações de extensão e de pesquisa mais conectadas à realidade das demandas da sociedade. Assim, também assumem “a noção de uma ciência isolada de resto da sociedade se tornará tão absurda quanto a ideia de um sistema arterial desconectado do sistema venoso” (LATOUR, 2001, p.97), o autor destaca o risco de que o trabalho acadêmico perde a cientificidade quando se distancia do contexto do objeto em estudo.

De maneira geral, neste viés, a administração não é a única área profissional a atuar sobre o conceito da gestão seja organizacional, social ou ambiental, em relação à esta perspectiva abrindo o campo da gestão para as diversas profissões que emanam das áreas do conhecimento, Tenório (2005) destaca que a:

Gestão social contrapõe-se à gestão estratégica à medida que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos social. E uma ação dialógica desenvolve-se segundo os pressupostos do agir comunicativo habbermasiano (TENÓRIO, 2005, p. 120).

A administração contemporânea, relacionada sobre princípios de ética, governança, e responsabilidade social impõe a academia no fundamento da formação de profissionais para além de competências e habilidades que mantenham a determinação de diversos problemas, o que se corresponde com a procura do perfil do administrador social. Segundo Fischer, Roesch e Melo (2006, p. 22), o gestor social é “[...] um mediador multiquificado, posicionando-se em um contínuo que vai da capacidade de dar respostas inteligentes e eficientes às situações do dia a dia à capacidade de afrontar problemas de alta complexidade”.

Sendo a universidade, em grande parte, responsável pelo debate aberto, ponderado pela cientificidade e acessível aos cidadãos, Moraes et al. (2014), destacando que nem todas as pessoas tem ou terão acesso às faculdades, aponta o aumento das responsabilidades formativas em nível superior, que devem ser estrutura sobre fortes subsídios teóricos sobre a sociedade, meio ambiente as relações destes com os elementos econômicos, no sentido em que os profissionais possam melhor compreender como o seu exercício profissional impacta a sociedade.

### **3 O grupo de pesquisa GEDGS (Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social)**

No Brasil, existe flexibilidade e autonomia entre a universidade e a sociedade, sendo que a Constituição Federal do Brasil (de 1988) traz, em seu artigo 207, a exigência de a universidade atue na formação de nível superior, de modo a integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, para assim possibilitar uma formação mais plena aos profissionais.

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996) (BRASIL, 1988)

Neste sentido, são estruturadas as redes de colaboradores para o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa científica e mesmo de seus desdobramentos no plano da extensão universitária, sendo o grupo de pesquisa o seu principal modelo. No Brasil, o *Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações*, mantém como uma de suas autarquias o *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq*, órgão que disciplina e registra os grupos de pesquisa oriundos das faculdades, universidades e institutos de pesquisa. Para o CNPq, grupo de pesquisa é:

Um grupo de pesquisadores, estudantes e pessoal de apoio técnico que está organizado em torno à execução de linhas de pesquisa segundo uma regra hierárquica fundada na experiência e na competência técnico-científica. Esse conjunto de pessoas utiliza, em comum, facilidades e instalações físicas. (CNPq, 2018)

Embora seja um conceito oficial e que consta no Diretório de Grupos de Pesquisa – DGP do CNPq, geralmente o que se observa na organização dos grupos de pesquisa não é o centro sendo uma facilidade física (descrita como uma instalação), mas sim – e principalmente – a centralidade sendo um tema agregador e que é do interesse ao diálogo, debate e planejamento de ações científicas de um ou mais professores ou pesquisadores de uma dada faculdade, universidade ou instituto de pesquisa.

Em Tupã/SP, em 18 de agosto de 2003 acompanhado com a fundação da Unesp de Tupã-SP, foi instituído a graduação de Administração, cuja formulação a partir do ofício nº 512/02 que previa a formação de outras unidades e a introdução de novos cursos em Campus já presentes da UNESP em todo estado de São Paulo. A graduação de administração gradativamente estruturou suas disciplinas, assim marcado pela ênfase em agronegócio (ênfase que deixaria de existir alguns anos depois), dispondo seu reconhecimento na portaria CEE/GP nº 436, de 29/10/2003, oficializada no diário oficial de 30/10/2003, apropriadamente amparada pela RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005, que constituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração (BRASIL, 2005).

Assim em Tupã/SP, a Faculdade de Ciências e Engenharia – FCE, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, mantém (2018) os cursos de graduação em *Administração e Engenharia de Biosistemas*, além do *Curso de Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento* (dentro do *Programa Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD*). Nesta unidade da UNESP, em abril de 2014 iniciaram-se reuniões do *Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes* (docente de “*Sociologia e Desenvolvimento*” dos cursos de graduação em Administração e de Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) com universitários para a estruturação dos primeiros estudos sobre a *Teoria Crítica Frankfurtiana* naquele câmpus. O grupo rapidamente tomou formato com reuniões semanais, sendo então encaminhado à Pró-reitoria de Pesquisa – ProPe da UNESP para a devida certificação,

sendo então registrado no DGP/CNPq em 21/07/2014, como *Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS*. Em 2018 (17/08/2018) o GEDGS, ainda sob liderança de seu idealizador, contava (em seu espelho disponível à plataforma do DGP/CNPq) com 14 pesquisadores, 15 estudantes, 08 técnicos e um colaborador estrangeiro, todos distribuídos em quatro linhas de pesquisa:

- 1) Comunicação, Direito, Democracia e Políticas Públicas;
- 2) Cultura, Territórios e Comunidades Tradicionais;
- 3) Desenvolvimento local, Gestão Social e Ambiental;
- 4) Rede Internacional de Pesquisadores Sobre Comunidades Tradicionais.

#### **4 A missão Amazônia**

Em seu início (julho/2017) o GEDGS contava com diversos estudantes, técnicos e principalmente docentes muito envolvidos com investigações científicas sobre políticas públicas e sobre comunidades tradicionais, dentre eles o *Prof. Dr. Renato Dias Baptista (FCE/UNESP)*, *Prof. Me. Claudir Vivan (IFTO/TO)*, *Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior (UFT/TO)*, *Profa. Dra. Angélica Góis Morales (FCE/UNESP)*, *Prof. Dr. Sérgio Silva Braga Júnior (FCE/UNESP)*, *Prof. Me. Dorival Russo de Moraes (UNIP/Bauru)* e *Prof. Me. Júlio César Ibiapina Neres (Faculdade Guaraí/TO)*.

Naturalmente foram iniciados trabalhos de aproximação do GEDGS com alguns segmentos da sociedade, dentre eles a comunidade da aldeia indígena Índia Vanuíre (Arco Íris/SP), a comunidade do Distrito de Varpa (Tupã/SP), a comunidade ribeirinha do Povoado Senhor do Bonfim (Araguacema/TO) e a comunidade do Povoado Matinha (Guaraí/TO). Os trabalhos centraram-se em duas frentes: aproximação para colaboração ao desenvolvimento local em nível de extensão universitária e investigação teórica (bibliográfica e documental) acerca da da origem, criação e desenvolvimento dessas comunidades.

Demonstra-se, então, o quanto os contornos da área do marco jurídico apresentado pelo Decreto 6040/2007 (BRASIL, 2007) no qual as comunidades tradicionais estão inseridas, de forma que necessitam ser investigadas por olhares individuais e não coletivos, visto que cada comunidade possui história e características exclusivas (VIEIRA, 2014). Nesta continuidade, a universidade tem dois grandes desafios: o primeiro, estar presente na ocasião que as comunidades necessitam passar por procedimentos de auto-identificação e de visibilidade existente de sua circunscrição sócio-histórica, e o segundo, de formar indivíduos que em sua multiqualificação tenham a gentileza humana de identificar o espaço e o reconhecimento das comunidades tradicionais, invisíveis ao ver da sociedade (TOCANTINS, 2016).

Ao final de 2014, o GEDGS propôs ao Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES nº022/2014/Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas o projeto de pesquisa “*Análise da Cooperação entre Organizações Sociais Alemãs e Brasileiras para a Promoção do Ensino em Comunidades Tradicionais Amazônicas*” e ao Edital ProEx/UNESP-2014/2015 o projeto de extensão “*Observatório de Democracia e Gestão Social*”, sendo contemplado parcialmente pelo CNPq (R\$7.600,00 – sete mil e seiscentos reais) e apenas por mérito pela UNESP. Em 2016 o mesmo projeto de extensão, proposto à continuidade recebeu o investimento de R\$500,00 (quinhentos reais) e um bolsista de graduação. Por fim, no ano de 2017, o projeto de extensão foi muito bem avaliado e conseguiu o investimento de R\$1.000,00 (mil reais) da UNESP e dois bolsistas de graduação.

Diante dos planos de ação de pesquisa e de extensão propostos para as quatro comunidades acima destacadas, o líder do grupo de pesquisa tomou a decisão pelo desenvolvimento dos trabalhos de campo, assinando termo junto ao CNPq e à UNESP e implantando a *Missão Amazônia*. Importante destacar que, diante dos recursos insuficientes para os trabalhos propostos, o líder do

grupo de pesquisa (supracitado) arcou com os valores das passagens aéreas das equipes e contou com a benevolente acolhida de colegas pesquisadores residentes no Estado do Tocantins (que se organizaram em colaborar com transporte, refeições e mesmo acomodação para as equipes em suas casas), tal experiência altera complementamente a percepção de grupo de pesquisa para uma definição de cooperação e suporte humano aos trabalhos.

As pessoas já integrantes ou em estágio de aproximação do GEDGS/UNESP, neste caso com destaque para professores, pesquisadores e que atuam em instituições amazônicas foram caminhos importantes para a estruturação de trilhas de aproximação e de parceria faculdades, universidades, órgãos de pesquisa ou de governo. Assim, nestes três anos de Missão Amazônia (2015-2017), destaca-se o apoio institucional ou físico/material da *Universidade Federal do Tocantins (UFT)*, *Instituto Federal do Tocantins (IFTO)*, *Faculdade Guaraí (FAG)*, *Prefeitura Municipal de Araguacema/TO*, *Prefeitura Municipal de Porto Nacional/TO*, *Prefeitura Municipal de Guaraí/TO*, *Igreja Católica (Diocese de Miracema e Paróquias)*, *Governo do Estado do Tocantins*, através da *Secretaria de Estado da Saúde – SESAU*, *Secretaria de Estado da Educação – SEDUC* e *Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins*, além das associações ligadas às mais diferentes comunidades: *Social Desenvolvimento Humano e Comunitário*, *Associação de Moradores do Povoado Senhor do Bonfim/Araguacema/TO*, *Associação de Moradores do Povoado Matinha/Guaraí/TO* e *ARABRAS – Associação Alemã de Assistência Escolar*. Importante destacar também o apoio de sempre, aos trabalhos conduzidos pelo GEDGS, da *Prefeitura Municipal de Tupã/SP*, do *Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuúre (Tupã/SP)* e do *Museu dos Imigrantes Letos “Janis Erdberg” (Distrito de Varpa/Tupã/SP)*.

No sentido até aqui exposto, neste ano de 2018, ao qual imprime-se avaliação das atividades do triênio 2015 a 2017 da Missão Amazônia, estabeleces-se como problematização central:

“quais os desdobramentos da Missão Amazônia, desenvolvida pelo GEDGS/UNESP, no período de 2015 a 2017?”.

#### 4.1 Missão Amazônia 2015

Do modo colaborativo e em parte financiada pelo próprio pesquisador (líder do grupo de pesquisa) realizou-se a *Missão Amazônia 2015*, tendo a ação de campo desenvolvida de 10/10/2015 a 18/10/2015. Nesta viagem seguiram da FCE/UNESP Tupã para a Amazônia: o *Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes* e os graduandos do Curso de Administração *Anderson Rodolfo de Lima*, *Matheus Leme da Silva* e *Gabriela de Souza Braga*. O trajeto foi feito do aeroporto de Congonhas (São Paulo/SP) até o aeroporto de Palmas (TO), sendo o mesmo trajeto aéreo da volta. Nos trabalhos da Missão Amazônia 2015 também atuaram, dentre outros, *Joiceleia Juliate Fonseca* (universitária de agronomia da *Faculdade Católica do Tocantins - FACTO*), *Bruno Ricardo Carvalho Pires* (Assistente Social da *Prefeitura Municipal de Porto Nacional/TO*), *Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior* (UFT), *Prof. Me. Claudir Vivan* (IFTO), biólogo *Fábio Brega Gamba* (*Naturatins - Governo do Estado do Tocantins*) e enfermeira *Maria Fernanda Dantas Di Flora Gamba* (*SESAU - Governo do Estado do Tocantins*).

Em solo amazônico-tocantinense a equipe fez a locação de um veículo para os trajetos rodoviários e foi acolhida para algumas refeições e pernoites nas residências do *Prof. Me. Claudir Vivan* e por sua esposa *Sandra Estela Strake Vivan* (em Palmas/TO) e do *Prof. Fábio Brega Gamba* e esposa *Enfermeira Maria Fernanda Dantas Di Flora Gamba* (Araguacema/TO).

Durante esta missão foram realizadas as seguintes ações (todas as entrevistas estavam relacionadas ao Projeto de Pesquisa CNPq e as demais ações de diálogo e colaboração previstos no Projeto de Extensão da UNESP): 1) visita às escolas e entrevista com professores e ex-alunos da *Escola Menno Simons*, da *Escola Agrícola de Araguacema* e da *Escola Tarumã/Arabras/Nova*

*Esperança* (Araguacema/TO); **2)**entrevista com a *Irmã Mariana*, da ordem *Franciscana de Allegany* (Araguacema/TO) e entrevista com o *Secretário Municipal de Educação de Araguacema, Prof. Waldir de Souza Araújo*; **3)**imersão com estada e entrevistas em profundidade à comunidade de ribeirinhos do Povoado Senhor do Bonfim (Araguacema/TO); **4)**reuniões de orientação sobre meio ambiente e saúde com a comunidade do Povoado Senhor do Bonfim (Araguacema/TO); **5)**reunião de orientação sobre associativismo com integrantes da associação de moradores do Povoado Senhor do Bonfim (Araguacema/TO); **6)**viagem – de barco – de reconhecimento do trecho navegável entre Araguacema e o Povoado Senhor do Bonfim (Araguacema/TO); **7)**início dos trabalhos de resgate da história oral dos membros da comunidade de ribeirinhos do Povoado senhor do Bonfim (Araguacema/TO); **8)**Visitas domiciliares à todas as famílias do *Povoado Senhor do Bonfim* (Araguacema/TO), observando condições de acesso à água para o consumo humano; **9)**visita e entrevista com professores e ex-alunos da *Escola Esperança Bendita* (Goianorte/TO); **10)**visita e entrevista com professores e ex-alunos da *Escola de Agroecologia Vale do Araguaia* (Pequizeiro/TO); **11)**imersão com estada, visitas domiciliares e entrevistas em profundidade à comunidade do Povoado Matinha (Guaraí/TO); **12)**reunião de orientação sobre associativismo com integrantes da associação de moradores do Povoado Matinha (Guaraí/TO); **13)**reunião com professores e pesquisadores dos grupos de pesquisa GEDGS/UNESP e OPAJE/UFT (Palmas/TO).

Dos trabalhos desenvolvidos destacam-se as aproximações (pela imersão da equipe e convívio mais intenso) com as comunidades do Povoado Matinha (Guaraí/TO) e de ribeirinhos do Povoado Senhor do Bonfim (Araguacema/TO), dos quais apresentamos os principais aspectos das observações e constatações de campo.

Da primeira experiência de imersão da equipe GEDGS/UNESP com a comunidade de ribeirinhos do Povoado Senhor do Bonfim

(Araguacema/TO), para além dos trabalhos de cooperação para a promoção do desenvolvimento local, observaram-se grandes problemas nas estruturas sociais da comunidade, colocando em risco seu conhecimento tradicional e manutenção do padrão de vida sustentável. **1)**Foi anotado nos relatórios que nos últimos anos fora organizado um loteamento sobre as terras onde há décadas e por gerações as famílias tradicionais do lugar desenvolviam suas atividades de produção de alimentos para a subsistência, bem como estruturavam suas relações territoriais (cultura tradicional do homem com a natureza e com a sua própria ancestralidade). **2)**Uma segunda observação, corroborada pelos diálogos em grupo com os moradores, foi com relação à chegada de muitas famílias que não possuem relação com a cultura tradicional dos ribeirinhos, que desde a década de 1930 ocupam a região, isso em parte devido ao primeiro elemento aqui destacado. **3)**Observou-se, em visita à escola local, que a estrutura pequena e muito ruim já não comportava (com segurança) as crianças e que uma boa parte delas eram transportadas para comporem turmas junto às crianças do *Assentamento Rural Tarumã*, no mesmo município de Araguacema/TO. **4)**Ao conversar com os moradores mais antigos, pode-se (talvez pela composição dos elementos acima descritos) perceber a perda da identidade da origem do povoado e então o quanto é fraco o sentimento de comunidade. **5)**Por fim, pode-se diagnosticar pelos diálogos e observar no campo a existência de problemas ambientais e sanitários (desmatamento de mata ciliar e assoreamento do rio Piranhas, queimadas e incêndios florestais, pesca profissional por turistas, problemas sanitários e de saúde decorrentes especialmente do período anual de romaria ao Senhor do Bonfim).

Do contato com a comunidade do Povoado Matinha (Guaraí/TO), para além dos trabalhos de aproximação e cooperação para a promoção do desenvolvimento local observaram-se os seguintes aspectos: **1)**A existência de um impacto (não analisado) da relação social da comunidade (cujas famílias eram produtoras de

hortaliças) com a sociedade urbana consumidora de seus produtos hortícolas, uma seara de convergência não muito bem assimilada por parte dos moradores. **2)**Um amplo histórico de parceria com instituições financiadoras tão distintas em sua origem e matriz, como a *Cáritas Diocesana* (ligada à *Igreja Católica*), o *Instituto HSBC Solidariedade* (ligado ao *Banco HSBC*), a ARABRAS (associação alemã de assistência escolar), associações diversas (como a *Associação de Moradores do Povoado Senhor do Bonfim/Araguacema/TO* e associação *Social Desenvolvimento Humano e Comunitário/Pequizeiro/TO*) e faculdades (como a *Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS* e a *Faculdade Guaraí – FAG*). **3)**Que houve e ainda existe a busca por modelos organizacionais que melhor respondam ao perfil e expectativas da comunidade, bem como o permanente perfil empreendedor dos membros da comunidade. **4)**A preocupação com a sustentabilidade ambiental e em especial a manutenção das fontes de água por parte da comunidade, onde destaca-se um bom nível de interesse sobre o assunto. **5)**Por fim, destaca-se o quanto as famílias se empenham pela manutenção da unidade comunitária, contudo percebe-se a perda da identidade tradicional da comunidade, bem como do sentimento de pertença à mesma.

Ao final da *Missão Amazônia 2015*, o GEDGS/UNESP ouvindo os seus integrantes que compuseram o grupo de trabalho da viagem, à realização de debates necessários à composição dos relatórios de viagem decidiu por: **1)**realizar a condução dos trabalhos do projeto de pesquisa “*Análise da Cooperação entre Organizações Sociais Alemãs e Brasileiras para a Promoção do Ensino em Comunidades Tradicionais Amazônicas*” agora com o conjunto de informações coletadas junto às pessoas, escolas e projetos educacionais que receberam investimentos da ARABRAS/Alemanha. **2)**realizar a condução dos trabalhos do projeto de extensão “*Observatório de Democracia e Gestão Social/2015*”. **3)**estruturar cooperação científica ao desenvolvimento das comunidades do Povoado Senhor do

Bonfim/Araguacema/TO e Povoado Matinha/Guará/TO, propondo e conduzindo trabalhos para a resolução de demandas destas comunidades, em especial quanto ao reconhecimento científico de que são comunidades tradicionais (uma vez que o GEDGS observa com clareza a existência de plenos requisitos). 4) ficou destacado que em ambas as comunidades (Senhor do Bonfim/Araguacema/TO e Matinha/Guará/TO), os trabalhos de campo se iniciaram por uma reunião com toda a comunidade, havendo apresentações do grupo, da universidade e solicitando-se autorização para os trabalhos junto à comunidade, bem como acerca da divulgação científica das ações).

#### **4.1.1 Metodologia de trabalho para a Missão Amazônia**

Mesmo antes do início dos trabalhos práticos da *Missão Amazônia*, o GEDGS já havia feito a opção por respeitar os processos históricos da formação dos povoados e vilas, por respeitar o conhecimento tradicional preservado por séculos e mantidos na maioria dos casos pela oralidade da sucessão geracional, privilegiando o olhar comunitário e pessoal das pessoas. Neste interim, foram tomados como mote central das ações do GEDGS, dentro da *Missão Amazônia*, a concepção ética das ações de pesquisa e de extensão e a aproximação alinhada aos interesses destes grupos humanos amazônicos, buscando a promoção do empoderamento de seus integrantes nas perspectivas do direito, das políticas públicas e do acesso ao conhecimento científico, cuidando para que sejam estas pessoas e comunidades sejam os atores centrais dos diálogos e trabalhos desenvolvidos.

Estabelecido este marco ético, define-se que a pesquisa quantitativa não deve e não será, ao longo dos diferentes projetos de pesquisa, descartado ou posto à parte, mas deverá ser integrada à pesquisa qualitativa que assume naturalmente a centralidade metodológica da maioria das ações de pesquisa. Demo (2015) traz uma importante reflexão sobre a importância da pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa quer fazer juz à complexidade da realidade, curvando-se diante dela, não o contrário, como ocorre com a ditadura do método ou a demissão teórica que imagina dados evidentes. Fenômenos há que primam pela qualidade no contexto social, como militância política, cidadania, felicidade, compromisso ético e assim por diante, cuja captação exige mais que mensuração de dados. (DEMO, 2015, p.152)

Nesta tratativa metodológica que começara a delinear um percurso, estudos de caso e etnografias são tipos de pesquisa importantíssimos e que se sustentam, dentre outros, sobre profundas revisões bibliográficas, estudos exploratórios documentais, entrevistas em profundidade, observação sistematizada. Assim, em relação aos objetivos das ações da Missão Amazônia, o levantamento histórico das comunidades inicia-se pelas técnicas alinhadas ao resgate da história oral através do diálogo com grupos focais e entrevistas, onde se esclarece a possibilidade de regulamentação dos fatos possibilitando a manifestação de pessoas que não possuem os meios para se manifestarem de comum acordo em relação as injustiças desempenhadas pela sociedade contemporânea (PORTELLI, 1997).

Ao dialogar livremente com membros da comunidade observou-se o alto nível de consanguinidade e o forte garu de parentesco entre os integrantes (também um característica de comunidades tradicionais), assim evidenciam-se os trabalhos alinhados ao desenvolvimento da genealogia da comunidade, chegando-se a etnografia quando percebe-se a influência de padrões culturais tradicionais à demarcação do trato histórico destes grupos humanos, como se sabe a etnografia se apóia na vivência pessoal e também na participação, envolvendo três maneiras para a obtenção de dados: os documentos, as entrevistas e a observação, dos quais pode-se chegar à descrição narrativa, através de gráficos e diagramas que descrevam a história da comunidade tradicional (SOUZA, 2000).

O GEDGS/UNESP, dentro do trato do pressuposto central de trabalho junto às comunidades tradicionais, assumindo de modo preliminar, uma perspectiva minimamente atrelada à composição legal, ao partir das características das comunidades do Povoado do Senhor do Bonfim (Araguacema/TO) e do Povoado Matinha (Guaraí/TO) destaca que estas circunscrevem-se como “comunidade tradicional” devido aos seus elementos culturais que atendem ao disposto no Decreto nº 6.040 (de 7 de fevereiro de 2007), que instituiu a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais* e que reconhece a consolidação e a garantia de seus direitos, territoriais, sociais, culturais, ambientais e econômicos e, com devido respeito e valorização à sua identidade, suas tradições de organização e suas instituições. (BRASIL, 2007)

Um grande bônus que vem com o reconhecimento de uma comunidade como tradicional, é de que ela consegue então uma nova e grande força para a articulação com as diversas esferas da sociedade e do governo, sendo que este reconhecimento pode ser facilitado quando o processo passa pelas trilhas dos estudos e pesquisas científicas das universidades. Assim, boa parte dos possíveis estudos (desde que ética e metodologicamente alinhados), podem contribuir para a sustentação dos trabalhos e pleitos dessas comunidades.

Neste sentido, a Amazônia Legal é uma área territorial de imensas dimensões, onde sempre prevaleceu o pensamento de ser uma região de grandes vazios demográficos, não levando em consideração as populações que ali moram, configurada em sua grande maioria, por indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, pescadores, caboclos e seringueiros. (CAÑETE e RAVENA-CAÑETE, 2010).

Devido à região ser formada por diversos tipos de solos e vegetação, esta região se torna um mosaico que, quando ponderamos os ciclos do meio ambiente em que esses solos fazem parte, entendemos que esta realidade amazônica não está simplesmente interligada a este elemento, mas de toda a diversidade naquela

região, assim seja ambiental, biológica, e principalmente social, uma vez que esse ecossistema, o amazônico é modelo da comunicação e integração das comunidades tradicionais que ali se localizam com contato com a natureza (CAÑETE e RAVENA-CAÑETE, 2010).

Segundo Tavares (2011), evidencia-se que a atuação das missões era determinada diretamente pela Coroa Portuguesa que separava o Brasil em territórios de catequização entre diversas ordens religiosas, como carmelitas, os jesuítas, os franciscanos, e os mercedários. Assim como a parte meridional do rio Amazonas e os rios Tocantins, Madeira, Xingu, Tapajós e Araguaia (TAVARES, 2011). Assim, ao processo de colonização da região central do território brasileiro destaca-se o papel do rio Tocantins, conforme relata Oliveira (2009):

Foram muitas as bandeiras que visitaram a região central do Brasil desde o século XVI, utilizando-se do rio Tocantins. Até o século XVIII os objetivos foram quase que exclusivamente para o conhecimento do interior e aprisionamento e descidas de índios. É possível, portanto, destacar cinco momentos desde as primeiras bandeiras até o povoamento das vastas margens do rio Tocantins: período de penetração (bandeiras), final do século XVI, e intensificado no XVII; de proibição da navegação (alvará de 27/10/1733, vigorando até 1782) no século XVIII; de incentivos ao desenvolvimento da navegação por meio de estudos e relatórios técnicos, no século XIX; de abandono de projetos de navegação e prioridade para as rodovias, no século XX; e, por último, o período de construção de barragens e projetos de hidrovias e eclusas, final do século XX e início do XXI. (OLIVEIRA, 2009, p.3)

O povo amazônico passou por um procedimento de construção decorrente da miscigenação entre múltiplos grupos étnicos, entre eles os negros, portugueses, ameríndios (comunidades indígenas do norte da América antes da vinda dos europeus) e mamelucos. Esses dois últimos grupos, ameríndios e mamelucos, foram aproveitados como mão de obra durante muito tempo pelos seus trabalhos no extrativismo. A aplicação desses

grupos apareceu desde o primeiro contato dos povos europeus na Amazônia, durante o apoderamento, povoamento e colonização da região amazônica, explorados pelas bandeiras fluviais, as missões jesuítas, os eixos agrícolas e pecuários, proporcionando a solidificação da conquista do espaço geográfico, inclusive o retorno da atividade extrativa da vegetação existente, à frente da produtividade da borracha (MACHADO, 2010).

A participação desses grupos étnicos e seus trabalhos econômicos no meio ambiente amazônico desenrolam-se a uma estrutura sociocultural característica da região, resultado do movimento e acumulação dos grupos e suas produções, no procedimento de apoderação e conquista do território amazônico (MACHADO, 2010). Entretanto, tal estrutura não passa protegida às diversas dificuldades que surgem da própria identificação e reconação de seus povos como tradicional. Por essa razão, a interpretação de comunidades tradicionais amazônicas é insatisfatória no Decreto 6040/2007. Conforme a própria consideração de comunidade tradicional no Decreto proposta e expandida pelas ciências sociais, também incorporada a organização jurídica, a definição comunidade tradicional acaba sendo entendida só quando há uma relação entre a interação de sociodiversidade e da biodiversidade (LINHARES, 2009).

#### **4.1.2 Perfil da Comunidade do Povoado Senhor do Bonfim (Araguacema - TO)**

Assentada à margem direita do rio Piranhas, sendo afluente do rio Araguaia, o povoado do Senhor do Bonfim se localiza a 40 km de distância da sede do município de Araguacema/TO, importante pólo turístico de estadual e mesmo nacional pelas mais belas praias fluviais que se formam durante o período em que o volume de águas do Araguaia diminui e também pela grande biodiversidade existente (LOPES, 2007). A comunidade se encontra no vale do médio rio Araguaia, na fronteira dos estados entre o

Pará e o Tocantins, o acesso à comunidade se dá pelos rios Araguaia e Piranhas, como também pela rodovia TO-436 que liga Araguacema/TO ao referido povoado.

O povoado Senhor do Bonfim tem aproximadamente 50 (conquenta) famílias que residem, na sua maioria, em casas de taipa (trançado de bambú preenchido com barro) ou feitas de adobe (muito comum na região norte, que são grandes tijolos de barros secos ao sol) e recobertas por palhas de babaçu (*Attalea ssp*). Os moradores são oriundos principalmente, dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia. Além destes citados, inclui-se também a população ribeirinha que utiliza o rio como meio de locomoção para transporte de pessoas e mercadorias. (ALVES e MORAES, 2011).

Em escala regional o povoado Senhor do Bonfim, encontra-se no sudeste amazônico. Outrora, a comunidade era popularmente conhecida como Bom Jesus das Piranhas, de acordo com Vieira (2001), e na atualidade como Senhor do Bonfim, nome chamado pelos romeiros da região e do Brasil que peregrinam todos os anos na primeira quinzena do mês de agosto para a comunidade.

Em relação a sua localização geográfica, entre os estados do Pará, Tocantins e Mato Grosso, durante a romaria o fluxo de pessoas na comunidade é intenso, diferente do dia a dia na comunidade (fora do período de romaria), havendo relações comerciais e de busca de serviços como saúde em cidades mais próximas, como Araguacema, Dois Irmãos, Pequizeiro e Colméia (no Estado do Tocantins) e Conceição do Araguaia, Redenção e Santana do Araguaia (no Estado do Pará), além de Confresa e Vila Rica (no Estado do Mato Grosso).

Rosendahl (1996) descreve que as hierópolis brasileiras, ou seja, cidades-santuário são categorizadas em cinco tipologias: pequenas cidades em áreas rurais; núcleos rurais; cidades-santuários nos centros metropolitanos; cidades-santuários entre centros metropolitanos; e cidades santuários nas periferias

metropolitanas. A autora descreve ainda que as hierópolis sejam cidades que tem uma ordem espiritual dominante e são consagradas pelo conhecimento religioso da romaria ou também pela peregrinação a localidade sagrada.

A contar dessa divisão de hierópolis, a comunidade de ribeirinhos do povoado do Senhor do Bonfim (Araguacema/TO) se enquadra na categoria núcleos rurais, relacionado a sua vivência em um pequeno povoado que, durante a romaria, todo ano, se torna um núcleo urbano com mais de 23 mil visitantes, outro exemplo é o que ocorre no santuário de Nossa Senhora da Abadia do Múquem (Niquelândia/GO), que durante a romaria, recebe devotos que estabelecem uma organização de infraestrutura do local diferente do existente nos dias habituais (ROSENDDAHL, 1996).

A comunidade do povoado do Senhor do Bonfim é reconhecida regionalmente e nacionalmente por causa da Romaria do Senhor do Bonfim, que nasceu devido à migração de nordestinos em direção as “Bandeiras Verdes” - elemento simbólico atuante no imaginário do campesinato nordestino, que migrou para a região Amazônica na última década no final do século XIX e também a partir da década de 1950 no século XX (DE CARVALHO, 2014).

De acordo com Lopes (2007), as honrarias ao Senhor do Bonfim, em Araguacema/TO, surgiram por volta de 1932, com a chegada de uma família que veio da Bahia, trazendo consigo uma imagem do santo que originou o nome da comunidade. Essa imagem foi descoberta por uma família quando fugia dos conflitos decorrentes da Balaiada, durante os anos de 1838 e 1841. Entretanto, foi nos anos 1970 e 1980, que ocorreu na região um crescimento de migração mais intenso, a festividade ganhou popularidade e muitos devotos do santo Senhor do Bonfim (LOPES, 2007). Comprovam-se o fato que a imagem do santo pertence, até os dias atuais, à mesma família que a descobriu,

permanecendo hoje na quarta geração dos guardiões do santo Senhor do Bonfim (LOPES, 2007).

Segundo Lopes (2007), existem pontos que são relevantes e colaboram para a adequação da região e também para o desenvolvimento da romaria religiosa, como por exemplo o surgimento da *Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM*, que tem como objetivo envolver a região com a inserção de imensos projetos agropecuários, e o descobrimento de ouro, primeiramente em Serra Pelada, e em seguida em locais próximos a comunidade. De acordo com De Carvalho (2014), o que provocou o surgimento e desenvolvimento da comunidade, foi o fato desta região ser o ponto central de peregrinação anualmente.

Relacionado à impossibilidade de subsistência das famílias apenas pela coleta e pesca, uma parte dos moradores desta comunidade são lavradores e “trabalham em roças” de subsistência. Entretanto, a maioria dos moradores vive dos lucros obtidos da romaria durante o período da romaria do Senhor do Bonfim (LOPES, 2007), quando os produtos de pequenas hortas, criações de abelhas e outros animais e mesmo do aluguel de suas casas e quintais aos romeiros, considerando-se que no período de festa, a comunidade recebe milhares de romeiros durante o festejo que dura quinze dias (na primeira quinzena de agosto).

Outra atividade praticada por boa parte da população da comunidade é a pesca artesanal, onde o pescador tem uma atuação, direta ou indireta, durante o apoderamento do pescado, empregando instrumentos rudimentares e atuando sozinho, tanto para o consumo como também para a comercialização local e regional, conquistando por meio dessa atividade parte de sua renda (RAMIRES *et. al.*, 2012a e 2012b e SILVA *et. al.*, 2007).

Na comunidade do povoado Senhor do Bonfim, alguns pescadores são afiliados à *Colônia de Pescadores de Araguacema/TO (Z-5)*, que tem, no Tocantins, uma das principais colônias de pesca grande organização (NETO *et al.*, 2005). Segundo esse autor, o município de Araguacema/TO com relação ao rio

Araguaia no Tocantins, é favorecido pelo grande volume de d'água em suas adjacências, favorecendo uma alta diversidade de organismos aquáticos, fundamentais para o gerenciamento da atividade e geração de renda anualmente (NETO et. al., 2005).

Outro organismo aquático muito admirado, além do pescado na região Amazônica, e também na comunidade tradicional de ribeirinhos do povoado do Senhor do Bonfim, são os quelônios, com destaque para a tartaruga da amazônia (*Podocnemis expansa*), e o tracajá (*Podocnemis unifilis*). O nome quelônio faz parte ao grupo específico de animais aquáticos da classe dos répteis, sendo sua representação mais conhecida, popularmente, são as tartarugas (incluindo as de águas doces e salgadas), os cágados, os jabutis e os tracajás (ATAÍDES et. al., 2010).

Historicamente, os quelônios representam um importante papel como recurso natural, sendo que os indígenas foram os primeiros a consumirem sua carne, gordura, ovos e vísceras. Consequentemente, essa tradição foi repassada às comunidades ribeirinhas da Amazônia, tornando um hábito alimentar que vem de gerações passadas, desse modo, importante recurso da fauna para as comunidades tradicionais. (KLOSOVSKI, 2003; PANTOJA-LIMA et. al., 2009; SALERA JUNIOR, et. al., 2009; ARAUJO, 2011; MOREIRA et. al., 2014 e EISEMBERG et. al., 2015).

#### **4.1.3 Perfil da Comunidade do Povoado Matinha (Guaraí - TO)**

Os geraizeiros estão diretamente ligados à formação dos gerais, referindo-se aos vales, encostas e planaltos das regiões de cerrado do norte de Minas Gerais e também ao sul do estado baiano. Segundo Dayrell (1998), os geraizeiros representam uma tradição singular de adaptação ao meio ambiente, determinada por uma tradição particular de mitos, representações e códigos. Empregando na agricultura várias espécies e diversidades, os geraizeiros empregam suas maneiras de produção. Dessa forma, os vários ambientes do cerrado na parte setentrional de Minas Gerais

estão introduzidos em uma estratégia produtiva, permitindo, por meio do extrativismo diversos produtos para seu crescimento social através de frutos, medicamentos, madeira, mel entre outros.

Segundo o diagnóstico criado pelo *Centro de Agricultura Alternativa* – Norte de Minas (CAA) agregado as comunidades tradicionais de geraizeiros, a prática do extrativismo, além de possibilitar remédios e alimentos para o sustento da família, realiza, cada vez mais, um importante papel para a geração de renda provenientes da comercialização de frutos, plantas medicinais, óleos e artesanatos (DAYRELL, 2005). Desta forma, os elementos ecogeográficos da natureza mais comumente demonstradas pelos geraizeiros são: chapada, tabuleiro, vazante baixa e carrasco (DAYRELL, 2000, p.238-239; CORREIA *et al.*, 2007, p.1047).

Para as comunidades tradicionais de geraizeiros cada unidade ecogeográfica apresenta os elementos que originaram sua identificação. Segundo o próprio povo, a localização do relevo, da vegetação nativa e os solos existentes no território, todas elas, encontra-se estratégias distintas de grande aproveitamento das oportunidades e de manejo. Dentre elas, as chapadas correspondem a um tipo de relevo em que existia, tradicionalmente, acesso livre a pecuária e extrativismo até meados da década de 1970, instante em que surgiram empresas madeireiras, que transformaram toda a paisagem, bem como o acesso à área. Já as áreas de tabuleiros (transição entre a chapada e a baixa (vazante) correspondem áreas que demonstram imensa diversidade de solos, transfazendo com pedregosos rasos, permitindo práticas de culturas agrícolas poucas exigentes em fertilidade natural como mandioca, feijão catador, amendoim e milho, desenvolvidas no território, além da utilização para construção de suas casas (DAYRELL, 2000, p.238; CORREIA *et al.* 2007, p. 1056).

O carrasco é outra área de transição, área que está localizada entre a caatinga e o cerrado, conhecida basicamente pela vegetação

onde se encontram espécies de ambos os biomas. Estas áreas têm aspecto de mata seca e oferecem árvores mais nobres que são fundamentais para construções de casas, móveis, equipamentos agrícolas, entre outros (DAYRELL, 2000; CORREIA, 2005). Esta unidade ecogeográfica significativa, por ser um ambiente onde existem espécies vegetais endêmicas, passa ser uma área onde existe total preservação de sua flora (TOLEDO, 2007).

A comunidade do Povoado da Matinha (Guaraí/TO) encontra-se na área rural próxima a rodovia TO 336, entre os municípios de Colméia e Guaraí, ambos no Tocantins, sua localização está inserida ao município de Guaraí/TO a uma distância de 17 km da sede do município.

A comunidade tem hoje mais de 70 (setenta) famílias, sendo a grande maioria formada por descendentes daquelas que chegaram do norte mineiro há quase 30 anos, boa parte das famílias fazem parte de uma associação, através da qual estruturam e organizam seus sistemas produtivos e supermercados e feiras livres da região, além da manutenção de alguns barracas às margens da citada rodovia TO 336 (sentido de quem segue de Guaraí/TO para Colméia/TO e Estado do Pará).

Após a *Missão Amazônia 2015* ser consolidada e de modo alinhado às resoluções do GEDGS/UNESP, apresentados ao último parágrafo do ítem 4.1 desta comunicação científica, os integrantes do GEDGS passaram a aprofundar os estudos para uma produção científica que pudesse contribuir para o empoderamento das comunidades tradicionais, bem como a mais correta instrumentalização dos diversos atores que atuam na areana de debate das políticas públicas a elas concernentes. Assim, foram criados alguns grupos de trabalho para a extensão universitária e pesquisa, sendo (dentre outras ações) desenvolvidos relatórios técnicos e prestações de contas; algumas comunicações científicas com a finalidade de pautar o debate junto aos diferentes congressos científicos, bem como terem sido iniciados projetos de pesquisa específicos em nível de PIBIC (Programa Institucional de

Bolsas de Iniciação Científica); Ensino Médio (PIBIC JR) e ICSB (Iniciação Científica Sem Bolsa). Trabalhos científicos foram apresentados e debatidos nos seguintes congressos: ENANPAD / EnEPQ 2015 (*Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração – Salvador/BA*); SIAD 2016 (*Simpósio Internacional de Agronecio e Desenvolvimento – UNESP Câmpus de Tupã*); no SIPPEDES 2016 (*Simpósio Internacional sobre Políticas Públicas e Desenvolvimento Social – UNESP Câmpus de Franca*); no ADMPG 2016 (*Encontro Internacional de Administração de Ponta Grossa – Ponta Grossa – PR*), e e no ENAPEGS 2016 (*Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – Porto Alegre/RS*), além de publicações em periódicos e como capítulos de livros.

#### **4.2 Missão Amazônia 2016**

Do mesmo modo colaborativo e em parte financiada pelo próprio pesquisador (líder do grupo de pesquisa) na versão 2015, realizou-se a *Missão Amazônia 2016*, tendo a ação de campo desenvolvida de 04/09/2015 a 11/09/2016. Nesta viagem seguiram da FCE/UNESP Tupã para a Amazônia: o *Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes*, os mestrandos *Andreson Rodolfo de Lima* e *Wilcer André Marcório* e os graduandos do Curso de Administração *Fernando da Cruz Souza*, *Débora de Oliveira Souza* e *Naglia Melissa Baena Rossi Silva*. O trajeto foi feito do aeroporto de Congonhas (São Paulo/SP) até o aeroporto de Palmas (TO), sendo o mesmo trajeto aéreo da volta. Nos trabalhos da *Missão Amazônia 2016* também atuaram, dentre outros, *Joicleia Juliate Fonseca* (universitária de agronomia da *Faculdade Católica do Tocantins - FACTO*), *Bruno Ricardo Carvalho Pires* (Assistente Social da *Prefeitura Municipal de Porto Nacional/TO*), *Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior* (UFT), *Prof. Me. Claudir Vivan* (IFTO), biólogo *Fábio Brega Gamba* (*Naturatins – Governo do Estado do Tocantins*) e enfermeira *Maria Fernanda Dantas Di Flora Gamba* (*SESAU – Governo do Estado do Tocantins*).

Em solo amazônico-tocantinense a equipe fez a locação de um veículo para os trajetos rodoviários ficando instalada (à primeira noite) em um hotel de Palmas/TO e seguindo na manhã seguinte (05/09/2016) para Miracema/TO, onde foram recebidos pelo *Professor Padre João Barbosa da Silva*, com o qual foi realizado diálogo sobre a situação indígena e sobre a educação indígena, em seguida a equipe teve reunião de aproximação à pauta da educação indígena com um professor indígena da *Escola Estadual Indígena Xerente* e um supervisor de ensino da região, na *Delegacia de Ensino de Miracema/TO*.

Durante esta missão foram realizadas as seguintes ações: **1)** visita e diálogo sobre política pública de educação indígena na *Delegacia de Ensino de Miracema (Miracema/TO)*; **2)** entrevista com atual e ex-diretor da *Escola Menno Simons (Araguacema/TO)* com vistas à conclusão dos trabalhos do projeto de pesquisa financiado pelo CNPq; **3)** novos diálogos com *Secretário da Educação de Araguacema/TO* e com outros membros da comunidade; **4)** imersão com estada e entrevistas em profundidade à comunidade de ribeirinhos do *Povoado Senhor do Bonfim (Araguacema/TO)*, concluindo processo de resgate da história oral sobre a origem da comunidade, fundamentando seu alinhamento ao perfil de comunidade tradicional; **5)** reuniões de orientação sobre meio ambiente e saúde com a comunidade do *Povoado Senhor do Bonfim (Araguacema/TO)*, inclusive com a participação da enfermeira *Maria Fernanda Dantas di Flora Gamba* e do biólogo *Fábio Brega Gamba* (ambos cedidos pelo *Governo do Estado do Tocantins*); **6)** reunião de orientação sobre associativismo com integrantes da associação de moradores do *Povoado Senhor do Bonfim (Araguacema/TO)*; **7)** viagem – de barco – de reconhecimento do trecho navegável entre Araguacema e o *Povoado Senhor do Bonfim (Araguacema/TO)*, para que esta equipe também tivesse a experiência de navegar pelo rio Araguaia e para que também conhecesse o *Projeto Quelônios*, mantido pelo Naturatins; **8)** visitas domiciliares à todas as famílias do *Povoado*

*Senhor do Bonfim* (Araguacema/TO), observando condições de acesso à água para o consumo humano; **9)**imersão com estada, visitas domiciliares e entrevistas em profundidade à comunidade do *Povoado Matinha* (Guaraí/TO); **10)**reunião de orientação sobre associativismo com integrantes da associação de moradores do *Povoado Matinha* (Guaraí/TO); **11)**visita a alguns pontos de captação de água para o consumo humano do *Povoado Matinha* (Guaraí/TO); **12)**reunião com integrantes do GEDGS residentes na região norte do Brasil; **13)**Organização e participação do grupo no *Simpósio Brasil Alemanha*, realizado pela UNESP (GEDGS) e UFT (OPAJE – Grupo de Pesquisa “Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino”), no auditório central da *Universidade Federal do Tocantins – UFT*, na cidade de Palmas/TO, na manhã do dia 10/09/2016.

Nos trabalhos de avaliação da *Missão Amazônia 2016*, o GEDGS/UNESP considerando as falas e impressões dos seus integrantes que participaram desta última etapa dos trabalhos decidiu por: **1)**tendo as últimas informações necessárias coletadas, concluir a condução dos trabalhos do projeto de pesquisa “*Análise da Cooperação entre Organizações Sociais Alemãs e Brasileiras para a Promoção do Ensino em Comunidades Tradicionais Amazônicas*”. **2)**realizar a condução dos trabalhos do projeto de extensão “*Observatório de Democracia e Gestão Social/2016*”. **3)**conduzir os trabalhos de consolidação das informações sobre a origem das famílias, os laços de consanguinidade e a história das comunidades do *Povoado Senhor do Bonfim* (Araguacema/TO) e do *Povoado Matinha* (Guaraí/TO), de modo a gerar documentos científicos sobre a matriz destas como comunidades tradicionais à luz de elementos jurídicos e sociológicos. **4)**iniciar estudos sobre o acesso à água para o consumo humano nas duas comunidades tradicionais amazônico-tocantinenses. **5)**prospectar grupos de trabalhos junto à uma comunidade quilombola, uma comunidade indígena e sobre a comunidade tradicional das quebradeiras de coco de babaçu (localizada ao norte do Estado).

Após o êxito das ações de campo da *Missão Amazônia 2016* e de modo alinhado às resoluções do GEDGS/UNESP, apresentados nos últimos parágrafos dos itens 4.1 e 4.2 desta comunicação científica, o GEDGS manteve os trabalhos de seus GTs (grupos de trabalho em extensão universitária e pesquisa). Assim foram produzidos os relatórios técnicos e prestações de contas de etapas anteriores e na perspectiva de pautar aos debates científicos de congressos nacionais e internacionais foram desenvolvidos dois congressos internacionais (em parceria e rede entre o GEDGS/UNESP e o grupo de pesquisa OPAJE/UFT): o já citado Simpósio Brasil Alemanha (10/09//2016) e o Seminário Internacional “Formação em Comunicação, Jornalismo e Educação: Práticas, Saberes e Novos Olhares” (dias 23 a 25/09/2016). Foram ainda iniciadas duas pesquisas de mestrado (1. “*Análise dos impactos Sociais da transição de modelos produtivos agrícolas em comunidades tradicionais: estudo de caso da comunidade de geraizeiros da Matinha - Guará/TO*” e 2. “*Política pública indigenista brasileira: análise da evolução a partir da aldeia Índia Vanuíre - Arco Íris/SP*”) e diversos novos trabalhos em nível de PIBIC, PIBIC JR e ICSB. Trabalhos científicos foram apresentados e debatidos no congresso ADMPG 2017 (*Encontro Internacional de Administração de Ponta Grossa - Natal - RN*) e no do *Congresso Internacional de Comunicação, Tecnologia e Inovação* (Palmas/TO, 2017), além de publicações em periódicos e como capítulos de livros.

### **4.3 Missão Amazônia 2017**

Do mesmo modo colaborativo e em parte financiada pelo próprio pesquisador (líder do grupo de pesquisa) na versão 2016, realizou-se a *Missão Amazônia 2017*, tendo a ação de campo desenvolvida de 23/11/2017 a 30/11/2017. Nesta viagem seguiram da FCE/UNESP Tupã para a Amazônia: o *Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes* e o mestrando *Alexandre de Castro Campos* (ambos do

PGAD/FCE/UNESP), sendo o trajeto foi feito do aeroporto de Congonhas (São Paulo/SP) até o aeroporto de Palmas (TO), sendo o mesmo trajeto aéreo da volta. Nos trabalhos da *Missão Amazônia 2017* também atuaram, dentre outros, *Joicleia Juliate Fonseca* (universitária de agronomia da *Faculdade Católica do Tocantins - FACTO*), *Bruno Ricardo Carvalho Pires* (Assistente Social da *Prefeitura Municipal de Porto Nacional/TO*), *Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior* (UFT), *Prof. Me. Claudir Vivan* (IFTO), *Prof. Me. Júlio Cesar Ibiapina Neres* (*Faculdade Guaraí - FAG*) e *Prof. Dr. Fernando Barnabé Cerqueira* (*Faculdade Guaraí - FAG*).

Já no Tocantins a representação paulista se juntou ao *Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior* (UFT) para condução de trabalhos que foram iniciados pelas programações do *Congresso Internacional de Comunicação, Tecnologia e Inovação*, que fora organizado pelo grupo de pesquisa OPAJE/UFT (Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino). Na sequência foi feita a locação de um veículo para os trajetos rodoviários e seguiram para Araguacema/TO (*Comunidade Tradicional de Ribeirinhos do Povoado Senhor do Bonfim*) e Guaraí/TO (*Comunidade Tradicional de Geraizeiros do Povoado Matinha*).

Durante *Missão Amazônia 2017* foram realizadas as seguintes ações: **1)** organização e participação do *Congresso Internacional de Comunicação, Tecnologia e Inovação*; **2)** reunião com a comunidade do *Povoado do Senhor do Bonfim*, em Araguacema/TO, para apresentação do mapa familiar (e conferência das relações tradicionais e de consaguinidade); **3)** visitas domiciliares a todas as famílias do *Povoado Matinha* (Guaraí/TO), coletando informações históricas de sociabilidade, de relação com a natureza e da estruturação das famílias da comunidade; **4)** por fim houveram reuniões com diversos gedeguianos e parceiros dos projetos *Missão Amazônia* e “*Análise da qualidade da água consumida pelas comunidades tradicionais amazônico-tocantinenses*” (anteriormente enviado à FUNASA),

dentre eles: pesquisadores do *Labóratório Central do Governo do Estado do Tocantins – LACEN/SESAU*; técnicos da *Diretoria da Diretoria de Direitos Humanos da Secretaria da Cidadania e Justiça (Governo do Estado do Tocantins)*; *Profa. Jardilene Gualberto Pereira Folha (Comunidade Tradicional Quilombola do Lageado União – Dianópolis – TO, mestranda da UFT)*; *Celenita Gualberto Bernieri (Comunidade Tradicional Quilombola do Lageado União – Dianópolis – TO, mestranda da UnB)*; enfermeira *Maria Fernanda Dantas Di Flora Gamba (SESAU/TO)*; *Prof. Biólogo Fábio Brega Gamba (Instituto Natureza do Tocantins/Governo do Estado do Tocantins e mestrando da UFT)*; *Prof. Me. Elizeu José dos Santos (Secretaria de Estado da Segurança Pública)*; *Profa. Patrícia Pereira Costa*; *Profa. Gleisy Nascimento Alencar (Instituto Federal do Tocantins – IFTO e mestranda da UFT)*; *Prof. Me. Claudir Vivan (Instituto Federal do Tocantins – IFTO)*; *Profa. Ana Cleia Gomes (Prefeitura Municipal de Palmas/TO e mestranda da UFT)*; *Prof. Dr. Fernando Barnabé Cerqueira (Faculdade Guaraí – FAG)*; *Prof. Me. Júlio César Ibiapina Neres (Faculdade Guaraí – FAG)*; *Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes (Ministério Público Federal do Tocantins e UNITINS)* e ainda houveram reuniões com os gedeguianos *Sérgio Leal Mota*; *Denise Pereira França*; *Monique Castro Casa Grande*, além do *Prof. Joani Lima Gomes* (todos de Guaraí/TO). Esta seqüência de visitas e reuniões com parceiros amazônicos pode garantir o apoio para que o projeto “*Análise da qualidade da água consumida pelas comunidades tradicionais amazônico-tocantinenses*” (anteriormente enviado à FUNASA) possa ser reelaborado pelas equipes do GEDGS na UNESP, sendo sugerido como um projeto temático (um grande projeto “guarda-chuva”) com título de “*Projeto Águas do Tocantins*”.

Após as ações da *Missão Amazônia 2017*, o GEDGS/UNESP fortaleceu os trabalhos de seus GTs (grupos de trabalho em extensão universitária e pesquisa) aprofundando trabalhos acadêmicos relacionados às comunidades tradicionais. Assim, dentre outros trabalhos, foram produzidos os relatórios técnicos e

prestações de contas de etapas anteriores e ainda iniciado mais uma pesquisa de mestrado integrado à temática de risco à segurança das fontes de água em comunidades tradicionais do Estado do Tocantins, outros trabalhos de trabalhos em nível de PIBIC, PIBIC JR e ICSB deram continuidade investigativa aos anteriores. Trabalhos científicos foram apresentados e debatidos na JORNAP 2018 (*Jornada de Administração Pública – UNESP Câmpus de Araraquara*) e ENAPEGS 2018 (*Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – Juazeiro do Norte/CE*), onde foram apresentados sete artigos científicos e desenvolvida uma oficina sobre comunidades tradicionais. Houveram publicações de resultados de pesquisa e diálogos acadêmicos sobre Comunidades Tradicionais em periódicos e como capítulos de livros.

Importante destacar que ao final do ano de 2017, foram definidos (pelo GEDGS/UNESP, em uma de suas reuniões quinzenais) dois elementos ou ações norteadoras para os anos seguintes: 1) a criação ***Rede Internacional de Pesquisadores sobre Comunidades Tradicionais*** e 2) a estruturação do ***Projeto Águas do Tocantins***.

## 5 Considerações finais

Para a sociedade contemporânea o projeto de extensão universitária traz grande importância e contribuição, apresentando a relação dos professores e alunos com o público em geral, no qual todo conhecimento aprendido em sala de aula é colocado em prática. A extensão universitária tem importante papel, tanto na vida dos estudantes, que tem a oportunidade de colocar em prática o que aprenderam na universidade, quanto na vida dos indivíduos das comunidades tradicionais amazônico-tocantinenses que beneficiam deste aprendizado, sendo muito gratificante para os alunos da universidade, uma vez que colaboram para um mundo melhor. As comunidades tradicionais beneficiadas promovem desenvolvimento na vida de cada indivíduo provocando mudanças sociais.

A universidade incentiva os alunos a buscarem conhecimentos em relação aos problemas e demandas sociais, principalmente no desenvolvimento de teorias e questionamentos, na elaboração de pesquisas e na promoção de atividades de extensão que venham a contribuir para a participação dos mais diversos atores que estão inseridos na arena dos debates a respeito de direitos e políticas públicas. Instrumentalizar criticamente o aluno proporcionando sua inserção em áreas complexas de debate social, independentemente da área, e prevalecer pela qualidade da graduação, seja em qual for à graduação de formação profissional.

A troca de experiências e de conhecimento entre os integrantes (especialmente professores e estudantes) do GEDGS/UNESP e outras universidades parceiras e as comunidades tradicionais amazônico-tocantinenses, por si só já traria grande êxito ao trabalho de imersão de grupos acadêmicos à realidade de vida destes grupamentos humanos cuja sociabilidade comunitária é a centralidade. Contudo, a partir do diagnóstico das suas principais demandas às quais a universidade pode contribuir, iniciou-se um novo fíaco condutor aos trabalhos da Missão Amazônia, especialmente sobre a vertente da melhor compreensão da cultura tradicional e das suas relações territoriais, da importância do resgate da identidade histórica dos indivíduos bem como do sentimento de pertença comunitária, tudo isso na perspectiva de fortalecer o empoderamento para o debate nas arenas de debate de direito e de políticas públicas pelos próprios moradores das comunidades tradicionais.

A participação neste tipo de trabalho, estruturando contato entre culturas tão distintas, provoca aos acadêmicos uma melhor e mais ampla compreensão dos cenários aos quais estão complexamente envolvidos. A reflexão de que a ação profissional de um egresso das universidades pode impactar diretamente algumas centenas ou milhares de pessoas é superada pelo olhar de que a vida dos seres humanos se conecta por meio de sua ancestralidade ao território cunhado por tantas comunidades tradicionais brasileiras.

A participação de docentes e discentes nesse projeto de extensão, que gera pesquisas em profundidade, possibilita uma aproximação entre a academia e as comunidades tradicionais amazônico-tocantinenses, assim também como a atuação do papel social da universidade junto às comunidades tradicionais amazônico-tocantinenses.

## Referências

ARAÚJO, L. S. **Avaliação de quelônios em criadouros do Estado do Tocantins e identificação da percepção ambiental sobre estes animais, como mecanismos de conservação.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins, Curso de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, 2011. 148 f.

ATAÍDES, A. G.; MALVASIO, A.; PARENTE, T. G. **Percepções sobre o consumo de quelônios no entorno do Parque Nacional do Araguaia, Tocantins:** conhecimentos para conservação. *Gaia Scientia*, 4(1): 07-20. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares dos Cursos de Administração.** Resolução n. 4 de 13/07/2005. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Decreto 6040**, de 07/02/2007 (Institui a Política Nacional de Promoção do Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/decreto6040>>. Acessado em 11/04/2018.

CAÑETE, T. M. R.; RAVENA-CAÑETE, V. **Populações tradicionais amazônicas:** revisando conceitos. In: V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2010, Florianópolis Anais, V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2010.

CNPq. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.** Disponível em <[http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao\\_institucional/](http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao_institucional/)>. Acesso em 10/06/2018.

CNPq. **Diretório de grupos de pesquisa.** Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home>>. Acesso em 01/08/2018.

- CORREIA, J. R. **Pedologia e conhecimento local**: proposta metodológica de interlocução entre saberes construídos por pedólogos e agricultores em área de Cerrado em Rio Pardo de Minas, MG. Seropédica, RJ, UFRRJ, 2005. 249p. (tese de doutorado). Disponível em <<http://bbeletronica.cpac.embrapa.br>>
- CORREIA, J.R.; ANJOS, L.H.C.; LIMA, A.C.S.; NEVES, D.P. TOLEDO, L.O.; CALDERANO FILHO, B.; SHINZATO, E. **Relações entre o conhecimento de agricultores e de pedólogos sobre solos**: estudo de caso em Rio Pardo de Minas, MG. R. Bras. Ci. Solo, 31:1045-1057, 2007.
- DE CARVALHO, J. R. **Paisagens simbólicas**: catolicismo popular e o mito das “Bandeiras Verdes” na romaria do Senhor do Bonfim em Araguacema, Tocantins. Revista Geografares, n°16, p.141-167, Janeiro-Junho, 2014.
- DAYRELL, C. **Geraizeiros y biodiversidad en el norte de Minas Gerais**: la contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. 214p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidad Internacinal de Andalucía, Espanha,1998.
- DAYRELL, C. A. **Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness**, in: LUZ, C; DAYRELL, C.A. Cerrado e desenvolvimento: tradição e atualidade. Goiânia, Agência Ambiental de Goiás. 2000.
- DAYRELL, C. A. et al. **Populações tradicionais do norte de Minas**: transformando o uso sustentável da biodiversidade em trunfo para o desenvolvimento territorial. Montes Claros, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas. 2005. Diagnóstico PICUS/FUNBIO (mimeografado).
- EISEMBERG, C.C.; BALESTA, R. A. M.; VOGT, R.C. (2015). **Vulnerabilidade dos covas de três espécies do gênero Podocnemis** (Testudines, Podocnemididae) às mudanças climáticas em áreas protegidas da Amazônia. Relatório preparado para o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios (RAN) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), BrasilNASCIMENTO, S. P. Observações sobre o comportamento de nidificação de três espécies de *Podocnemis* Wagler (Testudinata, Pelomedusidae) no Baixo Rio Branco, Roraima, Brasil. Rev. Bras. Zool. 19 (1): 201-204, 2002.

FISCHER, T. D.; ROESCH, S.; MELO, V. P. **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social**: casos para ensino. Salvador: CIAGS/UFBA, 2006.

GARRONE NETO, D.; CORDEIRO, R. C. e HADDAD JR., V. **Acidentes do trabalho em pescadores artesanais da região do Médio Rio Araguaia, Tocantins, Brasil**. Cad. Saúde Pública [online]. 2005, vol.21, n.3, pp.795-803.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Diagnóstico da dinâmica social e econômica do Estado do Tocantins**: populações tradicionais. Palmas/TO: SEPLAN, 2016. Disponível em < [http://web.seplan.to.gov.br/Arquivos/download/ZEE/TO\\_Diagnostico\\_Socioeconomico\\_ZEE/Relatorio\\_PopTradicionais\\_2016.pdf](http://web.seplan.to.gov.br/Arquivos/download/ZEE/TO_Diagnostico_Socioeconomico_ZEE/Relatorio_PopTradicionais_2016.pdf) > Acesso em 11/04/2018

KLOSOVSKI, L. J. R. **Análise das estratégias de conservação de quelônios Brasileiros**. Monografia apresentada ao Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário de Brasília. 2003.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

LINHARES, J. F. P. **Populações tradicionais da Amazônia e territórios de biodiversidade**. Revista Pós Ciências Sociais. v. 1. n. 11. São Luis/MA, 2009.

LOPES, C. S. **O público e o privado**: uma relação de poder na Romaria ao Senhor do Bonfim de Araguacema no Tocantins. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Goiás, Mestrado em Ciências da Religião, 2007. 100 f.

MACHADO, A. A **importância do seringal na formação cultural da sociedade amazônica**. Disponível em <<http://www.gentedeopiniao.com.br/noticia/a-importancia-do-seringal-na-formacao-cultural-da-sociedade-amazonica-1/60697>>. Visitado em 10/04/2018.

MORAES, N.R.; ALVES, P.K.F. **Estudo dos reflexos sociais do fortalecimento da apicultura junto às comunidades tradicionais de Araguacema e Pequizeiro – Estado do Tocantins**. Palmas/TO: UNITINS, 2011.

\_\_\_\_\_ et al. **A gestão social na universidade brasileira**: análise da evolução da adoção do tema integrador na formação profissional universitária. Revista Espacios. Vol.36. nº16. 2015, p. E1. Caracas/Venezuela: Espacios, 2015. Disponível em <<http://www.revistaespacios.com>>. Visitado em 10/04/2018.

- \_\_\_\_\_ et al. **A gestão social como tema integrador de ensino, pesquisa e extensão na universidade brasileira.** Anais do XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Florianópolis/SC: 2014. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/132167/2014-372.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10/04/2018.
- MOREIRA, P. K. F. N., SILVA, W. V. & BALESTRA, R. A. M. **A conservação da tartaruga-da-amazônia em Unidades de Conservação no Médio Araguaia.** Monografia apresentada ao Curso de Ciências Biológicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2014.
- OLIVEIRA, M.F. **Rio Tocantins: eco de diferentes vozes.** Anais do XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.
- PANTOJA-LIMA, J., PEZZUTI, J. C. B., TEIXEIRA, A. S., FÉLIX-SILVA, D., REBÊLO, G. H., MONJELÓ, L. A. S. & KEMENES, A. **Seleção de locais de desova e sobrevivência de covas de quelônios *Podocnemis* no Baixo Rio Purus, Amazonas, Brasil.** Rev. Colombiana cienc. Anim. 1 (1). 37-59, 2009.
- PORTELLI, A. **Tentando aprender um pouquinho, algumas reflexões sobre a ética na história oral.** Projeto História, (15), 1997.
- PÔRTO JUNIOR, F. G. R. **Processo de Bolonha: história, formação e ensino na União Europeia.** Porto Alegre: Editora Fi. 2017.
- PORTO JÚNIOR, F. G. R. et al. **Notas sobre as políticas de formação pós-bolonha: o caso da implementação do sistema ETCS.** Revista Conexão UCS. Vol.14. n°28. 2015. Caxias do Sul/RS, 2015. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/revistasindex.php/conexao/article/view/3409>>. Visitado em 10/04/2018.
- RAMIRES, M.; CLAUZET, M.; ROTUNDO M. M. & BEGOSSI, A. **A Pesca e os Pescadores Artesanais de Ilhabela (SP), Brasil.** Bol. Inst. Pesca, São Paulo, 38(3): 231 – 246, 2012a.
- RAMIRES, M.; BARRELA, W. & ESTEVES, A. M. **Caracterização da pesca artesanal e o conhecimento pesqueiro local no Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo.** Revista Ceciliana Jun 4(1): 37-43, 2012b
- ROSENDAHL, Z. **Espaço e religião: uma abordagem geográfica.** Rio de Janeiro: edUERJ, 1996.

- SALERA JUNIOR, G., MALVASIO, A. & PORTELINHA, T. C. G. Avaliação da predação de Podocnemis expansa e Podocnemis unifilis (Testudines, Podocnemididae) no rio Javaés, Tocantins. **Acta Amazonica**. vol. 39(1) 2009: 207-214.
- SANTOS, B.S.; ALMEIDA FILHO, N. **A universidade no século XXI**: por uma universidade nova. Coimbra: Almedina, 2008.
- SILVA, M. C.; OLIVEIRA, A. S. & NUNES, G. Q. **Caracterização Socioeconômica da Pesca Artesanal no município de Conceição do Araguaia, Estado do Pará**. Amazônia: Ci. & Desenv., Belém, v. 2, n. 4, jan./jun, 2007.
- SOUZA, J. M. **O olhar etnográfico da escola perante a diversidade cultural**, in Psi 2.1 Junho de 2000. Disponível em :<<http://www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n16.htm>>. Acesso em: 10/04/2018
- TAVARES, M.G.C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **Revista GeoUSP - espaço e tempo**. N°29 – especial, p. 107-121. São Paulo: USP, 2011. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74209>>
- TENÓRIO, F.G. **(Re)Visitando o conceito de gestão social**. Revista Desenvolvimento em Questão. Ano 3. N° 05. Jan/jun 2005. p101-124. Ijuí/SC: Unijuí, 2005. Disponível em <<[http://www.ufjf.br/virgilio\\_oliveira/files/2014/09/Tenorio-2005.pdf](http://www.ufjf.br/virgilio_oliveira/files/2014/09/Tenorio-2005.pdf)>>. Visitado em 10/04/2018.
- TOLEDO, L. O. **Interação entre atributos sócio-edafológicos e do componente arbóreo-arbustivo no planejamento ambiental em área de cerrado no norte de Minas Gerais**. Rio de Janeiro, UFRRJ, 2007. 115p. (tese de doutorado).
- VIEIRA, M.A.C. **À procura das Bandeiras Verdes**: viagem, missão e romaria. Movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 2001.
- VIEIRA, M.G. **Os direitos fundamentais das comunidades tradicionais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.



## Capítulo 4

# As comunidades tradicionais e a violência: aproximações de estudo

Traditional communities and violence: study approaches

*Neuza de Moraes Muller<sup>1</sup>*  
*Alexandre de Castro Campos<sup>2</sup>*  
*Raquel Cabral<sup>3</sup>*

---

### RESUMO

Mesmo existindo mecanismos oficiais que reconheçam as comunidades tradicionais como tais e as protejam nas situações de conflitos, essas não estão livres da prática de violência contra si. Esse trabalho, que se intitula “as comunidades tradicionais e a violência: aproximações de estudo” e que trata dessa temática, se propõe com o seu objetivo geral a se aproximar de uma descrição do tipo de violência praticado contra as comunidades tradicionais brasileiras, sendo que para este trabalho fez-se uso da exploração bibliográfica a partir de um estudo bibliográfico baseado em sites, livros e artigos publicados.

**Palavras-Chave:** Comunidades Tradicionais. Violência. Linguagem.

### ABSTRACT

Even if there are official mechanisms that recognize traditional communities as such and protect them in situations of conflict, they are not free from violence against them. This work, which is entitled “The Traditional Communities and Violence” and which deals with this theme, is proposed

---

<sup>1</sup> Mestranda em Agronegócio e Desenvolvimento (Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/Faculdade de Ciências e Engenharia – FCE/Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP). Graduada em Pedagogia (UNOESTE). E-mail: neuzammuller@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2491630543209619> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6718-1614>

<sup>2</sup> Mestrando em Agronegócio e Desenvolvimento (Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/Faculdade de Ciências e Engenharia – FCE/Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP). Graduado em Geografia (Universidade do Sagrado Coração – USC). Email: alexandreago@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1791424298760125> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5663-8757>

<sup>3</sup> Doutora em Comunicação Institucional (Universitat Jaume I – Espanha). Pós doutorado no Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes (ECA – USP). Mestre em Estudos Internacionais da Paz, Conflitos e Desenvolvimento Social (Instituto Interuniversitário de Desenvolvimento Social e Paz (Universitat Jaume I – Espanha). Bacharel em Comunicação Social /Relações Públicas (UNESP). Professora Doutora nos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Comunicação da FAAC – UNESP. E-mail: raquelc@faac.unesp.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8685025568220791>

with is general objective “to know what kind of violence practiced against traditional communities in Brazil”, and to this end makes use of revision of literature based on published websites, books, and articles.

**Keywords:** Traditional Communities. Violence. Language.

---

## 1 Introdução

Envolvidos concentradamente na dinâmica da vida moderna, repleta de idas e vindas, encontros e desencontros, poucos são os que se atentam para o que existe e acontece de fato nos relacionamentos humanos. Se eles são tranquilos e serenos, ou são aquecidos por pouca gentileza, agressividade e até violência.

O ser humano aprende, durante sua vida, a relacionar a violência às grandes situações que ocorrem no mundo, como as guerras e os massacres entre os povos. Como consequência desse aprendizado, ele talvez não tenha ideia da verdadeira dimensão da violência e quase não se atenta para os seus outros diversos formatos, às vezes em contextos menores, mas tão grave quanto e que fazem parte do seu cotidiano, onde em muitas ocasiões ele é o protagonista, mas não consegue se enxergar nesse papel.

Segundo o *Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde: um Resumo*, a violência é considerada um problema mundial de saúde pública e definida pela *Organização Mundial da Saúde – OMS* como “o uso intencional da força física ou poder contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2018).

De acordo com o *Manifesto de Sevilla*, documento produzido por pesquisadores do mundo todo reunidos pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) no Congresso Mundial de Sevilha, na Espanha, em 1989, não há nada em nossa herança genética que comprove cientificamente que a violência é inerente à natureza humana. Isso significa que a

violência não é um elemento determinante imposto pela nossa biologia, mas algo aprendido, portanto é cultural (UNESCO, 1989).

A violência é algo aprendido e apreendido pelo ser humano. Mesmo não tendo nascido violento, mesmo não se considerando violento por não estar muitas vezes diretamente ligado às grandes expressões de violência, o ser humano pode se tornar violento, incorporando isso à sua vida, fazendo uso de práticas violentas mesmo sem disso se dar conta.

Portanto, a violência não se resume as grandes guerras e massacres que ocorreram e ocorrem na história da humanidade, pelo contrário, ela se apresenta sobre outros muitos aspectos e em outras tantas situações. É que a dinâmica atribulada da vida moderna contribui para que o ser humano não a perceba inserida nos comportamentos cotidianos; na comunicação, no modo de olhar e analisar o outro; nas linguagens corriqueiras; nas relações, nas brincadeiras, nas parcerias, nas instituições, nos negócios, nos grupos sociais, nos diversos ambientes e situações onde ele está inserido no contexto social.

A sociedade é constituída por indivíduos de aspectos, características, educação, formação e verdades diferentes, que se cruzam em muitos momentos, originários de culturas e pontos diversos do mundo e que podem ser identificados também por sua vida em grupos.

Um grupo é assim denominado quando as pessoas a ele pertencentes possuem um mesmo objetivo e se encontram ali por vontade própria havendo, muitas vezes, uma relação afetiva entre elas, e um forte sentimento de pertença das mesmas em relação a esse coletivo (RIBEIRO, 2018).

Cada grupo tem uma vida própria, na qual os seres humanos se movimentam, compartilhando determinados propósitos, interagindo uns com os outros, buscando satisfazer necessidades individuais ou interesses coletivos e construir relações harmoniosas (AMARAL, 2007). Nessas tentativas de procurar estabelecer bons relacionamentos, de conseguir sua representatividade e seu espaço,

são também identificadas dificuldades, preconceitos e mal-entendidos que podem gerar desarmonia e desentendimentos violentos.

As comunidades tradicionais estão inseridas nesse contexto, por serem grupos, que ao defenderem sua tradição, seus costumes e legados herdados dos seus antepassados e que contribuem com a diversidade cultural e a harmonia social e ecológica da humanidade (OIT, 2018) se veem, em muitos momentos, como atores, principais ou coadjuvantes, em muitas situações de conflito.

Apesar da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018) declarar que sempre que necessário deverão ser estabelecidos procedimentos para se solucionar os conflitos e proteger os povos tradicionais assegurando-lhes seus direitos e dignidade, as situações de desentendimento e violência pelas quais eles passam são quase que permanentes e estão ligadas as questões de luta por seu território e pelos meios necessários para a manutenção do seu trabalho e de sua vida (MONTENEGRO, 2012).

As comunidades tradicionais são povos com dinâmica e características próprias, adquiridas em sua trajetória histórica, validadas pela existência de aspectos culturais a serem considerados em cada uma delas, tornando-os assim, grupos diferenciados (BRASIL, 2007).

Tendo em vista os aspectos que caracterizam esses povos e comunidades tradicionais, dentre os quais os indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, os caiçaras, os pescadores, os faxinalenses, as comunidades de "fundo de pasto", os geraizeiros, os pantaneiros, os seringueiros, os castanheiros, as quebradeiras de coco de babaçu, dentre outros (BRASIL, 2007), as comunidades tradicionais têm um desafio grande frente aos pontos que as diferenciam de outros grupos, pontos esses geralmente não muito bem aceitos, muitas vezes apenas tolerados, até incompreendidos e noutras tratados com violência, quando na corrida para o estabelecimento de boas relações com a sociedade em geral.

Estabelecer relações sociais, de forma democrática, sem preconceitos, não se trata de algo simples, considerando que o homem é o próprio gerador de impedimentos (FRIGOTTO, 2008) aos bons relacionamentos, pois ainda não sabe tratar o seu semelhante em igualdade de condições, de igual para igual.

Um bom relacionamento exige a prática da não violência entre as pessoas, o que, pelo contrário, em determinados momentos, se acomete entre elas e pode nem ser sempre identificada rapidamente pelos envolvidos, por existirem tipos diferentes de violência e esses tipos se apresentarem em diversos contextos. Considerada um fenômeno humano e se apresentando de várias formas, a violência se legitima na cultura (CABRAL, 2018), nas ideologias, nas artes, nos discursos sociais, na ciência, e dentre os diversos meios de comunicação, mais especificamente na linguagem.

O Brasil está atualmente no *ranking* dos países mais violentos do mundo e aqui a trajetória da violência contra as comunidades tradicionais vem sendo registrada há algum tempo, vistas que o país ainda percorre o caminho em busca de seu amadurecimento no que se reporta à democracia e a valorização e garantia dos direitos de cada um.

De acordo com o cenário exposto, que considera a violência humana como sendo adquirida por ele durante sua vida e que, dessa forma, a mesma pode acontecer em diferentes ambientes da sociedade, esse trabalho gira em torno da seguinte questão: “qual o tipo de violência praticado contra as comunidades tradicionais no Brasil”? Para responder a essa questão, como objetivo geral do trabalho tem-se a busca por conhecer qual o tipo de violência praticado contra as comunidades tradicionais no Brasil.

Esse estudo, que tem como finalidade ampliar os conhecimentos sobre a violência contra grupos de comunidades tradicionais perpassa pela realidade brasileira, e faz uso de pesquisa bibliográfica, se baseando em materiais publicados e que estão disponíveis para acesso de todos. Os dados coletados em livros, sites e artigos contribuíram para a construção da

fundamentação teórica, onde os autores foram postos em diálogo a dialogar apresentando seus saberes sobre o tema central e outros correlatos.

Temos claro o entendimento de que a sociedade, composta por histórias e conhecimentos diferentes, precisa evoluir nas relações interpessoais para praticá-la com serenidade e harmonia, aceitando a boa convivência em igualdade de condições, sem a exercício da violência. Destaca-se nesse sentido, que esta mesma sociedade é a grande beneficiada das pesquisas acadêmicas e, portanto, deve receber suas devolutivas com a intenção de que as mesmas contribuam para o desenvolvimento humano e social dos indivíduos e que se justifica o estudo aqui proposto.

A pretensão não é que esse estudo seja por si só um limitador de dados, pelo contrário, que seja considerado um complemento à literatura já existente, podendo contribuir com sua ampliação e apresentar reflexões sobre a cultura da não violência nos relacionamentos entre os indivíduos da sociedade.

Considera-se também a possibilidade de que futuramente esse trabalho possa despertar o interesse e vir a ser explorado por outros pesquisadores, podendo ser de proveitosa utilização às instituições de ensino, que se propuserem estudar as comunidades tradicionais, as relações humanas, a violência, e outros temas relacionados, pois pretende apresentar em seus elementos, fatores de valia para a transformação social.

## **2 Revisão de literatura**

### **2.1 Os mundos diferentes**

A definição mais comum de sociedade traz que esta é um conjunto de pessoas que convivem de forma organizada e com regras estabelecidas (COSTA, 2010), também podendo ser considerada como o coletivo de cidadãos de um país. O termo sociedade tem sua origem no latim “societas” que quer dizer

"associação amistosa com outros". Esse conceito de sociedade se diferencia do conceito de comunidade, pois na sociedade as relações sociais são vínculos de interesses firmados por contratos, enquanto nas comunidades as relações são articulações de formação natural, pautadas na consanguinidade ou na afetividade (TÖNNIES, 1957).

A sociedade de um país pode ser composta por diferentes grupos étnicos, de diferentes nações e diferentes culturas. No entendimento da UNESCO a cultura é o conjunto de traços distintivos, espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que contempla, para além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2009).

Neste campo de integração humana, crescentemente complexa, repleta de desafios e tratativas diferentes, Rodrigo Alsina (2008) defende a existência de múltiplas verdades e sugere a existência de mundos diversos: o mundo monocultural (no qual predomina a prática de apenas uma cultura); o mundo multicultural (no qual existe a possibilidade de várias culturas coexistirem conjuntamente) e o mundo intercultural (no qual muitas culturas estão juntas, dialogam e convivem respeitosamente, se relacionando e interagindo).

A característica mais concreta do mundo monocultural é a existência de um padrão da cultura dominante, com o etnocentrismo sendo seu elemento mais marcante; no qual prevalecem o preconceito e a intolerância, e não se aceitam as diferenças. Neste contexto, o estrangeiro é considerado um estranho dentro do território (podem ocorrer expulsões e mesmo mortes). E se quiser dela fazer parte dela, deve se integrar totalmente e aderir plenamente à sua cultura. Não existe conhecimento nem interesse em relação a outras culturas, o território externo é considerado um espaço a ser conquistado e não

o espaço de uma cultura diferente onde se pode obter novos aprendizados (RODRIGO ALSINA, 2008).

Ainda de acordo com a visão de Rodrigo Alsina (2008), no mundo multicultural existe um pouco mais de aproximação entre as culturas, pois reconhecem a pluralidade cultural e a aceitam como fator de enriquecimento, porém, não se misturam, pois defendem o fortalecimento e preservação apenas da sua identidade. Esse mundo tem o território também como o elemento que os diferencia dos outros povos e o estabelecimento de comunicação e de relacionamentos é realizado em nível estritamente necessário e básico. Nesse contexto, também ressalta-se a intolerância, principalmente do poder e repressão contra o estrangeiro, pois o entendimento é que o tolerante está em situação superior ao do tolerado, prevalece a autoridade do tolerante.

No mundo intercultural citado por Rodrigo Alsina (2008), existe a necessidade dos espaços interacionais, de convivência, de construção em conjunto para propósitos comuns a todas as culturas. A humanidade traz a inter-relação entre as culturas, pois além do diálogo existe aceitação e respeito pelas verdades de cada uma. Nesse mundo as culturas interagem, ocorrendo a miscigenação, a hibridação, as mestiçagens e nas quebras de fronteiras podem ocorrer as apropriações culturais.

A humanidade, historicamente vem trabalhando os conflitos existentes, pois considera que os mesmos não são positivos nem negativos por si só, mas dependem da forma como são administrados e resolvidos. A existência de marcas de outras culturas na própria cultura é reconhecida, pois, há um estímulo e aceitação da diversidade cultural. Considerando que somos todos diversos, não há uma relação determinante entre cultura e identidade nacional, pois o que se considera é que as mudanças e as recombinações de significados são o que transformam a relação de cultura e território. Dessa forma, observa-se que a humanidade busca meios para a promoção do respeito, procurando superar a

intolerância, pois mesmo não se compreendendo muito bem a outra cultura, ela é respeitada e isso faz com que haja aproximação entre as mesmas, tornando-as pertencentes a um mesmo universo (RODRIGO ALSINA, 2008).

Nestes muitos mundos culturais e tradicionais existentes, que estão situados em um só, e que são tão diferentes, tão repletos de conflitos, violências e preconceitos, tão distantes e ao mesmo tempo tão próximos, e que segundo Morin (2003) necessitam se reconstruir, é onde estão inseridas as comunidades tradicionais, assim denominadas pelo caminho percorrido construindo e reconstruindo a defesa da sua história, da sua tradicionalidade, do seu modo de vida, do uso do seu território, de uma coletividade que se mobiliza contra a expulsão e a marginalização (MONTENEGRO, 2012), na luta por políticas que garantam seu reconhecimento e sua dignidade, elas sobrevivem à violência. Importante destacar que em outros países, inclusive latino-americanos, é utilizado o termo “povos originários” e não “comunidades tradicionais”.

De acordo com Hall e Ykemberry (1990), as comunidades se diferenciam também de outros grupos da sociedade por trazerem muito fortemente associadas a seu modo de viver, marcas culturais como o artesanato característico de sua tradição, as vestimentas, a forma de cultivar e lidar com a agricultura, a culinária, o dialeto ou língua usada, sua crença, seus costumes, entre outros aspectos.

No contexto das comunidades tradicionais brasileiras, temos os grupos de indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, os pescadores, os caiçaras, os faxinalenses, as comunidades de "fundo de pasto", os geraizeiros, os pantaneiros, os seringueiros, os castanheiros, as quebradeiras de coco de babaçu, dentre outros, que são reconhecidos oficialmente pelo Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007). Este decreto define as comunidades tradicionais como

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Nesse contexto, onde se estabelece um convívio entre culturas diferentes, as práticas de violência com os povos tradicionais são polêmicas e rotineiras. Necessitam de cuidado, respeito e solução urgentes, considerando que na maioria das vezes os conflitos tratam de questões voltadas à apropriação das terras e dos bens que nelas existem, como a água, a madeira, os minérios, entre outros; elementos esses que pertencem por direito a essas comunidades (CIMI, 2016). E se esses conflitos resultarem com a retirada ou transferência desses povos para outros locais há de acontecer a total inviabilização do seu modo de vida tradicional já que a sua tradicionalidade está ligada muito fortemente ao fator territorial, onde está construída e memorizada toda sua história de vida.

Os interesses que se identificam e que são causa de disputas entre os povos tradicionais e os poderes estabelecidos pela sociedade são declarados abertamente e resultam muitas vezes em conflitos violentos e armados ou simplesmente não aparecem, mas estão implícitos e calcados nas pessoas, nos processos e nos sistemas. Têm-se como exemplo dessas situações: a morte de seringueiros na luta pela posse de terras na Amazônia, a diminuição de peixes nos rios junto às comunidades ribeirinhas e de pescadores pela implantação de hidrovias ou usinas, os conflitos de mercado entre os agricultores comerciais e os geraizeiros em determinadas regiões, a redução e mesmo a extinção de diversas etnias indígenas, o preconceito contra os quilombolas, dentre outras formas de violência (MORAES et al, 2017).

Esses são apenas alguns pontos existentes no referencial de conflitos que permeia a violência contra os povos tradicionais e que vão compondo a história da nação brasileira (MORAES et al, 2017).

Povos que se sentem violentados em sua dignidade, nas tentativas que a sociedade faz para extrair deles o seu direito de viver na sua terra, em paz e harmonia; no qual sempre e continuamente sofrem com a pressão se sentindo encurralados e expulsos dos seus territórios pelo avanço de grandes projetos que em nome do progresso representam disfarçadamente os interesses dos grandes poderes (CIMI, 2016).

## 2.2 Os tipos de violência

Nesse contexto, o indivíduo, considerado um ser mutável, que se encontra em constante transformação (LANE, 2006), influenciado por aprendizados e regras que os padrões culturais lhe fornecem, pensa e age livremente (SAVOIA, 1989), revelando suas atitudes, suas falas, sua maneira de se relacionar e tratar as pessoas, seus julgamentos, seu modo de viver, isolado ou coletivamente, compassivo ou violentamente.

A definição dada pela OMS (2002) para violência, considerando-a “o uso intencional da força física ou poder contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” contempla e associa os seus três tipos, estudados e assim classificados por Galtung (1989):

- a **violência direta**, considerada um acontecimento, no qual é possível identificar agressor e vítima, podendo ocorrer, muitas vezes, a privação imediata da vida. É um ato que pode ser registrado, filmado, fotografado, como por exemplo, uma violência doméstica, as guerras, os genocídios.
- a **violência estrutural (ou sistêmica)**, considerada um processo, se apresenta como consequência da desigualdade e da injustiça social, na qual se identifica a vítima, mas o agressor é invisibilizado, pois se encontra oculto por trás dos sistemas sociopolíticos, econômicos ou culturais. Nesse tipo de violência, pode ocorrer a privação lenta da

vida, como por exemplo, as vítimas da fome, os desempregados, os órfãos de um genocídio.

- **a violência cultural**, é aquela na qual nem o agressor e nem a vítima são facilmente identificados, pois é a violência que permeia os discursos sociais, os produtos da cultura. É uma constante permanente, que de certa forma está ligada aos outros dois tipos de violência, pois as legitimam, alimentam e justificam. No preconceito contra as mulheres, contra os indígenas, contra as diversas etnias, contra as minorias, se observa uma construção de discursos socialmente legitimados e que vão justificar determinadas expressões de violência, inclusive na linguagem.

Ao conhecer os tipos de violência e, especialmente, o conceito de violência cultural, torna-se relevante refletir sobre um dos seus aspectos mais evidentes: a violência na comunicação, identificada nos discursos sociais, nos diálogos informais, na linguagem cotidiana, nas expressões coloquiais e produtos culturais.

### **2.3 A linguagem como forma de violência.**

Partindo do princípio de que os seres humanos são iguais em sua natureza, porém, completamente diferentes na forma de ser, pensar e agir há que se entender que existem muitas verdades e que elas não são únicas, nem estáticas, elas oscilam e podem se alterar. Essas muitas verdades diferentes e a forma de comunicá-las é que traduzem e expõe o mundo de cada indivíduo, seus aprendizados, suas tradições, suas crenças, sua educação, seus mitos, suas aquisições, sua cultura (RODRIGO ALSINA, 2008).

Partindo dessa reflexão, podemos compreender que a realidade atual, representada pelo encontro de múltiplas culturas, que se apresenta a partir de novas maneiras de olhar e pensar o mundo, concebe a comunicação como um processo de construção de significados e que influencia a gestão de relacionamentos e o diálogo entre distintas culturas (FERRARI, 2014).

A comunicação não acontece apenas por meio de palavras, mas também mediante outras formas de expressão, que também podem representar, no nosso caso, a identidade, os valores, os ideais, e a história de vida de uma comunidade. As verdades de cada comunidade, grupo ou sociedade, quando não bem comunicadas, podem gerar muita violência, preconceito e conflitos (RODRIGO ALSINA, 2008).

O estabelecimento de uma boa comunicação entre as pessoas é fundamental para a cooperação e o entendimento entre os indivíduos. Porém, essa nem sempre é uma tarefa simples. Considerada como um instrumento poderoso, a linguagem é usada habitualmente por todos nós em diversos momentos, porém, nem sempre da forma mais adequada, o que pode produzir conflitos (ROSENBERG, 2006).

A linguagem tem um papel fundamental na vida dos indivíduos, pois ela molda nossas vidas e a noção de mundo que se tem. Muitas vezes, ela pode não ser compreendida totalmente, pois o outro pode interpretá-la de acordo com seu entendimento, suas referências, sua cultura e seus valores (CVV, 2018; POYARES, 1998).

De acordo com Rosenberg (2006), mesmo considerando que o ser humano não é ancestralmente nem naturalmente violento no uso da linguagem, muitas vezes, as palavras pronunciadas ou recebidas podem causar ruídos, incompreensão e conflitos. A linguagem violenta pode ser estruturada por palavras que tendem a classificar pessoas, situações ou coisas como certas ou erradas, boas ou más, excluem, rotulam ou julgam atitudes e comportamentos, gerando mais intolerância.

Com base na linguagem usada, o ser humano pode em algumas situações legitimar mecanismos de exclusão contra determinados indivíduos, grupos e culturas (CABRAL, 2018), pois as palavras cantadas, lidas, compartilhadas, declaradas, que fazem parte do seu repertório podem refletir uma violência culturalmente construída, e constituindo-se como mecanismos poderosos de

violência também contra comunidades tradicionais na difusão de ideias ou concepções estereotipadas dessas comunidades.

Mas a linguagem também pode e deve ser uma ferramenta de desconstrução de estruturas de violência e promotora de cultura de paz, desde que permita a possibilidade de questionamento das estruturas discursivas e linguísticas que podem mascarar ideais violentos de sociedade e de comunidades tão diversas que conformam nosso mundo contemporâneo.

### **3. Considerações finais**

Como discutimos nesse texto, a sociedade é composta por grupos majoritários que dominam os grupos minoritários, impondo-lhes força coercitiva. Esses grupos que defendem conhecimentos e tradições de mundos diferentes sofrem diversos tipos de violência, inclusive do ponto de vista comunicacional. As comunidades tradicionais, por serem grupos minoritários são comumente excluídas e combatidas pelos grupos maiores, representantes dos poderes hegemônicos existentes.

As situações de violência contra os povos tradicionais mostram como a violência acontece no Brasil na relação com esses grupos, e possibilitam o conhecimento e reconhecimento dos três tipos classificados por Galtung (1989): a violência direta, a estrutural (ou sistêmica) e a cultural, praticadas nesses conflitos.

Nos confrontos contra as comunidades tradicionais, os grupos majoritários podem expor seus preconceitos usando a força coercitiva física nos duelos físicos ou fazendo uso de linguagem agressiva, que exemplificam bem a violência direta e cultural.

A violência estrutural (ou sistêmica) é muitas vezes identificada, por exemplo, na marginalização ou exclusão de determinadas comunidades em processos produtivos, ficando à margem do mercado formal. Além disso, o não acesso a determinados bens e serviços também pode produzir baixa qualidade de vida em determinadas localidades nas quais essas

comunidades foram deslocadas. Sabe-se que muitas comunidades, como por exemplo, comunidades indígenas, foram totalmente deslocadas para outros territórios distantes de suas terras ancestrais para dar lugar ao agronegócio. Num cenário de injustiça social, essa violência é legitimada por uma cultura de violência que não reconhece a identidade histórica e os direitos humanos desses povos originários. Nesse contexto, os agressores estão ocultos pelos sistemas sociopolíticos, econômicos e culturais, revelando como as classes dominantes buscam manter seus interesses em detrimento de comunidades consideradas excluídas.

O terceiro tipo de violência, a cultural, alimenta e valida os dois primeiros tipos, pois é nele que se apoiam e sustentam. Esse tipo de violência se caracteriza por ser uma constante, que está estabelecida nos diferentes contextos culturais, alimentada pelos discursos da cultura do ódio, da intolerância e da discriminação.

Ao conhecer essas formas de violência, torna-se mais clara sua identificação nas situações recorrentes, ainda mais quando os conflitos são acompanhados por uma linguagem impregnada de ódio e discriminação.

Nesse cenário, que é uma realidade no Brasil e provavelmente em muitos lugares do mundo, relacionado aos diversos interesses da sociedade e das comunidades tradicionais, entendemos que é fundamental focar o contexto comunicacional, no qual a linguagem pode ser um instrumento poderoso de exclusão social. Há que se considerar que se o ser humano aprende durante sua vida a ser violento, ele pode também desconstruir esse aprendizado e aprender coisas novas, diferentes, desconstruindo estruturas de violência muito enraizadas em nossa sociedade partindo de uma atitude e uma linguagem voltada para a cultura de paz.

A procura por modelos de aproximação e de bons relacionamentos entre as pessoas que consigam ultrapassar os limites estabelecidos por suas verdades culturais, não é um desafio simples. Pelo contrário, é complexo. Porém, também é algo que vai

além, pois trata-se de encontrar formas para a convivência na diversidade, de maneira que nosso mundo possa se tornar um todo, sem fronteiras (MORIN, 2003), no qual a linguagem possa ser mediadora e não opressora e que permita o diálogo entre os indivíduos e os diversos mundos existentes.

## Referências

- ALSINA, M. R. (IN) **Comunicação intercultural**. Documentos do 1º. Congresso Internacional sobre Diálogo Intercultural, 2008.
- AMARAL, V. L. do. **Psicologia da educação: a dinâmica dos grupos e o processo grupal**. Natal, RN: EDUFERN, 2007.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CF1988.htm>. Acesso em 11/07/2018.
- \_\_\_\_\_. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em <[http://planalto.gov.br/ccivil03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://planalto.gov.br/ccivil03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em 11/07/2018.
- CABRAL, R. **A linguagem como instrumento de violência cultural**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Acy-IEKwdn8>>. Acesso em 27/06/2018.
- CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil. Dados de 2016**, 2016.
- COSTA, C. **Sociologia**. São Paulo: Moderna, 2010.
- CVV, Centro de Valorização da Vida. **Como está nossa comunicação**. Disponível em: <<https://www.cvv.org.br/blog/como-esta-nossa-comunicacao>>. Acesso em 25/06/2018.
- FERRARI, M. A. **Interculturalidade e organizações**. Revista ORGANICOM, p. 12, n. 21, Ano 11, 2º. Semestre 2014.
- FRIGOTTO, G. **A interdisciplinaridade como necessidade e como problema das ciências sociais**. Revista do Centro de Educação e Letras. V.10 n.1 p.41 – 62, 2008.

- GALTUNG, J. **Documentos de trabalho Gernika Gogoratz, n. 14. Violência Cultural.** 1989.
- HALL, J.A.; YKEMBERRY, G.J. **O Estado.** Lisboa/Portugal: Estampa, 1990.
- LANE, S. T. M. **O que é psicologia social.** 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- MONTENEGRO, J. **Povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade:** articulando um discurso fragmentado. OKARA: Geografia em debate, v.6, n.1, p. 163-174, 2012.
- MORIN, E. 2003. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2003.
- MORAES, N. R. DE; CAMPOS, A. C.; SILVA, M. L.; SOUZA, F. C. **Comunidades tradicionais:** cultura e identidade. Revista Observatório, vol. 3, n. 5, 2017.
- OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Convenção n. 169 da OIT sobre Povos indígenas e tribais.** Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%20C2%BA%20169.pdf>> Acesso em 12/07/2018.
- OMS, Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde: um resumo.** Disponível em: <<https://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude>>. Acesso em 11/07/2018>. Acesso em 12/07/2018.
- POYARES, W.R. **O carisma da comunicação humana.** São Paulo: Elevação, 1998
- RIBEIRO, P. S. **Os Grupos Sociais.** Disponível em <[https:// sociologia/os-grupos-sociais.htm](https://sociologia/os-grupos-sociais.htm)>. Acesso em 15 de julho de 2018.
- ROSENBERG, M. B. **Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais.** Tradução Mário Vilela; São Paulo: Ágora, 2006.
- SAVOIA, M. G. **Psicologia social.** São Paulo: McGraw-Hill, 1989.
- SIGNIFICADOS. **O que é sociedade.** Disponível em <<https://www.significados.com.br/sociedade/>>. Acesso em 15/07/2018.

TÖNNIES, F. **Community and society**. EUA: Michigan University State, 1957.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Manifesto de Sevilla**, 1989.

\_\_\_\_\_. **Relatório Mundial da UNESCO (Resumo)**: “investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural”. 2009

# Capítulo 5

## Os povos e comunidades tradicionais brasileiras: breve demarcação jurídica e apontamento de desafios

The traditional peoples and communities brazilians:  
brief legal declaration and challenge point

*Laís de Carvalho Pechula*<sup>1</sup>

*Sérgio Leal Mota*<sup>2</sup>

*Nelson Russo de Moraes*<sup>3</sup>

---

### RESUMO

Este trabalho é fruto do estudo sobre os principais pontos das legislações vigentes que dispõem sobre os temas território, biodiversidade, propriedade material e imaterial com ênfase em direitos dos povos e comunidades tradicionais. Ressaltamos ser as principais, pois entendemos que estas legislações são uma evolução de muitas outras que já entraram em vigor, algumas foram revogadas outras recepcionadas pelas legislações atuais, e que não deixaram de referenciar esta concretização de direitos. Para o desenvolvimento desse estudo, além de bibliografia acerca de metodologia e de comunidades tradicionais, utilizou-se a Constituição da República Constituição da República Federativa do Brasil, CF/1988; o Decreto Lei 6040, de 07 de fevereiro de 2017; a Convenção da Diversidade Biológica (CDB); o Protocolo de Nagoya; Lei nº 13.123/2015 e o Decreto Lei 8772/16.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela UnifAI (Adamantina/SP). Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (UNESP). E-mail: laispesq@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8204334871304913> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8768-1771>

<sup>2</sup> Graduado em Direito pela Faculdade Guarai/TO. Integrante do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (UNESP). E-mail: sergiolealmota3@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/091527990965139>

<sup>3</sup> Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Graduado em Administração (ITE/Bauru/SP). Especialista em Gestão Pública (Faculdade Guarai/TO). Especialista em Gestão de Programas e Projetos Sociais (ITE/Bauru/SP). Pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor da Faculdade de Ciências e Engenharia – FCE e do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (UNESP). Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (UFT). Líder do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (UNESP). Líder da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Comunidades Tradicionais – RedeCT. E-mail: nelsonrusso.unesp@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6708471420702848> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0159-9433>

**Palavras-chave:** Povos e Comunidades Tradicionais. Biodiversidade. Propriedade Material e Imaterial. Legislação sobre comunidades tradicionais.

**ABSTRACT**

This work is the result of the study on the main points of the current legislation that deals with the themes territory, biodiversity, material and immaterial property with an emphasis on the rights of traditional peoples and communities. We emphasize that they are the main ones, since we understand that these laws are an evolution, while many others that have already come into force, some have been repealed, others have been approved by current legislation, and have not failed to refer to this realization of rights. For the development of this study, in addition the use of bibliography about methodology and traditional communities, it was used the Constitution of the Republic of Brazil, CF / 1988; Decree Law 60.40, of February 7, 2017; the Convention on Biological Diversity (CBD); the Nagoya Protocol; Law no. 13,123 / 2015 and Decree Law 8772/16.

**Keywords:** Traditional Peoples and Communities. Biodiversity. Material and Intangible Property. Legislation on traditional communities.

---

## 1 Introdução

Todas as nações se constituíram a partir da sua organização social sobre um determinado território, em processos negociados por trilhas democráticas ou por meio da força, que historicamente antagonizou centenas de povos e comunidades com a perspectivas impelidas pelas sociedades ditas como nacionais e que se configuram a partir das características urbanas, modernas e consumistas.

Ribeiro (2015) destaca que no Brasil, a perspectiva de uma sociedade nacional trazia consigo a busca pela formação de uma classe trabalhadora única, formada por indígenas, afrodescendentes e descendentes de imigrantes europeus. Contudo, mais de cinco séculos depois do chamado “descobrimento” do Brasil, maiores são as diversidades culturais às quais as legislações precisam abarcar com justiça e dignidade sob a égide da sociedade nacional brasileira.

No Brasil, os povos e comunidades tradicionais habitam sobre um quarto do território brasileiro, em todas as regiões do país, formando um quantitativo aproximado de 5 milhões de pessoas. São povos diversificados, cheios de contrastes em sua composição étnica, racial e cultural que ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionalmente ocupados (SEPPPIR, 2018).

Detentores de profundos conhecimentos sobre o desenvolvimento sustentável e de um saber que busca dar significado a relação do homem com a natureza, lutam pela vida e pela preservação do seu patrimônio material e imaterial vivenciado e passado pelas gerações de seus povos. Assim, o reconhecimento do seu território e os direitos sobre conhecimentos tradicionais materiais e imateriais é uma garantia à preservação de atuais e futuras gerações do seu povo, é a preservação e frutificação do seu forte sentido simbólico e identitário.

Neste capítulo do livro trataremos especificamente da relação tanto abstrata quanto material das comunidades denominadas tradicionais com o seu território, analisaremos as principais questões que envolvem demarcação jurídica e desafios enfrentados, a biodiversidade e conhecimentos tradicionais materiais e imateriais oriundos dessa relação da comunidade com o seu território, tomando como referência a legislação vigente no Brasil e outras normativas internacionais cujas derivações chegaram e impactaram as normativas brasileiras.

## **2 Relação comunidade tradicional e território**

Conforme mencionado anteriormente, os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados com condições sociais, culturais e econômicas próprias e a relação com o território vai além da demarcação de espaços geográficos, material, ou aquilo que pode ser visto. Esta relação orgânica e material é antecedida de uma relação imaterial, cultural, que dá significado a própria existência de seu povo e a relação com a biodiversidade dos espaços de convivência.

São povos originários, de matriz cultural fortemente relacionada ao território ao qual ocupam ou reivindicam seus, seja essa ocupação permanente ou temporária. Alguns povos possuem íntima relação com a terra, sendo que o conteúdo histórico destaca que sua permanência no Brasil antecede a colonização do País.

No entanto, até pouco tempo atrás a sociedade de modo geral e a brasileira em específico pouca importância dava a sua origem e historicidade, sendo que tais elementos não eram importantes para serem tratados como detentores de direitos específicos, sendo consideradas populações atrasadas e com pouco a oferecer às nações em busca de modernidade, competitividade e desenvolvimento (assumindo-se uma visão equivocada de desenvolvimento, mais alinhada à definição de crescimento econômico). (MORAES, 2005)

Com a crise ecológica essa realidade, antes apregoada pelo consumo e modernização, toma novo rumo voltando-se para outros modos de relacionando com o ambiente natural. Assim, busca-se nessa história, nesse conhecimento tradicional e nessa cultura própria dos povos e comunidades tradicionais um novo modo de articular as relações sociais e de promover o desenvolvimento sustentável.

Nessa nova realidade, molda-se um aglomerado de direitos apoiados em leis de âmbito nacional, como o Decreto Lei 6040, de 07 de fevereiro de 2017, que institui a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais* e também instrumentos de governança internacionais, dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção 169 da *Organização Internacional do Trabalho (OIT)*, que garante o direito aos territórios a esses povos e o respeito ao seu modo de vida, a *Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* da *Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)*, de 1972, e a *Convenção sobre Diversidade Biológica*, de 1992. Entre outras diversas fontes, como: leis, decretos, tratados e convenções internacionais, estes temas vêm sendo ligados as questões de âmbito internacional e recepcionados pela legislação nacional (SANTILLI, 2015).

## **2 O decreto 6040 – demarcação jurídica e desafios.**

O Decreto nº6040/2007, reconhece formalmente, pela primeira vez no Brasil, a existência de todas as chamadas “populações tradicionais” do Brasil. Segundo o artigo 3º do supracitado decreto, povos e comunidades tradicionais “são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição”. (BRASIL, 2007)

Destaca-se que esses grupos promovem a coletividade nacional abrangendo modos próprios de vida, relações territoriais, preservação da memória e patrimônio material e imaterial, saberes tradicionais no uso de recursos naturais, entre outros. Esse reconhecimento é considerado um passo importante para concretização do seu território, pois está diretamente atrelado ao pertencimento.

## **3 Demarcação jurídica**

As relações específicas que esses grupos estabelecem com as terras tradicionalmente ocupadas e seus recursos naturais fazem com que esses lugares sejam mais do que terras, ou simples bens econômicos. Eles assumem a qualificação de território, onde são implicadas dimensões simbólicas, estão impressos os acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória do grupo e nele estão enterrados os ancestrais, traduzindo-se como sítios sagrados onde se determinam o modo de vida e a visão do homem e de mundo.

Sobre as definições de limites territoriais, com frequência, os territórios de povos e comunidades tradicionais ultrapassam as divisões político-administrativas (municípios, estados). Um território tradicional pode, assim, encontrar-se na confluência de dois, três ou mais municípios, estados ou mesmo países. Ressalta-se que desde a promulgação da Lei nº601, de 18 de setembro de

1850, a Lei de Terras, que estabelece a necessidade de registro cartorial e de documento de compra e venda para configurar dominialidade, se instaurou uma diferença no acesso e manutenção da terra por comunitários no meio rural.

O ordenamento jurídico em sua Carta Magna (Constituição Federal, de 1988) a lei mais importante do País, contra a qual nenhuma outra pode se opor, bem como Convenções Internacionais assinadas pelo Brasil e uma série de decretos, resoluções, portarias e instruções normativas estabelecem normativas que regulamentam os direitos dos povos das comunidades tradicionais.

Por sua vez, os artigos 231 da CF/88 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias dispõem respectivamente sobre os Territórios Tradicionais dos povos indígenas e quilombolas.

### **3.1 Biodiversidade**

A Convenção da Diversidade Biológica (CDB) é considerada hoje o principal instrumento internacional, ratificado por 192 países, e tem total ligação com o desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, que visa promover a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável de seus componentes e repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização da biodiversidade.

Foi assinada pelo Brasil, em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, e aprovada pelo Congresso Nacional, por meio de Decreto Legislativo em 1994. Sua promulgação deu-se pelo Decreto Presidencial nº 2.519/98, ou seja, instrumento internacionais incorporado pelo Brasil, nos termos do art. 49, inciso I (BRASIL, 1999), da Constituição Federal.

Entre os princípios consagrados pela CDB, está a soberania dos Estados sobre os seus recursos naturais, que incluem os recursos genéticos. O conceito de recursos genético, como qualquer outro material genético com valor real ou potencial, foi desenvolvido a partir dos anos 1960 e 1970, para enfatizar os genes

e as informações neles contidas têm valor estratégico, social e econômico e, por isso, devem ser tratados como recursos. Os recursos naturais de um país extremamente diverso como o Brasil tem alto potencial de uso, como fontes de novos remédios, cosméticos, alimentos e etc. (SANTILLI, 2015).

A CDB estabelece que a autoridade para determinar o acesso a recursos genéticos pertence aos governos nacionais e está sujeita a legislação dos países de origem dos recursos. Sendo que este princípio veio prevalecer sobre o conceito anterior que consagrava tais recursos como patrimônio da humanidade.

### **3.2 Protocolo de Nagoya: visão geral**

Em 2010, durante a décima Conferência das partes da CDB, foi provado o Protocolo de Nagoya (Japão), é considerado uma passo muito importante nesse contexto que envolve a biodiversidade, pois complementa e confere maior efetividade as normas da CDB, ele visa promover a implementação do terceiro objetivo da CDB: a repartição justa e equitativa de benefícios provenientes da utilização e exploração dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais associados, visando contribuir para conservação da diversidade biológica e para o uso sustentável de seus componentes.

Conforme evidenciado por Santillini (2015), uma das principais razões para participação dos países nas negociações do Protocolo de Nagoya foi a preocupação que a biopirataria e apropriação indevida de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais não fossem combatidos de forma eficaz, e que obrigações leias e vinculantes, tanto para países provedores como para países usuários de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais fossem estabelecidos.

Este protocolo é, essencialmente, um acordo pelo qual os países se comprometem a garantir o respeito às legislações nacionais de acesso a repartição de benefícios. Para sua efetividade,

é necessário que os países adotem sua própria legislação nacional, no Brasil as principais definições sobre a recepção deste protocolo estão estabelecidas na Lei 13.123/2015 (BRASIL,2015)

### **3.3 A Lei nº 13.123/2015: considerações gerais**

No Brasil, a Lei nº 13.123/2015 (BRASIL, 2015) estabelece as condições para o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados, e é atualmente o instrumento que regula a Convenção da Diversidade Biológica – CDB, legislação essa que revogou a Medida Provisória nº 2.186-16/2001, que permaneceu em vigor por 14 anos. E deu vigência e eficácia a muitas considerações acordadas e efetivadas no Protocolo de Nagoya, no entanto as obrigações assumidas pelo Brasil em relação a conservação são tratadas de forma bastante superficial.

Entre as principais definições estabelecidas na Lei 13.123/2015 (BRASIL,2015), estão as seguintes definições:

- Informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético.
- Acesso ao patrimônio genético – “pesquisa ou desenvolvimento tecnológico realizado sobre amostra de patrimônio genético”.
- Patrimônio genético – informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo desses seres vivos.
- Material reprodutivo – material de propagação vegetal ou de reprodução animal de qualquer gênero, espécie ou cultivo proveniente de reprodução sexuada ou assexuada e conhecimento tradicional associado.

A nova lei desonera e facilita a pesquisa científica envolvendo acesso ao patrimônio genético, ao substituir a autorização de acesso ao patrimônio genético, que era concedida pelo *Conselho de Gestão do Patrimônio Genético* (CGEN), por um simples cadastro no sistema.

Conforme disposições desta lei, em seu artigo 12, estarão sujeitos a cadastro:

- I - acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado dentro do País realizado por pessoa natural ou jurídica nacional, pública ou privada;
- II - acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado por pessoa jurídica sediada no exterior associada a instituição nacional de pesquisa científica e tecnológica, pública ou privada;
- III - acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado realizado no exterior por pessoa natural ou jurídica nacional, pública ou privada;

Ao instituir simples cadastro para tais atividades, a nova lei atende a antigas reivindicações de pesquisadores e instituições de pesquisas científicas, que consideravam o processo anterior extremamente burocrático e demorado. Outro ponto importante é a proteção aos conhecimentos tradicionais associados a biodiversidade. Trata-se de uma proteção conferida aos conhecimentos, inovações e práticas dessas comunidades relevantes e úteis à conservação da diversidade biológica.

Conforme evidenciado por Santilli (2015), tais comunidades têm ao longo de gerações, selecionado e manejado espécies com propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas, assim o direito a repartição justa e equitativa dos benefícios geradas pela utilização de seus conhecimentos tradicionais.

Além disso, a lei cria um fundo nacional de repartição de benefícios derivados do uso da sociobiodiversidade e prevê a destinação de seus recursos a iniciativas que promovam a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e beneficiem populações tradicionais que conservam tais recursos.

### **3.4 Patrimônio Material e Imaterial das Comunidades Tradicionais**

A Constituição da República de 1988 reconhece a importância dos bens imateriais, bastando que os mesmos sejam bens portadores de referência à identidade à ação e à memória dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira. As normas da Constituição Federal que protegem o bem cultural imaterial estão previstas nos artigos 215 e 216. O artigo 215 enuncia a defesa da cultura de modo amplo e genérico, citando a diversidade cultural como característica nacional e incentivando a valorização e difusão, tanto das manifestações culturais quanto do exercício dos direitos culturais.

Percebe-se o reconhecimento da diversidade que compõe o mosaico cultural do país, havendo diversos grupos que participaram do processo histórico nacional, dando cada um à sua contribuição para a formação da identidade nacional, destaca-se que essa diversidade ainda está presente graças às diversas populações tradicionais que, isoladas ou não, desenvolveram uma cultura peculiar que, muitas vezes, preserva, ainda hoje, tradições e costumes de seus antepassados. O artigo 216 conceitua o que é patrimônio cultural material e imaterial, além de definir alguns institutos jurídicos que podem ser utilizados para implementar essa tutela.

## **4 Considerações finais**

Os estudos realizados no respectivo capítulo explicitaram os pontos gerais e suas principais características das legislações supracitadas que se relacionam com os desafios, direitos e necessidades dos povos e comunidades tradicionais envolvidas com os elementos concretos da natureza como a terra, a água, os seres vivos e elementos abstratos da cultura e da tradição, da afetividade e da mística.

Constata-se que a história desses povos é reflexo de luta para preservação de seus territórios e sobrevivência das relações

seculares, sendo que reconhecer os seus direitos significa respeitar seus modos e qualidade de vida.

Evidencia-se que o termo território no contexto abordado transborda as definições clássicas concernentes à geografia e a delimitação física de uma nação, neste sentido reconhecendo-se que muitos povos ainda não possuem a posse de suas terras, evidenciando assim um alto risco à segurança dos povos, de sua cultura e seu conhecimento tradicional.

Considera-se o Decreto nº 6040/2007 como um passo importante para reconhecimento dos povos e comunidades tradicionais e seus direitos territoriais, como uma conquista, contudo extremamente insuficiente para garantir um olhar mais digno e justo da sociedade nacional sobre as comunidades tradicionais. São muito amplas as questões a serem debatidas, inclusive a partir da imensa sorte de distintas comunidades tradicionais, dentre as quais os indígenas, os quilombolas, os geraizeiros, as quebradeiras de coco de babaçu, os caiçaras, os ribeirinhos, os pescadores, os remanescentes de garimpos, seringais e moradores dos pantanais e fundos de pastos.

Diante de um contexto social, histórico e de construção política, este tema se faz extremamente complexo e nesta seara este trabalho pretende apenas contribuir para os aprofundamentos necessários para a proteção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Por fim, entende-se que a sociedade brasileira constituída de mais de 200 milhões de brasileiros, dos quais 5 milhões são integrantes de comunidades tradicionais precisa avançar muito para conseguir chegar ao nível de garantir o mínimo necessário e digno às suas populações, povos e comunidades tradicionais.

## Referências

- ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. **Revista Ambiente & Sociedade**, ano 2, n.5, p.79-92, 1999. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07>>. Acesso em 10/05/2018.

BRANDÃO, C.R. **A comunidade tradicional**. In Embrapa Livro Conhecimento Tradicional: Conceito e Marco Legal; Embrapa, Brasília, DF, 2015; p. 21-101.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 22 de Julho de 2018 às 23h e 25 min.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF: 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.123**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 07 de fevereiro de 2007. Brasília/DF: 2007.

**Convention on biological diversity**. 1992b. Disponível em: <<http://www.un.org/>>. Acesso em: 21 de julho., 2018.

MORAES, N. R. **As empresas e a responsabilidade social**. Dissertação de mestrado: Faculdade de História Direito e Serviço Social da UNESP/Franca. 2005. 255p

\_\_\_\_\_; CAMPOS, A.C.; MÜLLER, N.M.; GAMBA, F.B; GAMBA, M.F.D.D.F. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista Espacios**. Vol.38, nº12, 2017, p.17. Disponível em<<http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/a17v38n12p17.pdf>>. Acesso em 10/07/2018.

\_\_\_\_\_; CAMPOS, A.C.; MÜLLER, N.M.; GAMBA, F.B; GAMBA, M.F.D.D.F; BRAGA, W.R.O. O Conceito de Território dentro de Comunidades Tradicionais Brasileiras. **Revista Observatório**. Vol. 2, Especial 2, 2016. Disponível em<<http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/a17v38n12p17.pdf>>. Acesso em 11/07/2018.

**NAGOYA Protocolo**. in Access and Benefit-Sharing. 2015. Disponível em: <<https://wwwcbd.int/abs>> . acesso em: 22 de julho de 2018.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015.

SANTILLI, J. Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. In: RICARDO, F. (org.). **Terras indígenas & unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: ISA, 2004.

SANTILLI, J. **Biodiversidade, agrobiodiversidade e conhecimentos tradicionais associados:** o novo regime jurídico de proteção; Livro Conhecimento Tradicional: Conceito e Marco Legal; Embrapa, Brasília, DF, 2015; p. 230-287.

**SEPPPIR.** Secretaria Nacional de Políticas Públicas e Igualdade Racial. Disponível em < <http://www.seppir.gov.br/>>. Acesso em 10/03/2018.

SHIRAISHI NETO, J. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil:** declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007. p.09-17. Disponível em <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/DireitodospovosedascomunidadesradicionaisnoBrasil.pdf>>. Acesso em 10/03/2018.

VIEIRA, M.G. **Os direitos fundamentais das comunidades tradicionais:** crítica ao etnocentrismo ambiental brasileiro. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2014



## Capítulo 6

# Evolução histórica, direito e política pública territorial quilombola no Brasil

Historical evolution, right and public policy territorial descending african community in Brazil

*Bruno Ricardo Carvalho Pires*<sup>1</sup>

*Celenita Gualberto Pereira Bernieri*<sup>2</sup>

*Jardilene Gualberto Pereira Fôlha*<sup>3</sup>

*Nelson Russo de Moraes*<sup>4</sup>

*Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior*<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup>Especialista em Gestão de Projetos Sociais e Captação de Recursos (Faculdade Guarai – FAG/TO). Especialista em Docência do Ensino Superior (IESC/FAG). Graduado em Serviço Social (UNITINS). Graduado em Análise e Desenvolv. de Sistemas (Claretiano). E-mail: brunorradar@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4486436260171343> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8445-7179>

<sup>2</sup>Mestranda em Sustentabilidade e Povos Tradicionais (UNB). Especialista em Ciências Humanas e suas Tecnologias (FACINTER). Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar (AEDUC). Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (UFT). Graduada em Pedagogia (UNITINS) e Administração Pública (UFT). E-mail: celecpb@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6170335943768756> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6437-1538>

<sup>3</sup> Mestranda em Educação (UFT), Especialista em Gestão Pública (UFT), Especialista em Educação Infantil e Alfabetização (UCAM). Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão Escolar (Suldamérica). Graduada em Pedagogia (UFT). E-mail: jard-25@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7001380179976503> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7216-5232>

<sup>4</sup> Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Graduado em Administração (ITE/Bauru/SP). Especialista em Gestão Pública (Faculdade Guarai/TO). Especialista em Gestão de Programas e Projetos Sociais (ITE/Bauru/SP). Pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor da Faculdade de Ciências e Engenharia – FCE e do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (UNESP). Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (UFT). Líder do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (UNESP). Líder da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Comunidades Tradicionais – RedeCT. E-mail: nelsonrusso.unesp@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6708471420702848> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0159-9433>

<sup>5</sup> Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Mestre em Educação (UnB). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo, Educação e em História. Pós-doutorado em Ciências Sociais (UNESP). Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (UFT). Líder do Grupo de Pesquisa OPAJE – Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (UFT). E-mail: gilsonportouft@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8025807807825011> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5335-6428>

---

**RESUMO**

Este capítulo tem como objetivo comunicar o resultado de uma pesquisa que buscou sintetizar os direitos territoriais estabelecidos por legislações vigentes, bem como, uma análise das condições organizacionais e das políticas públicas de ação afirmativa a quilombolas. Nesta perspectiva, o estudo está organizado em três eixos: a legitimação histórica dos direitos fundamentais de territórios, garantidos com a política pública para quilombolas; o contexto da operacionalização dos territórios a partir das organizações; e a conjuntura da política de ações afirmativas territoriais em movimento. Para tanto, a pesquisa se concretiza, como um estudo teórico-bibliográfico, por levantar nas teorias e bibliografias elementos que embasam e complementam os dados a refletir na mesma. Definida por uma abordagem qualitativa descritiva, crítica e reflexiva, que concretiza um estudo de análise, registro e interpretação crítica dos fatos, com a finalidade de descrever, contextualizar e averiguar os sistemas técnicos e/ou fenômenos. Utilizou-se como instrumentos para coletas de dados: o levantamento bibliográfico e documental. A pesquisa aponta que todo um arcabouço jurídico que foi aprovado e vem sendo estabelecido para garantir aos remanescentes quilombolas os seus territórios, não tem se efetivado na prática, visto que, em algumas etapas do processo, o Estado não tem empenhado forças para fazer cumprir o que as legislações garantem, demonstra-se moroso e com uma frágil capacidade administrativa e orçamentária.

**Palavras-chave:** Evolução Histórica. Direito. Política Pública Territorial. Quilombolas

**ABSTRACT**

This chapter aims to communicate the results of a research that sought to synthesize the territorial rights established by current legislation, as well as an analysis of the organizational conditions and public policies of affirmative action to ex-slaves. In this perspective, the study is organized in three axes: the historical legitimation of the fundamental rights of territories, guaranteed with the public policy for descending African Community (quilombola community); the context of the operationalization of territories from the organizations; and the conjuncture of the policy of affirmative territorial actions in motion. The research was carried out as a theoretical-bibliographic study in order to collect theories and bibliographical elements that base and complement the data to be reflected in it. Defined by a qualitative, descriptive, critical and reflexive approach, which materializes a study of analysis, recording and critical interpretation of the facts, with the purpose of describing, contextualizing and ascertaining the technical systems and / or phenomena. The as instruments for data collection were the bibliographical and documental research. The research indicates that a whole legal framework that has been approved and has been established to guaranteed the remaining descending African Community (quilombola community) and their territories has not been actually implemented, since in some stages of the process, the State has not committed forces to enforce the rights guaranteed by legislation. The government is slow administratively and budgetarily fragile in its capacity.

**Keywords:** Historical Evolution. Right. Territorial Public Policy. Descending African Community. Quilombola Community<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Existe dificuldade para a tradução correta do termo “quilombola”. Os autores optaram por utilizar o termo “descending african community”. Refere-se às comunidades formadas pelas pessoas (que violentamente trazidas do continente africano para o trabalho escravo, dentre outros na América) que conseguiram fugir da escravidão formando tais comunidades, onde estruturaram territórios e resgataram cultura e tradição de suas origens.

## 1 Introdução

Este estudo é o resultado de uma pesquisa acerca do objeto, que traz a dinâmica entre as legislações e a operacionalização da política de território estabelecida para as comunidades quilombolas e suas organizações. Em decorrência de reflexões bibliográficas e de abordagens teórica interdisciplinar com o estilo metodológico conveniente das áreas da história, antropologia e sociologia.

Para este estudo, objetiva-se uma síntese dos direitos territoriais estabelecidos por legislações vigentes, bem como, uma análise das condições organizacionais e da política públicas de ação afirmativa a quilombolas.

Do ponto de vista teórico da pesquisa, trata de propor o pensamento marxista (1818), que necessariamente se menciona por ter desenvolvido para além de outros escritos, as teorias políticas que basearam de reflexões sociais e classistas, se originando como mola propulsora de formação dos principais grupos políticos que historicamente construíram o pensamento da esquerda pelo mundo, a auxiliar nas técnicas sociais formadas para o desenvolver humano, com aspectos materialistas de um produzir categórico do organismo real da sociedade.

No mesmo sentido, estes caminham num sincretismo processual teórico, a concretizar outro pensamento social pós-guerra proposto pela *Escola de Frankfurt* (1924), em que se permitiu reformular reflexões contemporâneas. Neste, *Ferdinand Tönnies* (TÖNNIES, 1947) traz como dualismo científico no discurso quanto à histórica diferenciação entre sociedade e comunidade, quais exprimem em vontades distintas que refletem como arbítrio e também na perspectiva da organicidade social constituída pela cooperação. Circunscrito no exigir do etnodesenvolvimento compreendido por Stavenhagen (1985), a partir da emancipação endógena que mantém a experiência histórica do local valorizando o sociocultural das comunidades, contudo, a sua etnicidade moderna de um grupo social. Sustentado pelo contemporâneo Raffestin

(1993), que as comunidades fomentam o etnodesenvolvimento por subsistência do familiar e comunitário.

Assim, avalia-se que o etnodesenvolvimento em comunidades quilombolas se faz em meio à limitações e potencialidades quais neste ocasiona de se firmar em três colunas: o território, as organizações e as políticas públicas. Em que Escobar (1999) utiliza um símile para fazer mais compreensível à relação interativa entre essas três categorias: um “tripé” fixado ao solo é capaz de sustentar uma estrutura qualquer, sempre e quando nenhum dos “três pés” que o sustentam falhar; do contrário, o objeto assegurado pode cair.

Os quilombos no Brasil atualmente, que somam mais de 6 (seis) mil segundo a Coordenação Nacional de Quilombolas – CONAQ (2018), representam os símbolos expressivos da resistência, que entram pelo século XXI e apresentam-se como movimento que, a partir dos seus critérios de pertença, trilham metas comuns em busca da garantia dos seus direitos. Contemporaneamente, a pauta central dos quilombolas se estrutura sobre as questões acerca da implementação de seus direitos territoriais. Nota-se que o modelo de terras coletivas se conflita com o modelo da sociedade nacional, pautado sobre a propriedade privada sendo a única forma de acesso à terra, segundo a Lei das Terras (1850).

Para a fundamentação do que compreende a complexa relação social entre o estado e as comunidades tradicionais de quilombolas, a partir das questões públicas, e em especial as políticas afirmativas analisadas neste contexto de território. O que será discutido a partir de Almeida (2004), Little (2002), Raffestin (1993), Abramovay (2000); também opta-se por Moehlecke (2002), enquanto tratar da política pública; sobre as comunidades tradicionais com Moraes et al (2017) e Sarmento (2008), por fim aportando-se a Boaventura de Souza Santos com a sociologia das ausências (SANTOS, 2002).

Esta pesquisa se concretiza, como um estudo teórico/ bibliográfico e metodológico, por levantar nas teorias e bibliografias elementos que embasam e complementam os dados a refletir na mesma, desde quando se fez a escolha do assunto e depois foi necessário determinar a metodologia apropriada para contemplar o tema, definindo por uma abordagem qualitativa/descritiva, que concretiza um estudo de análise, registro e interpretação dos fatos sem a interferência do pesquisador, com a finalidade de descrever, contextualizar e averiguar os sistemas técnicos e/ou fenômenos. De acordo com Lakatos e Marconi (2002, p. 195):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc., rádio, gravações em fita magnética e audiovisual: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas. (LAKATOS e MARCONI, 2002, p.195)

Utiliza-se um conjunto de processos para a obtenção dos dados que congregam com as perspectivas históricas, antropológicas e sociológicas de Tönnies (1947) e demais teóricos e autores envolvidos na investigação. Quando empregada como procedimentos, a pesquisa documental em legislações e bibliográficas valendo-se de fontes de dados e informações, em teses, livros, publicações, relatórios e dissertações, quais procurou descrever, contextualizar e averiguar da maneira mais adequada para atender as necessidades da pesquisa.

Contudo, esta pesquisa está organizada em uma introdução que contextualiza o objeto com o objetivo geral, a justificativa e a fundamentação teórico/ bibliográfica e metodológica adotada. Os três eixos em desenvolvimento onde o primeiro descreve a

legitimação histórica dos direitos fundamentais de territórios, garantidos com a política pública para quilombolas; o segundo contextualiza a operacionalização dos territórios a partir das organizações e no terceiro eixo, averigua a conjuntura da política territorial em movimento. Para concluir com os resultados das discursões e considerações de uma análise crítica da pesquisa.

## **2 Direitos fundamentais**

### **2.1 Legitimidade, direitos e legislações**

O território abrange as identidades coletivas de um povo, composto por saberes, culturas, hábitos, relações de parentesco, símbolos, costumes, representações e tradições que definem o modo de vida e de pertencimento. Neste caso, o sentido de território é para além do conceito de terra, pois, a terra é o recurso natural, enquanto o território perpassa pelos vínculos sociopolíticos, abarcando o espaço físico mais a identidade.

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p 08).

**A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas** – CONAQ traz que o território remanescente de comunidade quilombola se constitui em uma estruturação das conquistas do grupamento afro descendente, por decorrência de sua história.

Territorialidade é definido “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma

parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (LITTLE, 2002, p.03), neste mesmo sentido, Almeida (2004) afirma que o território se atém aos critérios intrínsecos de mobilização e enfatiza o fator que enuncia a disputa e o conflito.

O processo de construção do território das comunidades remanescentes de quilombos muitas das vezes são permeados por conflitos, os confrontos com grileiros, mineradoras empresas de agropecuária, extrativismo, imobiliárias, entre outras, que impedem ou retarda a demarcação e titulação do território. Sobre esta discussão Sarmiento (2008) a situação básica é por vezes insuficiente à vida dos quilombolas, afinal até que se resolva (por meio do Estado) a situação territorial da comunidade, sua permanência é de alto risco de conflito fundiário.

***Raffestin (1993) defende que a territorialidade seja mais que uma simples relação homem-território, argumenta que para além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens. Assim sendo, a territorialidade seria "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema". Enquanto Almeida (2004) explica que a caracterização funciona como uma identificação pautada em laços solidários e de ajuda mútua que trazem regras estabelecidas sobre um campo comum.***

Alguns dispositivos legais importantes já foram conquistados para legitimar o direito ao território das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil, conquistas estas, que demandaram anos de lutas para serem reconhecidas.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, representou um significativo avanço, sendo um marco incontestável na história de luta dos remanescentes quilombolas, quando preceitua em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o direito à titulação das terras das comunidades dos remanescentes de quilombos. “Aos remanescentes das comunidades quilombolas

que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p.75). Fundamentado neste texto constitucional, os remanescentes quilombolas, povo historicamente rejeitados e omitidos, contempla a viabilidade de usufruir dos seus direitos enquanto cidadão.

**O art. 215 da CF/88 garante os direitos culturais, apoia e incentiva as manifestações culturais, o que preserva e retrata a cultura dos remanescentes do povo africano que colonizou a terra brasileira.**

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV democratização do acesso aos bens de cultura;
- V valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 1988)

**Direitos esses, que ainda são descumpridos devido a herança histórica desfavorável em relação ao poder, esse contexto de desigualdade influencia negativamente nos direitos culturais, sociais e territoriais de alguns grupos de cidadãos. O Poder Público é responsável por promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro e suas manifestações. As comunidades remanescentes de quilombos fazem parte deste patrimônio, cultura que permitem aos sujeitos expressar seus valores e princípios.**

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988)

A cultura e a identidade das comunidades tradicionais estão interligadas com o espaço territorial no qual vivem. A identidade por sua vez, é constituída por uma cultura homogênea, valores e tradições socialmente vivenciados e compartilhados. Sarmento (2008) explica que para as comunidades tradicionais, a terra traz em si uma significação diferente daquela estabelecida na sociedade nacional. Não se tratando apenas de um lote com benfentorias ou com reservas naturais, mas carrega-se alí a ancestralidade daquele povo.

A Carta Magna não fez diferenciação entre os grupos que constituem a sociedade brasileira. Considerando que a povo sofreu grandes influências de várias etnias na sua constituição, processo que contribuiu para constituição das múltiplas culturas e etnias. Trata-se de um arranjo de princípios que garante os direitos fundamentais de todos aos cidadãos do Estado Democrático de Direito Brasileiro, conforme preconiza em seu art. 5º que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País

a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade ” [...] (BRASIL, 1988, p.9). Quando a **CF/88** trata do direito à propriedade, liberdade e cultura, reconhece os direitos subjetivos assegurados aos remanescentes de quilombolas como direitos fundamentais à terra, à livre afirmação da identidade e à cultura.

A partir de 2001, a Medida Provisória nº 2.216-37 estabelecia o Ministério da Cultura como órgão responsável para a delimitação das terras quilombolas, enquanto a MP nº 2.216-37 atribuiu à Fundação Cultural Palmares a responsabilidade de identificação dos grupamentos que se enquadram como remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a realização do trabalho de reconhecimento, delimitação e mesmo de demarcação das terras para instrumentalizar a sua titulação. Em 2003, por meio do art. 27, VI, da Lei nº 10.683, foi estabelecido novamente a competência do Ministério da Cultura para a “...delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinação de suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto”. No mesmo ano em novembro de 2003, foi publicado o Decreto nº 4.883, o qual transferiu a competência da delimitação das terras do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**O Decreto nº 4.887/2003, foi aprovado como a norma regulamentadora** e representa um avanço significativo nos direitos dos remanescentes quilombolas, visto que, estabeleceu um critério novo, a auto identificação, para identificar os remanescentes de quilombos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA ficou com a atribuição de “ identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e promover a desintrusão, a titulação e o registro dos territórios pertencentes aos remanescentes das comunidades quilombolas no País”. (BRASIL, 2003)

De acordo com o do Decreto 4.887/2003, no art 2º as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são aquelas utilizadas para garantia de sua reprodução física, social,

econômica e cultural. Tal caracterização legal abrange não só a assim chamada ocupação efetiva atual, mas também o universo das características culturais, ideológicas, valores e práticas dessas comunidades. Dessa forma, um território se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida da configuração sociológica, geográfica e histórica que os membros da comunidade construíram ao longo do tempo, em sua vivência sobre a mesma. Assim sendo, um território seria um ente que sobrepõe a terra e a carga simbólica agregada a mesma, a partir de seu uso pleno e continuado pela ação de um determinado grupo humano.

Ressalta-se a existência da **Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho** (1989), sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e promulgada pelo Presidente da República, por meio do Decreto nº 5.051/2004. O presente Decreto, no seu art. 14, estabelece:

Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes. (BRASIL, 2004)

As normativas do Decreto nº 5.051, dedica para concretizar o direito de propriedade dos quilombolas, o qual é classificado como fundamental. “Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse”, os governos ainda, “deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados” (BRASIL, 2004). Enquanto o Decreto nº 6.040, publicado em 2007, instituiu a Política Nacional

de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que tem como um dos seus objetivos específicos “garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica”. (BRASIL, 2007)

Todo o arcabouço jurídico que vem sendo estabelecido, tem o objetivo de garantir aos remanescentes quilombolas os seus territórios, e consequentemente a identidade e a preservação cultural.

Neste contexto social complexo, as comunidades de maneira geral e as tradicionais em específico vieram, ao longo dos séculos perdendo seus espaços geográficos e observando a dissolução de seus traços culturais diante da força dos elementos advindos da sociedade, por sua vez (de maneira geral) pautada no individualismo e no consumo. O desafio estabelecido então é ampliar a base teórica trazendo aportes significativos para que possam ser constituídas pilstras legítimas de sustentação de planos locais de desenvolvimento sustentável que prime, para além da delimitação de espaços Físicogeográficos, que também sustente a identidade e a preservação cultural dos povos e comunidades tradicionais. (MORAES; CAMPOS; MÜLLER, GAMBA; GAMBA, 2017, p.02)

O território tem um significado muito especial para as comunidades tradicionais, o espaço físico da propriedade onde viveram seus antepassados, e desenvolvem seus costumes e suas manifestações culturais, que constroem e reforça a identidade do grupo. Nesta perspectiva, retirar-lhes o espaço físico do território e colocá-los em outro lugar, não faria sentido algum, já que, este novo espaço não possui a mesma vivacidade e história para remanescentes quilombolas. Schmit; Turrati e Carvalho (2002) afirmam que não é qualquer terra que interessa as comunidades quilombolas, mas o território no qual mantiveram alguma autonomia cultural, social e a sua autoestima.

De acordo com Sarmento (2008) ao proibir o direito à terra, o grupamento humano corre sérios riscos de ser dissolvido na sociedade nacional, perdendo-se sua ancestralidade e todo campo de

seu conhecimento tradicional. Muito mais que isso, pode-se aproximar de processos antropológicos de etnocídio, decorrendo daí a compreensão de que o direito à terra é básico à vida dos quilombolas.

## **2.2 Contexto das organizações públicas e da sociedade civil organizada**

A questão racial no Brasil teve origem no período colonial, isso quando se volta aos estudos históricos mais conhecidos dentro da escolarização as quais se tem acesso nas disciplinas durante as primeiras fases de estudo da vida. Seguindo esse raciocínio pelo menos de que todos teriam que ter acesso e oportunidade de desvelar estudos sobre histórias das nações e da humanidade, pode-se lembrar que devido ao fator cor da pele muitas pessoas não tiveram acesso à formação estudantil e conseqüentemente a essas informações. Os retratos disso estão nos noticiários constantes nas diversas mídias, dissemina que a menor escolaridade e acesso ao ensino de qualidade marcam a necessidade de políticas públicas específicas para população negra, não somente na educação, mas sim um leque de serviços de inclusão social precisa ser instituídos até o ponto que abarque de fato ações afirmativas que corrijam as desigualdades raciais que se acumularam ao longo dos anos.

Notoriamente é de comum consenso da população brasileira que a desigualdade entre pessoas de diferentes tons de pele, herança da escravidão, é um dos piores problemas sociais do País, ou seja, a conscientização tem surgido esporadicamente, mas possivelmente interesses da que pode-se denominar de atual “buguesia” tenta intimidar as manifestações existentes de luta pela igualdade racial. Situação que é antiga, persistente e pouco combatida pelo poder público que não é eficiente nas intervenções, e os indivíduos continuam sofrendo os efeitos do racismo e da discriminação em todos os ambientes da sociedade.

As desigualdades raciais abarcam fenômenos sociais de diferentes dimensões intrinsecamente relacionadas, mas ao mesmo tempo constituem esferas distintas de observação. Nesse ínterim urge a necessidade dos ideários em favor das lutas contra a discriminação e acesso igualitário a oportunidades, dentre outros, que se organizarem enquanto organismos públicos e privados em prol de Pesquisas e Desenvolvimento que embase as legislações que possam beneficiar as diferentes raças que compõem a sociedade mística brasileira.

### **2.2.1 Organizações Públicas**

Quando se trata de política pública territorial para remanescentes quilombolas, as organizações públicas responsáveis diretamente por efetivar estas políticas são: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Fundação Cultural Palmares - FCP e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

A SEPPIR afirma que situação agrária no Brasil é alvo direto de interesses governamentais e não governamentais desde o século passado. Em 1982 inicia-se alguns movimentos marcantes pela criação do MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir do decreto nº 87.457/82 que regulamentou Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF). Dezoito anos depois houve a instituição do MDA pelo decreto nº 3.338/2000 posteriormente revogado pelo decreto nº 4.723/03 mas que manteve o ministério com mesmo nome e definiu suas competências.

Após o desmonte político partidário estabelecidos a partir de 2016, uma das mudanças foi a [Medida Provisória nº 726 \(12/05/2016\) alterou e revogou](#) os dispositivos da Lei nº 10.683 (28/05/2003), que trouxe a re-organização da Presidência da República e dos Ministérios, extinguindo o MDA e transferindo suas responsabilidades para o Ministério do Desenvolvimento Social que passa a ser MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Já o Decreto nº 8780 (2016) transferiu as

competências do MDA, anteriormente do MDS, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, dentro da Casa Civil da Presidência da República.

O emaranhado **que inclui elementos importantes como o conhecimento tradicional, sua cultura e seus hábitos** na primeira área ou nível organizacional que é a família, como também por fazer parte de uma sociedade da qual é membro pode ser denominado de cultura no seu sentido amplo da palavra e/ou significado. No Brasil reconhece-se a autonomia e a importância desta área fundamental legalmente desde 1985 pelo decreto nº 91144/85 que regulamenta o Ministério da Cultura e futuramente a Lei 8490/92.

Inicia-se com uma breve síntese sobre a cultura e sua conceituação teórica e legal, para nos remeter ao surgimento da Fundação Cultural Palmares que se organiza atualmente dentro do organograma do Ministério da Cultura. A FCP foi fundada em 1988 cuja atuação e mister é voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira. (BRASIL. Ministério da Cultura, 2018)

O trabalho desenvolvido também pela Fundação Palmares é diretamente relacionado com o reconhecimento da identidade afro descendentes, como por exemplo sendo referência no apoio e difusão da Lei 10.639/03, obriga o ensino da História da África e Afro-brasileira nas suas escolas.

Criado pelo Decreto nº 1110, de 9 de julho de 1970 o INCRA é uma autarquia da administração federal, cujo a razão prioritária de existência é mesclada em realizar a reforma agrária. O INCRA atua com 5 (cinco) diretrizes estratégicas de implementação da reforma agrária que são disciplinadas legalmente. Sem delongas o que é importante enfatizar é que a quinta diretriz é a **titulação dos territórios quilombolas e regularização fundiária, onde implementa** a regularização fundiária das terras quilombolas.

### 2.2.2 Sociedade Civil Organizada

A sociedade civil organizada brasileira tem sido uma das importantes possibilidades políticas que sobretudo desempenha uma importante função de fomentar a democracia participativa. Assim, a partir da criação e estruturação de novos espaços organizacionais de participação e de luta política, fortaleceu-se o espaço público de participação social.

Frente a sociedade civil organizada que possibilita a participação da sociedade na política pública territorial para remanescentes quilombolas, destacam-se: a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), as Coordenações Estaduais e as Associações Comunitárias. Estas organizações civis, entre outras, mobilizam a participação cidadã para conquistar e efetivar direitos. Neste sentido Serafim e Moroni (2009) descreve sobre os canais de participação da cidadania:

As tensões e resistências das elites no poder com relação aos canais e instrumentos de participação cidadã nos levam a pensar na necessidade de aprofundamento desses canais e de criação de novas institucionalidades, a fim de que as aspirações previstas em leis sejam realmente concretizadas e a prática da participação cidadã seja incorporada tanto por aqueles que lutam por incidir nas políticas públicas, quanto por aqueles que são chamados a representar o povo nas instituições de Estado, bem como pelo conjunto da sociedade. (SERAFIM e MORONI, 2009, p. 83)

A CONAQ foi criada em 1996, representa grande maioria dos quilombolas do Brasil e tem como objetivo mobilizar as comunidades nos vários Estados da Federação. Atua na defesa das causas quilombolas, promove um amplo debate sobre os procedimentos de regularização de territórios quilombolas e participa das discussões de construção das legislações que contempla os interesses do grupo. Os objetivos da CONAQ são: defender a garantia do território para o uso coletivo, defender a criação de projetos de desenvolvimento sustentável, articular

políticas públicas relacionadas aos quilombolas; lutar por uma educação de qualidade que valorize os conhecimentos tradicionais dos quilombos; fomentar o protagonismo e a autonomia das mulheres quilombolas; incentivar a permanência do jovem no quilombo.

As coordenações desenvolvem um trabalho de defesa dos direitos e interesses das associações e das comunidades remanescentes de quilombos. Nos Estados, as coordenações, fomenta o movimento quilombola, com debate que fortalece a pluralidade étnica do país, oferece assessoria referentes às demandas das Associações e as Comunidades Quilombolas junto aos órgãos públicos.

As Associações Comunitárias têm como objetivo organizar e centralizar forças de uma determinada comunidade para representar de maneira mais eficaz os interesses comuns, além de buscar estratégias para desenvolvimento da comunidade e resolução de problemas e conflitos. Sendo assim, a associação busca ser um instrumento que promova a participação democrática dos membros em debate sobre os territórios que promova a sustentabilidade do povo da cultura quilombola praticada nas comunidades. A associação surge diante da necessidade de organizar socialmente um grupo de indivíduos que já existe, “um corpo comunitário existiria muito antes da constituição social de indivíduos e seus fins, ainda que isso não implique sua restrição a tais condições sócio genéticas” (TÖNNIES, 1947, p. 45).

Nas comunidades quilombolas as associações têm como responsabilidade central, a busca da formalização ou legitimidade da existência da comunidade quilombola para que a mesma tenha acesso aos projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. A Associação enquanto sociedade civil, pessoa jurídica sem fins lucrativos, organiza o processo de regularização do território, sendo que, o primeiro passo é solicitar a Fundação Palmares a emissão da Certidão de Autorreconhecimento. Depois, sob solicitação da associação, compete ao INCRA o levantamento

territorial e os demais estudos antropológicos e históricos, para finalizar o processo de demarcação e titulação das terras.

### **2.3 A conjuntura da implantação de políticas de ações afirmativas territoriais**

Na sociedade brasileira, as ações afirmativas fazem parte dos compromissos de enfrentamento da herança histórica de escravidão, segregação racial e racismo contra a população negra, instituindo nossos planos para o desenvolvimento sócio comunitário.

A Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), órgão que atua na elaboração de políticas de ações afirmativas, define ações afirmativas como políticas públicas feitas pelo governo ou pela iniciativa privada com o objetivo de corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade, acumuladas ao longo de anos. Busca oferecer igualdade de oportunidades a todos (SEPPPIR, 2018). Assim, destaca o órgão que as ações afirmativas podem ser de três tipos: 1) aquelas que objetivam a reversão da representação negativa dos negros; 2) aquelas que promovem a igualdade de oportunidades; 3) aquelas que primam por combater o preconceito e o racismo.

As ações afirmativas são constitucionais e políticas essenciais para a diminuir as desigualdades e discriminações na sociedade brasileira, decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que fortalece o trabalho de enfrentamento, sobre isso, desataca-se que:

As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (BARBOSA, 2012, p.1)

De acordo com a SEPPIR as ações afirmativas sustentam-se sobre o conceito de equidade expresso na constituição, que impele a sociedade ao igual tratamento entre todos. Neste sentido as ações afirmativas não são benefícios, mas se fazem necessárias quando percebem-se injustiças históricas sobre um determinado grupo humano. Nesta perspectiva, Moehlecke (2002) escreve que a ação afirmativa traz à tona o contexto de discriminação e de desigualdade e a partir daí gera importantes políticas que produzem medidas sociais, econômicas, políticas ou culturais em prol destas comunidades ou grupamentos humanos.

Além do governo, a iniciativa privada e as organizações sociais sem fins lucrativos também atuam no processo das políticas de ações afirmativas, trabalham muitas das vezes juntos, forma complementar ou de suporte ao governo. As ações afirmativas são políticas públicas necessárias, no entanto, tem gerado preconceitos por parte de cidadãos e setores da sociedade, para compreender sua necessidade é preciso conhecer e entender o contexto histórico social do país.

Ao debater as políticas territoriais para os remanescentes quilombolas é fundamental realizar uma retrospectiva histórica do Brasil colonial e compreender como o processo de escravidão gerou desigualdades sociais que permanecem impedindo muitos cidadãos remanescentes de quilombos a ter acesso ao direito à titulação de suas terras. No contexto atual, a principal luta dos quilombolas se volta para a implementação de seus direitos territoriais.

A luta pelo direito ao acesso e permanência nas terras negadas historicamente não diminui devido o reconhecimento formal desse direito, uma vez que, o processo da efetiva titulação de terras é lento. A CONAQ (2018) contabiliza mais de 6.000 comunidades quilombolas no Brasil, a Fundação Cultural Palmares (2018) já emitiu certificação para 3.041 comunidades, enquanto a titulação definitiva expedida pela INCRA (2018), totaliza apenas 323 títulos. Conforme os dados, observa-se que muitas comunidades quilombolas brasileiras enfrentam

dificuldades para ter acesso a titulação definitiva do seu território, mesmo diante das legislações que asseguram o direito.

### **Considerações finais**

Observa-se que nem todas as colunas do tripé: território, as organizações e as políticas públicas, oferece sustentabilidade ao desenvolvimento das comunidades quilombolas quais tem desempenhado suas atribuições para cumprir os direitos garantidos pelas legislações.

Em linhas gerais, não há novidades em discutir os direitos territoriais dos quilombolas brasileiros. Historicamente o povo quilombola se constituiu na ilegitimidade dos direitos, desde quando, pela primeira vez foi usurpado o direito de permanecer em seus territórios de origem e largados em condições sub-humanas. Tudo em razão deste escrupuloso modelo hegemônico, que se baseiam estruturalmente no poder. Dados um tempo, alguns direitos constitucionais foram adquiridos.

A pesquisa aponta que todo um arcabouço jurídico: **Convenção nº 169 da OIT** (1989), Constituição Federal de 1988, Decreto 4.887/2003, Decreto nº 5.051/2004, Decreto nº 6.040/2007 entre outros, foram aprovados e vêm sendo estabelecidos, para buscar garantir aos remanescentes quilombolas os seus territórios, e conseqüentemente a identidade e a preservação cultural. No entanto, ao analisar a quantidade de territórios titulados e entregues às Comunidades, observa-se que o Estado não tem empenhado forças para fazer cumprir o que as legislações garantem aos povos quilombolas e demonstra ter uma frágil capacidade administrativa com limitações administrativas e orçamentárias.

O processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, se torna, em sua grande maioria um procedimento moroso, pois, se faz necessário percorrer várias etapas para conquistar o documento da terra. A demarcação e a titulação

das terras se tornam as etapas mais demoradas, porque envolve outros fatores, sendo: conflitos com ocupantes das terras requeridas, carências dos órgãos que efetiva a política. Estes obstáculos afetam de maneira significativa o reconhecimento, a efetividade dos direitos étnicos pela propriedade definitiva, bem como, a sustentação dos saberes e práticas socioambientais, baseadas nas diversas atividades da produção comunitária de subsistência e da afirmação identitária nas inúmeras culturas dos territórios quilombolas.

Resta concluir que a conjuntura atual revela, que os atuais representantes e responsáveis de propor organismos legais e a implementação dos projetos e programas de afirmação, ao contrário, em sua maioria, tem contribuído para invalidá-lo. A subentender que nesta complexa relação de sociedades e comunidades, o poder ainda é limitado numa hegemonia. Obrigando-nos a questionar sobre qual a justificativa da existência das organizações e políticas públicas de afirmação, se não o amparo ou reparo das minorias.

## Referencias

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios:** repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada. v. 4, nº 2, abril/junho. São Paulo: USP, 2000.
- ALMEIDA, A.W. **Terras tradicionalmente ocupadas:** processos de territorialização e movimentos sociais. 2004. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&pid=S0104...lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0104...lng=en)>. Acesso em: 17 de julho de 2018.
- BARBOSA GOMES, Joaquim. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas.** Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/o-debate-constitucional-sobre-as-acoes-afirmativas-por-joaquim-barbosa/> >. Acesso em: 22 de março de 2018.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.051**, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm)>. Acesso em: 16 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária - INCRA**. Perguntas e Respostas. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>>. Acesso em: 12 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.683** 28 de maio de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/10.683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.683.htm)>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **[Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850](#)**. Dispõe sobre as terras devolutas do império. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/LEIS/Lo601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/Lo601-1850.htm)>. Acesso em: 19 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória 2.216-37**, de 31 de agosto de 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2216-37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2216-37.htm)>. Acesso em: 17 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/sobre-a-seppir/a-secretaria/>>. Acesso em: 12 de julho de 2018.

Fundação Cultural Palmares. Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's). Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos

(CRQs). Disponível em <http://www.palmares.gov.br/file/2017/06/CERTID%C3%95ES-EXPEDIDAS-%C3%80S-COMUNIDADES-REMANESCENTES-DE-QUILOMBOS-12-06-2017.pdf> Acesso em: 10 de julho de 2018.

Coordenação Nacional de Quilombolas CONAQ. **Nossa história**. Disponível em: [< http://conaq.org.br/nossa-historia/>](http://conaq.org.br/nossa-historia/) . Acesso em: 16 de julho de 2018.

CHMITT, A.; TURATTI, M.C.M. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Revista Ambiente e Sociedade**. Ano 5. n°10, (1ºsem.2002) Campinas/SP, 2002. Disponível em <<http://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/A%20ATUALIZA%C3%87%C3%83O%20DO%20CONCEITO%20DE%20QUILOMBO.pdf>> . Acesso em 10/04/2018

ESCOBAR, A. **O fim da selva: natureza, cultura e política na antropologia contemporânea**. Cerec. Instituto Colombiano de Antropologia. Santafé de Bogotá, 1999.

GOMES, J.B. O Debate Constitucional sobre as ações afirmativas por Joaquim Barbosa. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-debate-constitucional-sobre-as-acoes-afirmativas-por-joaquim-barbosa/>> . Acesso em: 12 de julho de 2018.

LITTLE, P.E. 2002. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Rio de Janeiro: Anuário Antropológico. Disponível em <[http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003\\_paullittle.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paullittle.pdf)> . Acesso em 12/04/2018.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MOEHLECKE, S. **Ação afirmativa: história e debates no Brasil**. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 2002.

MORAES, N.R.; CAMPOS, A.C.; MÜLLER, N.M.; GAMBA, F.B; GAMBA, M.F.D.D.F. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista Espacios**. Vol.38, n°12, 2017, p.17. Disponível em <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/a17v38n12p17.pdf>> . Acesso em 10/07/2018.

MORAES, N.R.; CAMPOS, A.C.; MÜLLER, N.M.; GAMBA, F.B; GAMBA, M.F.D.D.F; BRAGA, W.R.O. O Conceito de Território dentro de Comunidades Tradicionais Brasileiras. **Revista Observatório**. Vol. 2, Especial 2, 2016. Disponível em <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/a17v38n12p17.pdf>>. Acesso em 11/07/2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Revista Geographia**. Ano 1, n.1,1999. Disponível em: <<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/2/2/>>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. número 63, pág. 237-280. Ano 2002. Disponível em < <https://journals.openedition.org/rccs/?lang=es> > . Acesso em 14/04/2018.

SARMENTO, D. **A garantia do direito à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação**. [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-quilombos/legislacao-1/pareceres/Dr\\_Daniel\\_Sarmento.pdf](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-quilombos/legislacao-1/pareceres/Dr_Daniel_Sarmento.pdf)

SCHMIT, A.; TURRATI, M.C.M.; CARVALHO, M.C.P. Atualização no conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Revista Ambiente e Sociedade**. Ano V. n.10. 1ºsem 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n10/16889.pdf>>. Acesso em 14/05/2018.

SERAFIM L.; MORONI, J.A. **Sociedade civil e novas institucionalidades democráticas na América Latina**: dilemas e perspectivas/organizadores. São Paulo: Instituto Pólis e INESC, 2009. 288 p. Disponível em:< <http://www.polis.org.br/uploads/954/954.pdf> > Acesso em: 16 de julho de 2018.

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento**: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Armário Antropológico 4. Rio de Janeiro; Tempo Brasileiro, 1985.

TÖNNIES, F. **Comunidad y sociedad**. Buenos Aires: Ed. Losada, 1947.

# Capítulo 7

## Cooperação para o desenvolvimento via responsabilidade social empresarial: estudo da parceria entre o banco HSBC e a comunidade tradicional de geraizeiros da matinha (Guaraí – Estado do Tocantins – Brasil)

Cooperation for development via corporate social responsibility: study of  
the partnership between the HSBC bank and the traditional community of  
Geraizeiros da Matinha (Guaraí - State of Tocantins - Brazil)

*Caroliny dos Santos Hamada*<sup>1</sup>

*João Augusto Rodrigues*<sup>2</sup>

*Allan Rodrigues dos Santos Marques*<sup>3</sup>

*Stéphanie Cetímia Mariotti Ruiz*<sup>4</sup>

*Suzana Gilioli da Costa Nunes*<sup>5</sup>

*Nelson Russo de Moraes*<sup>6</sup>

---

<sup>1</sup> Graduanda no curso de Administração pela FCE/UNESP. Vinculada ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS/FCE/UNESP. E-mail: caroliny.hamada@unesp.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0232377290532304>

<sup>2</sup> Graduando no curso de Administração pela FCE/UNESP. Vinculado ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS/FCE/UNESP. E-mail: joaorodriguesepmk@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4090301852187989>

<sup>3</sup> Graduando no curso de Administração pela FCE/UNESP. Vinculado ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS/FCE/UNESP. E-mail: allatupan@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7225722615640780>

<sup>4</sup> Graduada no curso de Administração pela FCE/UNESP. Vinculada ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS/FCE/UNESP. E-mail: stephanimariottiruiz1234@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7648617361704213> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0468-3198>

<sup>5</sup> Doutora em Administração (Mackenzie). Mestre em Gestão da Qualidade (UNICAMP). Bacharel em Administração (PUC/GO). Pós-doutora pela UNESP. Docente do mestrado em Gestão de Políticas Públicas (UFT) e do bacharelado em Administração (UFT). Email: suzanagilioli@yahoo.com.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0463372631179918> ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3173-2998>

<sup>6</sup> Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA). Mestre em Serviço Social (UNESP). Graduado em Administração (ITE/Bauru/SP). Especialista em Gestão Pública (Faculdade Guaraí/TO). Especialista em Gestão de Programas e Projetos Sociais (ITE/Bauru/SP). Pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Professor da Faculdade de Ciências e Engenharia – FCE e do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (UNESP). Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (UFT). Líder do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS (UNESP). Líder da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Comunidades Tradicionais – RedeCT. E-mail: nelsonrusso.unesp@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6708471420702848> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0159-9433>

---

**RESUMO**

Para a promoção e o desenvolvimento em um mundo de grande diversidade e miscigenação de cultura e povos, um importante olhar se estabelece sobre as comunidades tradicionais. Oriundas de processos socio-históricos distintos entre si, essas comunidades estão fundadas sobre a valorização da tradição e da cultura que mantém por muitas gerações, pelas décadas e séculos. Assim, ressaltam-se as relações comunitárias, representada pela forte relação com o meio ambiente e as pessoas que compõem o grupo. Já às relações societárias, as empresas privadas configuram o papel na sociedade, de modo que são oriundas de capitais privados e a finalidade também privada, ou seja, com a maximização dos lucros para seus proprietários e sócios. Além das empresas obterem lucros, outros objetivos são aprimorados usando a prática da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), a fim de potencializar o seu desenvolvimento e o meio em que se está inserida. Sendo assim, a RSE é entendida como um compromisso que a organização tem com a sociedade, ações caracterizadas por meio de atos e atitudes, por exemplo, o que ocorre em uma comunidade, que visa o desenvolvimento sustentável e da sua cultura. Logo, algumas comunidades estão perdendo o seu espaço e muitas delas sendo aculturadas pela sociedade ao seu redor, o presente capítulo, tem como objetivo, analisar os reflexos e contribuições da RSE para o desenvolvimento das comunidades tradicionais. Deste modo, efetuou-se uma revisão de literatura a respeito dos aportes teóricos do tema. Em se tratando da metodologia, utilizou-se questionário, entrevistas e análise documental. Assim, foi obtido alguns resultados, envolvendo a parceria dos dois grupos sociais, na qual proporcionou o desenvolvimento econômico da comunidade, com o melhoramento na agricultura, capacitação dos produtores em tecnologia na produção e na fidelização de seus clientes.

**Palavras-chave:** Comunidades Tradicionais. Desenvolvimento. Instituto HSBC Solidariedade. Parcerias Intersetoriais. Responsabilidade Social Empresarial.

**ABSTRACT**

For the promotion and development in a world of great diversity and miscegenation of culture and peoples, an important look is established on the traditional communities. These communities are based on distinct socio-historical processes. These communities are founded on the appreciation of the tradition and culture that they have maintained for many generations, for decades and centuries. Thus, we highlight the community relations, represented by the strong relationship with the environment and the people who make up the group. In the case of corporate relations, private companies set the role in society, so they come from private capital and the private purpose, that is, the maximization of profits for its owners and partners. In addition to the companies making profits, other objectives are improved using the practice of Corporate Social Responsibility (CSR), in order to boost its development and the environment in which it is inserted. Thus, CSR is understood as a commitment that the organization has with society, actions characterized by acts and attitudes, for example, what happens in a community, which aims at sustainable development and its culture. Soon, some communities are losing their space and many of them being acculturated by the society around them, the present chapter aims to analyze the reflexes and contributions of CSR for the development of traditional communities. In this way, a literature review was made regarding the theoretical contributions of the theme. Regarding the methodology, a questionnaire, interviews and documentary analysis were used. Thus, some results were obtained, involving the partnership of the two social groups, in which it provided the economic development of the community, with the improvement in agriculture, training of producers in technology in production and customer loyalty.

**Keywords:** Traditional Communities. Development. HSBC Solidarity Institute. Intersectorial Partnerships. Corporate Social Responsibility.

---

## 1 Introdução

Este trabalho foi desenvolvido por integrantes do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS, com sede na Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Câmpus de Tupã), sendo preliminarmente apresentado no X ENAPEGS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, realizado entre os dias 20 e 24 de maio de 2018, na Universidade Federal do Cariri, em Juazeiro do Norte/CE), sob o título “Análise sobre a parceria entre o Instituto HSBC Solidariedade a comunidade tradicional de geraizeiros da Matinha (Guaí/TO)”. Depois de ouvidas as orientações dos presentes e da banca da sessão onde o trabalho foi apresentado no referido congresso, apresenta-se em definitivo sob o formato deste capítulo de livro.

Nas comunidades, especificamente nas tradicionais, ocorre à caracterização dos povos, que representam determinado território, essa definição ocorre por meio das estruturas informais e subjetivas, sendo de forma individual ou coletiva a forma como acontece a manutenção dos pequenos empreendimentos. Os pequenos empreendimentos ou unidades negociais são sustentados pelas famílias, que alavancam a economia de tal comunidade (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008).

Nas sociedades urbanas, em oposição às comunidades tradicionais, encontram-se as grandes corporações, as quais têm seu desenvolvimento pautado em ações de empreendimentos, havendo a existência de muitas parcerias, objetivando-se então fins mais exitosos e lucrativos as empresas. Nesses espaços, as pessoas estão ligadas por relações contratuais, logo, elas vêm promovendo as suas imagens por meio de trabalhos sociais com pessoas e grupos de indivíduos menos afortunados (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008; MORAES; BRAGA JUNIOR; LOURENZANI, 2015).

Sendo assim, a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é conceituada como ações com a finalidade de beneficiar a população, atingindo questões ambientais, educacionais, sociais

e/ou econômicas. E tais ações são realizadas a partir de investimentos empresariais, e proporcionam o marketing social, o qual concede visibilidade para a empresa por realizar ações em favor da sociedade (LIBERA, 2016). Essa consciência empresarial responsável, de acordo com Mello e Mello (2018), é fundamental para o engajamento de todos no processo de desenvolvimento, e que terá por consequência, a preservação do meio ambiente, a promoção dos direitos humanos, bem como a construção de uma sociedade justa e próspera economicamente.

Os investimentos por parte das empresas desenvolveram-se com as evoluções das fases da RSE (fase primária, secundária e terciária) proporcionando benefícios para os dois grupos sociais, o desenvolvimento para as empresas e novos conhecimentos às comunidades a respeito de conceitos de economia e da gestão. Para que as empresas continuassem aumentando o *market share*, os laços com a sociedade e a comunidade tornaram-se mais sólidos, no qual as ações tomadas pelas empresas passaram a ser de forma mais teórica, com viés estratégico, buscando novos consumidores. Os consumidores por sua vez, com um olhar voltado à qualidade e manutenção da vida em sociedade, passaram a procurar empresas que atendem às necessidades da população de maneira mais ética, algumas práticas empresariais consistem no desenvolvimento da responsabilidade social (FARIA; SAUERBRONN, 2008; MORAES; BRAGA JUNIOR; LOURENZANI, 2015).

Logo, uma das alternativas para o desenvolvimento das comunidades tradicionais, são as parcerias com as empresas privadas, as quais realizam ações de responsabilidade social empresarial. Diante deste cenário, o problema centra-se na seguinte pergunta: qual contribuição foi cooperou para o desenvolvimento da comunidade tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaará/TO), por meio, do projeto responsabilidade social empresarial do Instituto HSBC Solidariedade?

A justificativa de tal trabalho pauta-se na importância da comunicação e discussão da temática, que abrange as relações

ocorridas entre dois grupos sociais distintos, que por sua vez, estão presentes em contextos bem diferentes. Logo, um grupo aplica projetos de responsabilidade social para uma população menor. Esta ação é bem conhecida e popularmente usada pelas grandes empresas nos dias de hoje, a fim de promover o bem-estar da sociedade, e, a melhoria de sua imagem com projetos sociais.

Portanto, definiu-se como objetivo geral de pesquisa: compreender a influência dos projetos de RSE para o desenvolvimento de comunidades tradicionais. Desse, surgiram os objetivos específicos, que são: 1) definir as concepções de “comunidades tradicionais”, “RSE” e “desenvolvimento”; 2) caracterizar a comunidade tradicional Geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO) e o IHS; 3) explicar o processo de parceria e os benefícios de tal relação.

## **2 Referencial teórico**

Iniciando a discussão, e para que se tenha um melhor entendimento das relações de sociabilidade entre a comunidade Geraizeiros da Matinha e o IHS, faz-se fundamental um aporte teórico sobre alguns tópicos da pesquisa, como: comunidade tradicional, responsabilidade social empresarial, desenvolvimento e gestão social, no primeiro é importante o aprofundamento no conceito de cultura, território, passando pelas sociabilidades em sociedade e comunidade, até chegar às comunidades tradicionais, como sendo o objeto de estudo da pesquisa, a *Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha* (Guaraí / TO). Para o contexto de responsabilidade social e empresarial é interessante destacar a definição desse termo, bem como sua evolução ao longo dos anos, além da sua evolução histórica. Também será apresentada a discussão sobre a temática desenvolvimento, pois um dos resultados da RSE, seria a promoção do desenvolvimento na sociedade e gestão social.

## 2.1 Comunidades tradicionais

O conceito de cultura tem um significado distinto para cada região, sua origem é latina, *colere*, o entendimento do vocábulo de maneira geral é estabelecido como sendo, um grupo de conhecimento das leis, dos hábitos, dos sentidos, das tradições, dos valores e dos significados que o indivíduo adquire por toda a sua vida. Porém, os conhecimentos podem ser alterados, conforme as modificações que ocorrem ao redor, com por exemplo, a introdução de novos costumes, uma nova cultura, ou até a transferência de território, cuja cultura se difere da anterior (MELLO, 1991; AZEVEDO, 1996).

Logo, a cultura é “[...] uma preocupação em entender os muitos caminhos que conduziram os grupos humanos às suas relações presentes e suas perspectivas de futuro.” (SANTOS, 2006, p.7). Além disso, as diferenças de identidade social que ocorrem entre os grupos também ajudam a definir a cultura, esses grupos sociais são a parte mais complexa, quando se trata da sociabilidade (LARAIA, 2006; SANTOS, 2006).

Para o estabelecimento da cultura em uma comunidade ou sociedade, tudo dependerá dos territórios, isto é, dos locais onde esta se enraizará. Os territórios para a formação desses grupos podem ser permanentes ou temporários, devendo ser um campo geográfico e humano, o qual acontecerá às relações formais ou informais de um coletivo, a reprodução cultural, social e econômica (ABRAMOVAY, 2007; BRASIL, 2007; MORAES et al., 2017a).

São dois os tipos de relações que se tem em determinado território, tais são definidos e diferenciados nos trabalhos de Tönnies (1957), Brancaleone (2008) e Costa (2010). A primeira relação, à societária é definida de modo mais artificial e abstrato, no qual, os indivíduos seguem a linha da expansão do capitalismo, com aspectos mecânicos, sendo os vínculos e os comportamentos regulados pelas leis e contratos (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008).

Já o segundo tipo de sociabilidade ocorre nas comunidades, essas possuem particularidades diferentes da sociedade, as relações são pautadas na harmonia e o amor do coletivo, que sempre estão unidos quando possível. Os vínculos são mais reais, de caráter familiar e íntimo, nestes grupos, a relação é baseada em três laços, sendo eles: a consanguinidade, a filiação e a aliança, fortalecendo os valores e tradições (TÖNNIES, 1957).

Em suma, como afirmado por Tönnies (1957), os conceitos de comunidade e sociedade se contrapõem. Esse pensamento é diferente dos indivíduos, que durante muito tempo, habituaram a afirmar que “comunidade” e “sociedade” são expressões que possuem o mesmo sentido, isto é, são tratadas como sinônimos. Esse pensamento foi cada vez mais se arraigando entre os indivíduos, porém, essa forma é incorreta, à luz da sociologia, as palavras representam significados diferentes.

Além das características colocadas por Tönnies (1957) e Brancaleone (2008) e Costa (2010) traz outras quatro principais características sobre as comunidades, sendo elas: I-) a nitidez, que é a clareza dos limites territoriais, ou seja, a definição de onde se inicia e termina a comunidade; II-) a pequenez, a unidade é de pequena dimensão; III-) a homogeneidade, as atividades das pessoas que estão dentro da comunidade devem ser similares e IV-) as relações sociais, as relações das pessoas são feitas por meio de vínculos diretos.

Diante dessas características apresentadas, observa-se que, a comunidade é (em termos de sociabilidade) o oposto da sociedade, uma vez que essa, não tem limites territoriais, nem são pequenas e as relações são feitas de modo impessoal e contratual. No Quadro a seguir, podemos observar algumas diferenças entre os conceitos de comunidade e sociedade, segundo Tönnies (1957) e Costa (2010):

**QUADRO 1 - Diferenças conceituais entre relações comunitárias e societárias.**

Na comunidade	Na sociedade
O trabalho é ligado à família e ao lazer	O trabalho fica isolado da família
A religião marca o trabalho, estando sempre presente	A religião é confinada a determinados horários e locais
A família é o centro de união do grupo	A união do grupo é o contrato social
Os interesses e pensamentos são uniformes	Há uma disparidade dos interesses e ideais
Tradições e valores são fortalecidos como costumes	Os comportamentos são regulados pelos contratos e leis

Fonte: Elaborado pelos autores baseado em Tönnies (1957) e Costa (2010).

Logo, a sociedade é uma associação humana, caracterizada por relações que são baseadas em convenções, regras formalizadas e pela grande divisão do trabalho, não pelos laços afetivos como na comunidade (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008; COSTA, 2010). Diferente das características que foram citadas anteriormente, as relações sociais nas sociedades apresentam caráter de maior transitoriedade, superficial e de impessoalidade, no qual, os indivíduos se conectam por meio dos interesses, fazendo com que a vida perca a coesão.

Quando entramos na seara das minorias, observa-se que os pequenos grupos trabalharam de forma dura e árdua, para conseguirem a liberdade sobre a opressão que a sociedade colocava, dessa forma, eles garantiram os direitos e o reconhecimento da cultura. O esforço das minorias trouxe bons frutos e grandes transformações nos cenários social, econômico e das políticas públicas. Por meio da Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais, a qual defende e representa as comunidades tradicionais no âmbito político, as minorias tiveram uma participação ativa nas decisões (MORAES et al., 2017b).

Uma melhor compreensão a respeito da descrição do conceito de comunidade tradicional, é trazida pelo decreto N<sup>o</sup>

6.040 de 07 de fevereiro de 2007, este institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. No decreto os povos e as comunidades tradicionais são colocados como:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, art 3º, inciso 1º)

Logo, é possível identificar uma comunidade tradicional por meio de seus elementos específicos, como a produção voltada para a comunidade, a distribuição do trabalho de forma comunitária e sem salário, a transmissão do conhecimento e da cultura, por meio da geração e o desenvolvimento, adaptando-se ao meio em que se está inserido (DERANI, 2002). Além dessas características, Costa (2010), ressalta que as atividades se centralizam ao redor da família, no qual o coletivo possui suas culturas, seus valores e seus costumes.

A formação desses grupos ocorre em um território, cujas características ali serão fundidas. Moraes et al. (2017a) define que, o território deve ser um campo geográfico e humano, com relações informais. Sobre uma perspectiva ambientalista, o princípio 22 da declaração do Rio de Janeiro de 1992, estabelece que:

as populações indígenas e suas comunidades, bem como outras comunidades locais, têm papel fundamental na gestão do meio ambiente e no desenvolvimento, em virtude de seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados devem reconhecer e apoiar de forma apropriada a identidade, cultura e interesses dessas populações e comunidades, bem como habilitá-las a participar efetivamente da promoção do desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 1992)

De forma simplificada, a comunidade tradicional é a junção de indivíduos que pensam da mesma forma, mas, que possuem peculiaridades diferentes da sociedade, por isso o Estado e a sociedade devem zelar e apoiar as comunidades que buscam as suas conquistas identitárias (COSTA, 2010; MORAES *et al*, 2017b).

### **2.1.1 Comunidade Geraizeiros da Matinha**

Os geraizeiros são reconhecidos como povos do Cerrado, Pierson (1972) afirma que a comunidade geraizeiros da Bahia e de Minas formam uma das populações mais tradicionais do “Vale do Chico” (rio São Francisco). A comunidade de geraizeiros da Matinha está localizada no município de Guaraí (Estado do Tocantins), antes de se fixar ali, tal comunidade surgiu em Minas Gerais, transferindo-se para Goiás em 1940, devido a lotação dos espaços mineiros, e, migrando novamente em 1978 para a cidade atual - Guaraí, trazendo consigo todos os aspectos culturais (entrevistado). Considera-se a comunidade como tradicional, por causa de suas características, que estão intimamente ligadas com o descrito no Decreto 6040, ao qual descreve que as comunidades devem ter uma cultura diferenciada, com suas relações em um território, a fim de fortalecer a identidade, a reprodução cultural e social da comunidade (BRASIL, 2010).

A formação social na Amazônia legal brasileira ocorreu por dois meios, o primeiro ocorreu nos séculos XVI e XVII, com as navegações de bandeiras e a outra são as migrações empreendedoras e das famílias que vieram em busca de terra no sentido leste oeste (IBGE, 2017). Os moradores que deram origem a Comunidade Matinha, são provenientes de Minas Gerais, estabelecidos no novo território, observaram que a economia naquele lugar já não era do garimpo de cristais e sim da produção de algumas culturas, sendo as principais: a banana e feijão. Mais adiante, com o surgimento de algumas pragas, as monoculturas foram sendo substituídas pela horticultura e a apicultura (LIMA, et al. 2017).

Segundo levantamentos feitos como elementos preliminares de pesquisas de mestrado de Lima e Marcório (LIMA et al, 2016), a Comunidade da Matinha (de Guaraí/TO) conta:

[...] com 55 famílias e cerca de 250 moradores, conta com vinte e duas hortas e a distribuição é feita em doze municípios da região, atingindo um raio de 150 quilômetros de seu entorno. As vendas são feitas em feiras municipais, praças, em frente de estabelecimentos comerciais e por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além dos horticultores fornecerem seus produtos para supermercados e restaurantes. Um fato interessante é o respeito e a cooperação existente entre os produtores, pois quando um deles vai para determinada cidade o outro direciona-se para um município diferente (LIMA et al, 2017, p. 283).

A religião da grande maioria é o catolicismo tradicional, trazidos de suas raízes mineiras, juntamente com seus aspectos culturais. A respeito da religiosidade da comunidade um dos líderes disse que, “a grande maioria das pessoas é católica, com o passar do tempo desenvolvemos a música e compomos mais de cem músicas” (entrevistado). É possível perceber que a comunidade é bem festeira (no sentido de guardar e comemorar datas especiais) e, que em todas as festas têm-se as comidas típicas tradicionais de Minas Gerais, com um toque de Tocantins.

A seção seguinte irá trazer aspectos históricos da evolução a respeito da Responsabilidade Social Empresarial, bem como a caracterização do Instituto HSBC Solidarietà, e a definição do conceito de desenvolvimento.

## **2.2 Responsabilidade Social Empresarial**

A discussão em torno da temática Responsabilidade Social Empresarial (RSE), começou a partir de 1930, tendo uma maior intensificação nos anos 1950, porém ainda não há um consenso sobre o seu significado (CARROL, 1999 citado por ANDRADE; GOSLING; JORDÃO, 2013). Contudo, para uma melhor compreensão da

temática, será apresentado uma linha cronológica a partir de fases, com seus acontecimentos que contribuíram para a evolução da RSE, tais fases foram desenvolvidas por Kreitlon (2004).

Assim, na primeira fase, que aborda os anos de 1900 a 1960, ocorrem os primeiros debates acerca da temática RSE, tais discussões ocorreram principalmente nos Estados Unidos em 1899, com base nos princípios da caridade e da custódia (KREITLON, 2004; KARKOTLI; ARAGÃO, 2012). Com relação ao princípio da caridade, diz respeito aos membros mais afortunados da sociedade, os quais deveriam ajudar os membros que eram menos afortunados, já com relação ao princípio da custódia, os ricos e as empresas eram vistos como os responsáveis pela riqueza na sociedade, logo, as empresas tinham como função multiplicar a riqueza na sociedade (KARKOTLI; ARAGÃO, 2012). Essa época também é marcada pelos efeitos da Grande Depressão de 1930, surge então críticas éticas e sociais em torno das empresas (KREITLON, 2004).

A fase secundária da evolução histórica da RSE acontece entre os anos de 1960 até 1980. Entre o final da década de 1950 e começo da década de 1960 há uma profunda reflexão em relação ao significado de responsabilidade social (KARKOTLI; ARAGÃO, 2012), além do momento ser definido por mobilizações da sociedade civil e fase revolucionária, com a evolução tecnológica e científica (KREITLON, 2004). Outro acontecimento que impulsionou o questionamento da sociedade com relação às empresas foi a Guerra do Vietnã, logo após a guerra houve uma insatisfação popular contra a participação americana no conflito e a utilização de armamentos bélicos. Deste modo, as empresas são questionadas com relação ao que produzem e passam a não ter o direito de produzir apenas o que desejam, são alvos de questionamentos a indústria bélica e de cigarro (KARKOTLI; ARAGÃO, 2012).

Data desta época também os movimentos sociais que discutem e fazem pressão as empresas com relação aos seguintes temas, poluição, discriminações raciais e de gênero, emprego, consumo, além das discussões em torno das obrigações das

empresas em apenas maximizarem seus lucros (FARIA; SAUERBRONN, 2008). E em 1970, o economista Milton Friedman publicou um artigo no jornal *The New York Times*, afirmando que a única responsabilidade social de uma empresa é o aumento de seus lucros, tal artigo foi uma resposta em decorrência aos movimentos sociais que começaram a pressionar as empresas e a opinião pública (PERSEGUINI, 2015).

Já na última fase da evolução de RSE, segundo Kreitlon (2004), tal fase ocorre a partir de 1980 e vai até o presente. Esta época é marcada pela crise fiscal do Estado, com preocupações em relação a taxa de câmbio, ajuste fiscal, redução das despesas sociais do Estado, liberação do comércio, além do fenômeno da globalização com novas tecnologias de informação e a propagação das multinacionais (FARIA; SAUERBRONN, 2008).

Segundo Costa (2005), nesta época também ocorre uma intensificação dos problemas sociais, deste modo, há um fortalecimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), as quais são movimentadas pela solidariedade social. As questões ambientais também são alvos de discussões em diversas conferências internacionais, surge o conceito de “desenvolvimento sustentável”, a partir do *Relatório de Brundtland* em 1987, o qual relaciona proteção ambiental com desenvolvimento econômico (KREITLON, 2004). O início de 1990 é marcado por discussões sobre ética e moral nas empresas, abrangendo questões educacionais, além das ambientais, e tendo como objetivo a solução dos problemas sociais (COSTA, 2005; BENEDICTO; RODRIGUES; PENIDO, 2008).

Com relação ao Brasil, a discussão em torno de Responsabilidade Social, ocorre a partir de 1970 através da *Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresa*, um ponto essencial em tal discussão se dá em relação a elaboração do balanço social das empresas (ANDRADE; AMBONI, 2010). Ainda de acordo com o contexto brasileiro, Faria e Sauerbronn (2008), destacam que o cenário de RSE ao final de 2005 era muito promissor, citando os exemplos de empresas associadas ao *Instituto Ethos de Empresas*

*Responsabilidade Social*, sendo que o número de empresas se aproximavam de mil. Além da importância da temática com relação ao número de publicações, seminários e pesquisas acadêmicas sobre o tema, o qual segundo os autores, cresceu nos últimos 10 anos (FARIA; SAUERBRONN, 2008).

Em se tratando do conceito de RSE, pode ser definido como o compromisso que uma organização, ou a empresa, possui em relação à sociedade, a qual pode ser manifestada por meio de atos e atitudes que a afetam positivamente, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos (ASHLEY, 2004).

Já segundo o *Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social*, em relação ao conceito de RSE: “é definida pela relação que a empresa estabelece com todos os seus públicos (*stakeholders*) no curto e no longo prazo” (2007, p. 5). O Instituto Ethos é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) criada em 1998 por um grupo de empresários, que possui como missão mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de modo socialmente responsável (Instituto Ethos, 2018).

A definição de RSE como uma relação com seus stakeholders é confirmada também por Arantes (2014) que também define a RSE, como a relação ética, a qual é conduzida de forma transparente, com seus funcionários, clientes, o governo, comunidade, sociedade, fornecedores, meio ambiente, etc. Ou ainda de acordo com Perseguini (2015), RSE é o conjunto de ideias e práticas que fazem parte da estratégia de uma empresa, possuindo como objetivo, a geração de benefícios para todas as partes envolvidas e interessadas na organização, além de evitar o prejuízo.

Outras definições encontradas na literatura em relação a temática, é o termo Responsabilidade Social Corporativa (RSC), que segundo Karkotli e Aragão (2012), é a obrigação que a empresa possui de responder por ações próprias ou de quem a ela esteja ligada. Ou ainda, RSC consiste na: “responsabilidade da empresa com outros grupos da sociedade, além dos acionistas, e que vão além daquelas prescritas pela lei e por contratos” (JONES, 1980

citado por BARAKAT; BOAVENTURA; POLO, 2017, p. 211). Ou seja, de modo geral, os dois termos, RSE e RSC, são utilizados para identificação da mesma temática, a da responsabilidade que as organizações privadas possuem.

Assim, as ações de RSE são decorrentes de investimentos feitos pelas empresas (LIBERA, 2016), e de acordo com Moraes, Braga Júnior e Lourenzani (2015), com a evidenciação de um novo perfil de gestão empresarial, sugerem um olhar diferenciado da empresa para a aplicação de recursos e o desenvolvimento de suas responsabilidades sociais, logo, tal evidenciação pode ocorrer por meio do Investimento Social Corporativo (ISC). De acordo com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), o ISC consiste no repasse voluntário de recursos privados, o qual deve ser de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais, possuindo interesses públicos (GIFE, 2018a).

Logo, o Instituto Solidariedade HSBC (ISH), direcionava seu investimento social para a sociedade, possuindo três focos, a educação, o meio ambiente e a geração de renda para comunidades, especificamente, sua missão consistia na contribuição para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Porém, o IHS pertencia ao Banco HSBC, o qual foi adquirido pelo Banco Bradesco, uma aquisição concluída no ano de 2016, assim, o IHS consta como um associado inativo no rol de associados do GIFE (GARDINAL; FRANCISCHETTI, 2016; GIFE, 2018b).

Muito embora, tal aquisição tenha ocorrido e por consequência, a inatividade do IHS, é importante analisar a relação da RSE com uma comunidade, no caso a comunidade de Geraizeiros da Matinha, o qual será analisado neste trabalho. Assim, no ano de 2011 e 2012, a comunidade estudada obteve uma parceria com o IHS por meio de editais. E desde de 2015, o Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social (GEDGS), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Tupã, realiza, por meio do Projeto de Extensão “Observatório de Democracia e Gestão

Social”, a “Missão Amazônia”, o qual há o desenvolvimento de ações de extensão e pesquisa junto a comunidade.

### **2.3 Gestão Social**

A responsabilidade Social empresarial está atrelada com a gestão social desenvolvida pelas organizações. Segundo Polanyi (1983), gestão social corresponde ao controle das demandas e do atendimento das exigências sociais. Lembrando que, a população é dividida em diferentes categorias sociais, cada qual com seus pensamentos e necessidades discordantes, influenciada por alguns fatores, como a cultura, política, ecologia entre outros.

Ressalta-se ainda que, o termo está em construção e em contínua mudança, visto que na década de 1930, era voltado para o Estado e as políticas públicas que deveriam gerenciar e resguardar a sociedade, principalmente as políticas sociais. Contudo, tal ideal vem se modificando, tirando a responsabilidade apenas do Estado como “protetor” e repassando também para a sociedade, por meio de diversos mecanismos, por exemplo, a Responsabilidade Social Empresarial - RSE (FRANÇA FILHO, 2008).

A chegada do termo gestão social, ocorreu na década de 90, dado principalmente pelos esforços do terceiro setor. Sendo as empresas, as principais responsáveis pela dispersão e criação de espaços de diálogos e a busca de melhorias sociais e de práticas neoliberais, ocorrendo muitas vezes a parceria com instituições do segundo setor, a fim de aumentar o poder das ideias, com o intuito de a torná-las mais forte e atingir o maior público possível (MAIA, 2005).

Atualmente, o conceito relaciona-se a um novo modelo de gestão, não dependente somente do Estado ou do mercado, regido por diferentes órgãos, sendo públicos ou privados, no qual tentam impactar de forma positiva, utilizando de variados mecanismos para a construção ou reconstrução de novos dilemas, que atendam às diversas necessidades (Guerreiro Ramos 1989).

Outro autor que discute sobre os pressupostos da gestão social é Tenório (1998), que possui como pressuposto a teoria comunicativa de Habermas, com o intuito de analisar as diferenças existentes entre a gestão tecnoburocrática e a gestão social. No qual define a gestão tecnoburocrática, como um sistema de atribuição hierárquico, sendo que as decisões são tomadas por diferentes pessoas em cargos definidos, enquanto a gestão social é realizada por um grupo, que é responsável por realizar discussões críticas e chegam a um consenso sobre diferentes assuntos que são postos a eles, passando de ser apenas um trabalho individual e centrado, para uma forma mais ampla, buscando alcançar diferentes visões e necessidades (TENÓRIO, 1998).

A mudança de responsabilidade no atendimento das necessidades, do Estado para o setor privado, não diz respeito apenas ao enxugamento dos gastos públicos ou um melhor funcionamento e gestão, e sim, a criação de novos paradigmas e capacitações sociais, com o intuito de se criar um sentimento de preocupação e de necessidade de ajuda pela própria população. Sendo assim, capacitar e incentivar a sociedade, como é o caso da RSE, a qual busca promover a evolução e criação de uma sociedade melhor e mais igualitária a todos (MONTAÑO, 2002).

Um dos principais pontos que a gestão social contribui para a RSE, diz respeito a evolução do modo de gestão de pessoas, que tinha como característica um modelo de departamento burocrático e dominador, passando para atualmente um modo de gestão, que busca principalmente a melhoria do ambiente de trabalho e da motivação, sendo que um dos modelos mais utilizados é a procura da participação dos funcionários nas discussões, a fim de que os mesmos possam apontar diferentes pontos de vista, para o alcance de diversas visões e carências (FISCHER, 2002).

Ademais, outro ponto que colaborou para a evolução da RSE foi o Selo Empresa Cidadã, que tem o intuito de premiar empresas com comportamentos éticos na busca dos direitos dos cidadãos, o selo é concedido às empresas que realizam trabalhos em diversas

áreas, sendo as principais com o cuidado do ambiente social e o desenvolvimento dos direitos humanos. Alcançando e empoderando a maior participação da sociedade, além de elevar o bem-estar social (RICO, 1999).

## 2.4 Desenvolvimento

Foram apresentados conceitos acerca de Comunidades Tradicionais, Responsabilidade Social Empresarial e Gestão Social, os quais são componentes do objeto de estudo do presente capítulo, porém, como ressaltado, o *Instituto HSBC Solidariade* possuía como missão a ajuda à promoção do desenvolvimento das comunidades, mas qual o significado de desenvolvimento? Deste modo, este tópico se dedica a apresentar, sucintamente, os conceitos de “desenvolvimento”, “desenvolvimento sustentável”, “crescimento econômico”, e “desenvolvimento econômico”.

Segundo Siedenberg (2006), o conceito de desenvolvimento é ambíguo e difuso, o qual não está nitidamente definido, o termo foi introduzido nas discussões entre pesquisadores na década de 1950, ou ainda de acordo com Santos et al. (2012), não possui uma definição esclarecedora e conclusiva em relação ao seu significado. Deste modo, o conceito desenvolvimento, surge na biologia, e é empregado como um processo de evolução dos seres vivos, com a finalidade de alcançar suas potencialidades genéticas, porém, o termo foi incorporando nas teorias e práticas sociais, ou seja, por meio da economia, sociologia, antropologia e ciência política (SANTOS et al., 2012). Logo, desenvolvimento:

adquiriu o significado de autoconhecimento com o fim de implantar ações, nas quais pressupunha-se a existência da motivação dos participantes, com a finalidade de pôr em movimento um processo de mudança que faça ‘evoluir’ a sociedade para um estado superior. (SANTOS et al., 2012, p. 46).

Deste modo, desenvolvimento pode ser conceituado de modo muito resumido como: “nada mais é que o crescimento - incrementos positivos no produto e na renda - transformado para satisfazer as mais diversas necessidades do ser humano” (OLIVEIRA, 2002, p. 40). Ainda de acordo com o autor, essas necessidades seriam a saúde, educação, habitação, transporte, e alimentação, por exemplo. O conceito desenvolvimento ainda: “deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política, e principalmente, humana e social” (OLIVEIRA, 2002, p. 40). E em um dicionário, pode ser encontrado como sendo: “ato ou efeito de desenvolver(-se); desenvolvimento. Adiantamento, crescimento, aumento, progresso (...)” (FERREIRA, 2010, p. 683).

Com relação ao termo desenvolvimento econômico, este: “promove a melhoria dos padrões de vida, mas não resolve todos os problemas de uma sociedade” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 22). Bresser-Pereira (2006) destaca que o desenvolvimento econômico se estabelecesse como um dos cinco objetivos da sociedade contemporânea, ao lado de segurança, liberdade, justiça social e a proteção do meio ambiente.

A abordagem schumpeteriana, descreve o desenvolvimento econômico a partir da perspectiva da inovação em processos e em produtos e que seria a partir de mudanças estruturais é que se teria a aproximação ao bem-estar social (SCHUMPETER, 1982). O termo desenvolvimento sustentável por sua vez, teve discussões a partir dos estudos sobre mudanças climáticas das Organizações das Nações Unidas, o qual é derivado de uma resposta ao contexto de crise apontado a pós a segunda metade do século XX (BARBOSA, 2008; RIBAS et al., 2017). O relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão de Brundtland, define desenvolvimento sustentável como: “é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46).

Assim, outro termo que causa confusão com o termo desenvolvimento, é o termo crescimento econômico, o qual é resultante do processo de desenvolvimento, o crescimento econômico caracteriza-se como variações quantitativa do produto, já o desenvolvimento, seria as variações qualitativas no modo de vida dos indivíduos (OLIVEIRA, 2002). Ainda de acordo com o autor, o crescimento econômico: “seria requisito para a superação da pobreza e para construção de um padrão digno de vida” (OLIVEIRA, 2002, p. 41).

### **3 Materiais e métodos**

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, os passos para a realização de tal pesquisa, foi constituída inicialmente, por fontes de dados secundários. Deste modo, realizou-se as pesquisas sobre tal temática em bases de dados como, Scielo, Google Scholar e Biblioteca Virtual Pearson, além do metabuscador de Periódicos Capes. Quando filtrado tais pesquisas, foi determinado o grau de relevância com a temática, pois buscou-se uma evolução dos conceitos, por isso, não foi delimitado um período de publicação das pesquisas. Além dessas pesquisas em banco de dados, foram realizadas análises documentais, ou seja, editais do IHS e formulários de inscrição da comunidade, os quais eram do ano de 2010, pois a contemplação ao processo ocorreu no ano de 2012.

Também foi realizada a elaboração de um questionário, para aferir a comunicação e benefícios da parceria entre a comunidade e o Instituto HSBC Solidarietà (IHS), o qual faz parte das fontes de dados primárias. O questionário foi elaborado com base no aporte teórico das fontes secundárias, além do prévio conhecimento dos autores, pois uma autora deste trabalho possui um projeto de pesquisa com a comunidade e o IHS como objetos de estudo. Logo, o questionário (Apêndice 1) era composto de 16 perguntas abertas e foram direcionados a um membro da comunidade, o qual possuía conhecimento e participou do processo de seleção do IHS.

Outra fonte de dados primários, foi a análise das entrevistas realizadas pelos membros do Projeto de Extensão “Observatório de Democracia e Gestão Social”, desde 2015, o Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social - GEDGS, ressalta-se que os autores do presente artigo, também são membros do grupo de estudo. Deste modo, o grupo realiza visitas técnicas, intitulada “Missão Amazônia”, nas comunidades tradicionais tocantinenses, no qual a Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha faz parte. As entrevistas foram realizadas pelos membros do grupo, as perguntas eram semi estruturadas, com o intuito obter algumas informações pertinentes a pesquisa, com a participação da comunidade, especialmente dos líderes da mesma.

Já com relação ao objeto de estudo, a Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha é um grupo de origem mineira, que hoje se encontra em Tocantins, tal comunidade, trabalha com as monoculturas da banana e do feijão, além da horticultura e da apicultura. Vale ressaltar a importância da religiosidade para comunidade, no qual a maioria dos geraizeiros seguem a religião católica, passando esse costume a outros da cultura para os mais jovens. O Instituto HSBC Solidariedade, tomado como meio de análise ou estudo, como informado anteriormente, fazia parte do Banco HSBC, o instituto foi criado em março de 2006 e realizava editais para a o apoio em projetos sociais, direcionando seu foco para a educação, meio ambiente, e a geração de renda para comunidades, como é o caso analisado no presente trabalho (GIFE, 2018a).

#### **4 Reflexos e benefícios para a comunidade da matinha pela parceria com o Instituto HSBC Solidariedade**

Alguns apontamentos desta pesquisa, que foram observados por meio do questionário, da entrevista e análise documental, direcionam para reflexões e benefícios gerados depois da relação de cooperação entre o Banco HSBC, por meio do Instituto HSBC

Solidariedade e a Associação para o Desenvolvimento Comunitário da Matinha. Tal comunidade tomou conhecimento da abertura do edital do Banco HSBC, por meio da Faculdade de Guaraí - FAG, sendo que para este edital era indispensável a apresentação de alguns documentos para a participação.

Foi necessária a criação de uma associação, requisito imposto pelo edital, assim a comunidade possuía a Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade Matinha – ASDECOM, a qual foi criada em 1992, a partir de uma ação coletiva e colaborativa dos moradores da Comunidade da Matinha, além da apresentação da associação, era necessário o preenchimento de outras informações requisitadas pelo edital, como por exemplo, a razão social, CNPJ(Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), representante legal da organização e representante do projeto, endereço. Em se tratando da descrição da comunidade foi necessário a localização geográfica, atividades produtivas desenvolvidas e elementos culturais, além da descrição do projeto e a proposta de auxílio de forma detalhada. Toda essa documentação destinou-se para o banco HSBC, localizado na cidade de Guaraí/TO.

Aferiu-se também, que o processo de elaboração do projeto/proposta e inscrição no do edital, foi bem demorado, e teve as seguintes etapas: reunião com a comunidade, elaboração do projeto, aprovação do projeto e a implantação dele. Logo depois, ocorreu a entrega dos documentos, pois a entrega da documentação ocorreu no ano de 2010 e a contemplação dos resultados ocorreu no ano de 2012. Após a divulgação do resultado do edital, no primeiro contato houve a visita dos responsáveis pelo processo à comunidade e o recolhimento de assinaturas do representante legal da organização e do projeto. Além do recolhimento das assinaturas, a associação também teve que escolher um banco de sua preferência para abrir uma conta corrente, e assim, abriram na agência do Banco HSBC, colocando o padrinho/madrinha da comunidade como gerente, responsável pelo auxílio disponível e por dar orientações a gestão da conta.

A comunicação entre os dois grupos sociais (a comunidade e o instituto ligado ao banco) era bem harmoniosa e os olhares eram semelhantes para a realização do projeto, sendo assim constatado que o IHS era bem participativo, tal ato pode ser percebido quando havia alguma necessidade da comunidade em relação ao andamento do projeto, recorrendo diretamente aos técnicos do Instituto, por vezes com intermédio de funcionários do Banco HSBC em Guaraí/TO ou em Palmas/TO. A comunidade ainda era acompanhada pelo Instituto HSBC Solidariedade durante o desenvolvimento do projeto, havendo visitas técnicas até a comunidade da Matinha com ares contributivos e não de mera fiscalização de execução.

A comunicação entre os grupos era conduzida de forma fácil, pois quando ocorria algum imprevisto ou necessidade, que demandava a comunicação com o padrinho, constatava-se que o mesmo estava sempre presente e disposto a ajudá-los no que fosse necessário, isso devido ao vínculo de amizade que ele possuía com os membros da comunidade, o que facilitava em tal comunicação.

Em se tratando do investimento social privado do IHS, os recursos foram destinados à realização das atividades fabris e comerciais das comunidades, ou seja a aplicação da fábrica comunitária de farinha e fécula de mandioca e ajuda para o processo comercial (barracas, identidade visual e sacolas não descartáveis para os consumidores).

Observou-se que a dinâmica das atividades desenvolvidas pelo projeto incentivado pelo Banco HSBC na Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO), trouxera o fortalecimento da sintonia dos trabalhos, mas amadureceu a relação do grupo comunitário com a sociedade e com os trâmites documentais-burocráticos em especial procedimentos documentais e negociais.

Além do aumento dos fatores motivacionais, houve um aquecimento na economia local e a união ainda maior dos moradores, em prol de atingir todos objetivos propostos no começo da parceria até os dias de hoje, sendo eles: o melhoramento da estrutura de produção da mandioca, a fidelização dos clientes e a

capacitação dos pequenos agricultores. Outro ponto importante presente do desenvolvimento do projeto, foi a parceria com a Faculdade Guaraí, que se fortaleceu para a execução dos trabalhos propostos no projeto, o que possibilitou a atividade de extensão feita pela faculdade junto a comunidade, ressalta-se que eram atividades de extensão universitária com a supervisão de docentes da faculdade.

## **5 Considerações finais**

Existe uma discussão sobre o enquadramento no termo de “comunidade tradicional” para o Povoado Matinha (Guaraí/TO), mas considerando toda a literatura estudada e especialmente sobre as características das chamadas comunidades de geraizeiros, pode-se concluir que a Comunidade da Matinha se configura como uma comunidade tradicional de geraizeiros, pois esta possui sua cultura diferenciada, com formas particulares a respeito da organização social, cultural e religiosa, dentro do território, no qual todos os aspectos da comunidade são passados para os mais jovens.

Já com relação a discussão sobre o tema “Responsabilidade Social Empresarial”, conclui-se que a busca pela definição perpassa pela heterogeneidade dos diversos autores, os quais abordam os benefícios que a RSE traz para toda a sociedade, além dos termos RSC (Responsabilidade Social Corporativa) e SER (Responsabilidade Social Empresarial) serem encontrados na literatura, abordados por diversos autores, mas que identificam a mesma proposta, ou seja, são termos equivalentes entre si.

A parceria desenvolvida entre a Comunidade Tradicional de Geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO) e o Instituto HSBC Solidariedade (ligado e mantido pelo Banco HSBC) proporcionou o desenvolvimento econômico da comunidade, pois houve um melhoramento e mudanças das atividades produtivas da agricultura, com base na expansão do espaço físico da fábrica de mandioca, a capacitação dos produtores, e a fidelização de seus clientes, além do

fortalecimento das relações entre os membros da comunidade, os quais uniram esforços para atingirem os mesmos objetivos.

Assim, pode-se concluir que houve efetividade na parceria privada com a comunidade, no qual os membros fortalecem suas relações, colaborando no desenvolvimento de ambos grupos que participam dessa relação, em se tratando da parceria analisada neste trabalho, a comunidade tinha o objetivo de desenvolver-se, já o Banco HSBC, por meio do IHS, objetivava as ações para o bem estar dos indivíduos, abarcando conceitos de responsabilidade social.

## Referências

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. v. 4, n. 2, abr/jun. 2000.
- ANDRADE, R. O. B.; AMBONI, N. **Estratégias de gestão: Processos e funções do administrador**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- ANDRADE; M. A. M.; GOSLING; M.; JORDÃO, R. V. D. A responsabilidade social de siderúrgicas minerais e a percepção de suas comunidades de entorno. **Produção**. Belo Horizonte, v. 23, n. 4, p. 793-805, out./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.prod.org.br/doi/10.1590/S0103-65132013005000024>>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- ARANTES, E. C. Conceitos fundamentais de responsabilidade social. In: STADLER, A. (Org.). **Empreendedorismo e responsabilidade social**. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2014.
- ASHLEY, Patrícia Almeida. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- AZEVEDO, M. **Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé**. São Paulo: Loyola, 1996.
- BARAKAT, S. R.; BOAVENTURA, J. M. G.; POLO, E. F. Alinhamento estratégico da responsabilidade social corporativa: um estudo de caso no setor bancário brasileiro. **Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 206-233, jan./abr. 2017. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-23112017000100206&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112017000100206&lang=pt)>. Acesso em: 22 nov. 2017.

- BARBOSA, G. S. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 1, n. 4, jan./jun. 2008. Disponível em: <[http://fsma.edu.br/visoes/edo4/4ed\\_O\\_Desafio\\_Do\\_Desenvolvimento\\_Sustentavel\\_Gisele.pdf](http://fsma.edu.br/visoes/edo4/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf)>. Acesso em: 06 abr. 2018.
- BENEDICTO, S. C.; RODRIGUES, A. C.; PENIDO, A. M. S. Surgimento e evolução da responsabilidade social empresarial: uma reflexão teórica-analítica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 28, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABEPRO. p. 1-13, 2008.
- BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 98-104, 2008.
- BRASIL. Decreto 6040, de 07 de Fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 4 jan. 2018.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente, para coordenar a Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países**. 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para discussão 157, p. 1-24, dez./2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973>>. Acesso em: 06 abr. 2018.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Editora da Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1991.
- COSTA, M. A. N. Fazer o bem compensa? Uma reflexão sobre a responsabilidade social empresarial. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, p. 67-89, dez. 2005.
- COSTA, C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

- DERANI, C. Patrimônio genético e conhecimento tradicional associado: considerações jurídicas sobre seu acesso. In: LIMA, A. (Org.). **O direito para o Brasil socioambiental**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002. p.145-167.
- FARIA, A.; SAUERBRONN, F.F. A responsabilidade social é uma questão de estratégia? Uma Abordagem crítica. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n.1, p. 7-34, jan./fev. 2008.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.
- FISCHER, A. L. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. **As pessoas na organização. São Paulo: Gente**, v. 1, p. 11-34, 2002.
- FRANÇA FILHO, G. C. **Definindo gestão social**. Gestão Social, 2008.
- GARDINAL, R. R.; FRANCISCHETTI, C. E. Aplicação da análise por envoltória de dados (DEA) na aquisição do Banco HSBC Brasil pelo Banco Bradesco. **Revista de Finanças e Contabilidade da UNIMEP**. v. 3, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://reficontunimep.com.br/ojs/index.php/Reficont/article/view/44>>. Acesso em: 27 jan. 2018.
- GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **O investimento Social Privado**. Disponível em: <[http://site.gife.org.br/ogife\\_investimento\\_social\\_privado.asp](http://site.gife.org.br/ogife_investimento_social_privado.asp)>. Acesso em: 15 abr. 2018a. Disponível em: <<https://gife.org.br/associados/instituto-hsbc-solidariedade/>>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS - GIFE. **Instituto HSBC Solidariedade**. Disponível em: <<https://gife.org.br/associados/instituto-hsbc-solidariedade/>>. Acesso em: 17 fev. 2018b.
- IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> . Acesso em: 20 mar. 2018.
- INSTITUTO ETHOS. **Conceitos básicos e indicadores de Responsabilidade Social Empresarial**. jun./20007. Disponível em: <[https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Conc\\_Bas\\_e\\_Indic\\_de\\_Respon\\_Soc\\_Empres\\_5edi.pdf](https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Conc_Bas_e_Indic_de_Respon_Soc_Empres_5edi.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2018.

INSTITUTO ETHOS. **Sobre o Instituto.** Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/#.WprdAujwbIV>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

KARKOTLI, G.; ARAGÃO, S.D. **Responsabilidade Social:** uma contribuição à gestão transformadora das organizações. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

KREITLON, M. P. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 28, 2004, Curitiba. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD. p.1-13, 2004.

LARAIA, R.B. **Cultura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LIBERA, A. S. D. **A produção bibliográfica sobre responsabilidade social e educação no setor empresarial.** Rio Claro: UNESP, 2016. 83 f. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura em Pedagogia) Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

LIMA, A. R.; MARCÓRIO, A. W.; MORALES, A. G.; MORAES, N. R. As dimensões da relação do ser humano com a natureza em uma comunidade tradicional amazônica de geraizeiros. In: PORTO JÚNIOR, G. BAPTISTA, R. D. SOUZA, F. C.(Orgs.). **Convergências entre os campos da comunicação, democracia e gestão social.** Porto Alegre: Fi, 2017. v.2, cap.13, p. 271-293. Disponível em <[https://docs.wixstatic.com/ugd/48d206\\_5fd8fefe006741088fc0574e01037e7b.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/48d206_5fd8fefe006741088fc0574e01037e7b.pdf)>. Acesso em 6 abr. 2018.

MAIA, M. **Práxis da gestão social nas organizações sociais:** uma mediação para a cidadania. 2005. Tese (Doutor em Serviço Social). - Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: PUCRS, 2005.

MELLO, R. **Meninos do mangue.** São Paulo: Schwarcz, 1991. 72p.

MELLO, M. F.; MELLO, A. Z. Uma análise das práticas de Responsabilidade Social e sustentabilidade como estratégias de empresas industriais do setor moveleiro: um estudo de caso. **Gestão & Produção.** São Carlos, v. 25, n. 1, p. 81-93, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X2017005016101&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-530X2017005016101&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

- MONTAÑO, C. **Terceiro setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORAES, N. R.; BRAGA JUNIOR, S. S.; LOURENZANI, A. E. B. S. Diálogo acerca dos conceitos de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e Marketing para causas sociais (MCS) no âmbito do Investimento Social Corporativo (ISC). **Revista Brasileira de Marketing – ReMark**. v. 14, n. 2. abr./jun. 2015.
- MORAES, N. R.; BRUMATTI, L. M.; LIMA, A. R.; CAMPOS, A. C. Análise da convergência conceitual dos termos “território” e “comunidade tradicional” no Brasil. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 4, p. 518-539, 2017b. Disponível em: <<http://www.sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3666/9795>>. Acesso em: 4 jan. 2018.
- MORAES, N. R.; CAMPOS, A. C. MÜLLER, N. M.; GAMBA, F. B.; GAMBA, M. F. D. F. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista Espacios**, v. 38, n. 12, 2017a. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n12/a17v38n12p17.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2018.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477>>. Acesso em: 27 jan. 2018.
- PIERSON, D. **O Homem no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério do interior; SUVALE, 1972.
- PERSEGUINI, A. **Responsabilidade Social**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.
- POLANYI, K. **La grande transformation**. Aux origines politiques et économiques de notre temps. Paris: Gallimard, 1983.
- RIBAS, J. R.; VICENTE, T. V. S.; ALTAF, J. G.; TROCCOLI, I. R. Integração de ações na gestão sustentável. **Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 31-57, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/58086>>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, 89 p.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Revista Eletrônica de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**. n. 1, jul./2012. Disponível em: <<http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/1858>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

SCHUMPETER, J. A. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. **São Paulo: Abril Cultural**, 1982.

SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Cadernos EBAPE**. v. 4, n. 4, dez./2006. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5000>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989

RICO, E. M. **Gestão social: uma questão em debate**. EDUC-Editora da PUC-SP, 1999.

TENÓRIO, F. G. A. (Coord). **Gestão social: metodologia e casos**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TÖNNIES, F. **Community and Society**. Trad. Charles P. Loomis. EUA: Michigan State University Press, 1957.

## Apêndice 1 - Questionário

- 1- Como a Comunidade geraizeiros da Matinha obteve conhecimento do edital de seleção do Instituto HSBC Solidariedade (IHS) para o apoio em projetos?
- 2- Quais eram os requisitos necessários para que a comunidade pudesse participar do edital de seleção?
- 3- Quais eram os documentos necessários e para qual órgão eram enviados?
- 4- Onde estava localizado tal órgão?
- 5- Quais foram as etapas até saber o resultado, e quanto tempo isso demorou, desde a inscrição até o resultado?
- 6- Depois do resultado do edital como foram os primeiros contatos entre a associação e o IHS?
- 7- Como ocorria o diálogo, isto é, a relação entre a comunidade e o IHS, quais eram os comportamentos dos dois grupos em se tratando dos projetos?
- 8- Havia algum acompanhamento no desenvolvimento dos projetos, por parte do IHS e como este ocorria?
- 9- Quando surgia algum imprevisto para o desenvolvimento do projeto e que demandava o contato com o IHS, havia facilidade nessa comunicação e como se dava esse processo?
- 10- Como ocorreu o fim da parceria entre os grupos?
- 11- Quais eram as atividades desenvolvidas pela associação antes da parceria com o IHS?
- 12- O Investimento Social Privado do IHS, se destinou para a realização de quais atividades na associação?
- 13- Houve mudanças na realização das atividades da associação depois do apoio da IHS com o Investimento Social Privado? Como ocorreu essas mudanças?
- 14- Quais foram os primeiros impactos, positivos ou não, sentidos pela comunidade com a relação com o IHS?
- 15- Quais melhorias foram percebidas para o desenvolvimento da comunidade a partir da parceria do IHS?
- 16- Depois do término da parceria com o IHS, quais foram os resultados atingidos pela comunidade? Todos os objetivos do projeto foram atingidos?



# Capítulo 8

## Demarcação das terras Indígenas no oeste paulista: formação da Aldeia Índia Vanuíre (Arco-Íris / Estado de São Paulo / Brasil)

Demarcation of indigenous lands in the paulista west: formation of the  
Indian Vanuire Community (Arco-Íris / State of São Paulo / Brazil)

*João Augusto Rodrigues*<sup>1</sup>

*Ariane Taisa de Lima*<sup>2</sup>

*Maria Eduarda dos Santos Sanches*<sup>3</sup>

*Iara Maria Silva Souza*<sup>4</sup>

*Nelson Russo de Moraes*<sup>5</sup>

---

<sup>1</sup>Graduando no curso de Administração pela FCE/UNESP. Vinculado ao Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS/FCE/UNESP. E-mail: joaorodrigueseprk@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4090301852187989>

<sup>2</sup>Mestranda em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD/UNESP/Tupã). Bacharel em Mecanização em Agricultura de Precisão pela Faculdade de Tecnologia Shunji Nishimura (FATEC –Pompéia). Vinculada do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS/FCE/UNESP.

E-mail: [arianetaisalg@gmail.com](mailto:arianetaisalg@gmail.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5040681819789244>

<sup>3</sup>Graduanda no curso de Administração pela FCE/UNESP. Integrante voluntária do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS/FCE/UNESP. E-mail: [mariae.sanches@outlook.com](mailto:mariae.sanches@outlook.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7274006038441626>

<sup>4</sup>Estudante do curso técnico em administração pela Etec Professor Massuyuki Kawano - Centro Paula Souza. Integrante voluntária do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS/FCE/UNESP. E-mail: [iaramsso16@gmail.com](mailto:iaramsso16@gmail.com) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7259194590020258>

<sup>5</sup>Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea (POSCOM/UFBA/Bahia). Mestre em Serviço Social pela (PPGSS/UNESP/Franca). Especialista em Gestão Pública e em Gestão de Programas Sociais. Bacharel em Administração pela Instituição Toledo de Ensino (ITE/Bauru). Líder do Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS/FCE/UNESP. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/FCE/UNESP. E-mail: [nelsonrusso.unesp@gmail.com.br](mailto:nelsonrusso.unesp@gmail.com.br) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6708471420702848> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0159-9433>

---

**RESUMO**

A Constituição Federal do Brasil de 1988 trouxe aos indígenas o reconhecimento de direitos como saúde, moradia, educação, demarcação territorial, dentre outros. Nas terras indígenas ocorrem suas reproduções, cultural, social e física, fazendo com que estes espaços sejam fundamentais para estas populações. Neste contexto, o artigo tem como objetivo descrever como ocorreu a formação da Aldeia Índia Vanuíre, localizada no Oeste Paulista, em sua maioria habitada pelos índios Kaingang e Krenak. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental sobre a demarcação das terras indígenas a partir da Constituição Federal de 1988, sendo realizadas visitas ao *Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre* em Tupã/SP, a fim de trazer elementos sobre a formação da *Aldeia Indígena Índia Vanuíre*, localizada no município de Arco Íris (Estado de São Paulo). Como resultados, observou-se que se trata de uma aldeia pluriétnica que foi criada na busca de se garantir um espaço territorial (protegido por lei) de todo o processo de colonização brasileiro e especificamente ao interior do Estado de São Paulo.

**Palavras-chave:** Terras indígenas. Aldeia Indígena Índia Vanuíre. Políticas Públicas Indigenistas.

**ABSTRACT**

The Federal Constitution of Brazil of 1988 brought to the natives the recognition of rights as health, housing, education, territorial demarcation, among others. In indigenous lands their reproductions occur, cultural, social and physical, making these spaces are fundamental for these populations. In this context, the article aims to describe how the formation of the Indian Vanuíre Village, located in the Paulista West, mostly inhabited by the Kaingang and Krenak Indians, occurred. For that, a bibliographical and documentary survey was carried out on the demarcation of indigenous lands from the Federal Constitution of 1988, with visits to the Indian Vanuíre Historical and Pedagogical Museum in Tupã / SP, in order to bring elements about the formation of the Indigenous Village India Vanuíre, located in the municipality of Arco Íris (State of São Paulo). As a result, it was observed that this is a multiethnic village that was created in the search to guarantee a territorial space (protected by law) of all the Brazilian colonization process and specifically to the interior of the State of São Paulo.

**Keywords:** Indigenous lands. Indigenous Community India Vanuíre. Indigenous Public Policies.

---

## 1 Introdução

### 1.1 A UNESP Tupã e o Grupo de Pesquisa GEDGS

O Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social – GEDGS, integrante da Faculdade de Ciências e Engenharia – FCE, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (Câmpus de Tupã), desde 2014, desenvolve estudos sobre povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Destaca-se que a UNESP instalou, em Tupã/SP, seu câmpus (então experimental) em 2003 e hoje conta com cursos de graduação em Administração e de Engenharia de Biosistemas, além do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD.

O GEDGS desenvolveu muitas ações de imersão acadêmica na Amazônia e em contato com os mais diferentes grupamentos

humanos, desde indígenas e quilombolas até as comunidades de geraizeiros e quebradeiras de coco de babaçu. Contudo os estudos teóricos sobre a formação e o desenvolvimento das aldeias indígenas brasileiras foram se estruturando e este capítulo é um dos indicativos deste trabalho.

Esta comunicação científica é fruto da construção textual articulada entre as informações coletadas, apenas dentro das técnicas de exploração bibliográfica e documental, pelos projetos: **1)** Projeto de Extensão Universitária “*Observatório de Democracia e Gestão Social*”, anos de 2015, 2016 e 2017; **2)** Projeto de Pesquisa de PIBIC (Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) intitulado “*Estudo acerca da Evolução dos Direitos dos Povos Indígenas no Brasil*”, ano de 2017 e 2018; **3)** Projeto de Pesquisa de Mestrado (Programa de Pós-graduação Stricto-sensu em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD/UNESP), intitulado “*Política Pública Indigenista Brasileira: Análise da Evolução a partir do Estudo de Caso da Aldeia Índia Vanuúre*”, anos de 2017 e 2018. Tendo autorização da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, segundo o documento “Autorização de Ingresso em Terra Indígena nº60/AAEP/PRES/2018” (embora para este presente trabalho não se tenha ingressado em terra indígena nem realizadas entrevistas ou coletadas imagens).

Registram-se também que durante os anos de 2014 a 2018 foram desenvolvidas sete pesquisas exploratórias bibliográficas sobre a história, a cultura e o desenvolvimento da referida aldeia indígena, em nível de PIBICJR ou PIBIC-EM (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para Ensino Médio/CNPq), dentro do GEDGS/FCE/UNESP/Tupã.

## **1.2 Os indígenas e a violenta colonização**

Ao início dos registros históricos (século XVI), entre o rio Tietê e o rio Paranapanema (inclusive nas bacias do rio Aguapeí e do rio Peixe) habitavam as etnias Oti e Kaingangs, que já não

tinham harmonia entre si, sendo que os Oti não dominavam hábitos de caça e nem de guerra, sendo sempre derrotados em confrontos com os Kaingangs, mais temidos pela forma como defendiam seu território.

Sobre os Oti, documentos do Serviço de Proteção ao Índio – SPI (instituição pública do Governo Federal, anterior à Fundação Nacional do Índio – FUNAI), apresentam que foram sendo mortos por criadores de gado com naturalidade e que “era sabido que jamais um desses índios havia usado armas para defender-se dos sertanejos, simplesmente se deixavam matar, sem esboçar qualquer reação além da fuga” (RIBEIRO, 1979, p.87).

A etnia Oti foi extinta, sendo um exemplo clássico de etnocídio no Brasil. Ribeiro (1979) destaca que ao final do século XIX eram talvez cinquenta e reforça que, a partir de documentos oficiais, que em 1903 eram apenas OITO.

[...] estavam reduzidos em 1903 a oito: quatro crianças e quatro adultos, dos quais um só homem, que não tardou em ser espingardeado. Logo depois, as mulheres se apresentaram a um grupo de trabalhadores numa roça, agarrando-lhes as mãos e dando a entender que queriam amparo. Um deles imaginou que talvez se tratasse de uma cilada dos temidos Kaingáng; estabeleceu-se o pânico e uma índia foi morta imediatamente à bala. Em 1908, elas foram vistas pela última vez: eram então duas mulheres apenas, sentadas ao lado da estrada, cobrindo o rosto com as mãos. (RIBEIRO, 1979, p. 88)

Nos séculos XVI a XIX os indígenas foram sendo brutalmente reduzidos, para que seus territórios desse lugar a cafeicultura e a outras atividades agrícolas que vinham após a retirada da madeira ou para que se instalasse as estradas de ferro em especial a Ferrovia Noroeste do Brasil, que ligaria Bauru/SP à Corumbá/MS. Os *guardiões das matas do oeste paulista*, os Kaingangs foram sendo derrotados, reduzidos e mortos em seu próprio território.

Ribeiro (1979) e Martins (1982) destacam detalhes dos processos violentos da redução indígena. Ribeiro (1979) destaca que

além de sangrentas batalhas, houveram episódios de cruéis extermínios de aldeias inteiras, por emboscadas nas madrugadas, pelo envenenamento de nascentes de água e até pela oferta de cobertores e roupas infectadas com vírus de sarampo aos indígenas.

A documentação e bibliografia estudada comprova o desterro e a migração (a partir de de 1910) dos indígenas Krenaks da região sul do Estado da Bahia, norte do Estado do Espírito Santo e leste de Minas Gerais, especialmente entre o rio Pardo e o rio Doce.

Os indígenas Coroados e os Botocudos possuíam proximidade sanguínea e tradições muito comuns, mesmo sendo organizados em territórios e aldeias originárias distintas. Sabe-se que dentre os dois grupamentos, os Botocudos eram mais aguerridos e resistentes às práticas catequéticas dos Jesuítas que passavam pela separação das crianças de suas famílias para o período de catequese. Também não aceitavam perder seus territórios, onde estavam seus laços tradicionais e toda sua ancestralidade para dar lugar ao processo de colonização. (RIBEIRO, 1979).

Os confrontos foram tão sangrentos e sucessivos ao decorrer de mais de um século que levou a *Coroa Portuguesa* a reeditar, em 1808, algumas leis que permitiam atrocidades contra os indígenas, uma verdadeira declaração de guerra aos indígenas Botocudos, que – embora resistentes e guerreiros – foram sendo dizimados. Em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio – SPI encontrara os remanescentes indígenas em Minas Gerais e no Espírito Santo, buscando realocar (ou reassentar) seus pequenos grupos junto a aldeamentos que estavam sendo estruturados (RIBEIRO, 1979).

O órgão responsável por realizar esse empreendimento foi o *Serviço de Proteção ao Índio* (SPI), primeiro órgão indigenista do governo republicano brasileiro que tinha por objetivos prestar assistência aos povos indígenas a fim de transformá-los em trabalhadores nacionais (CRUZ, 2006; NÖTZOLD; BRINGMANN, 2013). Na década de 1940, chegaram à Aldeia as etnias Krenak, vindos de Minas Gerais; Terena, do Mato Grosso do Sul, ou seja, populações que eram desfavorecidas nos âmbitos agropecuário e

ambiental. A aldeia é um espaço delimitado, controlado e administrado por seus próprios moradores, os indígenas, sob a liderança de um cacique, o qual tem maiores responsabilidades sobre as terras. (VIEIRA; OLIVEIRA NETO; VIEIRA, 2017).

A *Aldeia Indígena Índia Vanuíre*, criada em 1916, foi homologada por meio do Decreto 389 de 30 de outubro de 1991 e se localiza próxima ao município de Tupã, localizado no oeste do estado de São Paulo - região da Alta Paulista. A cidade de Tupã fundou-se no empreendedorismo com a “Empresa de Melhoramentos Alta Paulista”, sob o comando de *João Ribeiro do Val*, *Eurípides Soares da Rocha* e *Luiz de Souza Leão* (CURY, 2015).

A influência da sociedade na cultura indígena pode ser observada mediante o uso de energia elétrica, sistema de saneamento básico de água, coleta seletiva de lixo, filiação dos indígenas a igrejas evangélicas, uso posto de saúde, não se apoiando somente na medicina tradicional, construção de casas em madeira e alvenaria (SILVA, 2013). Já a influência indígena, como dita anteriormente, aparece nos nomes das principais ruas da cidade, nos prédios comerciais da cidade e para difusão cultural dos povos indígenas a cidade conta com o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. Para prestar assistência aos indígenas em âmbito local, a cidade conta com um escritório da FUNAI (VICENTE, et al., 2017).

Em vista da relevância dos povos indígenas, especialmente da temática voltada à formação dessa aldeia, este capítulo centra-se no seguinte problema de ordem descritiva: “como ocorreu a formação da Aldeia Indígena Índia Vanuíre?” Para responder tal questionamento, este trabalho parte na Constituição Federal de 1988 e outros documentos que tenham como cerne a demarcação e formação das comunidades indígenas.

Deste modo, definiu-se como objetivo geral deste capítulo a compreensão do processo e as contribuições que levaram a formação da *Aldeia Indígena Índia Vanuíre*, o que desdobrou-se nos seguintes objetivos específicos, (1) descrever o processo de

demarcação de terras indígenas a partir da Constituição Federal de 1988; (2) descrever como ocorreu a formação das terras indígenas no Oeste Paulista e as principais impactos para a formação da Aldeia Vanuïre.

Como justificativa de tal trabalho, apresenta-se o fato que a Constituição Federal de 1988 reconhece os povos indígenas e suas particularidades, permitindo a participação dos índios na elaboração, formulações das decisões dos assuntos indigenistas, dando-lhes garantia dos seus direitos. A sua relevância está presente na consolidação desses direitos fundamentais - territoriais, saúde, educação e outros. A discussão baseia-se também na demarcação territorial desdobrada da Constituição de 1988, como também a presença dos indígenas na região oeste paulista, chegando à formação das aldeias indígenas de Icatú (Braúna - SP) e Vanuïre (Arco Íris/SP), a última aldeia é tida como objeto central de estudo, a qual habitam - hoje - mais de 200 indígenas pertencentes a diferentes etnias, especialmente Kaingang, Krenak e Terena.

A pesquisa apresenta-se com uma abordagem qualitativa e de caráter exploratório e descritivo, segundo Martins e Theóphilo (2009), cujo alcance do objetivo foi possível, por meio da investigação e/ou explicação acerca do fenômeno social estudado. Deste modo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental a respeito da Constituição Federal de 1988, demarcação territorial, indígenas no oeste paulista e a formação das aldeias indígenas.

Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica aos portais da *Web of Science Scielo, Periódicos Capes, Google Scholar e Biblioteca Virtual Pearson* e outros sites de armazenamento de materiais acadêmicos, para buscar artigos sobre o objeto de pesquisa. Além disso, foram realizadas visitas técnicas ao *Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre*, localizado na cidade de Tupã/SP, para levantar alguns dados a respeito da formação da cidade de Tupã e da Aldeia Vanuïre.

## 2 Desenvolvimento teórico

### 2.1 A demarcação de Terras Indígenas

Com a democratização que ocorreu por meio da Constituição Federal de 1988, muitos direitos dos povos indígenas passaram a ser assegurados pelo Estado. Dentre eles, o direito originário à demarcação de terras (Terras Indígenas), viabilizado por meio do artigo 231 e atualmente regulamentado pelo Decreto 1775/1996 (CAVALCANTE, 2016). É importante salientar que a Constituição Federal não criou áreas indígenas, mas sim, passou a reconhecer as áreas já existentes servindo exclusivamente para criar uma delimitação espacial dos territórios indígenas e de opô-la aos não indígenas (MAIA; SOUZA JR, 2017).

Desta forma, os indígenas detêm os direitos territoriais, quanto o direito à terra tradicional e tudo que nela existe, em se tratando de recursos, e, outro direito a delimitação ou demarcação dessa terra (TEIXEIRA, 2006). O conceito de terras indígenas é definido por Villares (2009, p. 104), como sendo uma:

[...] ocupação tradicional, um vínculo de fato, independente do Estado e da legitimação do processo demarcatório, criações, jurídicas. Infraconstitucionalmente, a Lei 6.001/73 também acolhe os princípios do indigenato ao estabelecer, em seu art. 25, que o reconhecimento dos povos indígenas à posse permanente das terras por eles habitadas independerá de sua demarcação. (VILLARES, 2009, p.104)

Outrossim, a respeito de demarcação, o mesmo autor define que é um ato, o qual reconhece aos indígenas, o direito originário “[...] que declara a ocupação indígena e seus limites territoriais, bem como estabelece a nulidade dos atos e títulos referentes à sua ocupação, domínio ou a posse, e garante proteção como bem da União” (2009, p. 124). O propósito da demarcação das terras é que

essas mesmas voltem a posse dos seus verdadeiros donos (VILLAS BÔAS, 2005).

Para Villas-Bôas (2005) a terra é, para o indígena, fundamental para sua existência, uma vez que por meio dela são reproduzidas suas culturas, identidade e organização social. Representa nesse caso, não somente o ter, mas principalmente o ser. Esse processo é denominado territorialidade. Little (2002) aponta que

[...] a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos (LITTLE, 2002, p.3).

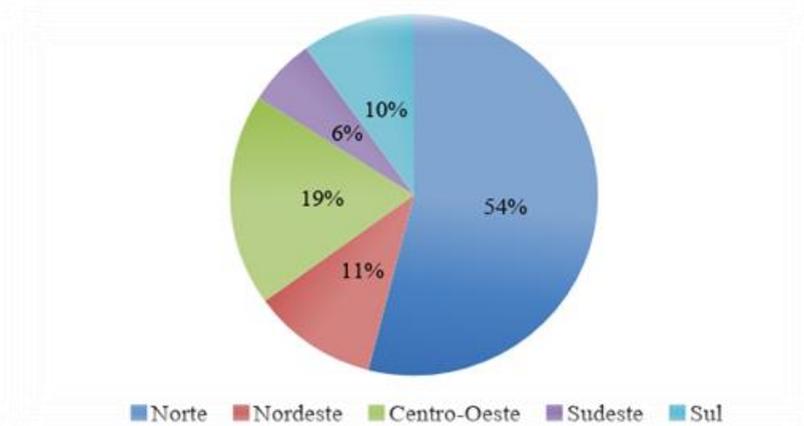
Nesse sentido, as terras indígenas são os locais necessários para que se fundamente a identidade dos povos indígenas, a tríade etnia-território-cultura é indispensável (MAIA; SOUZA JR, 2017). Gallois (2004), estabelece que “limite”, para o indígena, é um conceito subjetivo, uma vez que para ele as demarcações territoriais não são comuns a natureza indígena. Estes conceitos, se contrapõem desta forma à estrutura delimitada dos aldeamentos indígenas, empreendidos desde o Brasil colonial, que segundo Dantas (2011) constituíram-se como fonte de dupla violência, onde negava-se aos indígenas o direito de utilização cultural do seu espaço, impondo uma nova forma de organização, além disso, limitava-se o exercício de cidadania indígena, isso é observado, quando os nativos são negados da sua humanidade e cultura. Os indígenas sofreram com as violências e injustiças, foram afastados de seus territórios de origem, alocados em novos espaços. O objetivo disso foi o interesse pela mão de obra barata e a apropriação das terras e riquezas presentes no Brasil (DANTAS, 2011).

As terras indígenas são áreas de propriedade da União, espalhadas por todo o território nacional. Os direitos sobre estas terras imprescritíveis e por se tratar de um bem da União, a terra

indígena é um recurso inalienável, imprescritível e indisponível. Cabe a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), como órgão federal encarregado de prestar assistência aos povos indígenas assegurá-las e demarcá-las (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005; FUNAI, 2018).

As terras indígenas regularizadas estão espalhadas por todo território nacional, entretanto é importante destacar que, a região Norte do país detém mais de 50% dos povos indígenas brasileiros, conforme demonstra a Figura 1.

*Figura 1 - Distribuição de Povos Indígenas por região brasileira*



Fonte: FUNAI (2018).

Conforme Villas-Bôas (2005) e também de acordo com a FUNAI (2018) dentro das normas da legislação vigente (CF/88, Lei 6001/73 – Estatuto do Índio, Decreto n. 1775/96) as terras indígenas são classificadas em três categorias, a saber:

- **Terras Tradicionalmente Ocupadas:** a definição é empreendida pelo artigo 231 da CF de 1988, que legitima a reprodução dos usos, costumes, e tradições indígenas nestes locais. Entretanto, coloca limites territoriais nesses espaços;
- **Terras Reservadas:** são destinadas aos indígenas que perderam suas terras originárias (Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973 do Estatuto do Índio – em vigor);

- **Terras dominiais:** São as terras que os indígenas adquiriram mediante compra, doação ou até mesmo usucapião;
- **Terras interditadas:** são áreas interditadas pela FUNAI para proteção dos grupos isolados.

Em relação às terras tradicionalmente ocupadas, as mesmas podem se encontrar em diferentes fases (FUNAI, 2018).

- **Em estudo:** áreas em que estão sendo realizados estudos antropológicos, históricos, cartográficos e ambientais de forma a validar a identificação bem como a identificação de uma terra indígena;
- **Delimitadas:** áreas cujos estudos foram aprovados pela FUNAI, publicados no Diário Oficial da União e do Estado e que estão em fase do contraditório administrativo ou em análise do Ministério da Justiça;
- **Declaradas:** áreas que já obtiveram a expedição da Portaria Declaratória pelo Ministério da Justiça e estão autorizadas para serem demarcadas fisicamente por meio do georreferenciamento;
- **Homologadas:** áreas que já detêm seus limites efetivados e georreferenciados;
- **Regularizadas:** áreas que foram registradas em cartório em nome da União e na Secretaria do Patrimônio da União;
- **Interditadas:** áreas com restrições de uso e ingresso como forma de proteger povos indígenas isolados.

A Tabela 1 demonstra o total de terras indígenas presentes em território nacional e os diferentes processos.

**Tabela 1** - Fases das Terras Indígenas brasileiras

Fase do processo	Total
Delimitada	44
Declarada	72
Homologada	15
Regularizada	435
<b>Total</b>	<b>566</b>

Fonte: FUNAI (2018).

Contemporaneamente, no Estado de São Paulo existem 29 terras indígenas, entretanto somente 12 se encontram devidamente homologadas. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), a população indígena corresponde a 0,1% da população total do Estado. Os povos *Guarani Mbya* e *Tupi Guarani* estão localizados no litoral e no Vale do Ribeira. Os povos *Kaingang*, *Guarani*, *Terena*, *Krenak*, *Fulni-ô* e *Atikum* se concentram em terras indígenas na região oeste do Estado.

Uma grande crítica quanto a este processo, refere-se a demora para completa regularização da demarcação de terras indígenas em que são constantes inúmeras disputas territoriais, acordos políticos e processos judiciais que rotineiramente são muito lentos. Sendo assim, os principais prejudicados são os povos indígenas que em muitos casos ficam sem o mínimo necessário para sobreviver (CAVALCANTE, 2016).

## **2.2 A formação da comunidade Índia Vanuíre: conflitos e preservação cultural e ambiental**

Segundo Petrone (1995) os aldeamentos criados no Estado de São Paulo surgiram dos conflitos existentes entre os colonos e jesuítas a respeito da prática de escravização com os nativos. Ressalta-se a importância das aldeias serem longe dos grandes centros urbanos, a fim de evitar a interferência ao grupo. No oeste paulista a formação das aldeias deu-se a partir das expedições exploratórias, científicas e religiosas, que ocorriam nas margens do rio Paraná, entre os rios Aguapé e Peixe. Ali, foram localizados alguns indígenas da etnia Kaingang, “que recebia diferentes nomes, como Tapuia, Jê, Guaianá, Coroado, Bugre, Botocudo e Notobotocudo e diferentes grafias” (MONTES, et. al., 2004, p. 26) mas a grafia correta era Kaingang, os quais formaram a base da Aldeia Vanuíre.

Ressalta-se que, as etnias poderiam viver em conjunto, mas não era uma prática aconselhável. As aldeias formadas no oeste paulista, são pluriétnicas, pois recebem indígenas de várias partes do Brasil (MARCHIORO, 2018). A pacificação e o aldeamento acabavam e acabam por alinhar-se ao projeto de sociedade nacional descrita por Ribeiro (2015), percebe-se que dentre os objetivos dos aldeamentos figura aquele de organizar e fornecer mão de obra aos empreendimentos agrícolas, além da expansão territorial das colônias, os indígenas eram remunerados pelos serviços fora da aldeia, o pagamento é concedido desde a lei de 1587 (PERRONE-MOISÉS, 1992).

Os aldeamentos indígenas em São Paulo foram realizados já a partir dos jesuítas, nas missões e catequização, com o intuito de controlar as relações sociais dos índios e a sua cultura (MONTEIRO, 1994). A primeira aldeia indígena de São Paulo, foi formada pelos missionários em 1554, em Piratininga, mas não existiam muitos indígenas aldeados. Muitas missões foram realizadas, a fim de levá-los aos aldeamentos coloniais, muitos iriam apenas para sentirem-se protegidos do que acontecia com indivíduos indígenas, aqueles que não eram dizimados, formavam as aldeias (POMPA, 2003).

Grande parte dos indígenas foram sendo dizimados por conta da expansão do processo de colonização e pelas estruturação de obras como a ferrovia Noroeste do Brasil (como o caso de etnocídio dos Oti, acima descrito). Os indígenas, a fim de defenderem suas terras, resistiam à construção das estradas para impedir que os homens brancos expandissem as terras e por consequência diminuíssem o território indígena. Diante disso, iniciaram-se os conflitos em 1905, em que os não índios contrataram os chamados bugreiros para dizimar os indígenas, por meio do uso de armas, contudo o processo se intensificou, com contaminação por doenças, o que causou morte em massa dos Kaingang (CURY, 2012). Ressalta-se que antes destes, houveram outros confrontos

[...] uma vez que outros povoados e fazendas cresciam e se expandiam, tornando inevitáveis os choques. Contra essa forma de ocupação, registravam-se as reações de resistência dos Kaingang. Os depoimentos que chegavam às mãos das autoridades governamentais, continham denúncias a respeito da *barbárie* e da *ferocidade* das sociedades indígenas locais, que deveriam ser totalmente dominadas, sendo necessário todo e qualquer tipo de ações repressivas. Os próprios fazendeiros se organizavam para atacar os nativos e tornarem-se senhores absolutos daquelas terras. Organizavam-se as “batidas”, expedições compostas por bugreiros, os matadores de índios que eram contratados por latifundiários para darem fim à população indígena. (CRUZ, 2007, p.63)

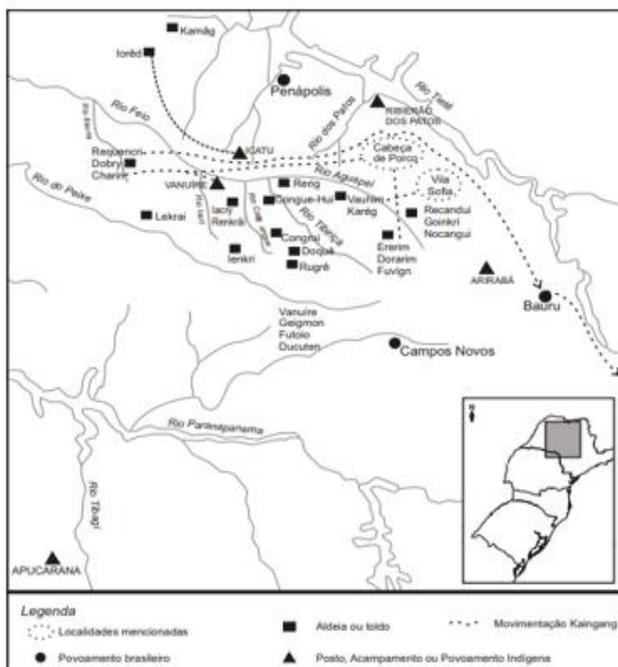
A região oeste de São Paulo, especificamente a chamada alta paulista, foi cada vez mais atrativa para os colonizadores - vindos de várias partes do mundo - os primeiros a chegarem, em 1916, foram os espanhóis, subsequentemente os letos, italianos, portugueses, japoneses e árabes, entre outros imigrantes, tornando-se assim um alvo de exploração social e econômica, pois o solo oferecia condições agradáveis para o plantio, com grande expressividade para as culturas inicialmente a cafeicultura, mas que foi substituída em 1931, pela cana de açúcar, amendoim, algodão e seda, existentes até hoje em dia, além da criação de gado, com isso o local passou a ser útil para a cultura, expansão capitalista e o crescimento regional (CRUZ, 2006).

Originariamente os Kaingang, enquanto etnia indígena predominante da região da alta paulista, viviam às margens dos rios Tietê, Peixe, Aguapé/Feio e Paranapanema, mas não ficavam sempre no mesmo lugar, as mudanças eram constantes, isso ocorria, para que os indígenas conseguissem manter a sua reprodução social e cultural, bem como garantir sua alimentação. Mediante os conflitos os Kaingang ficaram restritos a uma pequena área, sofrendo violência física, cultural, eles perderam sua mobilidade, foram expostos ao trabalho árduo, o que gerou acidentes e doenças, as quais não tinham resistência. Os territórios em meados do século XIX passaram a ser explorados, o que ajudou

no conflito entre os Kaingang e não índios (MELATTI, 1976; LAROQUE, 2007). A Figura 2 (LAROQUE, 2007) demonstra as movimentações que eram realizadas pelos índios e a concretização das aldeias, como a Vanuüre e Icatú.

De acordo com Cruz (2007), os índices de massacres dessa etnia eram elevados, isso ocorria, a partir do pensamento distorcido de que os índios eram um bloqueio para o desenvolvimento da sociedade. Ressalta-se que, o SPI, criado em 1910, passa a atuar de forma que os indígenas fossem pacificados e inseridos no projeto de sociedade nacional, com vistas que estes se tornassem mais autônomos e articulados com o modo de produção vigente. Mas, os indígenas passavam a viver o processo de civilização, sem território, autonomia cultural e social, foram proibidos de praticar os seus cultos e falar sua língua por meio da criação dos Postos Indígenas e dos centros agrícolas (RESENDE, 2014).

*Figura 2 - Kaingang atuantes entre os rios Tietê e Peixe*



Fonte: Laroque (2007).

No entanto, o processo de aproximação dos índios foi turbulento, os Kaingang eram considerados hostis, por esse motivo o SPI buscou a intermediação da indígena “índia Vanuíre”, a qual foi responsável pelo êxito da pacificação entre os índios e não índios, no ano de 1912, conforme é narrada a história. Por meio da pacificação, as disputas encerraram, os Kaingang foram alocados em reservas com delimitação territorial. No ano de 1912, foi criado o *Posto Indígena Icatú*, em Braúna (SP) e em 1916 criou-se o *Posto indígena Índia Vanuíre*, em Arco-Íris (SP), este último localizado à 22 quilômetros da cidade de Tupã (SP). Estima-se que 90% da população originária *Kaingang* fora exterminada entre os anos de 1905 e 1921, sendo que no final deste tempo, foram contados 173 indígenas presentes nestes postos (MACEDO, 2001).

Essa grande disparidade nos números de indígenas sobreviventes, representa a intenção dos colonizadores, que era de usurpar as terras indígenas, mas com a criação do SPI, seguido das aldeias Icatú e Vanuíre os conflitos cessaram, possibilitando a permanência de um povo que faz parte da identidade do Brasil. Anos depois, na década de 1940, chegaram na Aldeia Indígena Índia Vanuíre (Arco-Íris – SP) os indígenas *Krenak*, vindos de Minas Gerais, a partir deste momento, inicia-se o enfrentamento do desafio de “resgate cultural”, em busca da construção identitária (PINHEIRO, 1999). Ressalta-se que, “[...] mesmo com todo esse processo violento que foi o contato entre Kaingang e não índios, aqueles, no seu dia a dia, lutam para manter o que lhes restou, a dignidade e o sentimento de serem um povo que não cedeu, e hoje isto está cada vez mais forte” (CRUZ, 2006, p.45).

Sobre a cultura indígena, ressalta-se a sua importância para a história e formação do Brasil, a preservação das diferenças socioculturais é fundamental para o fortalecimento das tradições, e para que a seja transmitido de geração em geração, isso é feito por meio do constante resgate cultural e da resistência dos povos indígenas em manter ativa sua cultura, construindo-se uma

identidade. A cultura é definida por Azevedo (1996, p.336) como um “[...] conjunto de sentidos e significações, de valores e padrões, incorporados e subjacentes aos fenômenos perceptíveis da vida de um grupo social concreto, conjunto que consciente ou inconscientemente, é vivido e assumido pelo grupo como expressão própria de sua realidade”.

Os indígenas sempre foram considerados inferiores e incapazes pelos colonizadores, sua cultura não era reconhecida, tão pouco valorizada, pois os não índios desprezavam seus costumes e não os viam como um povo que pudesse colaborar para o crescimento da região, por este motivo o etnocídio ocorreu em muitas etnias, o que contribuiu para o desaparecimento de diversas tradições. Para os nativos a tradição é fundamental para a construção étnica e diferenciação cultural dos não índios, os elementos religiosos, os rituais, a conexão com a natureza, a linguagem, os artesanatos, o uso das ervas medicinais, a caça e pesca, os cânticos e danças, tudo isso é fruto da resistência cultural (PINHEIRO, 1999; CRUZ, 2007).

Com relação às tradições dos moradores da Aldeia Indígena Índia Vanuíre, de acordo com estudos feitos por Leonardo de Oliveira Cruz (CRUZ, 2007) na aldeia, destaca-se que:

as manifestações étnicas estão no cotidiano desses índios, procuram exaltá-las sempre que podem, principalmente quando da presença de estranhos na aldeia. Sabem como são vistos pelos regionais e sabem também como manipular a sua concepção sobre o que é ser índio; em períodos de festas e comemorações que abrangem toda a aldeia, se organizam para apresentar ao outro sua cultura, exibida através de danças, cantos em Kaingang ou Krenak, pintam-se e vestem-se como “índio”. Esta é a forma que encontraram para se defender e aproveitar dessas situações. (CRUZ, 2007, p.114).

A existência indígena é cercada de resistência, nota-se que os indígenas apresentam uma trajetória de massacre, porém, mesmo com as adversidades eles resistem bravamente para conservar sua

cultura e transmiti-la por meio de seus elementos tradicionais. O *Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre*, localizado na cidade de Tupã (SP), auxilia no processo de conhecimento acerca da cultura e história dos índios que estão introduzidos na *Aldeia Indígena Índia Vanuíre*, desse modo contribui para que o entendimento dos acontecimentos permaneça, assim como pode-se observar uma influência dos indígenas para a manutenção da sociedade Tupaense (GAZONI, 2014; VICENTE, *et al.*, 2017).

Além da preservação cultural, os indígenas têm um apego territorial, onde ocorre sua reprodução física e cultural, para isso, Little (2002, p. 03) define a “territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”. Deste modo, para os indígenas o território é um elemento sagrado, pois eles possuem um vínculo e respeito com relação a esse espaço, essa ligação com o ambiente onde eles estão inseridos, pode contribuir para um processo de preservação ambiental. O território apresenta grande importância, tendo o potencial de influenciar na identidade étnica, Leonardo de Oliveira Cruz (CRUZ, 2007) enfatiza que:

A identidade Kaingang sofreu mudanças com a perda de suas terras para a expansão capitalista, pois seu território caracterizado por terras altas e que trazia consigo a representação mítica da serra do Crinjijimbé alterou profundamente a relação entre natureza e cultura. (CRUZ, 2007, p.70).

A importância dos povos indígenas para a preservação ambiental, decorre da sua singularidade com relação à maneira em que os índios utilizam os recursos naturais que eles dispõem, não prejudicando o ecossistema, ademais, eles restituem a natureza, através do plantio, como suporte a este olhar, o Decreto 6040 foi implementado em 2007, instituindo a *Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades*

*Tradicionais*, o qual, em seu artigo 3º, inciso III, atribui o “uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.” (BRASIL, 2007).

Segundo Melo (2014) é necessário refletir que os povos indígenas não são naturalmente “guardiões” da natureza, pois os indígenas dependem do ambiente onde estão unidos para sua sobrevivência fisiológica, além da dependência relatada no Decreto 6040, onde os territórios são definidos, de acordo com o artigo 3º, inciso II, como “espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007).

### **3 Considerações finais**

O processo de demarcação de terras indígenas é um processo complexo, uma vez que perpassa por diversas fases além de ser intensamente burocrático. Além disso, os indígenas enfrentam problemas de ordem ambiental já que ocorrem práticas ilegais nas aldeias e em seus entornos. No Estado de São Paulo apesar de existirem poucas terras indígenas, nem todas estão devidamente regularizadas apesar deste direito ter sido reconhecido pela Constituição Federal de 1988.

Em relação a *Aldeia Indígena Índia Vanuíre* observou-se que sua formação ocorreu a partir da pacificação dos povos Kaingang que estavam em conflito para preservar seus territórios em face da expansão das atividades agrícolas e implantação de obras como as ferrovias e posteriormente ocorreu a junção de várias etnias indígenas que fugiam das guerras e atrocidades cometidas contra os indígenas. Sendo assim, muitos indígenas presentes nas aldeias vieram do Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, por meio das margens do rio Paraná, Paranapanema, Peixe e Aguapeí. As etnias majoritárias na aldeia são a Kaingang, Krenak, Terena, totalizando hoje aproximadamente 200 indígenas.

Por fim, sobre o debate acerca do Decreto 6040/2007, mesmo compreendendo o grande esforço da sociedade representada para a elaboração da letra da lei, podem ter havido pelo menos duas importantes palavras suprimidas, que são amplamente debatidos pelos pesquisadores do GEDGS/UNESP e expostos aos diálogos em congressos acadêmicos e também junto à RedeCT (*Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais*):

- (1) inserir os povos pré-colombianos (no caso os indígenas) como comunidades tradicionais, então a possível alteração do termo “povos e comunidades tradicionais” para “povos originários e comunidades tradicionais”;
- (2) no parágrafo I do artigo 3º destaca a definição “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” e no parágrafo II do mesmo artigo traz que “Territórios Tradicionais: são os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações”.

Entende-se que a não menção do termo “ancestral” faz uma diferença gigantesca à definição de territórios tradicionais (trazida no parágrafo II), pois pode justificar uma leitura que venha a desvincular os povos indígenas ou originários e das comunidades tradicionais com a terra na qual morreram ou estão sepultados seus ancestrais, fragilizando-se a definição dada pela lei e, talvez, facilitando-se tratativas de desterro ou desterritorialização (mudança de localização geográfica e de delimitações) de

assentamentos ou aldeamentos de povos indígenas ou originários e de comunidades tradicionais.

## Referências

- AZEVEDO, M. **Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé**. São Paulo: Loyola, 1996.
- BRASIL. **Lei n 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm) >. Acesso em 28 de julho de 2018.
- CAVALCANTE, T. L. V. “Terra indígena”: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. **História**, v. 35, n. 75, p. 1-22, 2016.
- CRUZ, L, de O. **O “ser” e o “estar” Índio**: Produção de identidades entre Kaingang e Krenak, em Vanuíre. Marília: UNESP, 2007, 139p. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista - Marília, 2007.
- \_\_\_\_\_. Historicidade do contato entre índios e não índios no Oeste Paulista. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v.6, n.1/2/3, p.39-45, 2006.
- CURY, M. X. Casos e acasos de um Museu: Um relato acerca do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. In: VASCONCELLOS, C. M.; FUNARI, P. P.; CARVALHO, A. (org.). **Museus e identidades na América Latina**. São Paulo: Annablume/Unicamp, 2015. cap. 15, p. 245-259.
- CURY, M. X. Museologia, comunicação museológica e narrativa indígena: a experiência do Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre. **Museologia & Interdisciplinaridade**, n.1, p.49-76, 2012.
- DANTAS, F. A. C. **Direitos indígenas no Brasil**: uma trajetória de violências e injustiças institucionalizadas. *Revista Coletiva*, v. 1, p. 1-10, 2011.
- FUNAI. Terras indígenas: o que é? Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em 22 set. 2018.

- GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades?. In: RICARDO, F. . **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.
- GAZONI, P. M. **O contemporâneo no museu: os Kaingang e o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre de Tupã (SP)**. São Paulo: USP, 2014, 139p. Dissertação (Mestre em Museologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo - São Paulo, 2014.
- HECK, E.; LOEBENS, F.; CARVALHO, P. D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 237-255, 2005.
- LAROQUE, L. F. S. **Fronteiras geográfica, étnicas e culturais envolvendo os Kaingang e suas lideranças no Sul do Brasil (1889-1930)**. Pesquisas. Antropologia 64. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 2007.
- LITTLE, P, E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por Uma Antropologia da Territorialidade**. Brasília, 2002.
- MACEDO, A. V. **Uma história kaingang de São Paulo: trabalho a muitas Mãos**. Brasília: MEC - Coordenação-Geral de Apoio às Escolas Indígenas, 2001.
- MAIA, F. J. F.; SOUZA JUNIOR, G. R. **O judiciário e a demarcação de terras indígenas: o caso de Pernambuco**. Joaçaba, v. 18, n. 3, p. 747-762, 2017
- MARCHIORO, M. **Questão indígena no Brasil: uma perspectiva histórica**. São Paulo: InterSaberes, 2018.
- MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, E. **Nossos índios, nossos mortos**. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- MELO, A. O direito de ser índio. Movimentos indígenas: cidadania e direitos políticos. In: XVI Encontro Regional de História da anpuh - Rio: Saberes e práticas científicas, 16, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: 2014.
- MELATTI, D. M. **Aspectos da organização social dos Kaingang paulistas**. Funai: Departamento Geral de Planejamento Comunitário/Divisão de Estudos e Pesquisas, 1976.

- MONTEIRO, J. M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes – origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTES, A. V.; MORENO, E. M.; NAKAYAMA, I. B.; SCHELINI, J. M. V. GUTIERRES, J. C. **Tupã**: Depoimentos de uma cidade. Tupã: Gráfica & Editora Multi-Gráfica, 2004. 526p.
- Nötzold , A. L. V.; Bringmann , S. F. O Serviço de Proteção aos Índios e os projetos de desenvolvimento dos Postos Indígenas: o Programa Pecuário e a Campanha do Trigo entre os Kaingang da IR7. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. v. 5 n. 10, 2013.
- PERRONE-MOISÉS, B. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In. CUNHA, M. C. (Org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP. 1992. Cap. 6, p 115 – 132.
- PETRONE, P. **Aldeamentos paulistas**. Bauru: Edusp, 1995.
- PINHEIRO, N. S. **Vanuïre**: conquista, colonização e indigenismo: Oeste paulista, 1912-1967. Assis: UNESP, 1999. 292p. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista - Assis, 1999.
- POMPA, C. **Religião como tradução**: missionários, tupi e "tapuia" no Brasil colonial. Bauru: Edusc, 2003.
- RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Global, 2015.
- RESENDE, A. C. Z. **Direitos e autonomia indígena no Brasil (1960-2010)**: uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial. Brasília: UnB, 2014. 360p. Tese (Doutor em História) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília - Brasília, 2014.
- SILVA, L. M. **O aleitamento materno e a alimentação infantil entre os indígenas da região oeste do estado de São Paulo**: um movimento

entre a tradição e interculturalidade. São Paulo: USP. 2013. 313p. Tese (Doutor em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

TEIXEIRA, V. **Terras indígenas no Brasil: História, Direito Positivo e Algumas Questões da Atualidade.** Trabalho de Conclusão de curso (Graduada em Direito) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VICENTE, E. F.; MORAES, N. R.; RODRIGUES, J. A.; PIRES, B. R. C. Apontamentos sobre a cultura das comunidades tradicionais da região de Tupã: Aldeia Indígena Vanuíre (Arco Íris/SP) e Comunidade Leta de Varpa (Tupã/SP). In: PORTO JÚNIOR, G.; BAPTISTA, R. D.; Souza, F. C. (Orgs.). **Convergências entre os campos da comunicação, democracia e gestão social.** Porto Alegre: Fi, 2017. v. 2, cap. 9, p.177-195.

VIEIRA, K. R. O.; OLIVEIRA NETO, P. VIEIRA, D. A. F. Elementos que caracterizam uma comunidade na Aldeia Vanuíre. In: MORAES, N. R.; PORTO JÚNIOR, G.; CAMPOS, A. C.; LIMA, A. R. (Orgs.). **Convergências entre os campos da comunicação, democracia e gestão social.** Porto Alegre: Fi, 2017. v. 1, cap. 9, p. 163-183.

VILLAS BÔAS, H. C. **Mineração em terras indígenas: a procura de um marco legal** - Rio de Janeiro: CETEM / MCT /CNPq / CYTED/IMPC, 2005.

VILLARES, L. F. **Direito e povos indígenas.** Paraná: Juruá, 2009.